

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

LAURINETE RODRIGUES DA SILVA DELGADO

A RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA NA
CONTEMPORANEIDADE:

Inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão

São Luís

2010

LAURINETE RODRIGUES DA SILVA DELGADO

**A RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA NA
CONTEMPORANEIDADE:**

Inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Josefa Batista Lopes

São Luís

2010

Delgado, Laurinete Rodrigues da Silva.

A relação serviço social e questão agrária na contemporaneidade: inserção e prática de assistentes sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão/ Laurinete Rodrigues da Silva Delgado. – São Luís, 2010.

233 f.

Orientadora: Josefa Batista Lopes

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2010.

1. Serviço social – Questão agrária – Maranhão 2. MST 3. FETAEMA 4. Projeto Ético-político Profissional I. Título
CDU 364.442 : 332.2 (812.1)

LAURINETE RODRIGUES DA SILVA DELGADO

**A RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA NA
CONTEMPORANEIDADE:**

Inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Josefa Batista Lopes (Orientadora)

Doutora em Serviço Social

Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Marina Maciel Abreu

Doutora em Serviço Social

Universidade Federal do Maranhão

Prof^o. Marcelo Domingos Sampaio Carneiro

Doutor em Sociologia e Antropologia

Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho à minha mãe, *Maria da Luz (in memorian)*, um anjo que Deus destinou para me proteger e me ensinar sobre o AMOR. Mãezinha, obrigada por tudo. Amo-te muito!

AGRADECIMENTOS

Seria mais difícil seguir os caminhos que percorri para elaborar este trabalho se não fossem os incentivos da minha família e dos meus amigos. A todos eu agradeço pelo modo que me amam e peço desculpas pela minha ausência e/ou “distanciamento” durante o Mestrado. Certamente, este foi um período que me certifiquei, mais uma vez, que sem a companhia, amor e carinho daqueles com quem convivo, eu não teria prazer pela vida. Obrigada por me amarem, pois é este amor que me motiva a vencer desafios.

Eu agradeço especialmente a Deus, força sobrenatural, que me dá vida diariamente, que me ajuda a ver nas dificuldades as oportunidades que poderão surgir.

Agradeço à minha família, em especial: ao meu pai, Urbano Pereira Silva (*in memorian*); ao meu irmão Urbanilson Rodrigues da Silva (*in memorian*); a minha mãe Maria da Luz Oliveira Barros (*in memorian*), que presentes espiritualmente em meu coração alimentam a necessidade que sinto em seguir seus exemplos de perseverança, atitude e amor.

Agradeço também, às minhas queridas irmãs: Rozileide, Lucinete e Oneide. Obrigada por me acompanharem, por ouvirem as minhas angústias e por me ajudarem a ser feliz.

Agradeço aos meus sobrinhos: a Lavínia Silva, razão fundamental da minha alegria recente; a Isabel Santos; Gabriel Silva; Israel Silva; Osmar; Carlos Berg, cujas presenças e carinhos são força para mim.

Agradeço a Luis Delgado, meu amado esposo, por compartilhar comigo os momentos dessa vida, pelos incentivos que foram essenciais para a finalização deste trabalho.

Agradeço à professora Josefa Batista Lopes, minha orientadora e amiga, pela oportunidade de interlocução intelectual durante a graduação e no Mestrado, por acreditar no meu potencial de pesquisadora e por compreender as minhas limitações na elaboração deste trabalho.

Agradeço às minhas amigas Zaira Sabry, Michelly Elias, Graziela Nunes e Giselly Rodrigues, pela amizade e por compartilharem comigo muitas reflexões sobre o meu objeto de pesquisa.

Agradeço: ao CNPq, pelo apoio durante o período do Mestrado através da Bolsa;
À Universidade Federal do Maranhão e ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, pelo investimento no meu desenvolvimento acadêmico;

Às Assistentes Sociais do MST e da FETAEMA, e das demais instituições pesquisadas, pela disposição em colaborar na construção deste trabalho;

Aos amigos e amigas do “*quintal social*”, pela partilha de ideais, pela presença constante na alegria e na tristeza, pelos momentos de festas que foram essenciais para aliviar o stress. Obrigada a vocês: Graciane, Bruno, Graziela, Zema, Jordânia, Agleson, Nilra, Núbia, Luis Sadoquem e outros.

Aos amigos e amigas Michelle Teixeira, Cecília, João de Deus, Ana Cláudia, por compartilharem comigo momentos de alegria e angústia e por me motivarem a continuar o processo de elaboração deste trabalho e a caminhada da vida;

Aos professores Marcelo Carneiro e Marina Maciel, pelas instigantes provocações feitas na banca de qualificação desta Dissertação;

Aos professores e alunos do GSERMS, pela oportunidade de aprendizagem pessoal e intelectual;

À Coordenação, a todos os colegas de turma do Mestrado e aos professores do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, pela convivência e debate de idéias.

Aos funcionários do PGPP: Nara, Fabrícia, Augusto, Isabel, Edson, Júlio e Célia, pela gentileza e agilidade no atendimento. Obrigada queridos!

Aos amigos da Solar Consultoria: Andréia Barbosa, João de Jesus, Joselma Gonçalves, Felipe Noronha, Márcio Cruz, Mariana, Ligia, Beatriz pela oportunidade de trabalho em equipe e aprendizagem que tem me proporcionado desde fevereiro de 2010.

Enfim, agradeço a todos e todas que contribuíram direta e indiretamente com a elaboração deste trabalho, pela força intelectual, emocional e espiritual que me proporcionaram. OBRIGADA!

Canção óbvia

*Escolhi a sombra desta árvore para
repousar do muito que farei,
enquanto esperarei por ti.
Quem espera na pura espera
vive um tempo de espera vã.
Por isto, enquanto te espero
trabalharei os campos e
conversarei com os homens
Suarei meu corpo, que o sol queimará;
minhas mãos ficarão calejadas;
meus pés aprenderão o mistério dos caminhos;
meus ouvidos ouvirão mais,
meus olhos verão o que antes não viam,
enquanto esperarei por ti.
Não te esperarei na pura espera
porque o meu tempo de espera é um
tempo de quefazer.
Desconfiarei daqueles que virão dizer-me,
em voz baixa e precavidos:
É perigoso agir
É perigoso falar
É perigoso andar
É perigoso, esperar, na forma em que esperas,
porquê esses recusam a alegria de tua chegada.
Desconfiarei também daqueles que virão dizer-me,
com palavras fáceis, que já chegaste,
porque esses, ao anunciar-te ingenuamente,
antes te denunciam.
Estarei preparando a tua chegada
como o jardineiro prepara o jardim
para a rosa que se abrirá na primavera.*

Paulo Freire - Genève, Março 1971.

RESUMO

A presente dissertação é um estudo sobre a relação do Serviço Social com a Questão Agrária no Maranhão, com destaque para a mediação da inserção de Assistentes Sociais na FETAEMA e no MST-MA. Investiga-se essa relação a partir dos anos 1990, considerando a expansão do capital mundializado no campo, no âmbito da estratégia de enfrentamento à crise capitalista dos anos 1970; um movimento do capital que contribuiu para o acirramento da questão agrária em um processo que, no Brasil e no Maranhão, avança através do agronegócio, tendo o Estado como mediador, e no qual os trabalhadores no campo se organizam e lutam, mas encontram novos e importantes desafios. Na análise do Serviço Social, considera-se o debate sobre a relação Serviço Social e Questão Agrária no contexto de afirmação do projeto ético-político da profissão no Brasil e a tendência de aproximações e distanciamentos nessa relação histórica; particulariza-se a análise dessa relação através da identificação e caracterização da inserção e da prática de Assistentes Sociais nos espaços de trabalho da FETAEMA e do MST-MA, onde tal relação é orientada pela perspectiva de fortalecimento da luta e organização dos trabalhadores camponeses no processo de enfrentamento da Questão Agrária e pela garantia à universalização dos direitos dos trabalhadores. Considera-se que essa relação evidencia os esforços de afirmação do projeto ético-político do Serviço Social, embora careça de articulação dos Assistentes Sociais da FETAEMA e do MST-MA com a categoria profissional nos espaços de produção intelectual, de formação profissional, e da prática e organização político-profissional.

Palavras-chave: Serviço Social. Projeto Ético-político Profissional. Questão Agrária. Maranhão.

ABSTRACT

This paper addresses the relation between Social Work and the Agrarian Question in Maranhão, with emphasis on mediation of the insertion of Social Workers in FETAEMA and MST-MA. This paper investigates that relationship from the 1990s, considering the expansion of globalized capital in field, under the strategy of confrontation with crisis of the 1970s; that was a movement of capital that contributed to the intensification of the Agrarian Question, within a process that, in Brazil and Maranhão, progresses through agribusiness, with the State as mediator, and in which, field workers organize themselves and strive, but they have find new and important challenges. In the analysis of Social Work, is considered that the debate about the relationship between social service and Agrarian Question, in the context of affirmation of the ethical-political project of the profession in Brazil and the tendency of similarities and differences in this historical relationship; the text focuses on the analysis of this relationship through the identification and characterization of insertion and the practice of social workers in the workplaces of FETAEMA and MST-MA, where the relationship is driven by the prospect of strengthening the struggle, the organization of field workers in the process of coping with the Agrarian Question and ensuring the universal rights of workers. It is considered that the this relationship shows the affirmation efforts of the ethical-political project of Social Work, although it needs articulation of Social Workers of FETAEMA and MST-MA with the professional category in the space of intellectual production, of professional training and the practical and political-professional organization.

Keywords: Social Work. Ethical-Political Professional Project. Agrarian Question. Maranhão.

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

GRÁFICO 1 -	Área Plantada no Brasil entre as safras 1994/95 e 2004/05 (em mil hectares).....	39
GRÁFICO 2 -	Distribuição da área plantada com Grãos no Brasil (Julho 2006).....	40
GRAFICO 3 -	Trabalhadores Resgatados nas Operações de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo do MTE/SIT/SRTE - 1995 a 2008.....	48
GRÁFICO 4 -	Evolução da soja no Maranhão – 1990/2006.....	62
GRAFICO 5 -	Total de conflitos por Terra nos estados do Brasil - 1997 a 2008 (exceto 2006).....	79
GRAFICO 6 -	Conflitos por Terra no Maranhão - 1997 a 2008 (exceto 2006)....	80
GRAFICO 7 -	Trabalhadores encontrados em situação de trabalho escravo no Maranhão (1997 a 2008).....	81
MAPA 1 -	Estado do Maranhão com Meso e Microrregiões Homogêneas....	56

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área - Brasil – 1985/2006.....	42
TABELA 2 -	Pessoal ocupado na agropecuária em 1996 e 2006.....	46
TABELA 3 -	Quantidades Comercializadas de Fertilizantes e Agrotóxicos por Hectare Plantado: Brasil – 1997-2000.....	49
TABELA 4 -	Evolução do Índice de Gini segundo as Unidades da Federação – 1985/2006.....	55
TABELA 5 -	Soja no Maranhão – produção, produtividade e percentual na produção.....	61
TABELA 6 -	Assentamentos de famílias por períodos de governo	68
TABELA 7 -	Número de contratos e montante do crédito rural do PRONAF por modalidade e ano fiscal (1995-2007)	73
TABELA 8 -	Contratos e montantes concedidos pelo PRONAF-Crédito, por região (2004-2007).....	74
TABELA 9 -	Movimentos Sociais de Luta pela Terra – Brasil.....	89
TABELA 10 -	Demonstrativo de monografias relacionadas com a temática Questão Agrária elaboradas no Curso de Serviço Social da UFMA durante os anos 1990.....	155
TABELA 11 -	Instituições do Estado e Organizações da Sociedade Civil atuantes na Questão Agrária no Maranhão com número de Assistentes Sociais envolvidos – 2008.....	158
TABELA 12 -	Demonstrativo de Assistentes Sociais atuantes no Projeto LUMIAR (1997-2000).....	164
TABELA 13 -	Demonstrativo de Assistentes Sociais atuantes no Programa de ATES (2004-2008).....	165

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ACAR-MA	Associação de Crédito e Assistência Rural do Maranhão
ADCT	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
ADM	Archer Daniels Midland
AESCA	Associação Estadual de Cooperação Agrícola
AGED	Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão
AGERP	Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão
ALUMAR	Consórcio Alumínio do Maranhão
ARA	Assessoria de Revisão Agrária
ASA	Ação Social Arquidiocesana
ASSEMA	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
ATAM	Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental
BGA	Bunge Global Agribusiness
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Casa da Agricultura Familiar
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Serviço Social
CCA-MA	Cooperativa Central Agrícola do Maranhão
CCN	Centro de Cultura Negra
CDI	Companhia de Desenvolvimento Industrial
CEAPA	Central de Associações de Assentados e Pequenos Agricultores
CELMAR S/A	Indústria de Celulose e Papel
CENTRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

CF	Constituição Federal
CFASS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIMEC	Companhia de Mecanização Agrícola
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COAMS	Coordenação de Associação de Assentados do Mato Grosso do Sul
CODAGRO	Companhia de Defesa e Promoção Agropecuária do Maranhão
CODEA	Companhia de Desenvolvimento Agroindustrial e Abastecimento
COLONE	Companhia de Colonização do Nordeste
COMABA	Companhia Maranhense de Abastecimento
COMARCO	Companhia Maranhense de Colonização
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOMARA	Cooperativa Mista dos Assentados de Reforma Agrária da Região Tocantina
COOPAQMA	Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Quatro de Maio
COOPERA	Cooperativa dos Trabalhadores Prestadores de Serviços em Áreas de Reforma Agrária
COOPERVID	Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores da Vila Diamante Ltda.
COOPTER	Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural
COOSERT	Cooperativa de Serviços Técnicos
COOSPAT	Cooperativa de Serviços, Pesquisa e Assistência Técnica
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAB	Censo da Reforma Agrária no Brasil
CRESS/MA	Conselho Regional de Serviço Social – Maranhão
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce

DAP	Declaração de Aptidão
DESES	Departamento de Serviço Social
EMAPA	Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária
EMATER-MA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Maranhão
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FEATEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
FETAGRI – MS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul
FETRAF	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil
FETRAF-Brasil	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil
FETRAF-Sul	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar da Região Sul
FIAN	FoodFirst Information & Action Network
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio)
GEAGRO	Gerência de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural
GSERMS	Grupo de Estudos, Pesquisas e Debates em Serviço Social e Movimento Social
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Instituto de Capacitação Comunitária

ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEA	Instituto de Economia Agrícola de São Paulo
INAGRO	Instituto de Agronegócios do Maranhão
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITERMA	Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LUMIAR	Programa Lumiar
MA	Maranhão
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCC	Movimento Camponês de Corumbiara
MCL	Movimento de Comissões de Luta
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MECB	Missão Espacial Completa Brasileira
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MIRA	Movimento Intermunicipal Rural Arquidiocesano
MLST	Movimento da Libertação dos Sem-Terra
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
MRH	Microrregião Homogênea
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MST-SMT	Movimento Sem-Terra do Sul do Mato Grosso
MSTTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MT – PE	Movimento da Terra – Pernambuco

NAS	Núcleo de Apoio Social
NEPE	Núcleo de Programas Especiais
NO's	Núcleos Operacionais
OAB	Ordem de Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
P.A.	Projeto de Assentamento
PA	Pará
PADRS	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável
PAJ	Projeto de Assessoria Jurídica
PCA	Plano de Consolidação de Assentamento
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural
PDA	Plano de Desenvolvimento de Assentamento
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Pernambuco
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNDTR	Programa de Documentação da Trabalhadora Rural
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPGPP	Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
PVN	Projeto Vida de Negro
RESEX	Reserva Extrativista
S. I. A	Serviço de Informação Agrícola
SAGRIMA	Secretaria de Agricultura do Maranhão
SAGRIMA	Secretaria da Agricultura do Maranhão
SEAGRO	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural

SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIBER	Sistema Brasileiro de Extensão Rural
SIMBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
SISCAF	Sistema de Controle Administrativo e Financeiro
SIT	Secretaria de Inspeção do Trabalho
SMDH	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SRTE	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
SSR	Serviço Social Rural
STTR	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadora Rurais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDEMA	Secretaria de Desenvolvimento do Maranhão
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
UNDP	United Nations Development Programme
UNESP/FRANCA	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus de Franca

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS	11
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	13
INTRODUÇÃO	19
PRIMEIRA PARTE: A QUESTÃO AGRÁRIA E O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE (1990-2008)	32
1. A dinâmica da Questão Agrária no Brasil e no Maranhão com o avanço do Capital Mundializado no campo.....	32
I) O desenvolvimento do agronegócio enquanto referência de reconfiguração da questão agrária no Brasil	32
II) Maranhão: um <i>arquétipo</i> da questão agrária e do agronegócio em regiões periféricas do Brasil.....	50
III) O Estado enquanto articulador do <i>Agronegócio</i>	64
IV) As Lutas Sociais contra o agronegócio no Maranhão: avanços e desafios ..	85
2 O debate da relação Serviço Social e Questão Agrária no contexto de afirmação do projeto ético-político da profissão no Brasil.....	111
3. Aproximações e distanciamentos na relação histórica entre Serviço Social e Questão Agrária no Maranhão	142
SEGUNDA PARTE: INSERÇÃO E PRÁTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS NO MST E NA FETAEMA – ELEMENTOS DA RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA NO MARANHÃO CONTEMPORÂNEO.....	167
1. Motivações e formas de inserção de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA.....	169
2. A prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA: contribuição na organização dos trabalhadores camponeses e no enfrentamento da questão agrária no Maranhão.....	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
REFERÊNCIAS	213
APÊNDICES	228
ANEXOS.....	230

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação versa sobre a relação do Serviço Social com a Questão Agrária no Maranhão, destacando a mediação estabelecida pelos processos de inserção e prática de Assistentes Sociais na Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA) e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Maranhão (MST-MA) a partir dos anos 1990, quando a ofensiva neoliberal redefiniu a questão agrária brasileira e maranhense, através da expansão e consolidação do agronegócio.

A motivação para efetivar esse estudo veio da nossa experiência de pesquisa durante a graduação, quando analisamos a relação histórica da formação profissional em Serviço Social no Maranhão com a questão agrária¹. Naquele momento, investigamos a relação citada considerando a importância que a questão agrária assumiu na formação profissional em Serviço Social no Maranhão desde a criação da primeira Escola de Serviço Social, em 1953, até 2003, quando se comemorava os 50 anos. Na oportunidade constatamos que essa relação foi marcada por aproximações e distanciamentos, tendo como pano de fundo os interesses das classes sociais em luta no “enfrentamento” da questão agrária.

Desde então, ao aprofundarmos os estudos a respeito da questão agrária no Brasil, constatamos que a sua centralidade no processo de configuração da totalidade da questão social na contemporaneidade exige do Serviço Social a realização de constantes estudos que problematizem e orientem a prática profissional nos processos de enfrentamento dessa questão. Por isso, pensar o Serviço Social na sua relação com a questão agrária é imprescindível, e, no entanto percebemos que, apesar de a profissão incluir as expressões da questão social como seu campo de atuação, a questão agrária, uma das expressões centrais e fundante da questão social no Brasil na atualidade não recebe a devida atenção, no debate na profissão.

O acirramento da questão agrária a partir dos anos 1990 no país representou também o crescimento das lutas sociais no campo pela garantia dos direitos dos trabalhadores

¹Durante a graduação em Serviço Social (1999 a 2004) integramos o Grupo de Estudos, Pesquisas e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS), coordenado pelas Professoras Josefa Batista Lopes e Marina Maciel Abreu; um grupo do Departamento de Serviço Social (DESES) da Universidade Federal do Maranhão, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. No âmbito deste Grupo participamos do Projeto de Pesquisa: “50 anos de História do Serviço Social no Maranhão: a inserção profissional nas lutas sociais”, no qual desenvolvemos estudos sobre a relação Serviço Social e questão agrária no Maranhão, com base nos quais elaboramos nossa monografia de conclusão de curso sob o título *Passos e descompassos na relação formação profissional e questão agrária nos 50 anos de Serviço Social no Maranhão*.

camponeses². Assim, a *vitalidade* (MEDEIROS, 2003: 07) e a importância que as lutas sociais no campo assumiram no processo de enfrentamento às imposições do capitalismo em sua fase neoliberal no meio rural brasileiro, reafirma para o Serviço Social a crescente necessidade de aprofundamento dos estudos e debates bem como de formulação de estratégias profissionais de atuação em relação à questão agrária e aos trabalhadores camponeses; sobretudo quando se visualiza o *projeto ético político*³ da profissão em face da estratégia da burguesia e do Estado brasileiro para o campo, no contexto do neoliberalismo.

Deste modo, a questão central do presente estudo expressa nossa consciência no tocante à relação do Serviço Social com a questão agrária a partir das demandas contraditórias formuladas pelos trabalhadores camponeses através do MST e da FETAEMA no Maranhão contemporâneo (1990-2008), com vista a contribuir para o fortalecimento da ação profissional nesta área.

No Brasil a questão agrária é uma categoria histórica, que ganhou novos contornos a partir da ofensiva do capital no campo nos anos 1990 com a expansão do

² No decorrer deste trabalho utilizaremos a categoria *trabalhador camponês* para designar os diversos segmentos de trabalhadores(as) rurais existentes no país, entre os quais os assentados, assalariados, autônomos, sem-terra, posseiros, meeiros, indígenas, quilombolas, quebradeiras-de-côco babaçu e pequenos agricultores. Compreendemos que o conceito de camponês é atual para a análise e compreensão da realidade agrária brasileira porque nos permite conhecer a complexidade do sujeito histórico que institui, diversamente dos conceitos de pequena produção e agricultor familiar. Para a compreensão deste conceito partimos principalmente das reflexões de MARQUES (2008) e FERNANDES (2004), a partir dos quais entendemos que o campesinato é formado por uma diversidade de formas sociais *baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc.* Neste sentido, entendemos que a *centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais.* Consentindo com os argumentos dos autores citados, concebemos o campesinato brasileiro como classe social, que tem a sua existência movida pelas contradições existentes no campo, considerando que as alterações nas relações de produção a partir dos anos 1960 não geraram a transformação dos camponeses em proletários. Observamos, na verdade, que muitos camponeses se converteram *em população sobrando, desempregados, peões-de-trecho, migrantes temporários que, mesmo na cidade, mantêm o vínculo com o campo, quer por meio do trabalho volante ou bóia-fria, quer como moradores junto aos pais em pequenos sítios, ou eventualmente trabalhando como parceiros ou rendeiros em várias regiões do país, e também em situações específicas de trabalho na cidade* (SIMONETTI, 1999: 115-116). Enfim, partimos do apontamento de MARQUES (2008), a qual diz que apesar do camponês brasileiro ser um migrante expropriado, ele não rompe totalmente seus vínculos com a terra. Para esta autora, a maioria dos camponeses expropriados *mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador.*

³ O projeto ético-político do Serviço Social vincula a profissão à luta das classes subalternas. Conforme Netto (2009), a sua construção remonta a transição da década de 1970 à de 1980, período importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional. Atualmente, a configuração deste projeto está ancorada em três instrumentos essenciais: o Código de Ética da Profissão, as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação e a lei que regulamenta a profissão, com a sustentação das principais instituições de organização acadêmico-profissional dos assistentes sociais que são: a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social e a Entidade Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (CARDOSO; LOPES, 2009).

agronegócio, no âmbito da estratégia mundial na área da agricultura no movimento de superação da crise econômica dos anos 1970.

Neste processo a luta de classes no Brasil foi reconfigurada, e os trabalhadores camponeses – representados por segmentos de trabalhadores (as) rurais assentados, assalariados, autônomos, sem-terra, posseiros, meeiros, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu e pequenos agricultores, – assumiram centralidade no enfrentamento ao neoliberalismo, representado no meio rural pelo agronegócio, amplamente defendido pela burguesia agrária – composta por grandes proprietários de terras e empresas multinacionais – com a mediação do Estado que incentiva o avanço do agronegócio através de infra-estrutura e políticas de subsídios.

No Maranhão a questão agrária assume uma centralidade no processo de configuração da questão social devido a expansão do agronegócio – que representa o avanço do capitalismo mundializado no campo – e da resistência dos trabalhadores camponeses contra esse processo na contemporaneidade. Isso faz do Maranhão uma particularidade da realidade brasileira, que expressa a expansão do capitalismo internacional nas regiões periféricas do país.

As conseqüências do agronegócio no Maranhão são evidenciadas na carência de trabalho e terra para os trabalhadores camponeses, o que tem mobilizado a organização desse segmento da classe trabalhadora para afrontar a negação de direitos que o agronegócio e o Estado têm lhes proporcionado. Tal processo organizativo é constatado nas instituições e movimentos sociais que têm se firmado na realidade maranhense no enfrentamento ao agronegócio e na construção de alternativas de sobrevivência para os trabalhadores do campo.

A FETAEMA e o MST/MA são exemplos importantes e expressivos desse processo organizativo, por isso, configuramos e analisamos a inserção e atuação de Assistentes Sociais nesses organismos, a fim de caracterizar a relação do Serviço Social com a questão agrária na contemporaneidade. A escolha dessas instituições de organização dos trabalhadores considerou, sobretudo, que as mesmas têm as experiências mais duradouras e significativas sobre a atuação de Assistentes Sociais no trato da questão agrária no Maranhão.

A FETAEMA, uma das principais instituições de organização do movimento sindical rural do Brasil, foi fundada oficialmente em 1972⁴ com base nas demandas dos

⁴ Consideramos que a criação oficial da FETAEMA em 1972 é resultado da luta e organização dos trabalhadores camponeses em nível nacional e estadual evidenciadas desde os anos 1950. No referido período os trabalhadores camponeses do estado reforçaram sua organização nas mobilizações de uma campanha nacional pela reforma agrária, aprovada na II Conferência dos Trabalhadores Agrícolas realizada em setembro de 1954 no estado de São Paulo. Após esta conferência foi criada a Comissão Estadual pela Reforma Agrária, que incentivou a

trabalhadores camponeses em relação à organização das lutas pela terra e pela liberdade sindical. Atualmente essa entidade continua atuando com o objetivo de conquistar terra para os trabalhadores do campo, mas também luta pela garantia de políticas sociais específicas e amplas para esses trabalhadores, na perspectiva de uma reforma agrária que promova não só a distribuição de terra, mas também a socialização da educação, da cultura, da riqueza etc. Nesta instituição há registros de que a inserção de Assistentes Sociais se inicia em meados dos anos 1990.

O MST-MA se constituiu a partir da Amazônia Legal maranhense em meados dos 1980 no âmbito do processo de organização do MST em todo o país. Constitui-se no enfrentamento à expansão do latifúndio e expropriação dos trabalhadores camponeses no estado. Desde então, este movimento se consolidou no estado e tem lutado pela construção de novas relações sociais no campo, tendo como perspectiva a *transformação social*. Em relação a vinculação de Assistentes Sociais neste movimento, constatamos que se deu a partir de 1997.

Mediado por essas instituições, o processo de inserção e prática de Assistentes Sociais no enfrentamento da questão agrária envolve elementos importantes que caracterizam um tipo de relação próxima e *crítica* de profissionais de Serviço Social com a questão agrária no Maranhão contemporâneo.

Inicialmente, percebemos que, contraditoriamente, a *refuncionalização* das políticas públicas⁵ foi uma via que mediu a relação do Serviço Social com as referidas instituições, abrindo espaço de trabalho, mediante convênios com o Estado, que demandou a atuação de Assistentes Sociais. Entre os exemplos situamos a participação de profissionais na execução do Projeto LUMIAR e do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental

fundação de associações de trabalhadores rurais. Esse trabalho culminou com a criação da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM), a qual contribuiu para a organização autônoma e coletiva dos trabalhadores. Essa associação era vinculada à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) que incentivou a sindicalização rural no Maranhão. Os sindicatos rurais formados neste processo serviram de base e incentivo para a constituição da FETAEMA (ALMEIDA, 2008; MIRANDA, 2003)

⁵ O processo de *refuncionalização das políticas públicas* é derivado da Reforma do Estado brasileiro, empreendida nos anos 1990. Essa “reforma, entendida, como acomodação e transferência dos bens públicos para a esfera privada”, possibilitou a abertura de “espaço para setores de mercado através de concessões de serviços públicos. No entanto, com relação àqueles serviços em que o mercado não consegue obter lucro, o Estado propôs publicizá-los” (BATISTA, 1999: 77), ou seja, transferi-los para o denominado “terceiro setor”. O qual, segundo explica Montaño (2007:182) tem sido um termo utilizado para designar “organizações e/ou ações da ‘sociedade civil’”, e neste sentido tem servido de base para justificar que as ações do Estado, no sentido da “publicização” são importantes para fortalecer a democracia já que incentiva a forte participação da “sociedade civil” no processo das políticas do Estado. Entretanto essa perspectiva não se trata de uma verdade, já que é por esse processo que *o desmonte do Estado é ampliado através da ‘flexibilização’* do seu papel *no tratamento das políticas sociais*. Isso significa que o Estado passa a transferir para a sociedade os serviços que, de acordo com a ótica neoliberal, “ele próprio não pode ser protagonista e responsável” na sua implantação e execução, sendo que sua atribuição deve ser “apenas o papel de fomentar, fiscalizar e controlar” (BATISTA, 1999: 77).

(ATES)⁶, ambos implementados por instituições vinculadas ao MST e à FETAEMA em parceria com o Estado.

Porém, não foi pela via da *refuncionalização* que a atuação dos profissionais inseridos nessas organizações se consolidou. Ou seja, o modelo pontual de políticas públicas que são implementadas pelo Estado com a *refuncionalização* não permitiu que os profissionais continuassem atuando na questão agrária. Observamos que a consolidação da prática de Assistentes Sociais junto às instituições citadas se manifestou a partir do interesse que estas demonstraram pela atuação desse profissional e pelo interesse do profissional em atuar noutras frentes de trabalho para além das áreas para as quais foram contratadas inicialmente. Nesse sentido, os profissionais passaram a se vincular mais diretamente aos objetivos de luta dessas instituições, ainda que na busca, proposição e execução de políticas públicas.

Com a inserção mais sólida de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA observamos que esses profissionais contribuem na organização política dos trabalhadores camponeses e na realização de ações pela garantia dos direitos desses trabalhadores, especialmente no tocante aqueles relacionados à terra, à produção agrícola e à educação, saúde e previdência social no campo.

A pesquisa que resultou neste trabalho procurou reconstruir a Relação Serviço Social e Questão Agrária no Maranhão como uma realidade concreta síntese de muitas determinações, ou seja, como *unidade do diverso* (MARX, 1978: 116). A partir dessa perspectiva, procuramos apreender de modo crítico-dialético o processo de constituição da questão agrária contemporânea e a dinâmica de inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA. Nesse processo, consideramos as categorias questão agrária, trabalhadores camponeses e Serviço Social, a partir da realidade em que se desenvolvem, ou seja, no Maranhão, Brasil e em nível mundial.

O processo metodológico da pesquisa teve como referência de orientação a periodização das transformações contemporâneas no Maranhão baseada em Lopes et al. (2006). A partir dessas autoras, temos a indicação do segundo movimento da expansão capitalista no Maranhão, cujo processo vai da metade dos anos 1990 à atualidade. É neste contexto que se verifica a expansão do capital mundializado no campo, por meio da expansão

⁶ O Projeto Lumiar se desenvolveu de 1997 até 2000 no âmbito do Governo de Fernando Henrique. Já o Programa de ATES foi constituído no Governo de Luis Inácio Lula da Silva, em 2004. Tais programas foram criados para promover a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural nos assentamentos de reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

do agronegócio no Maranhão, e o Serviço Social na sua relação com a questão agrária, através da inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA.

A investigação compreendendo uma dimensão conceitual e uma dimensão empírica a respeito da questão agrária na contemporaneidade, no Brasil, e em particular no Maranhão, foi realizada através de pesquisa bibliográfica em obras clássicas e contemporâneas, pesquisa documental em fontes primárias e secundárias e levantamentos de dados recentes disponibilizados na internet.

No que se refere à pesquisa sobre a relação do Serviço Social com a questão agrária no Brasil contemporâneo fizemos um levantamento da produção bibliográfica acerca dessa relação nos anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS e do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, realizados entre 1995 a 2008⁷. A configuração dessa relação foi identificada ao percebermos nos artigos que foram pesquisados: a concepção dos Assistentes Sociais sobre a questão agrária no Brasil; alguns enfoques que são ou deveriam ser trabalhados pelos Assistentes Sociais a essa questão; e as formas de inserção dos profissionais nessa área.

No tocante à pesquisa sobre a relação Serviço Social e questão agrária no Maranhão recuperamos alguns elementos sistematizados no nosso trabalho de conclusão de curso em Serviço Social, que tratou sobre os *Passos e descompassos na relação formação profissional e questão agrária nos 50 anos de Serviço Social no Maranhão*. Ademais, recorreremos à investigação em fonte primárias, para identificar a inserção e prática de Assistentes Sociais nos processos de enfrentamento à questão agrária no Maranhão contemporâneo.

Inicialmente realizamos pesquisa no Registro de Cadastro do Conselho Regional de Serviço Social do Maranhão (CRESS/MA), a fim de identificar organismos que congregam Assistentes Sociais que atuam no enfrentamento da questão agrária maranhense. Para complementar os dados encontrados no CRESS/MA, fizemos ainda um mapeamento das instituições e movimentos sociais atuantes na questão agrária maranhense, com o objetivo de

⁷ Cabe enfatizar que fizemos um esforço em contemplar na análise da relação do Serviço Social com a questão agrária no Brasil contemporâneo o período de 1990 a 2008. Entretanto, a dificuldade de acesso aos Anais dos ENPESS e CBAS realizados de entre 1990 a 1995 inviabilizou a pesquisa bibliográfica envolvendo o referido período. Infelizmente, o Maranhão ainda não dispõe de uma base de dados que reúna toda a bibliografia produzida nos encontros e congressos nacionais de Serviço Social, por isso, a pesquisa empreendida para a referida análise foi feita a partir do acervo pessoal de alguns profissionais e do acervo bibliográfico disponível no CRESS e no CDILUSS - Centro de Documentação, Informação e Lutas em Serviço Social. Este último já representa o esforço empreendido pelo Curso e Departamento de Serviço Social da UFMA em “(...) criar um espaço público coletivo de guarda, produção e socialização de informações e documentos sobre Lutas Sociais e Serviço Social no Brasil e na América Latina, mas, de modo particular, no Maranhão” (UFMA, DESES, 2005: 29).

posteriormente identificarmos Assistentes Sociais no quadro de profissionais desses organismos. Essa investigação foi realizada na dinâmica da pesquisa “*Tendências da inserção dos Assistentes Sociais no mercado de trabalho e a questão da identidade profissional no Maranhão: determinações e formas de expressão nos marcos do neoliberalismo - 1990/2008*”⁸, que começou a ser realizada em 2008 por pesquisadores do GSERMS⁹.

Após esses mapeamentos, passamos para a pesquisa de campo junto as instituições, organizações e movimentos sociais identificados, com o objetivo de atualizar ou identificar dados a respeito da inserção e prática de Assistentes Sociais nestes espaços e com o propósito de configurar a atuação desses organismos no processo de enfrentamento da questão agrária, haja vista a necessidade de levantar dados para configurar a luta dos trabalhadores camponeses no enfrentamento da questão agrária e para escolher as organizações que representariam nosso objeto empírico.

Cabe ressaltar que a atuação das organizações citadas foi configurada através da aplicação do instrumental “*Cadastro Censitário das Instituições Empregadoras de Assistentes Sociais no Maranhão*” (ANEXO A), elaborado para a pesquisa “*Tendências da inserção dos Assistentes Sociais no mercado de trabalho e a questão da identidade profissional no Maranhão: determinações e formas de expressão nos marcos do neoliberalismo - 1990/2008*”.

Através da aplicação desse instrumental constatamos que as experiências mais duradouras e significativas se encontravam no MST e na FETAEMA, que são as duas organizações de trabalhadores camponeses mais expressivas no Maranhão. Com isso, os próximos passos da pesquisa se voltaram para o levantamento de dados que nos permitisse configurar a inserção e participação de Assistentes Sociais nessas organizações.

A investigação sobre o processo de inserção e atuação de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA se deu por meio de entrevistas semi-estruturadas (APÊNDICE A) e

⁸ Essa pesquisa é um recorte do estudo sobre as “Tendências do Serviço Social no contexto das transformações contemporâneas e sistema de controle social no Maranhão: mercado de trabalho, formação profissional e projeto ético-político profissional”, um dos eixos constitutivos da pesquisa sobre as “TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E SISTEMA DE CONTROLE SOCIAL NAS RELAÇÕES CAMPO E CIDADE: trabalho, luta social e prática do Serviço Social no Maranhão” (ABREU; LOPES; SANTANA et al., 2006) em desenvolvimento no âmbito do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates sobre Serviço Social e Movimento Social – GSERMS.

⁹ É importante frisar nossa participação neste grupo de pesquisa desde a graduação em Serviço Social (2000-2004) e que na pesquisa sobre as TENDÊNCIAS DA INSERÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO MERCADO DE TRABALHO E A QUESTÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL NO MARANHÃO: determinações e formas de expressão nos marcos do neoliberalismo -1990/2008, realizamos a aplicação do instrumental citado junto às organizações da sociedade civil e órgãos do Estado que atuam na temática referente à agricultura e/ou questão agrária, o que nos deu subsídios para levantar dados necessários à construção desse trabalho e à pesquisa realizada pelo GSERMS. Por isso, é importante frisar que os resultados aqui expostos também fazem parte da pesquisa do GSERMS.

observação junto às Assistentes Sociais que desenvolvem atividades nessas organizações. As entrevistas realizadas foram gravadas e depois transcritas, considerando a necessidade de manter neste trabalho os dados apresentados através da fala dessas profissionais. Os objetivos específicos que nortearam a elaboração do roteiro de perguntas para a realização das entrevistas se pautaram na perspectiva de evidenciar o processo de aproximação das Assistentes Sociais com estas organizações; o papel ou função que desenvolvem naqueles espaços; a visão dessas profissionais a respeito da questão agrária na contemporaneidade; o tipo de contribuição que estas profissionais têm dado à organização dos trabalhadores camponeses; e, por fim, a contribuição que a formação em Serviço Social favoreceu para a atuação nessa área.

Depois dessa coleta de dados com base nos objetivos propostos, as etapas seguintes foram a sistematização e a análise dos dados, com base na qual elaboramos a exposição deste trabalho, que se inicia com a presente **Introdução**.

Em seguida o trabalho está dividido em duas partes, que agrupam os resultados da nossa investigação a respeito da configuração da questão agrária na contemporaneidade, no Brasil e no Maranhão, e da relação que o Serviço Social tem mantido com essa questão a partir dos anos 1990, sobretudo no Maranhão, através da inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA; e, por último, formulamos as **Considerações Finais**.

A PRIMEIRA PARTE intitula-se **A QUESTÃO AGRÁRIA E O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE (1990-2008)**, e está dividida em três capítulos.

No PRIMEIRO CAPÍTULO, intitulado: **A Dinâmica da Questão Agrária no Brasil e no Maranhão com o avanço do Capital Mundializado no Campo**, discutimos quatro eixos que configuram a questão agrária contemporânea. Esses eixos temáticos são debatidos em quatro itens.

O *primeiro item* é intitulado **O desenvolvimento do agronegócio enquanto referência de reconfiguração da questão agrária no Brasil**, no qual identificamos que as estratégias encontradas pelo capital para superar a crise econômica mundial dos anos 1970 foram determinantes para remodelar a questão agrária brasileira, considerando que o avanço do agronegócio no país, enquanto uma dessas estratégias na área da agricultura, agudizou o processo de expropriação e exploração do trabalhador do campo.

O *segundo item* intitula-se **Maranhão: um arquétipo da questão agrária e do agronegócio em regiões periféricas**, a partir do qual expomos as contradições presentes nas diversas regiões desse estado que expressam a presença do agronegócio na manifestação da questão agrária na contemporaneidade.

No *terceiro item*, denominado **O Estado enquanto articulador do Agronegócio**, apresentamos dados que certificam a atuação do Estado a favor da expansão do Agronegócio no país e no Maranhão, seja a partir de ações ou investimentos direcionados abertamente para o fortalecimento desse modelo de agricultura, seja pelas estratégias de difusão do agronegócio a partir das políticas públicas destinadas aos trabalhadores camponeses.

O *quarto item* - **Lutas Sociais contra o agronegócio no Maranhão: avanços e desafios**, destaca que paralelamente ao avanço do agronegócio no Brasil nos anos 1990, os trabalhadores camponeses também cresceram em termo de organização, afinal, a partir desse período são criadas e/ou consolidadas diversas organizações ou movimentos sociais do campo. Para demonstrar isso de modo mais concreto, apresentamos algumas organizações existentes no Maranhão, que surgiram ou se consolidaram no referido contexto, na luta pela reforma agrária e por políticas públicas de qualidade para a vivência os trabalhadores no campo.

No SEGUNDO CAPÍTULO da PRIMEIRA PARTE deste trabalho, denominado **O debate da relação Serviço Social e Questão Agrária no contexto de afirmação do projeto ético-político da profissão no Brasil** identificamos a discussão empreendida no Serviço Social a respeito da referida relação na contemporaneidade, através da exposição e análise de oito artigos que tratam dessa temática, apresentados nos ENPESS's e CBAS's, realizados entre 1995 a 2008. Neste processo, visualizamos algumas características da relação Serviço Social e questão agrária no Brasil à medida que descobrimos a concepção dos Assistentes Sociais sobre a questão agrária; os enfoques que são ou deveriam ser trabalhados por esses profissionais junto à questão citada e as formas de inserção dos profissionais nessa área.

Observamos que as Assistentes Sociais que estudam a Questão Agrária brasileira entendem que essa questão é resultante das disputas entre capital/trabalho que ocorrem no campo e na cidade, em decorrência do modelo hegemônico de desenvolvimento agrário. Para essas profissionais a questão agrária se manifesta na migração, no desemprego, nos processos de grilagem, nas terras devolutas demarcadas por pecuaristas, plantadores de soja etc., nas péssimas condições de vida e trabalho dos assalariados rurais, na luta pela terra e na presença dos movimentos sociais rurais.

É nas ações junto a estas manifestações da questão agrária que identificamos os enfoques trabalhados pelos Assistentes Sociais a partir de sua prática. No âmbito do Estado, os Assistentes Sociais atuam nos enfoques citados a partir da mediação das políticas públicas para o campo, entre as quais a política agrícola, a política de assistência social, a política de

educação. Nesse caso, a atuação profissional representa, de um lado, iniciativas de controle social do Estado ao elaborar e implementar políticas públicas, mas, contraditoriamente, também responde aos interesses dos trabalhadores camponeses, que lutam pela efetivação dessas políticas.

Além de responder aos enfoques citados a partir das ações diretas do Estado, percebemos também a atuação do Serviço Social pela via da formação profissional junto aos movimentos sociais do campo. Nesse caso, a relação do Serviço Social com a questão agrária se manifesta através da intervenção de professores e estudantes de Serviço Social em projetos de extensão ou pesquisas nessa área junto aos protagonistas da luta pela terra, apreendendo que é possível ir além da prática institucional ultrapassando a concepção democrático-liberal de cidadania e direitos sociais.

Apesar da existência dessa relação de proximidade entre Serviço Social e questão agrária, notamos que ainda é extrema a distância da profissão com o debate a respeito dessa questão. Um exemplo se dá na atuação de Assistentes Sociais na política de Assistência Social em municípios de pequeno porte, que sofrem os impactos do agronegócio em São Paulo. Nesse processo, os estudos elaborados por Sant'ana (2004; 2008) apontam que muitos Assistentes Sociais não visualizam a questão agrária enquanto determinante da pobreza, e, por conseguinte, não participam dos processos de elaboração de estratégias que possam fortalecer o enfrentamento dessa questão.

Evidenciamos com a exposição e análise dos artigos que a maior parte dos Assistentes Sociais que estudam o Serviço Social na questão agrária compreendem que a categoria profissional não tem feito um debate sistemático sobre a sua participação no processo de enfrentamento dessa questão. Nesse sentido, a relação entre Serviço Social e questão agrária, ainda é marcada pelo distanciamento, mas também se caracteriza por um movimento impulsionado por segmentos restritos da categoria que tem motivado o estudo e intervenção do Serviço Social nessa área, especialmente no que se refere à necessidade de contribuir com os interesses dos trabalhadores camponeses.

No **TERCEIRO CAPÍTULO** da **PRIMEIRA PARTE** deste trabalho, intitulado **Aproximações e Distanciamentos na Relação Histórica entre Serviço Social e Questão Agrária no Maranhão**, contextualizamos a relação da formação profissional e da prática em Serviço Social com a questão agrária no Maranhão, do momento de criação do Curso de Serviço Social da Escola Maranhense de Serviço Social, em 1953, até os anos 2000, apontando o processo que desencadeou a referida relação representada a partir da prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA.

Neste capítulo, verificamos que na contemporaneidade, os órgãos do Estado, principais espaços de mediação entre Serviço Social e questão agrária até final dos anos 1980, não são mais centrais nessa mediação, afinal com a Reforma do Estado de caráter neoliberal, vários órgãos estatais de atuação profissional na questão agrária no Maranhão, foram extintos ou reformulados durante os anos 1990, fazendo com que fosse eliminado, reformulado ou restringido o envolvimento de Assistentes Sociais na implementação de ações junto aos trabalhadores camponeses, sobretudo no tocante aos processos das políticas agrárias e agrícolas.

Identificamos que a centralidade da questão agrária na definição da questão social no Maranhão contribuiu para o estabelecimento de uma relação histórica, de aproximações e distanciamentos, entre o Serviço Social e essa questão. Neste sentido, a relação do Serviço Social com a questão agrária ganha um diferencial quando visualizada em nível nacional, considerando-se que no estado do Maranhão o surgimento do Serviço Social foi determinado pelas acirradas expressões da questão agrária, quando, em nível nacional, vários autores afirmam que sua secundarização pelo Serviço Social tem como justificativa o fato da profissão ter sido institucionalizada a partir de uma demanda vinculada à questão urbana.

Apesar dessa diferenciação, é válido ponderar que o surgimento e consolidação do Serviço Social no Maranhão fez parte das estratégias nacionais conservadoras para o “enfrentamento” da questão social. Ou seja, o Serviço Social maranhense não surgiu com o objetivo de satisfazer os interesses dos trabalhadores camponeses, o que foi determinante para que, após a sua emergência e posterior consolidação no estado, a relação entre Serviço Social e questão agrária fosse secundarizada e continuasse acrítica, já que não se percebia que os problemas fundamentais do Maranhão estavam relacionados diretamente à questão agrária.

Constatamos que a aproximação do Serviço Social com os interesses dos trabalhadores camponeses só começou a ocorrer concretamente com o processo de mudança vivenciado pela profissão no âmbito da formação e da prática profissional. Num movimento articulado com as transformações sociais no país, a partir da crise do “milagre econômico” e a decadência do Regime Militar, o Serviço Social passou a compreender a necessidade de sua vinculação com as lutas dos trabalhadores.

A maturação dessa necessidade foi fundamental para a inserção profissional em organizações de trabalhadores camponeses no Maranhão. Entretanto, consideramos que a luta empreendida por esses trabalhadores foi o fator preponderante para alavancar e mediar esse processo. Afinal, a vitalidade da luta empreendida por esse segmento da classe trabalhadora conseguiu firmar alguns espaços para a atuação de Assistentes Sociais, considerando que não

observamos uma perspectiva predominante da categoria profissional em contribuir no processo de criação e consolidação de campos de atuação nessa área. O que, na nossa visão, tem sido reforçado pelas políticas neoliberais do Estado, que ao extinguir e ou reformular órgãos públicos onde atuavam grande parte de Assistentes Sociais nas políticas agrárias e agrícolas no Maranhão, contribuiu para um recuo da atuação profissional neste contexto.

Para nós, isso significa que, além das determinações centrais da política neoliberal empreendida pelo Estado, há também uma desarticulação da categoria profissional em lutar pela inserção do Serviço Social em ações de enfrentamento à questão agrária.

A SEGUNDA PARTE deste trabalho intitulada **INSERÇÃO E PRÁTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS NO MST E NA FETAEMA – ELEMENTOS DA RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA NO MARANHÃO CONTEMPORÂNEO**, aponta características determinantes da relação Serviço Social e questão agrária na contemporaneidade. Essa parte está dividida em dois capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado **Motivações e Formas de Inserção de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA**, identificamos que a entrada de Assistentes Sociais nas organizações citadas se relacionam à influência da formação em Serviço Social; à atuação *político-militante* em lutas sociais no ambiente externo ou interno da universidade; e, a prática profissional anterior em organismos atuantes no campo, que fez com que os Assistentes Sociais pesquisados afirmassem o interesse pela atuação junto aos trabalhadores camponeses.

Apesar de existirem essas motivações, a inserção propriamente dita de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA se deu a partir das demandas “*institucionais*”¹⁰. Consideramos que essas demandas resultaram do (*res*)*surgimento* e *vitalidade* das lutas sociais dos trabalhadores camponeses nos anos 1990, que formataram a necessidade de maior contribuição técnica e política no processo organizativo da luta de classes, e que conseguiram garantir a efetivação de algumas políticas públicas destinadas à população rural a partir daquele período, o que possibilitou a criação de espaços de atuação para os Assistentes Sociais.

Nos dados pesquisados diretamente com as Assistentes Sociais que atuam nessas organizações constatamos nesse capítulo que as *demandas “institucionais”* centrais, que determinaram a inserção de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA, se relacionam à

¹⁰ O termo *demandas “institucionais”* será utilizado para caracterizar as demandas que se formulam para a atuação de profissionais no âmbito de organismos sociais como o MST e a FETAEMA. O uso da palavra *institucionais* está entre aspas porque consideramos que essas demandas são sociais, na medida em que são necessidades colocadas pelos trabalhadores camponeses aos seus organismos de representação.

necessidade de: formar *equipes de trabalho* para atuarem no processo de implementação de políticas públicas junto aos trabalhadores (as) rurais; e, *ter assessores* ou *militantes* que cumprissem papéis de orientação, coordenação, formação, articulação, sistematização etc., em secretarias e setores específicos da FETAEMA e do MST, respectivamente.

No segundo capítulo, intitulado: **A Prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA: contribuição na organização dos trabalhadores camponeses e no enfrentamento da questão agrária no Maranhão**, identificamos a prática desenvolvida pelos Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA ao verificamos as estratégias de intervenção e a metodologia que esses profissionais utilizam no processo de implementação de políticas públicas estatais ou em projetos específicos dessas organizações junto aos trabalhadores camponeses.

Com isso, realizamos a configuração da relação Serviço Social e questão agrária na contemporaneidade, no contexto do estado do Maranhão.

PRIMEIRA PARTE: A QUESTÃO AGRÁRIA E O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE (1990-2008)

1 A dinâmica da Questão Agrária no Brasil e no Maranhão com o avanço do Capital Mundializado no campo

I O desenvolvimento do agronegócio enquanto referência de reconfiguração da questão agrária no Brasil

A questão agrária está na base do processo constituinte da questão social no Brasil, e se manifesta na atualidade sobre velhas e novas formas, ocasionadas pelo processo de inserção e expansão do capital financeiro no campo.

As bases de sua formação nos remetem ao processo de constituição dessa sociedade, quando os portugueses dividiram o país em grandes extensões de terra e centralizaram a produção para o abastecimento de mercados externos, contribuindo para a ocorrência da concentração fundiária e para uma *obsoleta* forma de utilização da terra, baseada na *grande exploração agromercantil* (PRADO, 2000).

Entretanto, é no processo de consolidação e hegemonia do modo de produção capitalista no país que a questão agrária ganha novas dimensões, sobretudo a partir da década de 1960. Naquele contexto, impôs-se um modelo de industrialização para a agricultura, que provocou a concentração de terras nas mãos de grupos capitalistas e promoveu um crescente êxodo rural, provocando simultaneamente o agravamento da questão urbana.

Neste sentido, parte-se do pressuposto de que a questão agrária é uma categoria histórica¹¹ na sociedade brasileira, que tem se manifestado como resultante das relações

¹¹ Ao consideramos a questão agrária enquanto base constituinte da questão social no Brasil pressupomos que a mesma é uma categoria histórica nesta sociedade, pois partimos do entendimento de que a “questão social é uma categoria histórica”, que tem se manifestado ao longo da história da humanidade como resultante das relações sociais entre os homens, mas que ganha novo relevo a partir da emergência do modo de produção capitalista na sociedade (LOPES, 2000). Considerando tal pressuposto, observamos que este se diferencia da concepção de autores (CERQUEIRA, 1982) que caracterizam a questão social como decorrente do processo de industrialização, quando as formas do modo de produção capitalista se consolidam, colocando em evidência as contradições entre capital e trabalho. Contrapondo este viés, visualizados que a questão agrária brasileira é uma categoria histórica porque é produzida pelas desigualdades entre os homens, necessidades e lutas de classes ao longo da história do país.

sociais entre portugueses e indígenas, senhores de engenho e escravos, latifundiários e trabalhadores camponeses, etc.

Apesar dessa configuração histórica, é somente entre os anos 1940 e 1960, que o debate em torno dessa questão ganha ênfase no Brasil, pois, acreditava-se que a estrutura agrária da forma como se apresentava nesse período era um forte empecilho ao desenvolvimento do país, sobretudo no que se refere à intensificação do processo de industrialização e à melhor distribuição da renda.

Naquele período, o país vivenciava transformações intensas, especialmente no que se refere à sua base produtiva. Observa-se um maior incentivo do Estado, através de políticas públicas, ao processo de industrialização, em contraponto à atenção que, até os anos 1930, era atribuída majoritariamente ao modelo agromercantil. Segundo Celso Furtado (1962), o desenvolvimento econômico nesse período era basicamente um processo de industrialização, por isso, sua concepção era de que qualquer governo tinha o dever de acabar com os obstáculos que impossibilitassem esse desenvolvimento.

Entretanto, a questão central, segundo Prado Jr. (2000), estava justamente nos padrões em que se processaria esse desenvolvimento, ou seja, se o país continuaria privilegiando a produção de bens para o mercado externo, exportando riqueza e provocando a pobreza da população brasileira, ou se mudaria de rumo, no sentido de consolidar, inicialmente, um forte mercado interno, que ajudasse na distribuição da renda, e assim, como consequência, contribuísse na melhoria da qualidade de vida desta população.

Sobre isso, Sanches (2009: 02) esclarece que,

uma das opções pensadas na época, alternativa ao desenvolvimento nacional sustentado pela entrada de capitais estrangeiros, seria a do desenvolvimento pela via do fortalecimento do mercado interno. No entanto, a estrutura fundiária do país, assim como as relações de trabalho no campo eram vistas como obstáculos àquela via de desenvolvimento. Por um lado, a baixa produtividade do latifúndio não poderia oferecer os gêneros alimentícios necessários aos centros urbanos. Ao mesmo tempo, a predominância de relações de trabalho não assalariadas faziam com que a população rural fosse também incapaz de se constituir num mercado consumidor para os produtos industriais.

Diante desta problemática, a solução pensada por estudiosos como Caio Prado Jr. (2000), era justamente a desconcentração da terra, através da reforma agrária. O propósito era superar a questão agrária para que o país se desenvolvesse social e economicamente.

A partir dessa vertente, os órgãos do Estado interpretavam a questão agrária preponderantemente como questão fundiária, por isso, a reforma agrária se fundamentava na distribuição de terra. Entendia-se que feita essa distribuição muitos problemas sociais e

econômicos do país seriam resolvidos. Conforme José Graziano da Silva (1993:102), a reforma agrária aparecia

*como o remédio para a crise agrária e para a crise agrícola porque passava o país. A reforma agrária visava então alterar a estrutura de posse e uso da terra no Brasil, para que pudesse haver um desenvolvimento mais rápido das forças produtivas no campo. Como se dizia na época, era preciso *acelerar a penetração das relações capitalistas de produção na agricultura brasileira*. Pretendia-se assim, exorcizar os fantasmas dos “restos semifeudais” escondidos nos latifúndios que atormentavam a vida dos trabalhadores rurais. A reforma agrária, entregando esses latifúndios para os camponeses, suprimiria as “relações pré-capitalistas” (isto é, resolveria a questão agrária) e faria aumentar a produção, uma vez que trocava as terras ociosas dos latifúndios em cultivo (isto é, resolveria a questão agrícola).*

Entretanto, como já sabemos, essa proposta de reforma agrária não foi realizada, pois os interesses da burguesia brasileira foram atendidos pela via do desenvolvimento das relações de produção capitalistas na agricultura. Esta opção propiciou *grandes avanços na solução das questões agrícolas, isto é, dos problemas ligados à produção propriamente dita. Mas esse desenvolvimento só fez agravar a questão agrária, ou seja, o nível de miséria da população rural brasileira* (SILVA, 1993: 103).

Com o agravamento da questão agrária, expresso sobretudo na forma dos conflitos sociais no campo, a opção do Estado nos anos seguintes àquele debate foi a realização de projetos de colonização, que hoje podem ser caracterizados como projetos de assentamentos, que foram, e ainda são, implementados na perspectiva de expandir a fronteira agrícola e/ou amenizar os conflitos por terra. Mas, foi a partir do desenvolvimento dessas ações pontuais do Estado, que os trabalhadores camponeses passaram a perceber de forma mais concreta que, a questão agrária ultrapassa a questão fundiária, e que para a sua resolução é preciso muito mais que garantir a distribuição de terras.

Conforme Araújo (1999: 25), essa percepção por parte dos trabalhadores camponeses pode ser notada quando observamos que nos anos 1980

a questão agrária volta à cena cotidiana face à crescente demanda por terra, expondo a contraface do processo de modernização. Os conflitos envolvem diversos segmentos de trabalhadores, que se confrontam não apenas com os grandes proprietários, grupos econômicos, empresas, Bancos etc., envolvidos nos negócios de terra, mas com o próprio Estado (LEITE E PALMEIRA, 1996). A ampliação dos conflitos revela que os mesmos já não são apenas conflitos em torno da terra, da produção ou das condições de trabalho. Trata-se também da construção de obras públicas, da assistência governamental nas situações de calamidade do meio ambiente, da assistência médica, entre outras questões (ARAÚJO, 1999: 25).

A partir dessa nova configuração das lutas sociais no campo, alguns estudiosos (SILVA, 1993; FERNANDES, 2001) e organizações de trabalhadores camponeses (MST; CONTAG, etc.) têm entendido que a questão agrária se apresenta de forma mais ampla nos

dias atuais. Para estes segmentos, essa questão *compreende as dimensões econômica, social e política* (FERNANDES, 2001: 23-24) e

se alia hoje a um série de “outras” questões, como a questão energética, a questão indígena, a questão ecológica, a questão urbana, e a questão das desigualdades regionais. Ou seja, a questão agrária permeia hoje uma série de problemas fundamentais da sociedade brasileira. No fundo, todos têm a ver com o caráter parasitário que atingiu a forma específica como se desenvolveu o capitalismo neste país (SILVA, 1993: 105).

Esse entendimento a respeito da questão agrária traduz perfeitamente a configuração que ela assume nos dias atuais, pois, constatamos que, a partir da inserção e expansão do capital mundializado no campo, sua manifestação se aprofunda em consequência do papel que a agricultura assumiu no processo de enfrentamento da crise capitalista dos anos 1970.

Em nível mundial, o processo desencadeado para a superação dessa crise foi marcado por um movimento de reestruturação capitalista. Esta estratégia consistiu basicamente em expandir o capital em busca de novos ativos, para que o sistema se mantivesse em ordem. Nesta perspectiva, ideólogos da classe dominante, como Milton Friedman (1977) e Friedrich Hayek (1990), consideraram a necessidade de deter as barreiras que impediam a expansão do capital e que, conseqüentemente, ocasionavam sua crise.

As críticas desses pensadores apontaram a atuação do Estado keynesiano como principal barreira para o desenvolvimento capitalista. Considerou-se que a influência do Estado no processo econômico bem como os seus gastos na área social em benefício dos trabalhadores, mesmo que tenha se dado no sentido de incentivar o consumo e garantir investimentos econômicos, foram os principais motivos que levaram a crise.

Assim, para solucioná-la seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com o bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a manutenção de um exército de reserva de trabalho para neutralizar o poder de pressão que o movimento operário, ou mais concretamente os sindicatos, haviam adquirido a partir da estabilidade no emprego, garantida pelas políticas do Estado (ANDERSON, 1995: 11).

Além disso, os mesmos consideravam que “reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos”. Tais reformas teriam que ocorrer no sentido de reduzir os impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas, na tentativa de provocar uma desigualdade saudável que seria favorável ao sistema (ANDERSON, 1995: 11).

Ao identificar as barreiras que impediam o avanço capitalista, tais ideólogos ajudaram na formatação das denominadas políticas neoliberais, que, segundo suas

orientações, deveriam ser adotadas na condução do processo de reestruturação do capital pelas forças políticas e econômicas simpatizantes da sua recuperação. Tais políticas foram: estabilização (de preços e das contas nacionais); privatização (dos meios de produção e das empresas estatais); liberalização (do comércio e dos fluxos de capital); desregulamentação (da atividade privada) e austeridade fiscal (restrição aos gastos públicos) (PETRAS, 1997a).

A implementação dessas políticas pelas grandes potências mundiais, especialmente orientadas para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, ocasionou uma série de transformações, tanto na esfera produtiva como na direção política dos Estados.

No processo produtivo, a crítica ao rígido padrão de produção fordista impôs a acumulação flexível. Buscou-se fazer com que o trabalhador formal, de estatuto fordista, fosse substituído pelo trabalhador de tempo parcial, subcontratado, precarizado, terceirizado. A efetivação desse processo implicou a necessidade dos Estados Nacionais flexibilizarem as suas leis trabalhistas e possibilitarem legalmente a difusão de empresas regidas por um modelo de acumulação flexível. É justamente isso que significou, já na esfera da política, a deliberação dos neoliberais de afastar o Estado das decisões relativas ao processo econômico.

O Estado deveria continuar com o seu papel de legalizar, mas não poderia interferir no rumo da economia, tampouco atuar efetivamente na implementação de algum processo que gerasse lucro, inclusive no que se refere às *atividades tradicionalmente excluídas da esfera do mercado* (TEUBAL, 2008: 141), pois, de acordo com as políticas neoliberais, elas deveriam ser repassadas ao mercado.

Em relação a essas atividades, Teubal (2008: 141) explica que, possivelmente, *as atividades mais notáveis*, em que o processo de globalização exigiu a introdução e ampliação das características capitalistas, *tenham sido a educação, a saúde, a seguridade social, a ciência e a tecnologia, a cultura em geral, assim como muitas daquelas vinculadas ao setor agropecuário e a sistemas agro-alimentícios*.

Assim, percebemos que além de ser afastado das práticas econômicas, requisitou-se do Estado uma atuação restrita no social. Interpretando Harvey (2005), podemos indicar que os serviços sociais prestados pelo *Estado de Bem Estar* passaram a significar valiosos ativos financeiros que deveriam ser liberados, colocados em circulação, para que o *capital sobreacumulado* pudesse se apossar dos mesmos.

Com isso, estreitou-se a atuação do Estado na área social, que foi direcionada ao desenvolvimento de políticas para os mais pobres. Entre os exemplos concretos, onde se agilizou a introdução desse receituário neoliberal, encontram-se os países latino-americanos,

aos quais as grandes potências econômicas mundiais impuseram o que Soares (2000) denomina de *ajuste neoliberal*.

Soares (2000) explica que, nos países da América Latina, esse *ajuste neoliberal* não foi apenas de natureza econômica, mas fez parte de uma redefinição global do campo político institucional e das relações sociais. Sua execução se deu através de um pacote de exigências introduzidas pelas grandes potências a tais países, segundo as quais esses países deveriam: a) aumentar o grau de abertura da economia para o exterior a fim de alcançar maior competitividade de suas atividades produtivas; b) racionalizar a participação do Estado na economia, liberalizar os mercados, os preços e as atividades produtivas; c) estabilizar o comportamento dos preços e de outras variáveis macroeconômicas.

Em decorrência da implementação desse *ajuste neoliberal*, os povos dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, como é o caso dos que integram a América Latina, passaram a ser os mais penalizados com a crise dos anos 1970 e com as propostas para a sua superação.

Nesta conjuntura, um dos setores que sofreu sérias transformações com o ajuste neoliberal sobreposto pelos países desenvolvidos aos latinos, e que nos interessa debater neste trabalho, foi o agrário (TEUBAL, 2008: 142). Isso porque, as estratégias encontradas para superar a crise econômica transferiram para a agricultura mundial um papel fundamental. E, como a vida e a economia da maioria dos países latino-americanos estão relacionadas às questões agrícolas, esse continente vivenciou transformações em sua estrutura.

Podemos indicar que o *ajuste neoliberal* na América Latina possibilitou o que Marques (2008) denomina de “globalização do capital na agricultura”, que em sua opinião é um processo que envolve tanto a terra como o trabalho e por isso tem sido extremamente oneroso para a população rural. Ao explicar tal processo ela diz que:

A terra, dado o seu caráter imóvel, é “globalizada” na medida em que o capital se desloca criando novas frentes de expansão, comprando ou alugando terras e promovendo mudanças quanto ao seu uso e/ou regime de propriedade. O trabalho, por sua vez, pode ser afetado de diferentes maneiras com a destruição de antigas relações de produção, precarização e crescente proletarianização dos trabalhadores, estímulo à mobilidade espacial, criação de uma variedade de formas de subcontratação do trabalho da unidade de produção familiar etc. (MARQUES, 2008: 54-55).

A *globalização do capital na agricultura*, intensificada no continente sobretudo a partir dos anos 1990, incrementou o domínio do capital no campo, representado anteriormente

pelas exigências da Revolução Verde¹², que introduziu mudanças no processo de produção agrícola. Entre as transformações impostas por esse modelo de “globalização”, Teubal é esclarecedor ao relatar que ele provocou em toda a América Latina

[...] a difusão crescente do trabalho assalariado; a precarização do emprego rural; a multiocupação; a expulsão de médios e pequenos produtores do setor; as contínuas migrações campo-cidade ou através das fronteiras; a crescente orientação da produção agropecuária a partir dos mercados; a articulação dos produtores agrários com complexos agroindustriais onde predominam as decisões de núcleos de poder vinculados a grandes empresas transnacionais ou transnacionalizadas; a formação em alguns países dos denominados *pool de siembra* etc. [...]. No outro pólo do processo se manifesta a importância crescente que assumem os complexos agroindustriais comandados por grandes corporações transnacionais ou transnacionalizadas que se vinculam com o comércio mundial de produtos agropecuários, a provisão de insumos e tecnologia agropecuária, o processamento industrial e a distribuição final de alimentos, e a difusão dos *pool siembra* e/ou mecanismos financeiros que incidem sobre o fazer agropecuário. A maior concentração de capital nos diversos setores que integram os sistemas agroalimentares dos países latino-americanos, a provisão de novos insumos e tecnologia agropecuária, a transnacionalização de partes importantes do sistema agroindustrial associado ao meio rural, e a estreita articulação e crescente integração vertical no interior de importantes complexos agroindustriais, são fenômenos que podem relacionar-se com os processo de globalização (TEUBAL, sdp: 46-47 apud MARCOS, 2008: 192).

Essa fase, em que a globalização do capital se efetiva no setor agropecuário, é caracterizada por Teubal (2008: 139) como um período de “expansão e consolidação de um sistema de agronegócios”. Para o autor, é nesse sistema que reside “uma das manifestações mais importantes dos processos de globalização no mundo atual”. Ele esclarece a respeito do sistema de agronegócios ou agronegócio, como passaremos a denominar, ao afirmar que

trata-se de um modelo cujo modo de funcionamento global, com predomínio do capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas *commodities* orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração (TEUBAL, 2008: 140)

O agronegócio implica numa fase em que grandes empresas transnacionais passam a controlar, em muitos países, sobretudo nos da América Latina, os segmentos fundamentais dos sistemas agro-alimentícios como: *a indústria alimentícia, a indústria de sementes, a produção de agroquímicos e outros insumos que são vendidos massivamente aos produtores agropecuários*” (TEUBAL, 2008: 142).

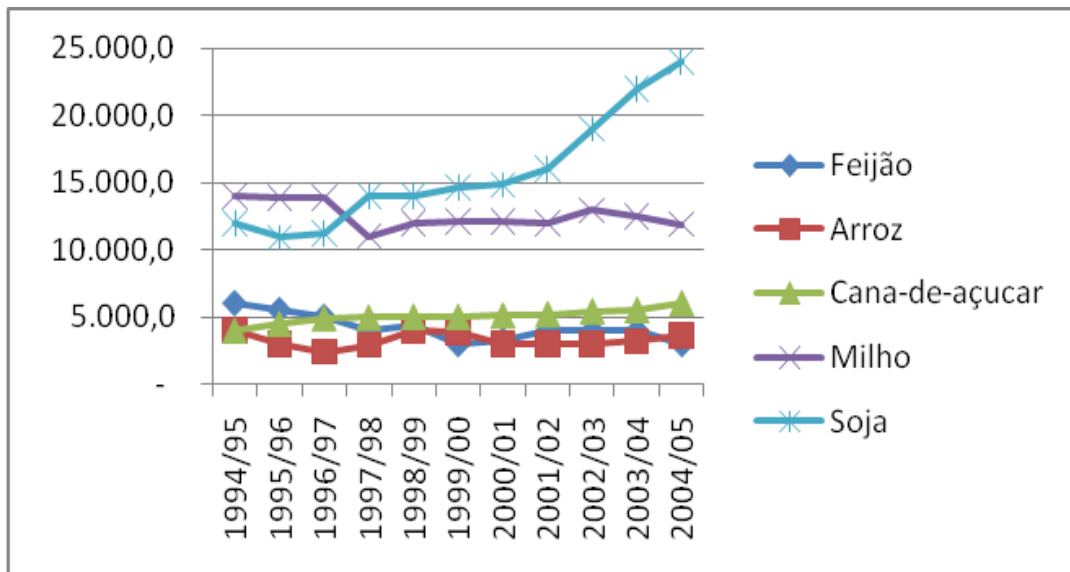
¹² A Revolução Verde pode ser entendida como um modelo econômico de desenvolvimento para o campo, hegemônico no mundo inteiro a partir da década de 1960, que preconizava o aumento da produtividade e da especialização da produção agrícola mediante processos de modernização tecnológica, intensivos no uso de capital e de insumos industrializados. Apoiada em políticas públicas (pesquisa e assistência técnica) e em subsídios (através do crédito a juros negativos, por exemplo) promoveu a chamada “industrialização” da agricultura, vinculando o setor agrícola, a montante e a jusante do processo produtivo, às cadeias agroindustriais. Muitas são as críticas às consequências desse modelo, tanto no que se refere à concentração de renda e poder no campo, quanto à degradação ambiental que produziu.

No caso do Brasil, um dos principais produtores agrícolas do continente latino americano, a globalização do capital na agricultura, e, conseqüentemente, a implementação e expansão do *agronegócio*, significou a expansão das áreas de produção para atender as exigências do mercado externo, *a maior abertura do mercado brasileiro e a ampliação de investimentos diretos de empresas multinacionais do sistema agro-alimentar no país* (MARQUES, 2008: 60).

A expansão das áreas de produção para atender o mercado externo pode ser medida através de dados que apontam o aumento da produção/produtividade e da área plantada com produtos valorizados pelo agronegócio¹³ (CAMPOS, 2006: 158), em detrimento dos produtos alimentícios básicos para alimentar a população brasileira, conforme podemos evidenciar nos gráficos a seguir.

GRÁFICO 1

Área Plantada no Brasil entre as safras 1994/95 e 2004/05 (em mil hectares)



Fonte: CONAB (2006 *apud* NORONHA et al. 2006: 08)

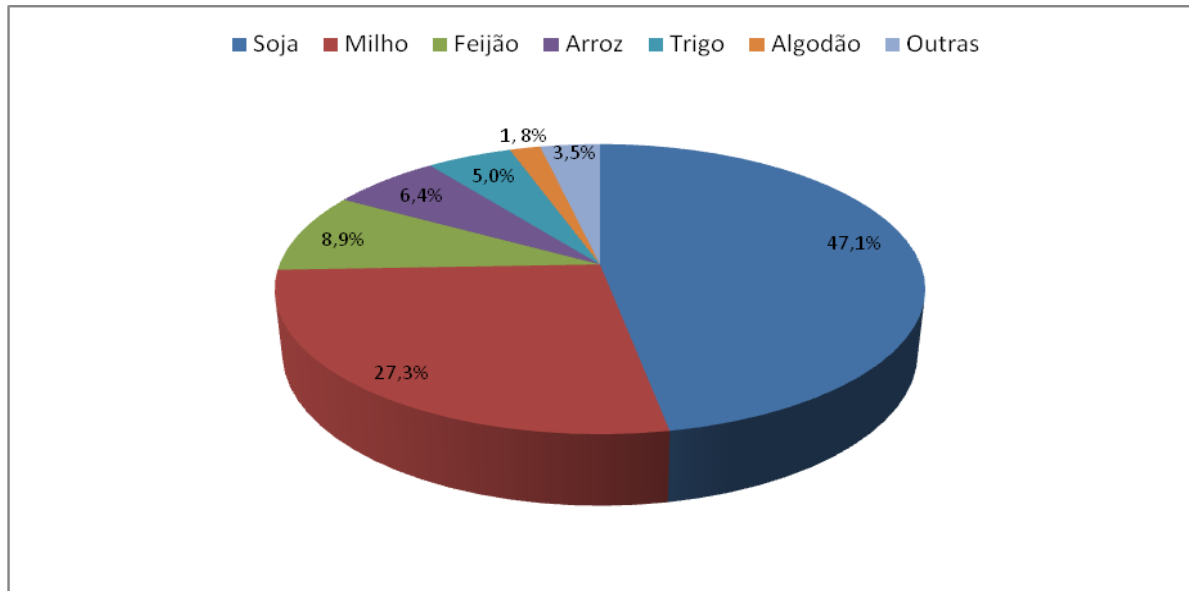
No **Gráfico 1** identificamos que a área plantada com soja, milho e cana-de-açúcar, entre as safras 1994/95 e 2004/05 cresceu mais em relação às áreas destinadas para o plantio de arroz e feijão, que em regra são produtos valorizados no mercado interno e que em grande medida são produzidos por agricultores familiares nas suas pequenas e médias propriedades¹⁴.

¹³ Entre os produtos agrícolas que mais têm sido demandados para a exportação estão a soja, café, algodão, cana-de-açúcar, e produtos derivados, como álcool e suco de laranja.

¹⁴ Confirmando esses dados, o Censo Agropecuário de 2006 evidenciou que apesar das propriedades familiares representarem apenas 24,3% das terras dedicadas à agropecuária no Brasil, mesmo sendo 84,4% do total de

GRÁFICO 2

Distribuição da área plantada com Grãos no Brasil (Julho 2006)



Fonte: CONAB (2006 *apud* NORONHA et al. 2006: 07)

No **Gráfico 2**, percebemos que a área plantada com soja¹⁵ e milho alcançou mais de 70% da área plantada com grãos no país em 2006. Com isso, confirmamos que os produtos mais demandados pelos consumidores nacionais permanecem na rota da menor área/produção. Nesse sentido, concluímos que a ampliação das lavouras com monoculturas valorizadas pelo agronegócio afeta a produção de gêneros alimentícios destinados ao consumo da população brasileira, ameaçando a segurança alimentar no país¹⁶.

unidades rurais existentes, elas produzem a maioria de muitos alimentos essenciais que chegam à mesa do brasileiro: 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 58% do leite, 59% da carne suína e 50% das aves, sem falar em 30% da carne bovina e 21% do trigo, entre outros produtos destinados ao consumo interno. Enquanto que nas grandes propriedades de todo o território nacional o plantio de soja se expandiu 88% entre 1996 e 2006. De acordo com o Censo, a agricultura familiar produz 16% da soja brasileira, ficando a cargo das grandes propriedades a imensa maioria destinada ao mercado externo. As áreas destinadas à cana-de-açúcar cresceram 33%, boa parte destinada a virar combustível (IBGE, 2006).

¹⁵ De acordo com o IBGE, no período 1995/2006, a soja apresentou um aumento de 88,8% na produção, alcançando 40,7 milhões de toneladas, em 15,6 milhões de hectares, com um aumento de 69,3% na área colhida. Em termos absolutos, representa um aumento de 6,4 milhões de hectares, caracterizando a soja como a cultura que mais se expandiu na última década. Grande parte desta área pertence à região Centro-Oeste (IBGE, 2006).

¹⁶ No caso específico da expansão da produção da soja no país, o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira ressalta que isso, por si só, não significa um risco à segurança alimentar, uma vez que a soja ocupa 15 milhões dos 780 milhões de terras disponíveis no Brasil. O grande problema é que a produção de soja representa um percentual muito alto das terras utilizadas no país, mostrando que não há uma política voltada à produção de alimentos. Além disso, a soma da produção monocultora (com cana-de-açúcar, milho, laranja, etc.) dos produtos destinados à exportação (in-natura ou processado) é que podem acarretar um estado de insegurança alimentar no país, considerando que a expansão das lavouras destinadas a esse tipo de produção impactam diretamente na diminuição das áreas destinadas à produção de alimentos básicos à mesa do brasileiro (PERES, 2009).

Um caso exemplar no que se refere ao avanço da área plantada com produtos valorizados pelo agronegócio em detrimento daqueles produtos básicos para alimentar a população brasileira está no estado de São Paulo. Segundo Noronha et al. (2006: 07) as estimativas de produção agrícola para esse estado na safra 2005/06 apontam uma redução dos cultivos de tomate, amendoim, laranja, que estão sendo substituídos por cana-de-açúcar, de acordo com o Instituto de Economia Agrícola de São Paulo (IEA). Além disso, um levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para a safra de café indicam uma perspectiva de redução na área plantada de 2,63% em Minas Gerais; 4,15% no Espírito Santo; e 7,66% em São Paulo, em decorrência do crescimento da produção canavieira na região Sudeste.

Além desses indicadores, o aumento da percentagem do agronegócio no PIB e a sua crescente participação no quesito exportações no país, também representam um indicador da expansão da produção/produtividade do agronegócio. Um exemplo desse processo pode ser constatado nos dados expostos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento¹⁷ (MAPA) em 2003, que evidenciam o crescimento desse setor na última década.

O agronegócio é responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros. Estima-se que o PIB do setor chegue a US\$ 180,2 bilhões em 2004, contra US\$ 165,5 bilhões alcançados no ano passado. Entre 1998 e 2003, a taxa de crescimento do PIB agropecuário foi de 4,67% ao ano. No ano passado, as vendas externas de produtos agropecuários renderam ao Brasil US\$ 36 bilhões, com superávit de US\$ 25,8 bilhões.

Nos últimos anos, poucos países tiveram um crescimento tão expressivo no comércio internacional do agronegócio quanto o Brasil. Os números comprovam: em 1993, as exportações do setor eram de US\$ 15,94 bilhões, com um superávit de US\$ 11,7 bilhões. Em dez anos, o país dobrou o faturamento com as vendas externas de produtos agropecuários e teve um crescimento superior a 100% no saldo comercial. Esses resultados levaram a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) a prever que o país será o maior produtor mundial de alimentos na próxima década.

O Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários. É o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Além disso, lidera o ranking das vendas externas de soja, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro. As projeções indicam que o país também será, em pouco tempo, o principal pólo mundial de produção de algodão e biocombustíveis, feitos a partir de cana-de-açúcar e óleos vegetais. Milho, arroz, frutas frescas, cacau, castanhas, nozes, além de suínos e pescados, são destaques no agronegócio brasileiro (MAPA, 2003).

Outro indicador da expansão das áreas de produção no país em favor do agronegócio pode ser verificado quando relacionamos os dados sobre a área dos estabelecimentos rurais e verificamos que a terra se mantém concentrada em grandes

¹⁷ Dados encontrados no site <http://www.agricultura.gov.br/>, acessado em 04 de abril de 2009.

propriedades, as quais geralmente se destinam a produção agrícola em larga escala. Conforme se verifica nos dados apontados na **Tabela 1**:

TABELA 1
Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área – Brasil (1985/2006)

Estrato de área	Área dos estabelecimentos rurais (ha)					
	1985		1995		2006	
Total	374.924.421	100%	353.611.246	100%	329.941.393	100%
Menos de 10 há	9.986.637	3%	7.882.194	2%	7.798.607	2%
De 10 ha a menos de 100 ha	69.565.161	19%	62.693.585	18%	62.893.091	19%
De 100 ha a menos de 1.000 ha	131.432.667	35%	123.541.517	35%	112.696.478	34%
1.000 ha e mais	163.940.667	44%	159.493.949	45%	146.553.218	44%

Fonte: IBGE (2006)

A partir dos números identificados na **Tabela 1**, o IBGE (2006) indica que a estrutura agrária brasileira caracterizada por grandes propriedades não se alterou nos últimos vinte anos. Nos Censos Agropecuários de 1985, 1995 e 2006 o IBGE apontou que as propriedades com menos de 10 hectares ocupavam, apenas, 2,7% (7,8 milhões de hectares) da área total dos estabelecimentos rurais, enquanto os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares concentravam mais de 43% (146,6 milhões de hectares) da área total. Além disso, o outro foco que aponta a concentração se evidencia quando o IBGE analisou o número total de estabelecimentos e constatou que cerca de 47% tinham menos de 10 hectares, enquanto aqueles com mais de 1.000 hectares representavam em torno de 1% do total, nos censos analisados.

Esses dados demonstram que a valorização da terra e do agronegócio estagnou o índice de crescimento das médias e pequenas propriedades e manteve o número de grandes propriedades na perspectiva de alimentar as demandas do mercado externo.

Por sua vez, a *maior abertura do mercado brasileiro* à produção agropecuária, que representa outro item da globalização do capital na agricultura, pode ser constatada no apoio do Estado para esse setor, através de políticas que permitem a atuação de empresas estrangeiras no país. Como exemplo, destacamos inicialmente a grande quantidade de

recursos que o Banco do Brasil tem disponibilizado para a atuação de multinacionais no território brasileiro:

Valores repassados pelo Banco do Brasil:

Aracruz celulose – R\$1.167 bilhão, Cargil R\$ 921 milhões, Bunge R\$ 607 milhões, ADM R\$ 585 milhões, Nestlé R\$ 330 milhões, Rhodia R\$ 304 milhões, Souza Cruz R\$ 189 milhões, Basf R\$ 120 milhões, Monsanto R\$ 68 milhões, Bayer R\$ 58 milhões. Total financiado R\$ 4.349 bilhões (JORNAL SEM TERRA, 2004: 15 apud CAMPOS, 2006: 159).

Outro exemplo está relacionado à aprovação de medidas que favorecem as multinacionais, entre as quais a medida que permitiu a plantação, colheita e comercialização do milho transgênico, conforme destaca o fragmento abaixo, retirado de artigo publicado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC:

De grão em grão, multinacionais encham o papo

A aprovação do milho transgênico da Bayer e da Monsanto, duas grandes transnacionais do agronegócio, seguiu os critérios da lucratividade e da visão econômica mais tacaña. O Conselho Nacional de Biossegurança, formado por 11 ministros de Estado, perdeu a razão no mês do carnaval. Em meio a um festim de sandices, o governo rachou: aprovou por sete votos a quatro o milho transgênico, numa clara manifestação favorável ao agronegócio, enquanto Lula, acompanhado da ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, encontrava-se na Guiana Francesa com o presidente francês Nicolas Sarkozy, cujo governo proibiu o milho MON 810 (o mesmo que foi liberado no Brasil) em nome do “princípio de precaução”, em janeiro deste ano (VIGNA, 2009).

No caso da ampliação de investimentos diretos de empresas multinacionais do sistema agro-alimentar no país, a evidência é transparente quando observamos que atualmente são empresas transnacionais que controlam a maioria dos *sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa*, operando desde o melhoramento genético até o produto final, *no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias primas agropecuárias devem fatalmente se inserir*, sejam eles pequenos ou grandes produtores, camponeses ou pequenos capitalistas, fazendeiros ou assentados (MARCOS, 2008: 196-197).

Na produção de soja, temos como exemplos a atuação das transnacionais Bunge, Cargill, ADM - Archer Daniels Midland, que juntas controlam 60% dessa produção no Brasil e mais de $\frac{3}{4}$ da indústria de processamento na Europa, que fornece óleo e farelo de soja para o mercado internacional.

A Bunge possui unidades industriais, silos e armazéns espalhados nas Américas do Norte e do Sul, Europa, Ásia, Austrália e Índia, além de escritórios da BGA - Bunge Global Agribusiness, atuando em vários países europeus, americanos, asiáticos e do Oriente Médio. No Brasil, a Bunge controla: a Bunge Alimentos, a Bunge Fertilizantes e a Fertimport. Ela tem se destacado como uma das principais empresas do agronegócio, conquistando a

liderança na origem de grãos e processamento de soja e trigo, na produção de fertilizantes e ingredientes para nutrição animal, na fabricação de produtos alimentícios e em serviços portuários. É primeira exportadora do Brasil em matéria de agronegócio, e está presente em 16 estados de todas as regiões do país, possuindo hoje mais de 300 unidades, entre indústrias, centros de distribuição, silos e instalações portuárias (CL-A COMUNICAÇÕES, 2009).

A Cargill é uma multinacional norte-americana, que lidera o comércio internacional de soja amazônica, segundo informações da ONG Greenpeace. No Brasil ela está presente em 18 estados por meio de unidades industriais e escritórios em cerca de 180 municípios, e em geral atua nas áreas **agrícolas** (soja; açúcar e álcool; algodão), **alimentícia** (produtos de consumo e ingredientes alimentícios); **de financiamento e gerenciamento de risco** (soluções financeiras, gerenciamento de risco, investimento), e **industrial** (amidos industriais, óleos industriais e lubrificantes, produtos siderúrgicos e suas matérias-primas). No âmbito da atividade agrícola relacionada à soja, por exemplo, a empresa possui mais de 130 filiais de compra de soja espalhados pelas regiões produtoras no Brasil, através das quais a empresa adquire os grãos que são processados em suas fábricas ou exportados através de seus terminais¹⁸.

Para se avaliar o controle que as multinacionais exercem no mercado brasileiro de produtos agropecuários, basta observar a participação de algumas das empresas citadas acima no controle da produção agropecuária em nível mundial, no geral apenas *seis corporações controlam 85% do mercado de grãos (entre as quais a Cargill/EUA, a Mitsui/Japão e a Louis Dreyfus/França); quinze controlam cerca de 90% do comércio de algodão e sete respondem por cerca de 60% do comércio de café* (TEUBAL, sdp: 49 apud MARCOS, 2008: 192-193), os principais itens entre os produtos mais exportados.

Além disso, *este poder/controle do mercado (mundial) não se resume à produção/comercialização de produtos agrícolas*. Na verdade, as atividades exercidas por estas e outras empresas multinacionais se estendem ainda à *produção de maquinários, insumos, sementes transgênicas e processamento industrial* (MARCOS, 2008: 192-193). Conforme Teubal, esse é, por exemplo, o caso do

mercado de agroquímicos, controlado pela Novartis, Zeneca, AgroEvo, Du Pont, Bayer e Monsanto; do mercado de sementes, controlado pela Pioneer, Jo-Bred, Novartis, Limagrin, Avanta e Cargill; do mercado de carnes processadas, controlado pela IBP, Conagra (Armour, Swift, Monfort, Miller), Cargill (Excell) e Farmland Industries (National Beef). (TEUBAL, sdp: 49 apud MARCOS, 2008: 193).

¹⁸ SOBRE A CARGILL NO BRASIL. Disponível em <http://www.cargill.com/worldwide/brazil/pt/index.jsp>. Acesso 20 jun 2009.

No caso da produção e distribuição de fertilizantes no Brasil, evidenciamos que a Bunge controla 52% da produção e, junto com as empresas Yara e Mosaic, é responsável por 98% desse setor no país. Por isso, em mãos das transnacionais, o controle da produção dos fertilizantes aumenta o preço dos alimentos básicos, o que no início de 2008 motivou protestos nos cinco continentes.

Marcos (2008) reitera que a expansão e os ganhos dessas grandes corporações só têm melhorado graças a crescente liberalização do comércio mundial de produtos agropecuários, alimentícios ou não, sob os auspícios inicialmente do GATT¹⁹ e, atualmente, da OMC²⁰.

O crescente envolvimento das multinacionais citadas no mercado de *maquinários e insumos* no Brasil alavancou a modernização da mecanização e da tecnificação no campo e, junto com isso, aumentou o uso de poderosos produtos químicos e de sementes geneticamente modificadas (os transgênicos) para acelerar e ampliar a produção agropecuária.

Nos dados do IBGE, percebemos que a transformação do campo a partir da expansão do agronegócio se evidencia quando analisamos os itens mecanização e tecnificação na agricultura. Paulino (2008), em sua análise a respeito do Censo Agropecuário do IBGE realizado em 2006, afirma que

em 1960 havia um trator para cada 410 hectares cultivados. Em 2006, essa relação caiu 97 hectares por trator. Paradoxalmente, na última década houve uma diminuição de 1,95% no número de máquinas, embora nesse intervalo a área com lavouras tenha aumentado em aproximadamente 83%, passando de 41,7 milhões para 76,6 milhões de hectares cultivados. Isso significa que está havendo uma substituição por máquinas maiores e mais potentes, próprias para a exploração de larga escala.

Na nossa análise, esse processo tem estimulado a redução do número de ocupações no campo, ou seja, vários postos de trabalho são perdidos com a intensificação da mecanização e tecnificação na agricultura. Isso pode ser comprovado com os dados do Censo Agropecuário (IBGE) de 2006, apontados na **Tabela 2**:

¹⁹ O GATT, sigla em inglês para *General Agreement on Tariffs and Trade*, significa **Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio** e foi estabelecido em 1947, tendo em vista harmonizar as políticas aduaneiras dos Estados signatários, através de um conjunto de normas e concessões tarifárias, criado com a função de impulsionar a liberalização comercial e combater práticas protecionistas, regular, provisoriamente, as relações comerciais internacionais.

²⁰ A OMC – Organização Mundial do Comércio – foi criada para substituir o GATT em 1994, durante a Conferência de Marrakech, ao termo das complexas negociações da Rodada Uruguai. Sua criação significou a montagem da arquitetura mundial da nova ordem internacional, que começara e ser delineada no fim da Segunda Guerra Mundial, com a criação do FMI, do Banco Mundial e das Nações Unidas, todas instituições surgidas de Bretton Woods. Entre suas principais funções, destacam-se: gerenciar os acordos que compõem o sistema multilateral de comércio; servir de fórum para comércio internacional (firmar acordos internacionais); supervisionar a adoção dos acordos e implementação destes acordos pelos membros da organização (verificar as políticas comerciais nacionais).

TABELA 2
Pessoal ocupado na agropecuária em 1996 e 2006

BRASIL	Total			Com laço de parentesco com o produtor			Sem laço de parentesco com o produtor		
	1996	2006	Var.%	1996	2006	Var.%	1996	2006	Var.%
	17.930.853	16.414.728	-8,46	13.607.876	12.810.591	-5,86	4.322.977	3.557.042	-17,72

Fonte: IBGE (2006).

Os dados da **Tabela 2** nos permitem considerar que, ao mesmo tempo em que houve uma elevação da produção agrícola e pecuária e aumento do número de estabelecimentos agropecuários, ocorreu uma queda de 1,5 milhões de ocupações agrícolas entre 1996 e 2006. Isto é, o avanço da produção agropecuária permitiu elevar o número de estabelecimentos, mas não garantir as ocupações agrícolas. Na verdade, esse contexto é marcado pela elevação da produtividade, em consequência do incremento de novas tecnologias na agricultura.

Ainda conforme a **Tabela 2** constatamos que, além da queda no número total de ocupações agrícolas entre 1996 e 2006, houve também uma queda no número total de ocupações denominadas de familiares (com laço de parentesco com o produtor, de acordo com a denominação utilizada pelo IBGE), que passou de 13,6 milhões para 12,8 milhões no período citado. Ou seja, a redução de ocupações ocorreu tanto na agricultura em geral, quanto na agricultura familiar. Neste sentido, podemos avaliar que muitos postos de trabalho são perdidos nas unidades de produção da agricultura familiar à medida que o modelo do agronegócio avança e abarca essas propriedades.

Cabe destacar que, a perda de postos de trabalho na agricultura familiar torna a questão agrária brasileira bastante complexa, considerando que nos pequenos estabelecimentos agropecuários estão 74,4% dos trabalhadores camponeses de todo o país, ou 12 milhões e 300 mil pessoas em um universo de 16 milhões e 567 mil brasileiros no campo (IBGE, 2006). Ou seja, quanto menos investimento nos pequenos estabelecimentos agropecuários, há menos geração de emprego e renda no campo. Nesse sentido, constatamos que a valorização do agronegócio em detrimento da agricultura familiar tem sido bastante prejudicial para geração desses itens, especialmente quando comparamos os Censos Agropecuários (IBGE) de 1996 e o 2006 e certificamos que as pequenas unidades rurais foram as principais empregadoras, respondendo por 84,36% dos trabalhadores camponeses,

pois, embora cada uma dessas unidades gere poucos postos, elas empregam 12,6 vezes mais trabalhadores por hectare do que as médias (área entre 200 e 2 mil hectares) e 45,6 vezes mais do que as grandes propriedades (IBGE, 2006).

Além de provocar a redução do número de ocupações agrícolas, a mecanização e tecnificação na agricultura, tem gerado duas situações que caracterizam grandes transformações nas relações de trabalho no meio rural na atualidade. Considerando que, *entre* as ocupações agrícolas que restam na agropecuária se destacam dois contingentes de assalariados rurais: 1º) aqueles que o agronegócio precisa para lidar diretamente com as máquinas, os quais geralmente têm carteira assinada, plano de saúde, podendo ser denominados como assalariados permanentes; e, 2º) aqueles que, também requisitados pelo agronegócio, exercem funções periféricas e são absolutamente precarizados, como os que catam raízes, fazem a abertura das matas, etc., podendo ser chamados de assalariados temporários.

Por esses motivos, estudiosos como Marques (2008: 56), defendem que o agronegócio ocasiona processos permanentes de *semi ou sub-proletarização* no campo, que se referem a situações nas quais vários trabalhadores camponeses são mantidos em condições de trabalho precarizadas²¹. Além disso, cabe destacar que o agronegócio tem gerado muitas situações de trabalho (análogo ao) escravo²². Isso pode ser percebido quando verificamos que de 1995 a 2008 há uma ordem crescente no quantitativo de *trabalhadores resgatados*²³ das situações de trabalho escravo pelo Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que no período citado realizou um total de 784 operações e inspecionou 2.185 estabelecimentos denunciados. O **Gráfico 3** confirma a elevação do número de *trabalhadores resgatados* entre 2000 e 2008:

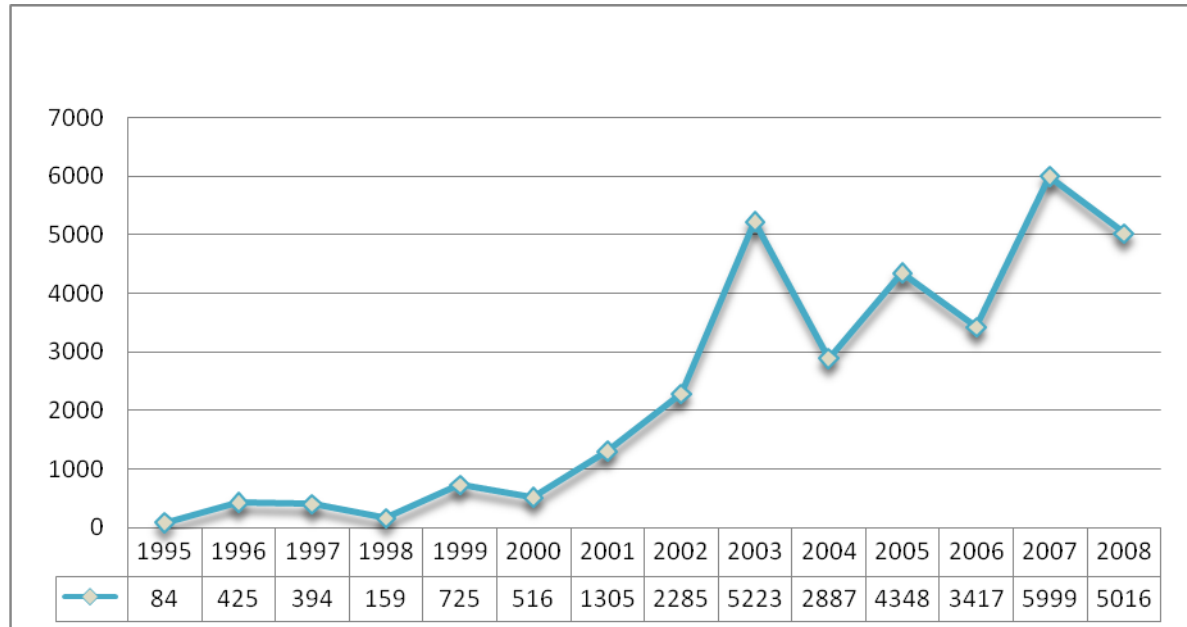
²¹ Baixo salários; tercerização dos serviços; remuneração por produto e não por dia de trabalho, induzindo o trabalhador a produzir mais em pouco tempo.

²² Segundo o Ministério do Trabalho, na Instrução Normativa nº1, de 1994, a moderna escravidão caracteriza-se por uma “condição análoga à de escravo que se dá através de fraude, dívida e retenção de salários e documentos, ameaça e violência.” Completando esse assunto, a Organização Internacional do Trabalho - OIT, na Convenção nº 29, de 1930, define sob o caráter de lei internacional que escravidão é uma forma de trabalho forçado, o qual significa "todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente." A mesma Convenção nº 29 proíbe o trabalho forçado em geral incluindo, mas não se limitando, à escravidão.

²³ De acordo com o MTE, trabalhadores resgatados são aqueles trabalhadores encontrados em situação análoga a de escravo incurso em uma ou mais hipóteses do artigo 149 do Código Penal. São elas: trabalho forçado, servidão por dívida, jornada exaustiva e/ou trabalho degradante (MTE, 2009).

GRÁFICO 3

Trabalhadores Resgatados nas Operações de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo do MTE/SIT/SRTE - 1995 a 2008



Fonte: MTE (2010).

Em relação ao estado permanente de semi ou sub-proletarização, Marques (2008: 56) é convincente ao expor que “o trabalho temporário no corte da cana no Brasil é um exemplo dessa situação. Isto ocorre seja porque o recurso ao trabalho assalariado é o que permite ao camponês manter a posse da terra, seja porque é a alternativa encontrada para a obtenção de renda necessária para o seu sustento”. Na produção de culturas com uso de mecanização, esse tipo de situação tem ocorrido num contexto em que a redução de postos de trabalho facilita a imposição de parâmetros de produtividade definidos pela máquina ao ritmo de trabalho humano.

No que se refere à ascensão do uso de produtos químicos na produção agropecuária a partir dos anos 1990, podemos constatá-la observando o aumento na comercialização desses produtos de 1992 a 2000, evidenciados nos dados do IBGE (2002), conforme **Tabela 3**:

TABELA 3

**Quantidades Comercializadas de Fertilizantes e Agrotóxicos por Hectare Plantado:
Brasil – 1997-2000**

ANO	QUANTIDADE COMERCIALIZADA DE FERTILIZANTES (Kg/ha)	QUANTIDADE COMERCIALIZADA DE AGROTÓXICOS (Kg/ha)
1992	69,44	–
1993	85,40	–
1994	90,74	–
1995	84,21	–
1996	105,27	–
1997	109,46	2,27
1998	122,63	2,70
1999	109,82	2,58
2000	128,83	2,76

Fonte: IBGE (2002 *apud* SILVA & MARTINS, 2006: 95)

Considerando os dados da tabela acima, Silva & Martins (2006: 95) argumentam que comparando os percentuais de fertilizantes comercializados em 1992 - 69,44 kg/ha, com os de 2002 - 128,83 kg/ha, pode-se observar que a ascensão ocorrida

equivale a um crescimento médio de 85,5% no volume de fertilizantes utilizados por hectare plantado. [Para estes autores,] Estes números ganham ainda maior expressão se observarmos que o crescimento e área plantada no país neste mesmo período girou em torno de 23% (IBGE, 2002). Já no caso de agrotóxicos – componente altamente danoso tanto ao ambiente quanto à saúde humana –, a quantidade comercializada no país passou de 2,27 kg/ha em 1997 para 2,76 kg/ha em 2000, correspondendo a uma elevação de 21,6% na quantidade aplicada por hectare.

O uso crescente de fertilizantes na produção agrícola tem impactado negativamente a fauna e a flora do país, considerando que a utilização de poderosos insumos químicos tem provocado *danos ecossistêmicos irreversíveis*. De acordo com Silva & Martins (2006: 95) *o uso intensivo de fertilizantes, por exemplo, é um dos fatores fortemente associados à eutrofização dos rios e lagos, à acidificação dos solos e à contaminação de aquíferos*.

Com esses apontamentos, observamos que o modelo do *capitalismo globalizado* na agricultura não tem gerado benefícios à situação sócio-ambiental e agrária do país. Afinal, sua expansão tem se dado principalmente por interesses econômicos, que subjagam as questões sociais, em especial, a agrária e a ambiental. Os trabalhadores camponeses do país

são prejudicados na medida em que a terra, principal meio de sobrevivência, e com um alto índice de concentração²⁴, se reafirma enquanto objeto de especulação financeira.

II) Maranhão: um *arquétipo* da questão agrária e do agronegócio em regiões periféricas do Brasil

No estado do Maranhão a inserção e expansão do agronegócio a partir dos anos 1990 se tornou um agravante para a questão agrária, considerando o contexto histórico de expropriação e exploração vivido pelos trabalhadores camponeses desse estado. Seguindo este viés, identificamos a realidade desse estado como uma particularidade da questão agrária brasileira, que expressa a expansão do capitalismo nas regiões periféricas do país, ocorrida com a instalação do capital transnacional em um contexto sócio-político que tem o domínio de um grupo oligárquico há mais de 40 anos (LOPES et al., 2006).

A manifestação da questão agrária no Maranhão está associada aos papéis que o mesmo assumiu no processo de acumulação capitalista na história do Brasil. Estes papéis configuram a formação econômica do Maranhão, e, interpretando Arcangeli (1987), podemos considerar que eles podem ser divididos em até cinco fases²⁵, dentre as quais, a última, que trata da entrada do capital *mundializado* no campo maranhense, é a que nos interessa.

²⁴ Cerca de 600 dos 850 milhões de hectares de superfície do território brasileiro foram registrados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), e a conclusão deste Instituto foi que do total de terra registrada 250 milhões de hectares estão classificados como terras devolutas e 285 milhões como latifúndios. A distribuição da terra é outro dado que aponta a sua concentração: 2,8% dos imóveis rurais dispõem de 56,7% da área registrada, enquanto 62,2% dos agricultores cultivam apenas 7,9% deste total. Cerca de 80 milhões de hectares estão ociosos e 27.556 latifundiários são os que se beneficiam desta situação, fazendo da propriedade da terra uma reserva de valor da sua riqueza. Mas, a concentração de terras fica ainda mais contundente ao analisarmos os maiores latifúndios brasileiros: 4.236 latifundiários possuem uma área de 85 milhões de hectares e uma única empresa – a construtora CR Almeida de Curitiba – possui, sozinha, 4,5 milhões de hectares, o que novamente constitui um recorde para o Brasil, que não pode ser comparado com nenhum de qualquer outro país do mundo. É importante assinalar, também, que 30 milhões de hectares de terra são propriedade de empresas estrangeiras como, por exemplo, a Volkswagen (ANDRIOLI, 2008).

²⁵ Conforme Arcangeli (1987), a formação econômica do Maranhão pode ser analisada considerando-se sua divisão em até cinco fases: **Primeira fase** - é caracterizada pela conquista do território e povoamento inicial do estado, ela vai do século XVII até a metade do século XVIII. Nessa fase, o Maranhão é vinculado indiretamente ao processo global de acumulação primitiva, engendrado pela necessidade de acumulação do capitalismo nascente na Europa. Para o estabelecimento desse vínculo, os grandes fazendeiros da região, utilizaram-se de grandes propriedades e da mão-de-obra negra escrava, estabelecendo desde aí a exploração das classes menos favorecidas e a expropriação dos meios de produção no estado; **Segunda fase** - inicia-se na segunda metade do século XVIII e vai até a primeira metade do século XIX. Para Arcangeli, esse período é caracterizado pela inserção direta do Maranhão na divisão internacional do trabalho. Essa fase corresponde a um momento em que a economia se sustentou na exportação de três grandes produtos para a Europa: algodão, arroz e couro; impulsionada pela intervenção direta da metrópole através das políticas pombalinas, com destaque para a criação

Consideramos que a referida fase inicia-se na segunda metade dos anos 1970 e segue até as transformações contemporâneas. Segundo Arcangeli (1987), essa fase é caracterizada por um processo em que a economia local passa de produtora de alimentos para o mercado brasileiro à produtora de divisas para o país.

De acordo com dados sistematizados por Lopes et al. (2006) a respeito do período citado, diversos estudiosos (ALMEIDA, Alfredo, (1998, 1994, 1982, 1981); ASSELIM (1982); ARCANGELI (1987); FEITOSA (1998); GONÇALVES (2000) e COSTA (2002)), apontam que esse estado

entrou, na segunda metade da década de 70 e a primeira metade da década de 80 do século XX, em um novo momento da era de sua modernização conservadora, preconizada, a partir da segunda metade da década de 60 daquele século, no bojo do “modelo autocrático-burguês de transformação capitalista” (FERNANDES, 1987) para o Brasil e em particular para a Amazônia. Desde então esse estado é aberto, mediante a aliança do capital transnacional com o Estado brasileiro e as elites políticas do Maranhão, para a instalação dos chamados “Grandes Projetos”. Eminentemente agrícola, com uma população de significativa diversidade étnico-racial e marcado por uma profunda pobreza e atraso econômico e político, o Maranhão entra em definitivo na rota do capital mundial exatamente no momento em que este começava a avançar na administração da crise que enfrentara na segunda metade da década de 70 daquele século (LOPES et al., 2006).

Os impactos da entrada do Maranhão na rota do capital mundial incidiram sobremaneira no campo, complexificando a questão agrária. Nesse movimento, foram dinamizados e ampliados os investimentos de capital para a expansão e modernização da produção no campo, visando sobretudo a exportação. Logo no início da referida fase, esses investimentos foram realizados, prioritariamente, na modernização da lavoura, na dinamização industrial e na pecuária²⁶.

da Companhia de Comércio do Grão Pará – Maranhão (1775). **Terceira fase** - vai do final do século XIX até 1940, é denominada por Arcangeli de *involução econômica*, pois, se analisada pelo viés capitalista, observa-se que o fim do tráfico negreiro nesta fase, foi crucial para a decadência do modelo produtivo exportador. Neste período, Arcangeli alega que a saída de antigos escravos das grandes fazendas contribuiu para o surgimento de pequenas propriedades que valorizaram uma agricultura baseada no trabalho familiar, voltada sobretudo para a subsistência. **Quarta fase** - é denominada de *inserção na divisão nacional do trabalho*. Começa a partir dos anos 1940 e evolui até as transformações do campo na década de 1960, alavancadas com o processo de *modernização conservadora* no estado. Essa fase é marcada pela (re)integração do Maranhão ao sistema nacional de acumulação, pois o avanço da pecuária; do extrativismo do coco babaçu; e da produção agrícola familiar excedente, provocada pela expansão da fronteira agrícola; contribuiu para que o estado desempenhasse um papel de produtor de alimentos baratos para abastecer o trabalho industrial, em ascensão, nos grandes centros urbanos do país. **“Quinta fase”** – apesar dessa nomenclatura não constar nos escritos de Arcangeli, é possível apontar que esse autor considerou o surgimento de uma quinta fase do processo econômico maranhense a partir da segunda metade dos anos 1970. Observamos que essa fase segue até os dias atuais e segundo o autor, esse período é caracterizado por um processo em que a economia local passa de produtora de alimentos para o mercado brasileiro à produtora de divisas para o país.

²⁶ Uma análise aprofundada sobre a pecuária no Maranhão pode ser encontrada em: MESQUITA, B. A. *As transformações da pecuária maranhense sob a ação governamental e as forças de mercado: ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970 a 2000*. Tese (doutorado) Cotuttele UFMA PPGPP/PARIS 3 Sorbonne Nouvelle, 2006.

No tocante a pecuária cabe ressaltar que, embora Arcangeli (1987: 105) tenha previsto que a mesma alcançaria um potencial de produção de carne para a exportação, considerando que os fortes incentivos governamentais destinados à expansão, consolidação e modernização desse setor entre os anos 1960 e 1985 poderiam provocar a sua inserção no mercado mundial, é importante ressaltar que essa atividade não se modernizou a ponto da sua produção ser destinada para a exportação. O que significa que a pecuária maranhense não é impulsionada pela dinâmica econômica do capital mundializado no campo.

Conforme Mesquita & Paula (2008), podemos até considerar que a política implementada no setor pecuário maranhense entre 1960 e 1985, cumpriu seus objetivos de produtividade e de modernização, ponderando que o desejo de incorporar milhões de hectares²⁷ nas atividades agropecuárias (majoritariamente na pecuária de corte extensiva) foi atingido. Entretanto, os investimentos destinados para esse setor no referido período, não são os maiores responsáveis *pelo atual perfil de qualidade técnica que se verifica na pecuária do Estado*²⁸, pois, na verdade, a maioria dos empreendimentos incentivados naquele período nem existe mais, e *a pecuária empresarial atual, moderna e de grande escala, tem outros atores à frente e não é produto daquela dos incentivos fiscais* (MESQUITA, 2006: 459). Segundo Mesquita (2006: 459), *a modernização, a concentração e centralização de capitais que se evidenciam na pecuária maranhense dos anos 1980 à atualidade, foi realizado com recursos públicos modestos (em termos médios), mas, sobretudo com recursos próprios.*

Visualizamos que a não inserção da produção pecuária maranhense na rota de exportação, tem nesse caso uma de suas explicações, considerando que os investimentos realizados inicialmente nesse setor, além de, em sua maioria, não existirem mais em forma de estabelecimentos, não contribuíram para a *transformação qualitativa do perfil produtivo do estado*, postergando a sua valorização no mercado internacional. Além disso, as forças de mercado, a partir da crise dos anos 1980, foram fundamentais para frustrar as expectativas de inserção desse setor na dinâmica de exportação, afinal, as mesmas priorizaram a expansão e modernização econômica na produção de três commodities no estado: a soja e os minérios de

²⁷ Esclarecendo esse processo Porro et. al (2004: 29) afirmam que entre os anos 1960 e 1980 as agências governamentais voltadas ao desenvolvimento regional (SUDAM e SUDENE) “subsidiaram recursos para a instalação de dezenas de projetos pecuários visando à implementação de pastagens. Como resultado, a área plantada com pastagens, que era de 150 mil hectares, atinge 2,8 milhões de hectares em 1985, equivalente a mais que o dobro da área destinada a agricultura naquele ano. O rebanho bovino do estado cresce 135% entre 1960 e 1985 (atingindo mais de 3,2 milhões de cabeças naquele ano), enquanto a produção de arroz e de babaçu aumentam apenas em 40% e 43% respectivamente”. Em 1985, o Maranhão contava com 530 mil estabelecimentos agropecuários, numa área de cerca de 15 milhões de hectares, ou 45% da superfície total do estado.

²⁸ Conforme Mesquita (2006: 170) esse processo tem se caracterizado por uma “modernização seletiva e pontual” de segmentos produtivos.

ferro e alumínio, considerados mais rentáveis (MESQUITA & PAULA, 2008; MESQUITA, 2006).

No que concerne à modernização da lavoura, Arcangeli (1987: 105) destaca a entrada do capital na produção de alimentos e a volta da lavoura canvieira em terras maranhenses, em função da necessidade de produção de álcool como combustível. A produção de alimentos a partir de uma organização da produção em bases capitalistas começou na região do planalto (Alto Sertão), ao sul do estado, onde empresários provenientes do sul do país engajaram-se na produção de rizícola, utilizando moderna tecnologia.

Na indústria, os acontecimentos importantes, relacionaram-se inicialmente à implantação de unidades para o aproveitamento integral do coco babaçu na região dos Cocais (Centro), por meio de uma tecnologia avançada. Houve ainda a implantação de grandes complexos industriais, a exemplo do projeto de mineração, no qual o Maranhão começou a funcionar como área de escoamento do ferro e outros metais extraídos na Serra do Carajás no Pará. Trata-se de indústrias, produtoras de alumínio, sob controle multinacional, que foram implantadas no Maranhão, tendo em vista a exportação do minério.

Lopes et al. (2006), baseadas nos estudos de Arcangeli, destacam que esse foi um primeiro movimento do avanço do capital mundial no Maranhão em que os acontecimentos mais significativos referentes à questão industrial, que provocaram impactos negativos no campo, ocorreram quando

O Estado, numa articulação do poder central com as elites políticas regionais, construiu as bases espaciais com o deslocamento de populações inteiras de áreas de interesse dos “Grandes Projetos”; construiu e ofereceu a infra-estrutura de estrada, água, energia e um dos portos mais importantes do país; e ofereceu incentivos fiscais. A implantação de três grandes empresas marca este momento: o Consórcio ALUMAR (1980)²⁹, a Companhia Vale do Rio Doce (1976)³⁰ e o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA (1982)³¹. A ideologia do desenvolvimento nacional que gera emprego e melhora as condições de vida das populações é ainda uma

²⁹ O “Consórcio Alumínio do Maranhão, ALUMAR, é formado pelas empresas ALCOA, ALCAN, BHPBILLITON e ABALCO” e é segundo o próprio consórcio (2006) “um dos maiores complexos de produção de alumínio e alumina do mundo. Começou a ser implantado em julho de 1980 e, desde então, tem desempenhado papel importante na transformação do perfil industrial do Maranhão”.

³⁰ Em 1976, é assinado o “Decreto nº 77.608 outorga à vale a concessão para a construção, uso e exploração da estrada de ferro entre Carajás (PA) e São Luís (MA)”. Criada em 1942 pelo Governo Federal, a Vale do rio Doce foi privatizada em 1997, através de leilão do qual saiu vencedor o Consórcio Brasil, tendo à frente a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (VALE, 2006).

³¹ Segundo o próprio CLA (2006), este foi “concebido no início da década de 80, como um dos três segmentos da Missão Espacial Completa Brasileira – MECB, o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA visava a permitir o lançamento, a partir do território brasileiro, de um satélite nacional, levado por um foguete também desenvolvido e produzido no país”. Pode-se datar, no entanto, a partir do ato: “Aviso nº 007/GM4/C-033, do Ministro da Aeronáutica, de 27-08-1979. Do Ministro da Aeronáutica, Ten.-Brig.-do-Ar Délio Jardim de Matos, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Maranhão, Dr. João Castelo Ribeiro Gonçalves, solicitando reserva da área de terra necessária ao funcionamento do complexo da base de lançamento de foguetes, para desapropriação e posterior doação ao Ministério da Aeronáutica”.

referência naquele momento em que as duas últimas empresas são estatais. (*notas da autora*)

Estes acontecimentos constituíram uma nova onda de modernização, vinculada à expansão do capital mundializado no Maranhão, que implicou o acirramento da questão agrária e urbana em todo o estado.

Mais recentemente, essa expansão do capital mundializado no Maranhão continua avançando e tem se caracterizado a partir de acontecimentos que Lopes et al. (2006) afirmam significarem um segundo movimento da quinta fase citada por Arcangeli (1987). Para estas autoras, o movimento citado

se firma na segunda metade da década de 1990 com a consolidação do primeiro movimento sem a esperada e anunciada expansão industrial (FERREIRA, 2004). A novidade ficou por conta da **expansão do agro-negócio** para além do corredor do minério em outras regiões do Maranhão e da privatização, em 1997, da Vale do Rio Doce, uma das maiores empresas estatais do Estado brasileiro e das reservas minerais da Amazônia, que agora avança no projeto de expropriação da Ilha de São Luís para a implantação do “Pólo Siderúrgico”. (grifo nosso)

Com relação ao agronegócio no Maranhão, observamos que o mesmo tem se configurado com a plantação de eucalipto, em Imperatriz e Açailândia; de bambu, eucalipto, cana-de-açúcar e soja na Mesorregião Leste Maranhense³² e de soja na Mesorregião Sul³³. Além disso, se manifesta nas carvoarias, “na pecuária extensiva; na construção das hidrelétricas, em Estreito; e na implantação dos pólos siderúrgicos em Açailândia e Rosário” (AZAR, 2005: 59-60).

O avanço desse modelo de desenvolvimento tem provocado o acirramento da questão agrária dos anos 1990 aos dias atuais no Maranhão, um indicativo desse processo está no elevado grau de concentração fundiária durante o referido período, quando se compara os índices do Maranhão com a média nacional e de outros estados, conforme aponta a tabela abaixo, que contém o Índice de Gini³⁴ de concentração fundiária para todos os estados brasileiros em 1985, 1995 e 2006 (Censos Agropecuários):

³² Na região leste maranhense os municípios onde essa produção tem se consolidado são: Chapadinha, Buriti, Anapurus, Mata Roma, Brejo, Santa Quitéria, Milagres, São Bernardo, Magalhães de Almeida, Urbano Santos, São Benedito do Rio Preto, Magalhães de Almeida, Urbanos Santos, São Benedito do Rio Preto e Água Doce do Maranhão (CARNEIRO, 2008)

³³ Na região sul do Maranhão a produção da soja se dá particularmente nos municípios de Balsas, Riachão, Tasso Fragoso, São Raimundo das Mangabeiras e Sambaíba (CARNEIRO, 2008).

³⁴ O Índice de Gini varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais alto, maior é o grau de concentração de terras.

TABELA 4**Evolução do Índice de Gini, segundo as Unidades da Federação - 1985/2006**

Unidades da Federação	Evolução do Índice de Gini		
	1985	1995	2006
Brasil	0,857	0,856	0,854
Rondônia	0,655	0,765	0,717
Acre	0,619	0,717	0,716
Amazonas	0,819	0,808	0,837
Roraima	0,751	0,813	0,664
Pará	0,827	0,814	0,822
Amapá	0,864	0,835	0,852
Tocantins	0,714	0,726	0,792
Maranhão	0,923	0,903	0,864
Piauí	0,896	0,873	0,855
Ceará	0,815	0,845	0,861
Rio Grande do Norte	0,853	0,852	0,824
Paraíba	0,842	0,834	0,822
Pernambuco	0,829	0,821	0,825
Alagoas	0,858	0,863	0,871
Sergipe	0,858	0,846	0,821
Bahia	0,84	0,834	0,84
Minas Gerais	0,77	0,772	0,795
Espírito Santo	0,671	0,689	0,734
Rio de Janeiro	0,815	0,79	0,798
São Paulo	0,77	0,758	0,804
Paraná	0,749	0,741	0,77
Santa Catarina	0,682	0,671	0,682
Rio Grande do Sul	0,763	0,762	0,773
Mato Grosso do Sul	0,86	0,822	0,856
Mato Grosso	0,909	0,87	0,865
Goiás	0,766	0,74	0,776
Distrito Federal	0,776	0,801	0,818

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1985/2006. Disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/errata_Tabela10_0902.pdf.

Conforme os dados da **Tabela 4**, evidenciamos que apesar da concentração fundiária ter recuado no Maranhão, pois de 0,903 em 1985 passou para 0,864, no Censo de 2006, a realidade fundiária do estado ainda é bastante desigual, afinal o Maranhão possui uma média de concentração fundiária que vai além da nacional (0,854) e, em 2006, apresentou-se

como o terceiro estado da federação com maior concentração fundiária, ficando atrás apenas de Alagoas, onde o índice de Gini atinge 0,871 pontos e de Mato Grosso (0,865).

Com isso, concluímos que a concentração fundiária existente no Maranhão deixa claro que a produção dos itens fundamentais do agronegócio tem sido priorizada, o que significa que a demanda dos trabalhadores camponeses por terra e a produção agrícola familiar, diversificada e saudável, tem sido relegada. É visível que a desigualdade na distribuição de terra nesse estado vem acompanhando o processo de modernização produtiva nacional e a inserção do Maranhão no competitivo mercado mundial de commodities agrícolas. A questão agrária resultante desse processo pode ser observada em todo o estado, conforme veremos através da configuração e dos impactos do agronegócio nas suas várias regiões (para uma visualização precisa dessas regiões o **Mapa 1** aponta as Meso e Microrregiões existentes no Maranhão).

MAPA 1

Estado do Maranhão com Meso e Microrregiões Homogêneas



Fonte: OEB (2010)

Na Mesorregião Leste Maranhense, a emergência do agronegócio está associada diretamente ao plantio de eucalipto para a produção de carvão, seguida pela plantação da soja. Segundo Carneiro (2008: 89), a plantação de eucalipto nesta região data o início dos anos 1980, e se relaciona às ações da Comercial e Agrícola Panaeiras Ltda., empresa do grupo Suzano de Papel e Celulose S/A, que centralizou suas atividades sobretudo no município de Urbano Santos. Para complementar estas ações, iniciou-se também as operações da empresa Maranhão Reflorestadora Ltda. (Marflora), no final da década de 1980, que se encarregou da extração de carvão para a produção de ferro gusa pela empresa Margusa, situada no município de Rosário (hoje Bacabeira).

Após a instalação destas empresas, o número de carvoarias nesta região só tem crescido, até 2002 havia um total de 526, das quais apenas 202 tinham licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). Além desse processo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem alertado que a produção de carvão vegetal nessa área devasta, semanalmente, uma média de 337 hectares da rarefeita vegetação do cerrado (FÓRUM CARAJÁS, 2002: 35).

Na Mesorregião Oeste do Maranhão, especialmente nos municípios de Imperatriz e Açailândia, o agronegócio também se manifesta com a plantação de florestas de eucalipto, iniciada a partir de 1988, quando se instala na região esse tipo de plantio para fornecimento de matéria prima às usinas de ferro gusa. Tal atividade é ampliada a partir de 1992, em consequência da instalação do empreendimento florestal da empresa Celmar S/A, que previa plantar 120 mil hectares de eucalipto para produzir 500 mil toneladas de celulose de fibra curta (CARNEIRO, 1999: 07).

O projeto original da Celmar S/A era plantar eucalipto para produzir celulose no Maranhão, entretanto os planos da empresa foram modificados após um memorando de cooperação, assinado entre as empresas Vale e Nucor, que acordava o uso das reservas da Celmar para o plantio de eucalipto destinado à produção de carvão, fonte de energia para os fornos de siderurgia.

Desde então a área adquirida pela Celmar S/A, cerca de 80 mil hectares de propriedade no Maranhão³⁵, tem sido utilizada para a plantação de eucalipto destinado à produção de carvão nos mais de 71 fornos existentes na região, que desde 2005, tem produzido pelo menos 47 mil toneladas de carvão vegetal por ano.

³⁵ Segundo dados da CPT essa área é espalhada em oito municípios maranhenses, entre os quais: Açailândia, Buritirana, Cidelândia, Governador Edison Lobão, Imperatriz, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios (GONÇALVES & HASHIZUME, 2009).

As conseqüências desse modelo de desenvolvimento nas regiões citadas têm sido perversos, pois além da concentração fundiária, ocasionada a partir da *expropriação de segmentos camponeses*, e dos impactos ambientais e à saúde da população; especialmente em decorrência da fumaça lançada pelos fornos que produzem carvão vegetal e do desmatamento da floresta e do cerrado; tem ocorrido também um processo *de superexploração a que empresas terceirizadas e intermediários, regionalmente conhecidos como “gatos”, submetem os trabalhadores florestais* (CARNEIRO, 1999: 07).

No caso da Celmar S/A, Carneiro (1999: 08) expõe que a estratégia utilizada por ela para concentrar terras pela via da expropriação dos trabalhadores não tem se dado preponderantemente pela

expropriação violenta, como a utilização de jagunços, milícias, particulares e de artifício da grilagem de terras. [Pois,] Ainda que não descartada essa possibilidade, o processo de expropriação de terras tem se dado de outra forma, através da aquisição de pequenos e médios lotes agrícolas ou de fazendas agropecuárias, graças à força econômica da empresa e ao suporte governamental – financiamento do BNDES – do seu programa de compra de terras.

Entretanto, apesar dessa forma legal de adquirir terras, tal processo foi e ainda tem sido extremamente prejudicial aos trabalhadores camponeses, à medida que muitos perderam suas áreas de trabalho e são submetidos à superexploração das empresas nos processos de implantação e manutenção dos eucaliptais. Isso ficou constatado na pesquisa realizada por Shiraishi Neto, no ano de 1997, o qual apontou que

a maioria dos contratos celebrados entre os trabalhadores e empreiteiras que servem à CELMAR era por prazo determinado (...). Os recebimentos estipulados em 01 (hum) salário mínimo mensal eram pagos com descontos totalizando valores que poderiam variar em torno de R\$ 70,00 a R\$ 100,00 (...). A jornada de trabalho é extenuante e, agravada pelas péssimas condições de deslocamento dos povoados aos locais de serviço, geralmente realizada em caminhões do tipo “pau de arara” (SHIRAISHI NETO 1998: 133-143 apud CARNEIRO, 1999: 09).

Além disso, Carneiro (1999: 08) assinala a partir de dados do “Relatório dos Trabalhos de Orientação à Comissão de Representantes da CELMAR S/A e Sindicato de Trabalhadores Rurais de João Lisboa”, preparado por docentes da UFMA, que a *superexploração* nos eucaliptais também ocorre à proporção que a saúde dos trabalhadores é prejudicada, em conseqüência da utilização de agrotóxicos, pois as empresas não disponibilizam Equipamentos de Proteção Individual (EPI) que possibilitem o manuseio adequado desses produtos e também não dispõem de local regular para o armazenamento dos produtos defensivos (sic) agrícolas, bem como não possuem área adequada para depositar o

lixo tóxico, colocando em risco a vida da população e dos seres vivos que habitam as proximidades dos plantios de eucalipto.

No caso da produção da soja, que é outro vetor do agronegócio no estado, Carneiro (2008: 80-81) observa que sua produção em larga escala é um processo relativamente recente, que remonta o final dos anos 1970. Porém, é nos anos noventa que ela ganha impulso definitivo, concentrando-se inicialmente na mesorregião sul maranhense, e, em seguida, abarcando também o leste maranhense, especialmente nos últimos anos da década citada.

Esse autor destaca que com a expansão das áreas de produção da monocultura da soja, esse produto alcançou um patamar importante entre os principais produtos exportados pelo estado do Maranhão, já que tem ficado atrás apenas de três *commodities* minerais, que são: ferro-gusa, minério de ferro e alumínio. No total, as exportações da soja *in natura* têm respondido em média por 14% do valor anual das exportações estaduais nos últimos nove anos. Em relação a essa estatística, Carneiro ressalta que, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), no período de 1999 a 2007, o valor das exportações da soja no Maranhão quase quadruplicou, pois saiu de US\$ 65,4 milhões, em 1999, para a cifra de US\$ 235,16 milhões, em 2007. No tocante à quantidade exportada, o autor comenta que a evolução é menor, pois passou de 358.728,4 toneladas, em 1999, para o total de 841.943,6, em 2007 (CARNEIRO, 2008: 83).

Os grupos empresariais que controlam o agronegócio da soja no estado, estão diretamente vinculados ao processo de mundialização do capital no campo. Entre estes, os principais, segundo a ordem de grandeza do volume e valor exportado do Maranhão para outros países, no ano de 2007, destacam-se:

a forte presença de duas multinacionais, caso da Cargill Agrícola S/A e Bunge Alimentos S/A, controlando 61% do valor total exportado; de *joint ventures* como a Multigrain³⁶ (Multigrain S/A e Multigrain Comércio, Exportação e Importação), e de empresas nacionais como a ABC INCO S/A (do grupo Algar), CEAGRO Agronegócios, Fazenda Parnaíba S/A, SLC Agrícola S/A e Weisul Agrícola Ltda. (CARNEIRO, 2008: 83-84).

Segundo Carneiro, a expansão da economia da soja no estado do Maranhão apresenta como uma de suas características principais a forte concentração em grandes propriedades, para que a produção monocultora se dê em larga escala, o que influencia

³⁶ Segundo matéria do Jornal Valor Econômico de 31 de agosto de 2006, a Multigrain S/A é uma joint venture formada pela trading brasileira Multigrain e pela cooperativa norte-americana CHS em agosto de 2006 (Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/agronegocios.html> apud CARNEIRO, 2008: 83-84).

diretamente no encolhimento das áreas de produção diversificada, dos pequenos produtores e/ou trabalhadores rurais. (CARNEIRO, 2008: 86).

Nesse caso, os latifúndios improdutivos, que até então eram determinantes da questão agrária no Maranhão, passam a figurar modernas propriedades, “gerenciadas por grupos empresariais, grandes proprietários ou pelos chamados produtores integrados, que são organizados em cooperativas subordinadas a empresas” vinculadas a grupos capitalistas nacionais e internacionais, que incentivam a produção de itens necessários ao mercado do agronegócio (CARNEIRO, 2008: 88).

Sobre o processo de concentração da soja em grandes propriedades, Campelo (2007: 47) observa através do comportamento da safra de 1992/1993 que, os investimentos voltados para o seu plantio, especialmente os subsídios e créditos estatais, resultaram positivamente para a sua produção em larga escala. De acordo com esse autor, tal safra marcou a produção de 87.370 mil toneladas do grão, o que representou um crescimento de 220% em relação à safra anterior. No tocante a área plantada, o autor destaca que esta teve aumento de 108,7%, pois passou para 43.223 mil hectares e sua produtividade foi para um patamar de 1,317 kg/ha.

Nesse sentido, Campelo (2007: 47) alega que a partir desses dados, pode-se inferir que, ao longo da década de 1990, o agronegócio da soja no Maranhão, foi marcado pela expansão da produção e da área plantada. Segundo ele, isso pode ser percebido nos dados da tabela abaixo, que apresenta a evolução e o crescimento do processo produtivo do agronegócio da soja no Maranhão e enfoca sua participação no cenário nacional de 1990 até 2006.

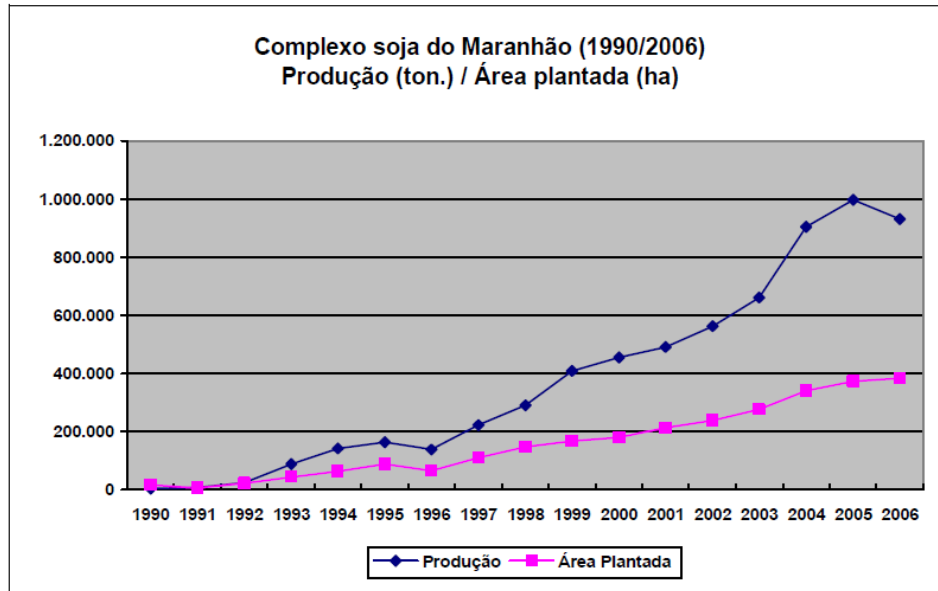
TABELA 5**Soja no Maranhão – produção, produtividade e percentual na produção (1990-2006)**

Ano	Produção (tonelada)	Produtividade (kg/ha)	Participação na produção nacional (%)
1990	4.176	274	0,02
1991	8.037	1.752	0,05
1992	24.029	1.137	0,13
1993	87.370	2.021	0,39
1994	140.637	2.236	0,56
1995	162.375	1.851	0,63
1996	137.283	2.156	0,59
1997	221.535	2.019	0,84
1998	290.438	1.984	0,93
1999	409.012	2.450	1,32
2000	439.432	2.463	1,38
2001	491.083	2.300	1,29
2002	561.718	2.358	1,33
2003	660.078	2.398	1,27
2004	903.998	2.655	1,82
2005	996.909	2.679	1,95
2006	931.142	2.421	1,77

Fonte: CAMPELO (2007: 48) – elaborado com dados do IBGE disponíveis em: www.sidra.ibge.gov.br

Para Campelo (2007), a tabela acima indica que a expansão da soja no Maranhão é caracterizada pelo aumento da produção e também das áreas de terra plantada. Segundo ele, esse processo foi fundamental para que a produção local se destacasse no cenário nacional, colocando o Maranhão como o segundo maior produtor do Nordeste e décimo em âmbito nacional em 2006.

GRÁFICO 4
Evolução da soja no Maranhão – 1990/2006



Fonte: CAMPELO (2007: 49) – elaborado com dados do IBGE disponíveis em: www.sidra.ibge.gov.br

Além de ressaltar os aspectos já abordados, Campelo (2007: 49) destaca, a partir do gráfico acima, que apesar de no ano de 2006, ter se registrado uma pequena queda na produção da soja, a área plantada não sofreu redução, evidenciando o grau de concentração fundiária que a produção da soja provoca em nosso estado.

Para além dos aspectos relacionados aos investimentos nas monoculturas de eucalipto e soja, observamos que a plantação de cana-de-açúcar se apresenta como outro vetor da implantação e expansão do agronegócio no Maranhão.

A produção da monocultura da cana-de-açúcar vem sendo realizada em grandes propriedades, e aparece dispersa pelo território estadual, mas com grande concentração nos municípios de Coelho Neto, Porto Franco e São Raimundo das Mangabeiras (CARNEIRO, 1999).

A plantação em larga escala da cana-de-açúcar vem sendo motivada em todo o Brasil nos últimos anos, com o objetivo primordial de produzir os biocombustíveis. No Maranhão, essa motivação se apresentou com ênfase em 2006, quando o Governo Federal em aliança com o Governo do estado, lançaram o *Programa de Bio-Energia do Maranhão*. Nesse mesmo período, os dados do IBGE já assinalavam o aumento no cultivo da cana no estado em 20,93%, apontando um crescimento de 19,15% na produção, o que significa a pré-existência

de uma grande estrutura de produção da cana no estado (MENDONÇA, 2008; CARNEIRO, 1999).

Desde aquele período, o Maranhão conta com seis usinas, das quais duas foram reativadas em 2006, a partir do interesse de produtores na competitividade do estado. A partir do lançamento do Programa de Bio-Energia do Maranhão, a meta tem sido aumentar o quantitativo de áreas plantadas com cana-de-açúcar e o número de usinas, com o propósito de ampliar a produção de álcool no Brasil em até 15%.

Atualmente essas usinas têm mantido o crescimento da produção e produtividade da cana-de-açúcar, já que, cinco têm capacidade para moer até 1 milhão de toneladas de cana-de-açúcar, enquanto uma consegue processar até 1,5 milhões de toneladas, o que tem sido compatível com o quantitativo de cana colhida no estado, que em 2008 alcançou cerca de 3,285 milhões de toneladas. Além disso, os níveis de produção são geralmente alcançados porque são as próprias indústrias que controlam a maior parte da área plantada com cana, dos 42.886 hectares (ha) plantados, constatamos que elas são responsáveis por uma área de 41.769 hectares, sendo o restante de responsabilidade de fornecedores independentes (GUIMARÃES, 2008).

Esses processos têm ocasionado a concentração fundiária nas regiões afetadas com o plantio da cana e também a exploração dos trabalhadores camponeses, que são empurrados às péssimas condições de trabalho nos canaviais. Segundo Carneiro (1999: 12),

este é o caso, por exemplo, da destilaria Caiman S/A, localizada em Porto Franco, onde a rotina de exploração inclui práticas como a imobilização dos trabalhadores pelo chamado sistema de “barracão”, isto é, de controle do trabalho através de mecanismos de endividamento junto à empresa, via adiantamento de alimentação, remédios, etc. Por outro lado, é também neste tipo de empreendimento que se verificam, apesar da ação mais firme de vistorias realizadas pelo Ministério do Trabalho, o trabalho ilegal de mulheres e crianças.

Todo esse processo, de avanço do agronegócio no Maranhão, e no Brasil em geral, tem como outra de suas características centrais a forte presença do Estado na sua viabilização (CARNEIRO, 2008). No caso particular do referido estado, podemos inferir que o modelo de agricultura motivado a partir dos anos 1990 está diretamente articulado aos interesses da Oligarquia Sarney³⁷, conforme veremos na discussão a seguir, que tratará a

³⁷ Ao ter sido eleito governador do estado em 1965, em contraposição à liderança política exercida por Vitorino Freire, e afirmando que tiraria o Maranhão do atraso social, econômico e político, José Sarney começou a construir a partir daí sua oligarquia, fazendo de sua família a principal representante política do Estado e exercendo forte influência sobre todos os governadores estaduais e outros membros da política por mais de 40 anos. Somente em 2007, com a vitória de Jackson Lago ao governo do Estado, esse quadro apresentou uma mudança no poder político, o que não significou necessariamente a decadência do conservadorismo. Entretanto, com a cassação de seu mandato em 2009, e a volta de Roseana Sarney ao governo do Estado, observa-se que a

respeito da interferência do Estado na manutenção de um modelo de desenvolvimento agrário baseado nas premissas do agronegócio.

III) O Estado enquanto articulador do Agronegócio

No Brasil, e particularmente no Maranhão, o comportamento do Estado tem contribuído para agravar os problemas sociais no campo. Considerando que, além de incentivar ações que favorecem a expansão do agronegócio e administrar os custos sociais e ambientais daí decorrentes, do interesse das empresas transnacionais; o Estado tem realizado políticas voltadas ao meio rural que condizem com os pressupostos do capitalismo neoliberal e tem o objetivo principal de paralisar as ações dos movimentos sociais do campo.

Petras & Veltmeyer (2008: 81), partindo da realidade latino americana, nos ajudam a compreender a investida do Estado brasileiro, e particularmente maranhense, contra a insurreição de camponeses, comunidades tradicionais e indígenas, ao citar que a reação dos Estados que assumiram as políticas neoliberais no campo, caracterizou-se na forma de uma estratégia quádrupla, que foram:

(1) combinar um programa macroeconômico de políticas pró-crescimento com uma “nova política enfocada no pobre – “desenvolvimento sustentável humano” na formulação da UNDP (1996); (2) a instituição de “boa governança” – dividindo com a sociedade civil a responsabilidade de assegurar a ordem pública (BLAIR, 1997; UNDP, 1997ab; Banco Mundial, 1994); (3) desenvolvimento local ou baseado na comunidade – canalizando esforços para o desenvolvimento na forma de micro-projetos com a participação ativa da “sociedade civil” (SÁNCHEZ, 2003; VELTMEYER, 2007); e (4) uma via de acesso assistida pelo mercado para a reforma da terra (BORRAS, 2003; MEDEIROS, 2007; PEREIRA, 2004)”.

No contexto brasileiro, a implementação das estratégias políticas a que se referem Petras & Veltmeyer (2008) ganharam espaço nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002), que foi responsável em consolidar as políticas neoliberais no país. Deste modo, foi nas suas administrações que o Estado brasileiro aderiu à proposta do neoliberalismo para o campo. A partir daí, as políticas neoliberais do Estado prosseguiram durante os governos de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010), apesar do forte apelo da classe trabalhadora para que esse governo realizasse transformações estruturais no país.

família Sarney não se deu por vencida e ainda pretende permanecer no poderio político do Maranhão por muitos anos.

No Maranhão, em particular, as políticas neoliberais consolidaram-se nos governos de Roseana Sarney (1995-1998/1999-2002), que através do discurso de que o Maranhão viveria um “Novo Tempo”³⁸, reforçou o apoio do Estado ao modelo de desenvolvimento rural baseado no *agronegócio*, em detrimento da *agricultura familiar*, apesar do grave quadro social vivenciado no estado, em consequência da falta de prioridade ao enfrentamento da questão social, particularmente da questão agrária.

Contrastando com o discurso governamental, os dados do IBGE indicavam, em 1996, uma taxa de mortalidade infantil de 65,9 por mil e um índice de analfabetismo de 68,88%. Por outro lado, o latifúndio, base social sobre a qual se firmam as oligarquias locais, impera em meio a uma estrutura essencialmente agrícola (BARBOSA, 2003: 23).

Para viabilizar seus planos a governadora Roseana Sarney aderiu logo no seu primeiro mandato à linha de atuação do Governo Federal, promovendo a Reforma do Estado no Maranhão, baseada nos princípios do neoliberalismo. Segundo Barbosa (2003: 23):

O governo do ‘Novo Tempo’ agregou os elementos econômicos, políticos e ideológicos da política neoliberal, articulando-se ao novo padrão de dominação desenvolvido no Brasil, para cuja implementação foram importantes as políticas iniciadas no governo Collor e aprofundadas no governo Cardoso (1994 e 1998). Protagonizando o ‘Novo Tempo’, o governo Roseana Sarney seguiu estritamente o receituário da política desenvolvida no âmbito federal. O êxito da aplicação dessa política rendeu inclusive aplausos do Presidente da República à forma racional (leia-se neoliberal) de condução da chamada Reforma do Estado.

Ao alavancar a reforma do Estado, a então governadora procurou enxugar a máquina estatal, extinguindo vários órgãos públicos com a justificativa de minimizar os gastos e investir em obras de interesse público (PEREIRA, 2004).

A partir disso, os trabalhadores camponeses sofreram ataques duríssimos, na medida em que a Reforma do Estado não privilegiou o apoio às políticas agrária e agrícola em seu benefício, mas significou o desmonte dos principais organismos estatais que atuavam no trato da questão agrária e agrícola no estado. A extinção da Secretaria de Agricultura do Maranhão (SAGRIMA) e todas as suas vinculadas (EMATER-MA, CODEA, CODAGRO, EMAPA, CIMEC, COMABA) confirma todo esse processo de desmonte da atuação do Estado na questão agrária e agrícola no Maranhão, que fez isso como forma de eliminar os gastos da máquina estatal e aumentar a sua “eficácia” (PEREIRA, 2004). Em contrapartida, o Governo estadual, de forma direta ou em articulação com o poder central, passou a dar maior apoio ao modelo de desenvolvimento rural baseado no *agronegócio*, por considerá-lo estratégico para alavancar um “Novo Tempo” no Maranhão.

³⁸ Slogan dos Governos de Roseana Sarney no Maranhão (1995-1998/1999-2002).

Assim, a participação do Estado na expansão do agronegócio no Maranhão pode ser observada inicialmente quando constatamos o envolvimento de centros de pesquisa estatais e a intervenção da antiga estatal CVRD, na expansão da soja no Maranhão. Em relação a isso, Campelo (2007) destaca que:

Na década de 1990, a EMBRAPA através de pesquisas direcionadas para as variedades de sementes, forneceu para os produtores, cultivares da soja mais resistentes e compatíveis com o solo e clima da região. Já a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), além de ter dado suporte para o desenvolvimento da infra-estrutura com intuito do escoamento da produção, financiou pesquisas que eram coordenadas pela EMBRAPA, deu suporte de transporte com a Estrada de Ferro Carajás, isso tudo com objetivo de aumentar a produtividade (CAMPELO, 2007: 45)

Outro elemento que aponta a participação do Estado na viabilização do agronegócio da soja no Maranhão foi quando o governo estadual

fez melhorias nas rodovias que serviam de rota para o escoamento da produção, trouxe a energia necessária da Usina de Tucuruí e incentivos fiscais, destaque para a renúncia fiscal em 1994, que reduziu os impostos oriundos do ICMS em 50% para a produção da soja voltada para a exportação (CAMPELO, 2007: 45-46).

Além disso, outras obras previstas e/ou realizadas neste sentido foram:

modernização do Porto do Itaqui; recuperação e manutenção de rodovias federais; complementação do sistema de transmissão de energia elétrica; modernização dos sistemas de transmissão de dados e de informações; escoamento da produção para o mercado internacional (primeiro, com a construção das ferrovias Norte-Sul e Carajás, agora com a construção de uma malha de transporte hidroviário Tocantins-Araguaia que ameaça aproximadamente 39 aldeias indígenas e 11 povoações) (PEDROSA, 2004: 2).

Em relação à facilidade de subsídios fornecidos pelo Estado aos produtores da soja no Maranhão, Carneiro assinala a partir de Sousa (1995) que, “um subsídio importante para o fomento da expansão da sojicultura no sul do Maranhão foi o projeto Rodovias II, financiamento da ordem de US\$ 79 milhões, concedido pelo Banco Mundial para melhoramento e pavimentação da ligação rodoviária entre os municípios de Balsas e Alto Parnaíba” (SOUSA, 1995: 269 apud CARNEIRO, 2008: 87).

No que concerne ao desenvolvimento do agronegócio da soja na mesorregião Leste Maranhense, cabe destacar que um incentivo que contribuiu para isso foi

a construção, pela CVRD, de uma estrutura para armazenamento e exportação de soja pelo porto de Itaqui, uma vez que a região possui uma localização privilegiada, distando apenas 250 quilômetros do local de escoamento e contando com uma rodovia recentemente recuperada (BR-222) para o transporte da produção de grãos (CARNEIRO, 2008: 87).

Ao priorizar o investimento no agronegócio, o Estado relegou o enfrentamento da questão agrária, e conseqüentemente o apoio à *agricultura familiar camponesa*³⁹ no Maranhão. Isso é notório quando se observa que o governo estadual extinguiu secretarias e órgãos importantes que intervinham junto aos trabalhadores camponeses.

Doutro lado, para compensar, as ações governamentais (em nível estadual e federal) voltadas aos trabalhadores camponeses maranhenses se reduziram mais ainda a políticas setoriais, compensatórias e focalizadas, que foram acionadas pelos governos neoliberais do Brasil a partir dos anos 1990, e que também serviram para propagar o modelo de desenvolvimento rural visualizado pelo Estado.

Cabe lembrar que nesse contexto, processava-se em nível nacional a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, para o qual a questão agrária não era tema central no debate político. Entretanto, logo no seu primeiro governo, os massacres de Corumbiara⁴⁰ e de Eldorado do Carajás⁴¹, bem como as ocupações de terra, reivindicações e mobilizações realizadas por movimentos de trabalhadores camponeses, colocaram essa questão na arena política, forçando o Estado a inseri-la na agenda governamental (MEDEIROS, 2003: 47).

Um indicativo da reação do governo Fernando Henrique em conseqüência da pressão dos trabalhadores camponeses, foi o quantitativo de assentamentos rurais criados entre 1994 a 2002, que ultrapassou o número de famílias assentadas em governos anteriores.

³⁹ O uso do termo *agricultura familiar camponesa* neste trabalho tem como referência os apontamentos de Azar (2005), a qual o utiliza para abordar a diferença existente entre dois padrões de produção agrícola, isto é, *agricultura familiar camponesa e a agricultura empresarial*. Para esta autora, a dicotomia entre esses dois modelos tem como parâmetro a produção, a pesquisa, a assistência técnica e a relação com a natureza. A partir disso, Azar cita que *a produção agrícola no Brasil foi desenvolvida tendo por referência dois modelos tecnológicos distintos: de um lado, encontra-se a hegemonia latifundiária, com seu histórico modelo de produção de monocultura agro-exportadora e o uso inadequado e intensivo de insumos externos; de outro, está a agricultura familiar camponesa, caracterizada pelo trabalho com mão-de-obra familiar em pequenas áreas de terra, com cultivos diversificados para subsistência, atendendo com o seu excedente o mercado interno* (GÖRGEN, 2004: 20). Isso significa que *a distância existente entre uma agricultura e outra está nas marcas do modo de organizar cada uma das produções: como e para que se encontram estruturadas*.

⁴⁰ O massacre de Corumbiara foi o resultado de um conflito violento ocorrido em 9 de agosto de 1995 no município de Corumbiara, Rondônia. O conflito começou quando policiais entraram em confronto com camponeses sem-terra que estavam ocupando uma área, resultando na morte de 12 pessoas (entre elas uma criança de nove anos e dois policiais).

⁴¹ O Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996 no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, significou a morte de 19 sem terra que estavam no confronto entre a Polícia Militar desse estado e cerca de 1.500 sem-terra acampados e em mobilização contra a demora na desapropriação de terras naquela região.

TABELA 6**Assentamentos de famílias por períodos de governo**

Período	Famílias assentadas
1964/1984 (regime militar)	77.465
1985/1989 (governo José Sarney)	83.687
1990/1992 (governo Collor de Mello)	42.516
1993/1994 (governo Itamar Franco)	14.365
1995-2002 (governo Fernando Henrique)*	579.733**

*Dados até setembro de 2002.

** Exclui famílias que tiveram acesso à terra por meio do Banco da Terra e Crédito Fundiário
Fonte: INCRA/MDA apud MEDEIROS (2003: 73).

Entretanto, apesar desse quadro favorável aos trabalhadores camponeses, não se pode considerar que o governo aderiu a uma política de reforma agrária baseada nas propostas dos movimentos sociais. Afinal, o maior interesse do governo com essa ação era “amenizar as tensões sociais e não realizar transformações significativas na estrutura agrária do país”, o que pode ser constatado quando observamos que grande parte dos assentamentos criados resultaram de regularização fundiária⁴², e, além disso, não se deram acompanhados de políticas que propiciassem melhores condições de vida no campo (MEDEIROS, 1998: 56).

Na verdade, a partir das crescentes mobilizações dos trabalhadores camponeses o Governo Federal apenas constatou a necessidade de assumir a lógica neoliberal no tratamento da questão agrária, o que foi encaminhado sobretudo quando criou o Programa “Novo Mundo Rural”⁴³, cujo conjunto de políticas tinha capital e mercado como principais referências (FERNANDES, 2001). Algumas das ações desse programa foram executadas em conjunto com os governos estaduais, entre os quais o do Maranhão. Assim, observamos que em vez de realizar ações efetivas de enfrentamento à questão agrária e agrícola no estado, o governo local tratou de encaminhar as políticas setoriais, compensatórias e focalizadas da administração federal.

⁴² De acordo com Alentejano (2004: 05), isso fica claro quando se verifica que cerca de 75% dos assentamentos realizados nos oito anos da gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso, situam-se nas regiões Norte e Centro-Oeste, portanto, na fronteira agrícola brasileira, onde existe grande número de posseiros.

⁴³ De acordo com Neto (2004: 29) a expressão “*Novo Mundo Rural*” utilizada no programa do governo Fernando Henrique Cardoso para o Campo foi “utilizada para designar tanto as transformações em curso na realidade agrária brasileira quanto um paradigma a ser perseguido” pelo Estado. Neste sentido, se considerava que as mudanças já ocorridas no novo mundo rural “teriam como fundamento a introdução de tecnologia, a emergência de novas atividades no meio rural e o surgimento de novas configurações sociais”. Afinal o progresso técnico, que vinha acarretando ganhos de produtividade na agricultura, haveria ensejado a formação de um “excedente de trabalho”. Por isso, as famílias de produtores estariam empregando o tempo disponível em atividades não-agrícolas, com o objetivo de complementar suas rendas.

A elaboração e implementação de várias ações inseridas no Programa “Novo Mundo Rural”, abarcava um rol de demandas e sugestões formuladas pelos movimentos sociais, que foram absorvidas pelo Governo e redefinidas dentro da concepção oficial de reformas econômicas e descentralização das políticas públicas, típicas das estratégias do neoliberalismo mundializado, citadas por Petras & Veltmeyer (2008).

Algumas ações desse Programa efetivadas no estado do Maranhão foram constatadas quando Roseana Sarney passou a executar o programa *Cédula da Terra* e alguns projetos financiados pelo Banco Mundial em parceria com o Governo Federal (através do Programa de Combate à Pobreza Rural - PCPR), ambos executados pela Sub-Gerência de Projetos Especiais - NEPE⁴⁴, que segundo o governo foi criada para executar ações no sentido de reduzir os altos indicadores de pobreza no meio rural⁴⁵ e conter o êxodo rural no Maranhão (PEREIRA, 2004).

O programa *Cédula da Terra* expressou uma ação piloto implantada no ano de 1997, nos Estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, por meio de acordo entre o Governo brasileiro e o Banco Mundial, que financiou recursos para a compra de imóveis rurais pelos trabalhadores sem-terra.

O desenvolvimento dessa experiência em alguns estados deu origem ao programa *Banco da Terra* direcionado a todo o país, através do qual o Governo Federal pretendeu substituir a *desapropriação* de terras improdutivas pelo mecanismo de compra e venda de terras, em que cabia aos trabalhadores reembolsar os bancos estatais pelo financiamento feito para a compra da terra.

No geral, tanto o *Cédula da Terra* quanto o *Banco da Terra*, constituíram-se como parte da estratégia do Banco Mundial veiculada desde 1995 com o nome de *Market-Assisted Rural Land Reform in Brazil* (Reforma Agrária Assistida pelo Mercado no Brasil), que tinha o objetivo explícito de resolver o problema da pobreza no campo brasileiro. Além disso, visava ativar o mercado de terras e gerar recursos para o alívio das dívidas rurais dos proprietários, evitando possíveis crises do sistema bancário (BARQUETE, 2003: 114).

Segundo a *Rede Social de Justiça e Direitos Humanos* (2006: 04) a proposta para o desenvolvimento do programa *Banco da Terra* pelo Governo Federal em todo o país,

44 O NEPE foi criado pela Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico para desenvolver ações de combate à pobreza na área rural do estado do Maranhão.

45 Nos anos 1990 a Fundação Getúlio Vargas confirmou que o Maranhão tinha o ‘maior número de miseráveis do país’, cerca de 3,5 milhões de pessoas (63,7% da população), segundo seus cálculos. Quanto à distribuição da riqueza o IBGE destacou nesse mesmo período que, enquanto os 50% mais pobres detinham apenas 16,4% da renda em 1999, os 1% mais ricos detinham quase o mesmo valor com 15,8% - resultado: alta concentração de renda. Por isso, o Governo do Maranhão tratou de desenvolver ações, na tentativa de amenizar esse quadro.

centrava-se “basicamente em três princípios: (1) o assentamento de famílias sem terra enquanto uma política compensatória; (2) a ‘estadualização’ dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades inerentes à União para estados e municípios; e (3) a substituição do instrumento constitucional de desapropriação pela propaganda do ‘mercado de terras’, o que significa a compra e venda negociadas da terra”.

Quando adotou o Banco da Terra, o governo Fernando Henrique defendeu que uma “reforma agrária” nesses moldes deveria ser desenvolvida porque reverteria a lentidão dos processos de desapropriação, controlaria o valor das indenizações de imóveis desapropriados e diminuiria os elevados custos dos assentamentos. Isso porque, segundo sua proposta, eram os próprios trabalhadores reunidos em associações que deveriam “escolher” as terras a serem desapropriadas depois de algumas negociações com os proprietários dessas terras.

Na lógica do Banco Mundial os mercados de terra poderiam ser acessíveis às pessoas mais pobres, que teriam acesso a fundos de crédito proporcionado pelo governo e por doadores. O mecanismo de compra e venda das terras substituiria, assim, os processos de desapropriação, ao passo que o pagamento aos proprietários dispostos a vender suas terras substituiria as indenizações pagas em títulos da dívida governamental de longo prazo (MAGALHÃES, 2006). Neste sentido, tais propostas seriam o ponto de salvação do governo brasileiro na resolução da “questão agrária”.

Com a adoção desse programa, percebemos que os governos do Brasil, e do Maranhão, em particular, defenderam a propriedade privada e a personificação do mercado como instância promotora do desenvolvimento e do bem-estar no campo (MAGALHÃES, 2006). Assim, notamos que se inverteu a política de reforma agrária almejada pelos trabalhadores camponeses, pois ao desenvolverem tais ações, os governos citados, privilegiaram o desenvolvimento dos grandes proprietários de terra e o crescente endividamento dos trabalhadores camponeses. Além disso, a estratégia desse programa visava desmobilizar os movimentos sociais e garantir um processo de “reforma agrária” harmônica em que o papel do Estado seria mediar a negociação entre trabalhadores e proprietários rurais, sem grandes prejuízos para os interesses do agronegócio no país.

Após as gestões de Roseana Sarney no governo do Maranhão (1995-1998/1999-2002), a disputa eleitoral em 2006 resultou em derrota para a oligarquia que a mesma representa. Entretanto, isso não significou uma reversão na prioridade dada até então ao agronegócio e nem uma completa mudança no sistema de políticas direcionadas aos trabalhadores camponeses maranhenses.

Consideramos que durante os Governos de José Reinaldo (2003-2006) e de Jackson Lago (2007-2008), posteriores aos de Roseana Sarney, a *agricultura familiar* ganhou um apoio relativo, ou seja, o investimento neste modelo de desenvolvimento rural não foi a prioridade. Na verdade, as ações dos dois governos se deram no sentido de fortalecer a proposta de que é possível conciliar *agricultura familiar* e *agronegócio* no Maranhão.

O relativo apoio dado para a agricultura familiar durante a administração de José Reinaldo⁴⁶ pode ser visualizado quando este se movimentou no sentido de reorganizar o sistema de intervenção estatal no meio rural maranhense, ao criar, em 2003⁴⁷, o sistema SEAGRO, que envolvia a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAGRO) e os órgãos vinculados, entre os quais, a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED), criada em 2002; o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), o Núcleo de Projetos Especiais (NEPE) e a *Casa da Agricultura Familiar*. Esta última passou a funcionar como órgão executor de algumas políticas/programas/projetos da SEAGRO nos municípios, especialmente na tentativa de suprir minimamente as demandas por assistência técnica e extensão rural, resultante da implementação de projetos de créditos requisitados pelos trabalhadores camponeses através do *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF*.

O PRONAF é um programa criado desde 1995 pelo Governo Federal, e que possui linhas de crédito direcionadas à agricultura familiar. Sua proposta original partiu da CONTAG, por isso, podemos considerar que, por um lado, a criação do PRONAF representou uma importante conquista para os trabalhadores camponeses do país, na medida em que, pela primeira vez, conseguiram com que fosse criado um programa de crédito dedicado à agricultura familiar em nível nacional.

Todavia, alguns estudiosos, como Marques (2008: 64) e Dias (2004: 506), alegam que, por outro lado, o Governo serviu-se da reivindicação dos movimentos sociais para formatar um programa que estimulasse os segmentos mais prósperos da agricultura familiar a

⁴⁶ José Reinaldo era vice-governador na segunda gestão do Governo de Roseana Sarney (1999-2002) no Estado do Maranhão, e, por conta da retirada desta última do governo do Estado para candidatar-se ao Senado nas eleições de 2002, ele assumiu o posto de Governador, sendo que nas eleições do mesmo ano ele foi reeleito para a gestão 2003-2006. Apesar do seu vínculo com a oligarquia da família Sarney, cabe ressaltar que a partir do seu segundo mandato José Reinaldo rompeu com a oligarquia e procurou seguir com seu governo de forma independente, mas sentiu fortes retaliações de seus antigos aliados, que passaram a mover ações contra as irregularidades de seu Governo.

⁴⁷ Cabe destacar que o esforço em reorganizar as ações do Governo do Maranhão na área da agricultura se iniciou em 2002, quando José Reinaldo criou a Gerência de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (GEAGRO) e a Agência de Defesa Agropecuária (AGED). Mas o relativo esforço do governo em apoiar a agricultura familiar só pode ser percebido em 2003, quando criou as Casas de Agricultura Familiar e as vinculou ao SEAGRO, que nesse mesmo ano passou a substituir a GEAGRO.

adotarem *uma racionalidade empresarial nos seus processos produtivos, com o objetivo de incrementar a eficiência administrativa e aumentar a produção e a produtividade*, na perspectiva de atender a lógica sistêmica das cadeias produtivas demandadas pelo agronegócio.

De fato, quando observamos que a criação do PRONAF orientou-se principalmente pelas formulações de estudos realizados entre 1994 e 1996, através do Convênio FAO/INCRA⁴⁸ (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que evidenciaram a importância da agricultura familiar no país e a necessidade de efetivar políticas públicas para estimular a sua modernização, é possível afirmar o caráter de mercantilização que o Governo quis impor aos trabalhadores camponeses através do PRONAF. Afinal, aqueles estudos partiram da concepção de que a agricultura familiar era uma parte frágil do agronegócio brasileiro, que precisava ser estimulada a partir da dinâmica do mercado. Contudo, é inegável que à medida de sua efetivação, novos elementos de natureza normativa e institucional foram reconfigurando o Programa. Isso fez com que alguns pesquisadores, como Mattei et al. (2007: 02), afirmassem que o PRONAF *vem se transformando a cada ano em uma das mais importantes políticas públicas que incidem sobre o meio rural brasileiro, principalmente porque está presente na grande maioria dos municípios do país, além de ter possibilitado a maior democratização do acesso ao crédito e a visibilidade social de um público que até então tinha diversas restrições a recursos*.

Verdadeiramente, o PRONAF tem sido fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, no tocante ao financiamento para a produção de alimento diversificado, saudável e mais barato ao povo brasileiro. No entanto, apesar dos avanços do PRONAF, em termos de recursos disponibilizados (Ver Tabela 7) e linhas de crédito que

⁴⁸ O resultado das pesquisas realizadas pela FAO/INCRA (1996) serviram para classificar os agricultores familiares em três modalidades: a “agricultura familiar consolidada”, a “agricultura familiar em transição”, e a “agricultura familiar periférica”. Tal classificação foi feita considerando a renda bruta, advinda exclusivamente da agricultura, alcançada pela família, medindo, portanto, o grau de mercantilização atingido por seus processos produtivos (DIAS, 2004: 506). O *primeiro* grupo de agricultores pertencia àqueles que integravam os circuitos agro-industriais, participando ativamente das relações com o mercado; o *segundo*, estava relacionado àqueles que poderiam tanto evoluir para uma maior integração com o mercado, ou serem excluídos do processo, se não obtivessem apoio das políticas públicas; e para o *terceiro* grupo se considerava a necessidade de políticas distributivas e de cunho assistencial, já que os mesmos não tinham a capacidade de ascender ao patamar de mercado, a partir das pretensões desejadas nas propostas da FAO. Com a construção dessa tipologia, ficou indicado que a ação governamental deveria se concentrar nos agricultores familiares em *transição*, considerando tanto o seu potencial de ascensão ao grupo dos consolidados, como o risco, na ausência de apoio, de que eles regressem à agricultura familiar periférica (CORRÊA E ORTEGA, 2002; DIAS, 2004: 506).

podem ser acessadas,⁴⁹ este Programa ainda enfrenta vários problemas no que se refere à sua eficácia e eficiência, considerando que os agricultores mais pobres são os que menos acessam o PRONAF, o que dificulta a reversão do quadro de pobreza no campo brasileiro.

TABELA 7

Número de contratos e montante do crédito rural do PRONAF por modalidade e ano fiscal (1995-2007)

Anos	Custeio		Investimento		Total	
	Nº de Contratos	Valor (em R\$ milhões)	Nº de Contratos	Valor (em R\$ milhões)	Nº de Contratos	Valor (em R\$ milhões)
1995	30.306	266,85	187	1,96	30.493	268,82
1996	306.562	1.478,36	4.844	29,10	311.406	1.507,46
1997	415.667	2.490,81	70.795	1.040,40	486.462	3.531,21
1998	558.833	2.809,21	87.411	468,43	646.244	3.277,64
1999	671.239	2.696,78	131.610	1.271,34	802.849	3.968,12
2000	757.536	2.653,91	212.191	1.518,44	969.727	4.172,35
2001	723.754	2.495,51	186.712	1.224,01	910.466	3.719,52
2002	677.730	2.160,51	275.517	1.499,08	953.247	3.659,59
2003	860.730	2.930,94	277.382	1.787,15	1.138.112	4.718,10
2004	1.049.840	4.041,51	561.623	2.485,57	1.611.463	6.527,08
2005	983.377	3.850,44	687.806	2.996,24	1.671.183	6.846,67
2006	1.024.678	4.807,45	833.370	3.706,54	1.858.048	8.513,99
2007	950.690	5.192,15	597.240	2.867,99	1.547.930	8.060,15
Soma	9.010.942	37.874,43	3.926.688	20.896,25	12.937.630	58.770,70

Fontes: Bacen (somente exigibilidade bancária); Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob); Banco Cooperativo Sicredi S/A (Bansicredi); Banco da Amazônia S/A (Basa); Banco do Brasil (BB); Banco do Nordeste (BN); e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Dados atualizados: Bacen, até 06/2007; Bancoob, até 02/2008; Bansicredi, até 01/2008; Basa, até 12/2007; BB, até 02/2008; BN, até 01/2008; e BNDES, até 07/2006 - últimos três meses sujeitos a alterações. Tabela disponível em: www.pronaf.gov.br. Acesso: 25/03/2010.

⁴⁹ As constantes modificações, ampliações e os (des)agregamentos de grupos do público-alvo do PRONAF resultaram em seis grupos classificados basicamente pela renda anual aferida que, no Plano Safra 2007-2008, estavam assim discriminados: *i*) Grupo A – assentados da reforma agrária ou beneficiários do Programa de Crédito Fundiário; *ii*) Grupo B – agricultor familiar, com renda bruta anual até R\$ 4.000,00; *iii*) Grupo A/C – produtores egressos do Grupo A ou do PROCERA; *iv*) Grupo C – agricultor familiar com renda bruta anual entre R\$ 4.000,00 e R\$ 18.000,00; *v*) Grupo D – agricultor familiar com renda bruta entre R\$ 18.000,00 e R\$ 50.000,00; e *vi*) Grupo E – agricultor familiar com renda bruta entre R\$ 50.000,00 e R\$ 110.000,00. A partir da safra 2008-2009, os grupos C, D e E são agregados em único grupo, denominado no Plano Safra 2008-2009 de *agricultura familiar* (IPEA, 2009). Além desse grupos, há também as linhas de crédito especial que compõem o PRONAF, entre as quais estão: Pronaf Agroecologia, Pronaf Mulher, Pronaf Floresta, Pronaf Agroindústria, Pronaf Jovem, Pronaf Eco, etc.

Esse apontamento pode ser verificado, quando observamos que, apesar dos esforços de expansão e desconcentração regional das aplicações do PRONAF apresentarem constantes resultados positivos, o Sul, região onde a agricultura familiar é promissora e consolidada, ainda concentra mais de 40% do montante dos financiamentos concedidos. Já o Nordeste, a região que agrega mais agricultores pobres do país⁵⁰, embora tenha tido, em 2007, a maior quantidade de contratos (cerca de 40% do total), não obteve o mesmo peso na alocação dos recursos, conforme expõe a tabela abaixo:

TABELA 8
Contratos e Montantes concedidos pelo PRONAF-Crédito por região (2004-2007)

	2004		2005		2006		2007	
Estado	Contratos	Montante	Contratos	Montante	Contratos	Montante	Contratos	Montante
Brasil	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Norte	7,50%	11,93%	4,82%	9,10%	5,56%	9,49%	6,11%	8,04%
Nordeste	36,13%	18,19%	41,93%	24,80%	43,55%	25,98%	39,34%	22,63%
Sudeste	14,29%	17%	14,57%	18,09%	15,97%	19,74%	17,03%	21,66%
Sul	38,61%	46,64%	35,28%	41,15%	31,69%	38,48%	33,74%	40,96%
Centro-Oeste	3,47%	6,23%	3,40%	6,86%	3,23%	6,30%	3,78%	6,71%

Fontes: Bacen (somente exigibilidade bancária); Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob); Banco Cooperativo Sicredi S/A (Bansicredi); Banco da Amazônia S/A (Basa); Banco do Brasil (BB); Banco do Nordeste (BN); e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Dados atualizados: Bacen, até 06/2007; Bancoob, até 02/2008; Bansicredi, até 01/2008; Basa, até 12/2007; BB, até 02/2008; BN, até 01/2008; e BNDES, até 07/2006 - últimos três meses sujeitos a alterações. Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acessado em: 25/03/2010.

No Maranhão, os esforços de apoiar a agricultura familiar através da aplicação do PRONAF durante o governo José Reinaldo, contribuíram para que na safra 2002–2003 o estado passasse da penúltima à segunda posição do Nordeste em aplicações do PRONAF⁵¹. Porém, os trabalhadores camponeses que acessam o crédito enfrentaram e enfrentam dificuldades na operacionalização dos projetos, sobretudo por conta do pouco ou nenhum recebimento de assistência técnica, o que acaba se tornando um dos motivos para o endividamento entre os trabalhadores camponeses que acessam o PRONAF em todo o estado.

⁵⁰ O grupo mais pobre da agricultura familiar brasileira, segundo dados disponíveis pelo IPEA, englobavam mais de 54% das unidades familiares de produção e estão majoritariamente concentrados na região Nordeste (74% do total) (IPEA, 2008).

⁵¹ Ver dados sobre esse assunto em www.deser.org.br/documentos/imagem/Pronaf.pdf.

Dessa forma, observamos que, apesar do governo de José Reinado ter provocado uma reorganização no setor da agricultura, incorporando políticas em benefício dos trabalhadores camponeses, a natureza dos projetos e programas desenvolvidos não permitiram uma completa intervenção no enfrentamento da questão agrária. No caso do PRONAF, observamos que o governo estimulou o acesso ao crédito, mas não deu outras condições básicas para operacionalizá-lo, especialmente porque a assistência técnica disponibilizada não foi suficiente e nem eficaz para a demanda.

O maior empecilho aos trabalhadores camponeses foi o fato do governo, através dos distintos órgãos estatais, ter continuado priorizando o *agronegócio* no Maranhão, conforme fica apontado nas notícias abaixo:

Governador visita obras de construção da fábrica de processamento de soja em Porto Franco

O governador José Reinaldo Tavares vistoriou neste final de semana as obras de construção da Fábrica de Processamento de Soja que está sendo construída no município de Porto Franco (...).

A instalação da fábrica, que será inaugurada ainda este ano, é resultado de acordo entre o governo do Estado e a ABC Inco – uma das maiores processadoras de soja do Brasil (ASSIMP, 2006).

Fapema firma parceria com Inagro para fortalecer o agronegócio do Maranhão

A Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão, Fapema, assinou nesta terça-feira (04), um termo de cooperação técnica com o Instituto de Agronegócios do Maranhão - INAGRO, com o objetivo de gerir atividades voltadas à promoção do crescimento e desenvolvimento sustentável do agronegócio do Estado.

O convênio representa o início de um grande trabalho em prol do agronegócio maranhense, envolvendo aspectos sócio-econômicos de vital importância, como a inclusão social do produtor rural e a promoção e estímulo da produção científica através da formação de profissionais munidos de bases humanística, científica e tecnológica na área.

(...) Caberá ao INAGRO a gestão e execução dos projetos na área da produção agrícola (pecuária, agricultura, pesca) na visão do agronegócio, incluindo também a aquisição de equipamentos e suprimentos necessários, além da manutenção de uma equipe de especialistas e consultores para a coordenação do projeto e a organização de cursos que serão ministrados a técnicos, produtores e empresários rurais.

O presidente da Fapema, Sofiane Labidi, lembrou que esta não é a primeira ação da fundação em prol do agronegócio maranhense. “Recentemente assinamos um convênio e participamos da definição da agenda de compromissos com a Embrapa, e fomos chamados para participar da equipe que definirá o Plano Estadual de Biodiesel”, lembrou (ASSIMP, 2006).

A tentativa de conciliar interesses opostos também se deu durante a administração de Jackson Lago no governo estadual, que foi eleito em 2006 a partir de um discurso que propunha mudança na política do estado, mas teve seu mandato cassado em 2009⁵².

⁵² Jackson Lago (PDT) foi eleito governador do Maranhão em 2006, mas sua gestão não completou o ciclo normal de um governo, pois em abril de 2009 ele teve seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que julgou procedente a acusação de abuso de poder econômico e compra de votos, encaminhada contra

Durante sua administração, Jackson Lago continuou com o processo de reestruturação do sistema estadual de intervenção na agricultura, com apoio à agricultura familiar, redefinindo novas ações e incorporando segmentos representativos dos trabalhadores camponeses no quadro administrativo de seu governo⁵³, na tentativa de fazer com que os interesses dos trabalhadores camponeses fossem contemplados. Entretanto, foi visível a perspectiva de conciliar interesses entre o agronegócio e a agricultura familiar, conforme ficou apontado nas palavras do Secretário da Agricultura, em notícia veiculada no site do governo estadual:

Agrobalsas discute importância da agricultura familiar para o agronegócio

O secretário de Agricultura, Domingos Paz, foi um dos palestrantes de abertura do Agrobalsas, falando sobre a contribuição do trabalho dos pequenos produtores rurais para o agronegócio. Paz ressaltou a importância da agricultura familiar para o Maranhão, especialmente através das atividades multifuncionais, aliando a segurança alimentar e a sustentabilidade com o uso da diversificação de atividades e geração de emprego e renda no campo.

“A agricultura familiar não deve ser vista apenas como de subsistência, mas ela é, juntamente com a agricultura patronal, um dos elos da cadeia produtiva. É uma determinação do governador Jackson Lago articular políticas públicas no setor agropecuário, através da SEAGRO, consolidando e integrando ações de modo a priorizar a agricultura familiar, mas também apoiando o agronegócio. Ambas possuem o mesmo objeto com enfoques diferentes”, afirmou Domingos Paz (BARATA, 2008). (Grifo nosso).

Essa estratégia de conciliar interesses entre *agronegócio e agricultura familiar*, – diga-se também entre burguesia agrária *versus* trabalhadores camponeses – difundida por esses dois últimos governadores do Maranhão, foi motivada e complementada pelas ações governamentais de nível federal no estado, que de 2003 aos dias atuais tem sido direcionadas pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Após a vitória de Lula nas eleições de 2002, os movimentos sociais rurais consideraram que estava colocada uma oportunidade histórica de implementar um projeto de sociedade vinculado aos interesses da classe trabalhadora, por isso partiram para a disputa e acúmulo de forças “dentro” do governo, através da indicação de nomes para cargos de segundo escalão nos órgãos relacionados a política agrária, como o Instituto Nacional de

ele e o seu vice Luiz C. Porto por partidos da coligação “Maranhão a Força do Povo”, que apoiou Roseana Sarney nas eleições de 2006. De acordo com os adversários de Lago, o abuso do poder econômico e captação ilícita de votos teria se dado por meio da distribuição de centenas de cestas básicas aos pescadores, criação de convênio com a Associação dos Moradores do Povoado de Tanque com o objetivo de desviar dinheiro, além de distribuição de combustível, reforma e construção de casas na periferia, entre outras acusações. Mas seus aliados definem que a cassação de Jackson Lago foi um “golpe de Estado pela via Judiciária”, em razão das contradições e dos equívocos jurídicos do caso, e principalmente porque, após a cassação, o TSE determinou que os segundos colocados naquela eleição – Roseana Sarney e o vice João Alberto de Sousa (ambos do PMDB e representantes da Oligarquia Sarney) – fossem empossados, o que para os aliados de Jackson Lago representou uma afronta à decisão popular.

⁵³ Nesse caso, cabe destacar o cargo de Secretário da Agricultura, que foi assumido por um ex-integrante (militante) da FETAEMA.

Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A expectativa era de que com a presença mais forte dos movimentos sociais rurais no âmbito do governo a reforma agrária estaria no centro da agenda política, como uma forma importante de geração de empregos, de garantia da soberania alimentar e como base de um novo modelo de desenvolvimento (REZENDE, 2005).

Nos primeiros meses da gestão de Lula em 2003, a equipe do INCRA, indicada pelos movimentos sociais, procurou construir um conjunto de políticas para atender os assentados em estado de precarização. Deu início a elaboração de uma Política de Assistência Técnica e Extensão Rural, retomou a Política de Educação para os assentados, e juntamente com o MDA e estudiosos da questão agrária brasileira, formou uma equipe de especialistas para a elaboração do *II Plano Nacional de Reforma Agrária* (FERNANDES, 2003: 37).

Com estas medidas, os interesses da burguesia agrária não tardaram em se manifestar de forma hegemônica, pois em setembro de 2003 o governo destituiu os nomes indicados pelos movimentos sociais rurais para a presidência e equipe do INCRA, em favor de uma gestão que permitisse o controle político dos conflitos fundiários, no lugar do diálogo e da busca de soluções conjuntas, que rompiam com as medidas repressivas criadas pelo governo Fernando Henrique.

Com isso, o verdadeiro objetivo do governo ficou claro para os movimentos sociais. A intenção em conciliar interesses entre a agricultura familiar e o agronegócio explícito no seu programa “Vida Digna no Campo”, as atitudes amenas e conciliadoras de Lula, assim como a falta de crítica ao sistema latifundista no país, apenas confirmou aos movimentos sociais do campo a hegemonia da burguesia agrária no governo Lula. O trecho abaixo traduz essa estratégia do governo para o campo:

As políticas para a agricultura familiar devem se desenvolver em paralelo àquelas orientadas a agricultura empresarial. A agricultura empresarial gera empregos, renda e excedentes exportáveis. A agricultura familiar, além da produção de alimentos básicos de qualidade, também promove a ocupação soberana do nosso território; preserva tradições culturais do nosso país; mantém as pessoas em sua terra natal; pode contribuir na defesa do nosso meio-ambiente (CADERNO TEMÁTICO DO PROGRAMA DE GOVERNO, 2002: 5).

A hegemonia dos interesses da burguesia agrária, e, conseqüentemente, do neoliberalismo e do agronegócio no campo, no âmbito do Governo Lula, pôde ser notada em novembro de 2003, quando o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) anunciou o *II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural* (II PRNA), cujo conjunto de medidas apontava a continuidade do programa *Banco da Terra* sob

a nova nomenclatura de *Programa Nacional de Crédito Fundiário*, com três linhas de financiamento: Combate à Pobreza Rural, Nossa Primeira Terra e Consolidação da Agricultura Familiar.

De acordo com Rezende (2005), apesar de ter sofrido algumas modificações, a essência do *Programa Nacional de Crédito Fundiário* do governo Lula, era a mesma do *Banco da Terra* do governo FHC. Afinal, a concepção central que movia esses programas era a mercantilização da reforma agrária e o afastamento do Estado na promoção da desconcentração fundiária. No Maranhão, a execução desse programa continuou se dando em parceria com o governo estadual, sob a responsabilidade do NEPE.

As conseqüências da prioridade dada por setores do Estado, de níveis governamentais estadual e federal, ao desenvolvimento do agronegócio no Maranhão são caracterizadas pelas pesquisas realizadas por estudiosos da questão agrária e por dados do trabalho escravo e de conflitos agrários no estado.

Pedrosa (2004: 02), por exemplo, indica que, o aumento da degradação ambiental, da concentração fundiária em poder de grandes empresas e da exploração da força de trabalho em diversos municípios, são conseqüências da expansão do agronegócio no estado. Esse autor afirma que:

Na região tocantina, a CELMAR S/A – Indústria de Celulose e Papel implanta florestas de eucaliptos para a indústria de celulose na região de Imperatriz. Ela tem como acionistas a Companhia Vale do Rio Doce, Risipar S/A e a empresa japonesa Nissho Iwai Corporation. Ela é hoje responsável por um conjunto de problemas ambientais, fundiários e sociais naquela região.

Na região oriental do Maranhão, o cerrado sofre o impacto do projeto de soja, da celulose e das carvoarias. Nos municípios de Afonso Cunha, Duque Bacelar e Coelho Neto, Buriti, Caxias, Timon, Aldeias Altas, o Grupo João Santos (A Itapagé Celulose) adquiriu quase todas as terras agricultáveis. Espalhou cana de açúcar para a produção de álcool, explorando força de trabalho barata e desorganizada, infringindo também a legislação trabalhista e previdenciária. No município de Urbano Santos, a Comercial Agrícola Paineiras Ltda. tem como área de influência toda a região do Baixo Parnaíba, especialmente a microrregião de Chapadinha, envolvendo os municípios de Mara Roma, Anapurus, Santa Quitéria, Brejo, Buriti, Chapadinha e São Benedito do Rio Preto (PEDROSA, 2004: 2).

Na Mesorregião de Chapadinha, Andrade (1995a, apud CARNEIRO, 2008: 89-90) destaca que a atuação da empresa Marflora durante os anos 1980 e 1990, foi um dos principais vetores que modificaram a estrutura agrária dessa mesorregião, pois através de uma política agressiva de aquisição de terras e do estímulo à produção de carvão vegetal por terceiros, esta empresa provocou uma série de efeitos negativos sobre a economia camponesa e o meio ambiente.

Além disso, Pedrosa (2004: 3) aponta, a partir da análise de estudos sobre a pobreza no Maranhão, que a mesma tem se localizado particularmente nos municípios onde o

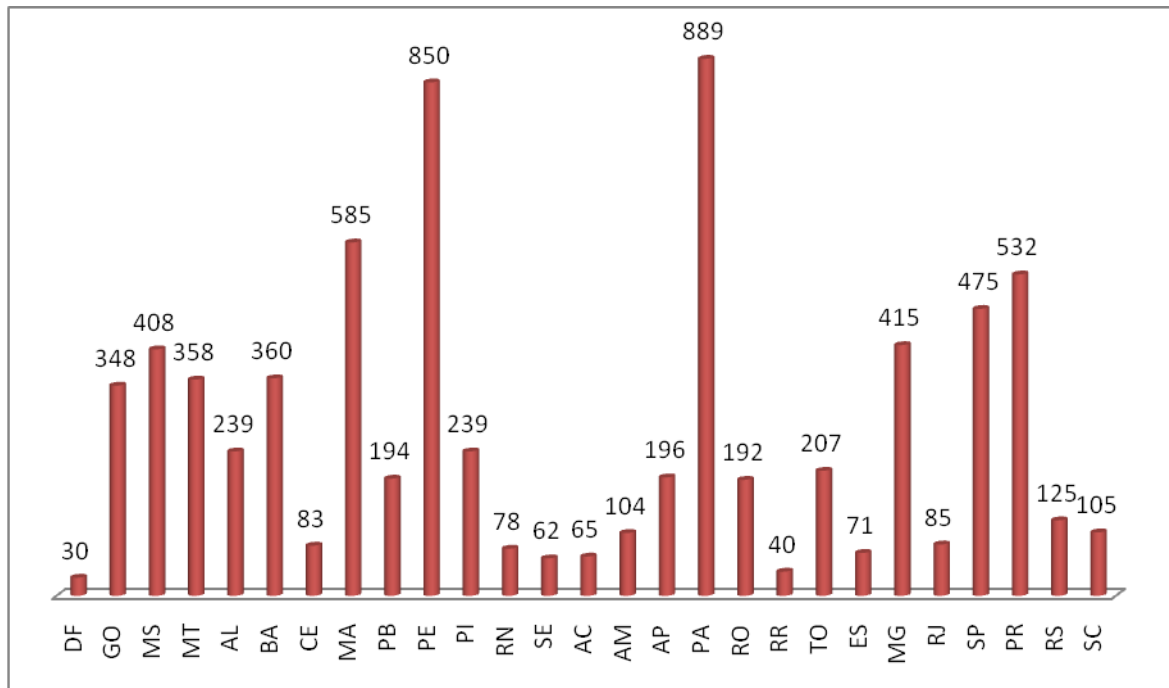
agronegócio se expande, concluindo que apesar da riqueza gerada por esse modelo de produção, ela não é distribuída no município onde se efetiva, pois o lucro se concentra nos proprietários desses empreendimentos e nas empresas que compram seus produtos.

A riqueza produzida por esses investimentos beneficia um grupo pequeno de empreendedores, detentores dos meios de produção financiados pelo Estado. Segundo o economista José Lemos, no Maranhão 64% da população é considerada pobre, isto é, está privada da educação, saneamento, água encanada, coleta de lixo e renda. O estado fica em terceiro lugar quando se trata das estatísticas de pobres na zona rural. O quadro se agrava nos onze municípios que formam os cerrados maranhenses. Alto Parnaíba, Tasso Fragoso e Loreto apresentam os maiores índices de degradação e de pobreza no Estado. (PEDROSA, 2004: 3).

Além dos estudiosos dessa questão, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que anualmente publica um documento com as estatísticas dos conflitos agrários no Brasil, conclui que a violência no meio rural é maior nos estados onde tem havido a implantação e expansão do agronegócio, entre os quais o Maranhão, que junto com o PE e PA concentram os maiores índices de conflitos por terra no país. Conforme aponta o gráfico abaixo que indica o total desses conflitos por estado, de 1997 a 2008⁵⁴:

GRÁFICO 5

Total de conflitos por Terra nos estados do Brasil – 1997 a 2008 (exceto 2006)



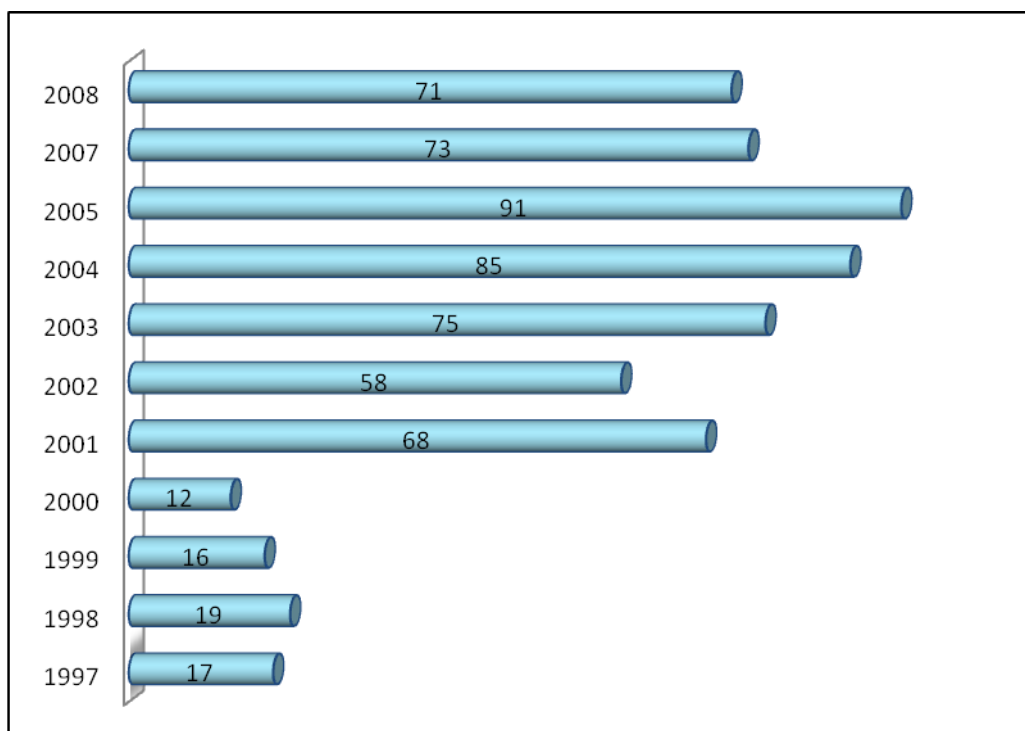
Fonte: CPT. Conflitos no Campo (1997-2008) (Gráfico elaborado pela autora)

⁵⁴ Nesse total não consta os dados de 2006, pois a forma de exposição dos números pela CPT impossibilitou que fizéssemos o mesmo tipo de análise considerado para os outros anos.

Através do **Gráfico 5**, observamos que o Maranhão pertence ao grupo de estados com maior índice de conflitos pela terra entre os anos 1997 e 2008. Porém, é importante destacar que, numa análise isolada, esse estado tem apresentado uma diminuição dos conflitos pela terra depois do ano de 2005, quando tinha atingido o maior número de conflitos desde 1997, conforme indica o **Gráfico 6**:

GRAFICO 6

Conflitos por Terra no Maranhão – 1997 a 2008 (exceto 2006)



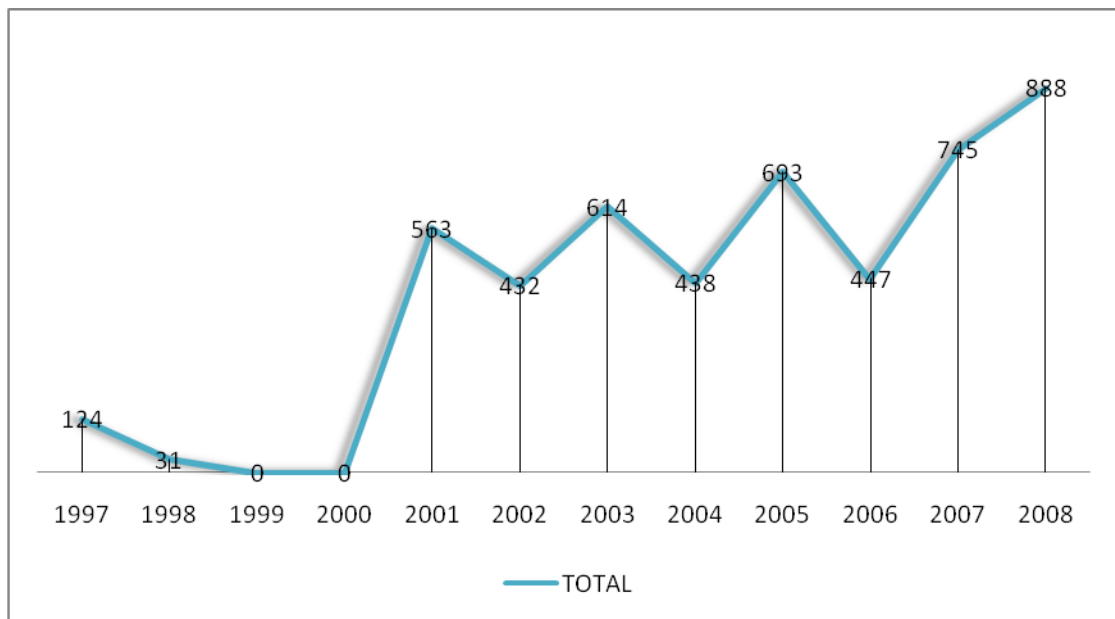
Fonte: CPT. Conflitos no Campo (1997-2008) (Gráfico elaborado pela autora)

Apesar desses números, a diminuição de conflitos por terra não significa a redução das consequências negativas do agronegócio no estado. Na verdade, ocorreram redefinições nas consequências desse modelo de agricultura no Maranhão, considerando que, se a estratégia de adquirir *legalmente*⁵⁵ a terra atenuou (mas não esgotou) os conflitos entre latifundiários/empresários e trabalhadores camponeses, por outro lado, ela não conseguiu esconder a super-exploração do trabalho nesses empreendimentos. Considerando que, a super-exploração do trabalho, tão necessária ao agronegócio, tem se manifestado de forma crescente

⁵⁵ Os grandes proprietários tem comprado vários lotes de terra de pequenos proprietários ou posseiros no mesmo espaço de terra até formarem uma grande propriedade.

no Maranhão, através da elevação do número de trabalhadores camponeses encontrados em situação de *trabalho escravo* no estado, conforme indica o **Gráfico 07**:

GRAFICO 7
Trabalhadores encontrados em situação de trabalho escravo no Maranhão*
(1997 a 2008)



Fonte: CPT. Conflitos no Campo (1997-2008) (Gráfico elaborado pela autora)

*Inclui trabalhadores adultos e menores

Além do número de trabalhadores em situação de trabalho escravo ter crescido no estado, cabe ressaltar que o Maranhão também está à frente no ranking de exportação de mão-de-obra escrava. Segundo dados do MDA, existem cerca de 25 mil trabalhadores em regime de trabalho escravo no Brasil, e desse total 40% são maranhenses. Outro dado que aponta o lugar de destaque que o estado tem assumido no que se refere ao trabalho escravo é o fato do mesmo possuir 10% dos fazendeiros escravagistas no país na chamada "Lista Suja". Essa lista foi formulada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e apresenta o nome de empregadores explorando mão-de-obra escrava em propriedades rurais (O ESTADO DO MARANHÃO, 2006).

A partir desses dados, concordamos com Guidotti (2004), ao considerar que o trabalho escravo e a *violência no campo é causada hoje por um modelo agrícola calcado no agronegócio exportador, que vem se expandindo e engolindo os ecossistemas do Cerrado, da Amazônia e do Pantanal.*

No caso específico da expansão da produção sojícola, Carneiro (2008) nos aponta elementos interessantes sobre os impactos que esse processo tem alavancado, tanto na região de expansão mais recente, que é a mesorregião leste maranhense, quanto na área de expansão mais antiga, localizada no sul do estado.

Na mesorregião leste maranhense, a pesquisa realizada por esse autor aponta que os impactos da produção sojícola se apresentam sobretudo na Microrregião Homogênea de Chapadinha (MRH de Chapadinha) (CARNEIRO, 2008: 89).

Nesta MRH uma situação central apontada é a concentração fundiária, resultante da ação das empresas ligadas ao agronegócio. Carneiro verifica tal processo a partir do Índice de Gini de concentração fundiária no estado do Maranhão e suas meso e microrregiões, elaborado por Porro et al., (2004: 31), que constata um agravamento importante deste indicador ao afirmar que o mesmo passou de 0,908 em 1960 para 0,929 em 1996.

Segundo Carneiro (2008: 91), esse processo de concentração fundiária tem abalado a economia regional, que é essencialmente baseada na agricultura familiar, conforme apontam os dados mais atuais sobre a atividade agropecuária regional constante no Censo Agropecuário de 2006, que confirmam aquele setor sendo responsável por nada menos que 90,35% do total de ocupações geradas na MRH de Chapadinha.

Na sua visão a agricultura familiar que se caracterizava

pela combinação de atividades agrícolas, do extrativismo vegetal (babaçu, carnaúba, bacuri, pequi, etc.) e da criação de animais, conformando um sistema de produção complexo, que faz o manejo inteligente dos recursos naturais que compõem os diversos ecossistemas com os quais esses agricultores interagem (CARNEIRO, 2008: 91);

está sendo modificada mediante a repercussão que o avanço do agronegócio provocou no quesito relacionado à apropriação da terra. Pois, o “manejo dos recursos naturais” que era “realizado em terras livres ou privadas”, e que eram “o elemento definidor dos diferentes tipos de estruturas sociais que servem de substrato ao desenvolvimento da produção agroextrativista e da pecuária regional” vem sendo modificado, fazendo com que as atividades antes desenvolvidas se tornem escassas e bem mais complexas (CARNEIRO, 2008: 92).

Neste caso, Carneiro alerta que o fato dessa região caracterizar-se pelo elevado número de estabelecimentos agropecuários definidos como terras arrendadas e terras ocupadas; cerca de $\frac{3}{4}$ de 20.830 estabelecimentos recenseados no Censo Agropecuário do IBGE 1995-1996 (IBGE,1996); aponta que a forma de acesso à terra pelos trabalhadores camponeses é um dos principais motivos que tem facilitado a expropriação e a concentração da terra. Pois são justamente os trabalhadores camponeses das áreas arrendadas e de posse são

os mais afetados pela expansão da sojicultura, da lavoura da cana-de-açúcar e dos monocultivos florestais na região, uma vez que sem o documento de comprovação da propriedade da terra (no caso dos posseiros), ou na condição de agregados ou rendeiros (no caso das terras arrendadas), eles tornam-se o elo mais frágil do processo de concentração fundiária em curso na região (CARNEIRO, 2008: 95)

Ao constatar isso, é possível indicar que a atuação do Estado no processo de organização fundiária em prol dos trabalhadores não tem sido eficaz ou suficiente. Conforme destaca Carneiro (2008), as ações de regularização fundiária e o/ou de reforma agrária por parte do INCRA e ITERMA na região é bastante tímido. O levantamento dos dados sobre os números da reforma agrária na região apontam essa fraca atuação, pois, os 23 assentamentos criados formam um total diminuto frente à demanda da região; *o total de famílias assentadas representa menos de 1,2% do conjunto estadual e a área desapropriada, menos de 0,9% das áreas desapropriadas para fins de reforma agrária no Maranhão* (CARNEIRO, 2008: 96).

No caso dos impactos da expansão da soja no sul do Maranhão, Carneiro (2008: 134) relata que esse processo também trouxe consigo uma série de repercussões sociais (concentração da propriedade da terra) e ambientais (contaminação por agrotóxicos, devastação ambiental). Além disso, têm provocado uma sociedade polarizada, com um alto grau de concentração de renda e exclusão social.

Para este autor, a pesquisa realizada em bairros populares da cidade de Balsas em 2006, aponta estas indicações, pois se constatou através de 365 entrevistas que a população foi motivada a se deslocar para as áreas urbanas da cidade, por conta das promessas de emprego e melhores condições de vida advindas com o *boom* da economia da soja na região.

Segundo ele, isso pôde ser constatado quando se observou que 74% dos entrevistados responderam que estavam a menos de dez anos morando nos bairros da cidade e cerca de 49% do total de respostas indicavam que o principal contingente era oriundo do próprio município. Com isso o autor conclui que, a partir da expansão da sojicultura nesta cidade houve um deslocamento populacional das áreas rurais em direção às áreas urbanas do município, fruto da expropriação de trabalhadores camponeses e posseiros de suas áreas de produção.

Em relação à promessa do agronegócio em gerar emprego e provocar melhorias nas condições de vida da população, Carneiro (2008) ressalta que não teve êxito, pois entre os entrevistados, o desemprego foi apontado como o principal problema (14,2%), sendo seguido pela questão da violência/insegurança (9,0%) e de problemas referentes à qualidade das vias públicas (pavimentação/calçamento).

Além disso, a pesquisa também apontou que, quando os chefes de família dos bairros pesquisados não encontravam-se desocupados (*desempregados (5,5%), vivendo de aposentadoria (5,2), dona de casa (6,1%)*) ou trabalhando em atividades precarizadas, que exigem pouca qualificação (*como pedreiro - 6,9%*), sua maioria estavam na informalidade (*cerca de 80%*), já que apenas 21% da amostra apontou possuir carteira assinada, como foi o caso das ocupações de motorista, operador de máquinas e auxiliares de estoque.

Em relação a renda dos que conseguem emprego, o autor também conseguiu extrair da pesquisa, que a remuneração média mensal recebida por chefes de família está no intervalo de até 1 salário mínimo (37%) e de mais de 1 até 2 salários mínimos (45%).

Com isso, Carneiro concluiu que, mesmo considerando que a economia da soja tenha gerado alguns empregos, o volume de postos de trabalho e a renda apropriada pelos trabalhadores não acompanharam o mesmo ritmo da expansão da atividade agro-exportadora. Para o autor, a análise da evolução do indicador da concentração de renda no município confirma isso, pois a participação da população considerada mais pobre no conjunto da renda municipal apenas tem decrescido nos últimos anos e somente na faixa das pessoas situadas entre os 20% mais ricos é que houve acréscimo de renda no período de 1991 a 2000 (CARNEIRO, 2008: 141).

Neste sentido, as suas considerações apontam que

ao mesmo tempo em que a economia da soja prospera, decresce a participação dos segmentos mais pobres no conjunto da riqueza gerada, o que comprova que para essas pessoas o sonho do “novo eldorado verde” continua muito distante. Vale dizer que, para alguns trabalhadores, o destino é ainda mais difícil, haja vista a ocorrência de situações de trabalho escravo na região, como mostrou o caso verificado por vistoria do Ministério do Trabalho na empresa Agropecuária Agroindustrial Serra Grande Ltda., localizada no município de São Raimundo da Mangabeiras, em 19 de outubro de 2005 (CARNEIRO, 2008: 141)

A partir dessa configuração sobre o Maranhão agrário, observamos que este estado, tem sido um dos espaços privilegiados ao desenvolvimento do capital mundial e dos impactos que esse processo traz consigo, especialmente no campo, através do agronegócio.

Diante dessa realidade, demarcada pelo avanço do agronegócio e pela apatia do Estado frente aos interesses das classes subalternas, é importante observarmos as ações dos trabalhadores camponeses contra os impactos das investidas do capital no campo e em busca de políticas públicas que garantam os seus direitos, na perspectiva analisar o papel das lutas sociais no enfrentamento da questão agrária na contemporaneidade, sobretudo no Maranhão.

IV) As Lutas Sociais contra o agronegócio no Maranhão: avanços e desafios

Através da pesquisa sobre as lutas sociais no campo brasileiro, observamos que nos anos 1990 a organização dos trabalhadores camponeses ganhou vigor em movimentos sociais contestadores do modelo agrícola e fundiário priorizados no país. Neste sentido, consideramos que, se de um lado, o sistema capitalista em sua fase neoliberal, representado no campo pelo agronegócio, ampliou suas áreas de ação nos últimos anos, do outro lado, os movimentos sociais rurais, aumentaram a pressão social contra esse processo, a partir da luta por terra, trabalho e, conseqüentemente, por melhores condições de vida no campo.

No tocante à realidade do Maranhão, constatamos que os conflitos sociais no campo e a pressão social dos trabalhadores camponeses sobre o Estado, conseguiram fazer com que em 1997, esta unidade da federação se destacasse como aquela com o maior número de projetos de assentamentos implantados, um total de 106 (INCRA, 2007). Isso fez com que a governadora Roseana Sarney propagasse que estava contribuindo para a implementação de uma efetiva reforma agrária no estado, pois além dessa estatística, o Maranhão também estava entre aqueles⁵⁶ com os maiores índices de famílias assentadas desde 1995⁵⁷ (INCRA, 2006).

Entretanto, cabe ressaltar que a quantidade não tem significado a qualidade dos assentamentos rurais. Conforme ficou constatado no I Censo da Reforma Agrária no Brasil⁵⁸ (CRAB) em 1996, a face real dos assentamentos no Maranhão é de uma verdadeira falta de infra-estrutura, em conseqüência da ausência ou ineficiência de políticas públicas que assegurem condições para o desenvolvimento da produção dos trabalhadores e para garantir a permanência dos trabalhadores no campo (CARNEIRO et al., 1998).

Por isso, a conquista da terra não tem significado o fim da luta dos trabalhadores camponeses, visto que permanece a ausência de políticas públicas eficazes nas áreas reformadas, que possam garantir a organização e produção dos trabalhadores à médio e longo prazos, colocando a necessidade de que outra jornada de lutas seja feita para garantir a vida,

⁵⁶ Particularmente Mato Grosso (MT) e Pará (PA).

⁵⁷ 1995: 7.181; 1996: 7.720; 1997: 9.172; 1998: 9.778; 1999: 10.203; 2000: 8.261; 2001: 7.397; 2002: 8.272; 2003: 4.866; 2004: 11.473; 2005: 16.437; 2006: 13.080.

⁵⁸ No Maranhão o I CRAB pesquisou as condições de 125 áreas de Projetos de Assentamentos (P.A's) e apontou como resultado que: a renda familiar média dos assentados fica em torno de R\$ 400,00 por ano; o índice de analfabetos adultos é de 45%; aproximadamente 35% das crianças não recebem material e merenda escolar; as habitações são de taipas, cobertas de palha, não têm acesso ao saneamento e não possuem energia elétrica; os trabalhadores assentados não recebem qualquer tipo de assistência técnica; 95% dos assentados não usam o mais simples sistema de irrigação (CARNEIRO et al, 1998; LIMA, 1998).

com qualidade, nos assentamentos rurais. Neste sentido, concorda-se com Silva (2002: 05-06) quando ressalta que:

Se a guerra inicial era pela conquista do direito à terra, agora as demandas são múltiplas. A criação de assentamentos cria e recria novas necessidades sociais (créditos, habitação, educação, assistência técnica dentre outras). É o momento em que os trabalhadores agora “assentados” têm que garantir a sobrevivência dentro do assentamento.

A existência e continuidade dos assentamentos rurais prescindem da implementação de políticas públicas por parte do Estado.

No entanto, no contexto do Estado mínimo (face ao ajuste estrutural) a implementação de políticas públicas destinadas aos assentamentos se encontra ameaçada. A descontinuidade das ações estatais, a escassez de recursos ou a morosidade no repasse dos créditos tem criado situações nas quais muitos assentamentos têm ficado “à própria sorte”.

Essa situação finda por obrigar os trabalhadores a buscarem alternativas de sobrevivência fora do assentamento. Em alguns casos os trabalhadores buscam atividades sazonais e em outros terminam abandonando o assentamento e a perspectiva de obter sustento através do cultivo da terra.

Se no primeiro momento a batalha contra a propriedade da terra foi vencida no momento seguinte a luta pela permanência nela encontra-se em fase inicial.

Dessa forma, tendo em vista a organização dos trabalhadores camponeses para conquistar a terra e para a luta que vem a seguir, processos esses que representam a luta contra o avanço do agronegócio, vários movimentos sociais, sindicatos e organizações não-governamentais, se consolidaram nas reivindicações por mudança na estrutura fundiária, política e econômica do estado. Isso evidencia que, no Maranhão, os trabalhadores camponeses não ficaram estáticos ante às investidas do capital mundializado no campo.

Em nível nacional, Norder (2006: 113) nos esclarece que o movimento de contestação dos trabalhadores camponeses contra a estrutura fundiária existente no país se inicia ainda nos anos 1980, período em que várias lutas sociais, tanto na cidade como no campo, destacam-se rumo ao processo de redemocratização do país; mas é a partir dos anos 1990 que os movimentos sociais do campo “começam a combater de modo mais direto e incisivo tal modelo tecnológico”.

É neste contexto que “emergem diferentes formas de luta pela terra (para resistir, recuperar e/ou entrar na terra), bem como novas formas de organização da unidade de produção (com mudanças na base técnica, diversificação de atividades, aumento na escala de produção etc.)” (MARQUES, 2008: 60), o que tem demonstrado que a luta entre as classes sociais existe e que está em pura efervescência no meio rural do país, considerando que há projetos societários distintos em confronto.

Vários exemplos do (res)surgimento dessas lutas sociais no campo contra o neoliberalismo e a expansão do agronegócio foram sistematizados em trabalhos realizados por

estudiosos dos movimentos sociais e da questão agrária. Como referência destacamos as pesquisas de Petras e Veltmeyer (2008), Petras (1997) e Fernandes (1998).

Petras e Veltmeyer (1997; 2008), estudiosos dos movimentos sociais em nível mundial, indicam que concomitante à implementação das políticas neoliberais, particularmente na América Latina, vários movimentos de resistência têm se alavancado contra esse modelo, especialmente as lutas sociais no campo, que têm ressurgido não apenas no Brasil, mas em todo o continente latino americano.

Do outro lado da “guerra global de classes” (FAUX, 2006), iniciada no processo de libertação das “forças do capitalismo”, estão as “forças de resistência”, mobilizadas no que veio a ser conhecido como “movimento anti-globalização”. Estas forças assumem formas diversas em diferentes lugares e unificam-se organizacional e politicamente. Contudo, movimentos sócio-políticos, formados pelos trabalhadores camponeses sem terra e camponeses proletarizados e, algumas vezes, por comunidade indígenas, na América Latina e em outros lugares (mais importante e recentemente na Índia), estão no epicentro das lutas contra a globalização neoliberal (PETRAS & VELTMEYER, 2008: 81).

Para Petras (1997), “as grandes cidades não são o *locus* em que está surgindo a nova esquerda latino-americana”, pois para ele “os elementos do surgimento de uma nova esquerda na América Latina” estão explícitos nas lutas sociais que têm ocorrido no campo, sobretudo a partir dos anos 1980 (PETRAS, 1997: 05).

Com a “época das definições” e a transformação social e produtiva associada a essa forma de desenvolvimento capitalista, o trabalho organizado – outrora a força motriz da resistência – sucumbiu às forças direcionadas contra ele pela classe capitalista dominante na atividade estatal. Entretanto, na década de 1980, sob as mesmas condições, originou-se no campo uma nova onda de movimentos sociopolíticos que, por conseguinte, dominariam a política de resistência na América Latina. Camponeses e trabalhadores camponeses sem-terra no Brasil, Paraguai e Bolívia, muitos deles expropriados, proletarizados e empobrecidos; e em lugares (Equador, Bolívia e Chiapas) estabelecidos em comunidades indígenas, organizaram-se e mobilizaram-se contra a mais recente incursão do capitalismo no campo (PETRAS & VELTMEYER, 2008: 80).

No caso do Brasil, o autor evidencia que nesse país “os pontos mais débeis e a oposição mais forte estão no campo, com o Movimento Sem Terra, onde as ocupações e os enfrentamentos são muito mais intensos do que outras manifestações de adversários do governo neoliberal” (PETRAS, 1997: 06).

[...] o movimento dos Sem-Terra, no Brasil, do ângulo da organização das massas, é o mais avançado. Não em termos da busca do poder [...]. Porém, em termos do nível de organização, extensão, profundidade da consciência e capacidade de gerar quadros político-sociais, é um movimento que tem desenvolvido uma trajetória de atividades que está em ascensão. No momento, creio que podemos dizer que, em contraste com o declínio de outras forças políticas no Brasil, a ofensiva, as ocupações e as atividades do MST são uma das poucas manifestações em crescimento que estão questionando a política liberal do governo e criando uma

contra-hegemonia, pelo menos frente ao predomínio da agroindústria de exportação, um dos eixos da política do governo” (PETRAS 1997: 12).

De fato, concordamos que o Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem sido um dos movimentos sociais mais representativos da resistência camponesa brasileira contra o modelo agrário imposto pelo capitalismo em sua fase neoliberal. Mas, além do MST, outros movimentos sociais também têm se destacado nesse cenário de luta pela terra, por melhores condições de vida e contra o modelo de produção agrícola imposto pelo projeto neoliberal, que complexificou a questão agrária no país. Consideramos que a trajetória bem sucedida do MST contribuiu para que, nos anos 1990, surgissem inúmeros outros movimentos de sem-terras dispersos pelo território nacional, que reivindicam a reforma agrária (MARQUES, 2008: 62).

O quadro elaborado por Fernandes (1998), que cita os principais movimentos sociais de luta pela terra no Brasil criados na década de 1990, nos indica que após a criação do MST, ainda na década de 1980, vários outros movimentos sociais foram criados em diversas regiões do país.

TABELA 9**Movimentos sociais de luta pela terra – Brasil**

NOME	ESTADO(S)	INÍCIO
Comissão Pastoral da Terra - CPT	MS e PB	1975
Movimento dos Trabalhadores camponeses Sem-Terra – MST	RS - SC - PR - SP - MG - RJ - ES - BA - SE - AL - PE - PB - RN - CE - PI - MA - PA - AM - TO - DF - GO - RO - MT - MS	1984
Movimento de Luta pela Terra - MLT	BA	1994
Movimento Sem-Terra do Sul do Mato Grosso - MST-SMT	MT	1994
FETAGRI – MS	MS	1996*
Coordenação de Associação de Assentados do Mato Grosso do Sul – COAMS	MS	1996
Movimento da Terra - PE/ MT	PE	1996
Movimento de Comissões de Luta - MCL	PE	1996
Central de Associações de Assentados e Pequenos Agricultores – CEAPA	AL	1996
FEATEMG	MG	1996*
Movimento Camponês de Corumbiara – MCC	RO	1996
Movimento da Libertação dos Sem-Terra – MLST	MA - PE - MG e SP	1997
MAST	SP (Pontal do Paranapanema)	1998
MUST	SP (Pontal do Paranapanema)	1998

Fonte: FERNANDES (1998).

* Ano em que intensificou o processo de ocupação de terra.

Isso aponta que, a criação e crescimento desses e outros movimentos e organizações sociais, de luta pela terra e por trabalho, influencia na diversidade de lutas que se formularam no país.

Os movimentos sociais que emergiram nesse contexto, apesar de possuírem diferenças funcionais, organizativas e operacionais, se unem em pontos comuns, entre os quais a defesa intransigente por outro modelo de desenvolvimento rural, amparado numa ampla e efetiva reforma agrária e/ou pela demarcação de suas terras e, conseqüentemente, baseado na produção agrícola diversificada e sustentável, contrapondo-se ao modelo que tem

sido privilegiado na sociedade brasileira, amparado na concentração fundiária e na monocultura para exportação.

Na verdade, conforme aponta Marques (2008: 63), a reforma agrária tem sido um ponto central na luta dos movimentos sociais rurais brasileiros. Essa autora afirma que apesar da emergência dessa centralidade ter se dado como “resultado de conflitos desencadeados no campo numa fase caracterizada pelo forte crescimento econômico do país, associado ao avanço da industrialização e da oferta de trabalho urbano, com mudanças significativas na cidade”, é somente “quando o país reafirma a sua opção por um modelo de agricultura extremamente excludente e as oportunidades de trabalho na cidade tornam-se mais restritas”, que ocorre a sua *ampla disseminação*, como é o caso atual, em que a burguesia e o Estado privilegiam o agronegócio.

Neste sentido, parte significativa dos movimentos sociais do campo centralizam grande parte de seus esforços na luta pela reforma agrária, considerando que a realização desta política poderá nutrir a necessidade de trabalho de segmentos populacionais rurais e urbanos que almejam melhores condições de vida. Essa perspectiva é confirmada quando evidenciamos que

a base social que luta pela reforma agrária mudou. Além dos trabalhadores camponeses sem terra residentes no campo, ela também reúne uma população urbana pobre formada por empregados e desempregados do campo e/ou da cidade que buscam assegurar uma vida e um trabalho dignos e proteger a família da desestruturação e das ameaças de violência enfrentadas nas periferias urbanas. As dificuldades econômicas e o avanço do processo de expropriação atingiu amplos setores do campesinato brasileiro ao longo das últimas décadas, determinando sua migração para a cidade, o que contribuiu para uma crescente diluição das fronteiras entre o mercado de trabalho urbano e o rural, o crescente deslocamento do trabalhador entre estes mercados e a tendência ao nivelamento por baixos salários. A relação desde há muito decifrada por F. Oliveira (1988) entre o par latifúndio-minifúndio e a exploração do trabalho urbano revela-nos o quão perversa tem sido para os trabalhadores em geral a existência de uma estrutura agrária tão desigual (MARQUES, 2008: 63).

A partir desses apontamentos, compreendemos que a luta pela reforma agrária no Brasil passa pelo desejo de construir uma nova realidade para o campo, e tem possibilitado a trabalhadores antes proletarizados ou não a experiência de um modo de vida rural e sua organização enquanto classe (MARQUES, 2008: 63). A materialização mais perfeita dos benefícios que a reforma agrária no Brasil pode trazer são evidenciados em muitos assentamentos rurais, que mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, conservam um nível de recriação de formas de organização social, econômica e territorial camponesas, como têm evidenciado os estudos de Simonetti (1999), Marques (2000) e Bombardi (2004), dentre outros.

Conforme Marques (2008: 63-64),

o aprendizado experimentado pelos sem-terra e assentados, ao longo dos embates políticos e por meio das conquistas alcançadas, representa um passo importante no processo de emancipação social e política. A criação do assentamento é acompanhada por um conjunto de medidas que formalizam o reconhecimento do Estado de seu dever de assegurar o acesso a direitos básicos como educação, saúde e habitação. Institui-se a partir daí um novo tipo de relação com o Estado.

Além da luta dos trabalhadores sem terra, cabe ressaltar ainda a de populações tradicionais, indígenas e quilombolas contra os processos de expropriação e exploração promovidos pelo agronegócio no Brasil, que juntas têm representado a resistência dos povos do campo e da floresta contra esse modelo societário para o meio rural brasileiro.

Sobre a abrangência que tem conquistado a luta desses povos, em especial as lutas de populações tradicionais e quilombolas, Almeida (2004), considera que há um processo de territorialização em curso no país. Na visão deste autor, os

babaquais, castanhais e seringais constituem a base a partir da qual emergem identidades traduzidas por extensões territoriais de pertencimento. Para se ter uma avaliação mais precisa do que representam estas territorialidades específicas, é preciso lembrar que, dos 850 milhões de hectares do Brasil, mais de 20% não podem ser classificados como estabelecimento ou imóvel rural (ALMEIDA, 2004 apud MARQUES, 2008: 61).

A partir das considerações de Almeida (2004), Marques (2008: 61-62) expõe que “essas novas identidades refletem disputas sociais definidas a partir da defesa de formas sociais da terra baseadas no uso comum de seus recursos, o que o Estado, em sua territorialidade fundamentada na propriedade privada, tem dificuldade de reconhecer”.

Apesar disso, a luta desses povos tem buscado enfrentar o favoritismo do Estado brasileiro pela expropriação, pois, conforme Almeida (2004), foi justamente em resposta a pressão dos movimentos sociais que o Brasil teve que ratificar a Convenção 169 da OIT, e ampliar o significado da categoria “*terras tradicionalmente ocupadas*”, que na Constituição de 1988, reconhecia somente os direitos territoriais dos povos indígenas, mas que a partir de 2002, passou a abarcar a realidade diversa existente no Brasil. Segundo Almeida (2004: 164 apud MARQUES, 2008: 61-62) o significado desse termo, exposto no texto da Convenção,

baseia-se na autodefinição dos agentes sociais e reconhece a usurpação de terras realizada desde o período colonial, abarcando uma diversidade de grupos sociais que historicamente se opuseram ao modelo agrário exportador apoiado no monopólio da terra, no trabalho escravo e em outras formas de controle da força de trabalho.

É neste sentido que Marques (2008: 62) considera que a luta desses povos pelo seu reconhecimento só têm aumentado, especialmente após a constituição de 1988. Tais lutas tem se centralizado sobretudo na região amazônica, e se manifestam *com o surgimento de*

múltiplas formas associativas agrupadas por diferentes critérios tais como: raízes locais profundas, fatores político-organizativos, autodefinições coletivas, consciência ambiental e elementos de identidade.

A luta por terra, trabalho e preservação ambiental e a resistência dos distintos povos que vivem no meio rural, contra o desenvolvimento do capitalismo globalizado no campo tem convergido para a proposição de novas formas de organização da produção, ou seja, para a busca de alternativas de produção e reprodução que fogem do modelo imposto.

A noção de *agroecologia*, por exemplo, que consiste no desenvolvimento de técnicas que conciliem a atividade agrícola e a manutenção das características naturais e ecológicas do ambiente, sem desprezar os componentes sociais e econômicos (MIGUEL ALTIERI, 1995; 2000), tem se constituído numa *bandeira política em aberta oposição ao agronegócio*, e [que] *passou a aglutinar diferentes expressões da busca por novos caminhos para as atividades agrícolas e pecuárias* (NORDER, 2006: 114-115).

Embora as experiências agroecológicas⁵⁹ desenvolvidas por trabalhadores do campo, ainda representem um estágio embrionário da agroecologia no país, as mesmas caracterizam o anseio de trabalhadores camponeses e pesquisadores em mudar o sistema de produção hegemônico, que destrói o meio ambiente e a cultura dos povos em geral.

É fato que ainda há muito a se fazer em relação à utilização da agroecologia pelos trabalhadores camponeses, afinal os mesmos tem pouco aparato das políticas públicas para implementar uma prática agrícola amparada nesse viés. Mas, o que queremos destacar é que entre os trabalhadores que passam a utilizar novas formas de produção que se contrapõem à do modelo da *Revolução Verde*, a perspectiva é de lutar contra um sistema que prejudica não apenas a terra, mas a vida social como um todo.

Com o exposto, consideramos que, muitos trabalhadores tem compreendido que lutando e procurando alternativas a partir das suas realidades podem contribuir para enfrentamento da questão agrária no Brasil.

Isso pode ser notado quando tomamos como exemplo a organização e atuação dos trabalhadores camponeses na realidade maranhense. Apesar de reconhecermos que a partir do início do século XXI as lutas sociais no campo maranhense entraram em descenso, nós partilhamos da indicação de que do final dos 1980 até o final dos anos 1990, vários trabalhadores camponeses, de forma direta ou *indireta* (através de suas organizações

⁵⁹ Para consultar algumas experiências agroecológicas no Brasil consultar: Revista Agriculturas: experiências agroecológicas (www.agriculturas.leisa.info); e os sites: www.agroecologiaemrede.org.br, e <http://www.agroecologia.org.br/>.

representativas), estiveram empenhados na luta por terra, trabalho e melhores condições de vida no meio rural.

Entre as entidades e movimentos sociais que têm contribuído com a organização dos trabalhadores camponeses no enfrentamento da questão agrária maranhense, do período assinalado aos dias atuais, merecem destaque algumas que surgiram, e/ou intensificaram suas ações entre os anos 1980 e 1990, que são: a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA); a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Maranhão (FETRAF-MA); o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU); o Movimento dos Trabalhadores camponeses Sem Terra – Maranhão (MST-MA); a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH); o Movimento das Mulheres Quebradeiras de Coco (ASSEMA e MIQCB); e, o Fórum Carajás.

Essas entidades e movimentos sociais, além de realizarem suas ações específicas nas diversas regiões do estado, também desenvolvem atividades conjuntas, como seminários, mobilizações, ocupações de entidades públicas, etc., na perspectiva de despertar a sociedade maranhense para a problemática enfrentada pelos trabalhadores camponeses, tentando também, encontrar alternativas conjuntas para o enfrentamento da questão agrária no estado.

A seguir abordaremos brevemente a atuação das entidades e movimentos sociais citados acima⁶⁰, dando destaque para as ações realizadas a partir de 1990, na perspectiva de observar a atuação no âmbito da realidade imposta pelo neoliberalismo e pelo agronegócio no campo. Nesse processo, nos interessa perceber cada entidade ou movimento enquanto sujeito coletivo e como expressão do movimento dos trabalhadores camponeses no Maranhão.

Neste sentido, destacamos inicialmente a FETAEMA, que é uma instituição de organização do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) do Brasil. Ela foi fundada em 2 de abril de 1972, com a participação de 08 dos 12 sindicatos de trabalhadores camponeses existentes à época. Na atualidade, com quase 40 anos de existência, esta organização é, indiscutivelmente, uma das principais instâncias de mediação e representação dos trabalhadores camponeses no Maranhão. Com 213 sindicatos (STTRs) filiados, congregando 9 Pólos Regionais Sindicais, e cerca de 4.300 delegacias sindicais, a FETAEMA é uma organização corporativa que detém força real nas relações de poder no estado.

⁶⁰ Apenas o CENTRU não será considerado na referida configuração, pois, devido as dificuldades de contato com os integrantes dessa organização não foi possível obter dados a respeito de sua atuação na contemporaneidade.

A criação da FETAEMA nos anos 1970 expressou a necessidade dos trabalhadores camponeses em ampliarem o foco de luta pela terra, diante do acirramento dos conflitos agrários no Maranhão, devido a grilagem de terras; representou também, a luta pela liberdade sindical, já que nesse período o movimento dos trabalhadores camponeses ainda vivia sob a repressão da ditadura militar.

Na contemporaneidade, mais precisamente de meados dos anos 1990 até os dias atuais, a atuação dessa organização tomou novos rumos e ampliou a sua perspectiva de luta. Para Cantanhede Silva (2002:14) o próprio MSTTR, do qual a FETAEMA é parte, deixa de fazer reivindicações pontuais e isoladas a partir desse período, e passa a propor políticas estratégicas em torno de um projeto político que visa articular transformações no campo brasileiro e implementar ações concretas que avancem na radicalização da democracia interna.

O projeto citado por Cantanhede Silva (2002), denomina-se Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), que segundo o mesmo constitui-se nos anos 1990 como uma *proposta de enfrentamento ao modelo neoliberal*, na perspectiva de articular a ação sindical com um projeto alternativo de poder e de sociedade, que garanta um Brasil diferente, sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica.

Com base nas diretrizes desse projeto e na perspectiva de consolidá-lo, a FETAEMA continua a luta pela terra, mas amplia suas ações e reivindicações na atualidade, considerando elementos que incluem a política agrícola, políticas de educação, saúde e previdência específicas para o campo, e outras políticas que possam garantir condições para que os trabalhadores permaneçam na terra.

No sentido de agilizar a luta por direitos sociais e garantir a representação dos trabalhadores camponeses no processo de elaboração e implementação das diversas políticas públicas para o campo, a FETAEMA se organiza institucionalmente por meio de uma diretoria executiva e coordenações de pólos sindicais, que são eleitos pelos trabalhadores camponeses a cada quatro anos nos congressos estaduais. A diretoria envolve: presidência, vice-presidência, secretaria geral, conselho fiscal, e, secretarias e coordenações, que representam os campos de atuação específicos da organização. Essas secretarias são as seguintes: Secretarias de Políticas Sociais; Secretaria de Política Agrária; Secretaria de Finanças e Administração; Secretaria de Política Agrícola e Meio Ambiente; Secretaria de Formação e Organização Sindical; Coordenação Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais; e, Coordenação Estadual de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Entre os principais espaços de elaboração de estratégias, reivindicação, formação política e mobilização social desta organização sindical no Maranhão, destacam-se: os congressos estaduais; os encontros estaduais, reuniões de conselhos e da diretoria, as mobilizações denominadas “Grito da Terra”, que são realizados em nível nacional (pela CONTAG) e estadual (pela FETAEMA); e a Marcha das Margaridas realizada em nível nacional.

Seguindo o modelo do Grito da Terra Brasil⁶¹, o Grito da Terra Maranhão é realizado desde 1995, com a finalidade de reivindicar, pressionar e negociar políticas públicas para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nos últimos anos essa iniciativa tem levado como principal pauta de reivindicação aos deputados estaduais, aos constituintes e ao Governo do estado as seguintes demandas: Assistência Técnica e Extensão Rural pública e de qualidade, Capacitação dos Conselhos de Gestão, Criação de um Programa de Habitação Rural para os assentamentos do ITERMA, criação da bolsa escola de um salário mínimo para os filhos/filhas de assentados(as) nas áreas do ITERMA, criação de um programa de geração de emprego e renda a partir do extrativismo, criação do fundo de aval para o financiamento da agricultura familiar, retirada dos búfalos dos campos naturais da Baixada Ocidental, dentre outros pontos (CANTANHEDE SILVA, 2002: 14).

A grande questão é que na maioria das vezes as autoridades governamentais do estado desconsideraram essas demandas e pouco fizeram no sentido de melhorar as condições de vida da população do campo. Grande parte das ações que são realizadas no meio rural do estado, são iniciativas do Governo Federal, as quais tem contado diretamente com a participação da FETAEMA no processo de implementação, como é o caso do PRONERA.

Outro importante espaço de reivindicação, consolidado pelo movimento sindical em nível nacional, que conta com a participação da FETAEMA, é a Marcha das Margaridas. Essa marcha acontece geralmente a cada dois anos, e se traduz numa estratégia de mobilização das mulheres trabalhadoras rurais de diversos estados, tendo em vista a necessidade de fomentar a discussão sobre a igualdade de gênero nos espaços políticos do movimento sindical de trabalhadores camponeses e ampliar a luta por políticas públicas específicas para este segmento, pois, através desse processo, elas elaboram, apresentam e

⁶¹ O *Grito da Terra Brasil* é organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pelas 27 federações estaduais filiadas à entidade. O movimento ocorre anualmente, desde 1995, no Palácio do Planalto (DF), com lideranças sindicais de todo o país. Nesse espaço é levada uma pauta de reivindicações do MSTTR aos governantes nacionais. Essa pauta é discutida a priori, quando se observa o que há de comum e diferente nas reivindicações de cada estado.

negociam propostas nos espaços de decisão, formulação e implementação de políticas públicas.

Em parceria com os demais movimentos sociais no estado (CPT, MST, CÁRITAS, SMDH), a FETAEMA também atua pressionando o INCRA e o ITERMA (Instituto de Terras do Maranhão), reivindicando: Assentamento com infra-estrutura nas áreas desapropriadas por interesse social; Distribuição de títulos de terras aos posseiros; Desapropriação de todas as áreas de conflitos e latifúndios improdutivos; Que o governo dê apoio aos órgãos responsáveis pela execução fundiária no estado; Que seja regulamentado o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura, com a participação ativa da FETAEMA; Que seja criada uma linha de crédito diferenciada aos produtores rurais; Que as áreas de assentamento sejam dotadas de habitação rural, estradas vicinais, energia, saneamento básico, escola, saúde e assistência técnica.

Uma novidade na atuação da FETAEMA a partir dos anos 1990, é que com a Reforma do Estado, que instituiu a realização de convênios entre organizações da sociedade civil e Estado para a implementação de políticas públicas, o movimento passa dos limites da reivindicação para a atuação direta na execução de algumas políticas públicas direcionadas ao campo. Por um lado, isso representa para a entidade uma forma de dar o direcionamento político para algumas ações dos programas governamentais que ela passa a executar junto aos trabalhadores camponeses. Porém, na maioria das vezes esse ponto se reverte em conseqüências negativas para a organização, já que, além de exigir uma estrutura burocrática que engessa as ações do movimento, o Estado impõe todo tipo de dificuldade ao atrasar o repasse do financiamento para as atividades, colocando em risco o bom desenvolvimento dos programas e projetos.

A FETRAF-MA é outra entidade sindical existente no Maranhão que apesar do pouco tempo de atuação surgiu com a intenção de alavancar o debate político entre os trabalhadores do campo no estado.

A FETRAF-MA foi fundada oficialmente em 20 de janeiro de 2005, num encontro que reuniu trabalhadores da agricultura familiar do Maranhão. Até então seu funcionamento se deu através de uma Comissão Provisória, sediada em São Luís. Neste período essa organização conseguiu a filiação de 17 Sindicatos de Trabalhadores camponeses, que até então eram ligados à FETAEMA. Atualmente ela é composta por 80 Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar e conta com um total de 40 mil filiados no estado.

A FETRAF-MA foi criada a partir da estratégia de nacionalização da experiência da FETRAF-Sul⁶² (estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), pois, considerava-se que o modelo de organização da FETRAF-Sul, ligado à Central Única do Trabalhadores, permitiria a criação de um *novo sindicalismo* nacional, diferente daquele exercido pela CONTAG. Ou seja, partiu-se do princípio de que a organização sindical que representava os trabalhadores camponeses centralizada no sistema CONTAG (Confederação, Federações Estaduais e Sindicatos Municipais) não representava a *agricultura familiar*, considerando-se que esse segmento de trabalhadores do campo tinha criado demandas específicas e uma identidade própria (sobretudo a partir do PRONAF), que não estavam sendo representadas pelas organizações e movimentos sociais rurais existentes (como o MST, CONTAG e Organização das Cooperativas do Brasil) (FABRINI, 2008: 254).

O entendimento a respeito do uso da categoria “agricultura familiar” para afirmar a identidade política que seria representada pela FETRAF, está exposto num documento publicado no processo de criação da FETRAF-Sul, que afirma que o projeto desta organização se contrapunha ao da “pequena produção” marginal do capitalismo:

Pequena produção revela uma formulação que deriva da compreensão de uma pequena produção capitalista *incompleta e não desenvolvida*. Ou seja, *os pequenos agricultores são produtores atrasados e marginalizados no capitalismo*, como são explorados fazem parte do proletariado agrícola e, portanto, são uma classe com “potencial revolucionário” para construção de uma sociedade socialista. [...]. Já a expressão “ *agricultura familiar*” procura designar uma forma de produção moderna e mais eficiente sob o ponto de vista econômico, social e ambiental. [...] existem diferentes concepções sobre os rumos da sociedade entre os que acreditam no papel estratégico da agricultura familiar” (FETRAF-SUL, 2003:16).

Com a criação de vários sindicatos e federações (FETRAFs) de agricultores familiares no país, durante os anos 1990 e 2000, o movimento de nacionalização da FETRAF ligado ao sindicalismo rural da CUT, motivou a realização do I Encontro Nacional Sindical da Agricultura Familiar em 2004, o qual deliberou pela realização de um Congresso para a fundação da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF-Brasil). Os argumentos que fundamentaram a proposta de criação dessa entidade sindical de representação dos agricultores familiares se pautaram nos seguintes eixos:

a- construir uma organização que potencialize o embate em torno do modelo de desenvolvimento e a consolidação de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário; b- o avanço na construção histórica de um novo sindicalismo, por dentro

⁶² De acordo com Pirin e Tsukamoto (2005) os sindicalistas envolvidos no processo de criação da FETRAF-Sul possuem história ligada aos sindicalistas de cunho combativo, das décadas de 1970 e 1980, apoiados pela CUT com diversas formações como a Articulação Sindical, posteriormente Fórum Sul dos Rurais da CUT e por último na FETRAF-SUL/CUT. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul, foi formalizada durante o I Congresso da Agricultura Familiar da Região Sul no município de Chapecó/SC (sede), nos dias 28 a 30 de março de 2001, com a participação de 1.212 delegados que votaram pela sua constituição.

da CUT; c- a necessidade de articulação nacional das experiências existentes na ação organizativa sindical e da produção; d- a ruptura definitiva com a estrutura sindical ultrapassada e obsoleta, hoje representada pela CONTAG; e – a necessidade de construção de um ator nacional de representação política da agricultura familiar (FABRINI, 2010: 08).

A partir dessa visão, foi realizado, em novembro de 2005, o I Congresso Nacional da Agricultura Familiar, com participantes internacionais e representantes dos trabalhadores na agricultura familiar de 20 estados brasileiros. Nesse Congresso, a FETRAF-Brasil, foi oficialmente criada, e na oportunidade foi eleita a coordenação geral, a qual foi responsabilizada de encaminhar uma dinâmica política e administrativa que permitisse o desenvolvimento da entidade no país. Uma das estratégias da dinâmica organizativa da FETRAF-Brasil seria continuar a relação dessa entidade com a CUT.

Com esse processo, observamos que se efetiva uma estrutura sindical “por fora” do sindicalismo oficial (antes centralizado na CONTAG) e, mais do que isso, ao se optar por representar politicamente a ‘agricultura familiar’, a FETRAF se constituiu a revelia da legislação sindical (que utiliza a categoria “trabalhador rural”). Desta forma, a FETRAF-Brasil ainda não possui o reconhecimento legal, e por tal motivo, ela e suas filiadas, enfrentam restrições legais ou não têm reconhecimento por parte de órgãos do Estado (LAZZARETTI PICOLOTTO, 2009).

Apesar disso, os agricultores familiares das FETRAF’s (nacional e estadual) e SINTRAF’s (municipal) entendem que é justamente por conta dessa forma mais flexível de organização, que a FETRAF vem crescendo tanto em capacidade organizativa (articulação de variadas formas de organização), quanto em número de sindicatos/associações de agricultores familiares associados em nível nacional. Como consequência desse processo, vem aumentando sua capacidade de articulação política perante o Estado (com a conquista de políticas públicas). Tudo isso é percebido quando observamos que atualmente, a FETRAF se encontra em todos os estados brasileiros, na perspectiva de aprofundar o sindicalismo junto aos *agricultores familiares*. (LAZZARETTI PICOLOTTO, 2009).

No Maranhão o objetivo da FETRAF tem sido auxiliar na construção de um plano produtivo que tire os trabalhadores da Agricultura Familiar da pobreza. Uma das primeiras ações políticas realizadas nesse sentido foi o protesto contra a indicação de Roseana Sarney para assumir um ministério, considerando que anteriormente, ela e José Sarney haviam impedido o Senado de aprovar um empréstimo do Banco Mundial que iria financiar a produção de 400 mil pessoas que sobrevivem da agricultura familiar no Maranhão.

Com isso, observamos que as divergências entre CONTAG e FETRAF-Brasil interferiram na “unidade” da articulação sindical no estado do Maranhão, considerando que atualmente existem duas entidades sindicais que podem representar os trabalhadores do campo no estado (FETAEMA e FETRAF-MA), o que de algum modo divide os trabalhadores. Entretanto, é preciso reconhecer que o surgimento da FETRAF no Maranhão tem sido saudável para o debate político entre os “trabalhadores camponeses” e/ou “agricultores rurais”, que buscam através de suas entidades representativas lutar por melhores condições de vida no campo.

Outro movimento social, que tem articulado e organizado grande parte dos trabalhadores camponeses do Maranhão é o MST, o qual começou a se constituir nesse estado na região da Amazônia Legal a partir de 1985, num contexto marcado pela expansão do latifúndio e expropriação dos trabalhadores camponeses, e conseqüentemente, de grande efervescência dos conflitos sociais entre as classes fundamentais que constituíam aqueles segmentos.

A partir dos apontamentos de Elias & Zabry (2008), podemos considerar que uma maior organização e mobilização dos trabalhadores camponeses era indispensável diante das conseqüências geradas:

- ✓ Pela apropriação de grandes extensões de terra localizadas na região da Amazônia Legal maranhense por corporações empresariais que não tinham qualquer relação com o cultivo da terra, a exemplo, dos grupos VARIG, MESBLA, SHARP, SANBRA, Pão de Açúcar e Cacique, entre outras;
- ✓ Pelos financiamentos da SUDAM para a implantação de projetos de extração de madeira e projetos agropecuários na região de Buriticupu, que favoreceu a expulsão de camponeses posseiros de suas terras, engrossando as fileiras dos sem terra perdidos nas cidades ou procurando saída através do garimpo;
- ✓ Por conta da organização dos latifundiários maranhenses na União Democrática Ruralista⁶³ (UDR), que na Região Tocantina, sul do estado, se articulava a partir de objetivos ultrapassados e métodos nada pacíficos para impedir as ocupações de terra e os processos de desapropriações com fins de reforma agrária.

⁶³ De acordo com Elias e Zabry (2008), a UDR foi criada em 1985, para lutar com todas as armas, da intimidação ao poder econômico, não só contra as mudanças políticas e burocráticas em favor da reforma agrária – que as lideranças ruralistas consideravam “demagógica, de papel” –, mas também para exigir o que seria a “verdadeira política agrícola” (DREIFFUS, 1990: 69), voltada para a intensificação do capitalismo no campo.

Com isso, o alargamento do MST, que já havia sido oficialmente fundado no Paraná (em 1984), para o Maranhão, representou tanto o processo de expansão do Movimento em nível nacional, quanto a necessidade colocada pela própria formação da questão agrária em âmbito local, que demandava novas estratégias de enfrentamento por parte dos trabalhadores camponeses.

Assim, de acordo com Elias (2008:112),

a primeira ação que simbolizou a inserção do MST no processo de luta pela terra e pela reforma agrária no Maranhão foi a participação na ocupação da Fazenda Capoema, um grilo de aproximadamente 60.000 hectares, situado no município de Santa Luzia. Essa ocupação e a posterior organização do respectivo acampamento foram organizadas em conjunto pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) e por líderes do MST que haviam se deslocado para o Maranhão. O MST tinha como objetivo principal organizar a luta pela terra e por reforma agrária no estado, junto a posseiros, trabalhadores camponeses e camponeses que haviam perdido suas terras para várias empresas e para grileiros que estavam se instalando principalmente na região da Amazônia Legal.

Além dessa iniciativa, outras ações relevantes no processo de constituição e consolidação do MST no estado foram:

- ✓ A ocupação da Fazenda Itacira, organizada conjuntamente pelo CENTRU e MST, com um total de 250 famílias, em 1987. Essa fazenda tinha 5.000 hectares, e pertencia ao grupo empresarial Sharp. Sua ocupação resultou em dois despejos e vários conflitos entre policiais e famílias sem terra antes da conquista definitiva;
- ✓ As ocupações, em 1988, das fazendas Gameleira, no município de Imperatriz, que precisou ser reocupada duas vezes até ser conquistada; e Terra Bela, no município de Santa Luzia. As quais formalizaram definitivamente a gênese do MST no Maranhão;
- ✓ A ocupação, no ano de 1989, da Fazenda Diamante Negro Jutaí, de 8.400 hectares, situada no município de Igarapé do Meio, região oeste do estado.

A partir desses processos, as ações do MST no Maranhão apenas se expandiram por todo o estado, inicialmente com o apoio de algumas organizações como o CENTRU, que atuou articulado com o MST até 1988; e posteriormente de forma autônoma. Isso significou a gradativa ocupação de áreas improdutivas, conquista de assentamentos, realização de marchas e organização das famílias sem terra na luta pela reforma agrária.

Elias (2008) destaca que, atualmente, o MST está organizado em todas as cinco mesorregiões do Maranhão, num total de 55 áreas de assentamentos e 14 acampamentos,

abrangendo um total de 9.523 famílias assentadas e acampadas⁶⁴. Com isso, o MST compreende que os assentamentos conquistados assumem um papel fundamental na sua estratégia política de organização, *pois simbolizam a democratização do acesso à terra para milhares de famílias de trabalhadores camponeses sem terra. Por outro lado, expressam a luta social e a possibilidade de construção de novas relações sociais, tendo como perspectiva a organização de um novo território* (ELIAS, 2008: 114).

Assim, é justamente com a perspectiva de construir uma nova sociabilidade, que o Movimento conquistou assentamentos e continua envolvido nos processo de organização dos mesmos, e, ao mesmo tempo, fez e tem feito lutas políticas de enfrentamento a hegemonia do capital, que a partir dos anos 1990 se apresenta sob a forma neoliberal e incita o desenvolvimento do agronegócio no campo.

Neste contexto, a luta do movimento se articula em torno da luta por terra, reforma agrária e transformação social. Por isso, o MST tem formatado novas estratégias de luta, como a articulação com outras organizações da classe trabalhadora em nível nacional e internacional. Assim, o MST Maranhão, em sintonia com o movimento em nível nacional, tem promovido ações conjuntas com sindicatos, organizações indígenas e quilombolas, de defesa dos direitos humanos, de quebradeiras de coco-babaçu, etc., sugerindo que a classe trabalhadora articule a luta corporativa à luta política, pois, os rumos tomados pelo sistema capitalista na atualidade exigem a união das várias lutas e dos vários movimentos e organizações da classe trabalhadora na construção de um *Projeto Popular para o Brasil*.

Entre as várias ações implementadas pelo movimento em nível estadual e nacional, em busca da concretização de seus objetivos centrais, no contexto dos anos 1990 aos dias atuais, podemos citar: as Jornadas Nacionais de Lutas pela Reforma Agrária, realizadas anualmente a partir de ações articuladas do movimento, que vão desde a ocupação de terras até às reivindicações junto aos organismos do Estado para que agilizem as ações de reforma agrária; as campanhas nacionais, como a Campanha contra os transgênicos; os protestos contra as áreas do agronegócio, como foi o caso da participação do movimento em ações da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Camponesas da *Via Campesina*, que em Açailândia (MA), ocupou e queimou em uma ação política de protesto uma produção de toras de eucalipto na fazenda da Vale.

⁶⁴ O número de pessoas que participam ativamente do MST pode ser relativizado quando se considera que nem todos os membros desse total de famílias que vivem nos assentamentos se identificam como membros do movimento.

Em relação à sua organização, observa-se que o crescimento e expansão do MST em todo o país demandou a formação de uma estrutura organizativa que correspondesse às exigências de um movimento de massa. Por isso, o movimento tem se organizado através de:

- 1- *Núcleos de Famílias*, que reúne a base assentada no processo de discussão e decisões da organização;
- 2- *Setores*, que são os núcleos de trabalhos relacionados às áreas temática ou linhas políticas de atuação da organização, como: setor de saúde, setor de educação, etc;
- 3- *Direções Estaduais e Direção Nacional*, que são formados por pessoas dos assentamentos escolhidas nos núcleos de famílias;
- 4- *Coordenação Estadual e Coordenação Nacional*;

No estado do Maranhão, essa estrutura organizativa, funciona a partir das denominadas *Regionais*, que foram criadas após o processo de territorialização do MST no estado, obedecendo, além do aspecto geográfico, os aspectos políticos, econômicos e culturais da região onde estão situados os assentamentos e acampamentos. Assim, as Regionais do MST no Maranhão são

Tocantina que compreende principalmente os assentamentos e os acampamentos situados nos municípios de Estreito, Amarante e Imperatriz; *Açailândia*, abrangendo áreas em municípios como Açailândia, Itinga e Bom Jesus das Selvas; *Pindaré*, que corresponde a municípios como Buriticupu, Bom Jardim e Santa Luzia; *Médio Mearim*, abrangendo Lagoa Grande e São Roberto; *Baixada*, presente em municípios como Monção, Igarapé do Meio e Pedro do Rosário; e *Itapecuru*, abrangendo municípios como Itapecuru Mirim, Chapadinha e Coelho Neto (ELIAS, 2008: 19-20).

Em cada uma dessas Regionais existe uma Secretaria para encaminhamento das atividades, e também o movimento dispõe de uma Secretaria Geral, com sede em São Luís, em função da necessidade de desenvolver ações junto aos órgãos governamentais ou não, já que a maioria tem sede na capital do estado.

Além dessa estrutura, o MST Maranhão também conta com algumas entidades que o representam juridicamente. Neste caso, o MST Maranhão é representado em nível estadual pela Associação Estadual de Cooperação Agrícola (AESCA) e a Cooperativa Central Agrícola (CCA-MA), que cumprem a finalidade de articular, representar e dar assessoria para as cooperativas que o movimento chama de cooperativas de base, ou seja, vinculadas diretamente aos assentamentos.

Neste caso, a CCA-MA é formada por 4 cooperativas de base: A *COOPERA* que é uma cooperativa de prestação de serviços com sede em São Luís, a partir da qual se contrata

os profissionais que trabalham nos projetos e programas executados pelo MST nos assentamentos, sejam eles governamentais ou não; a *COOPERVID* e a *COOPAQMA*, localizadas, respectivamente, nos assentamentos Diamante Negro Jutaí (Igarapé do Meio) e 4 de Maio (Pedro do Rosário); para contribuir no processo de organização da produção; e a COOMARA, que é uma cooperativa regional que tem sede em Imperatriz, e tem o objetivo de comercializar os produtos dos assentamentos da Região Tocantina.

Com isso, observamos de forma bastante sintética que, no Maranhão, o MST tem contribuído de modo decisivo no processo de organização e manutenção dos sem terra no campo. Ao pautar suas ações em objetivos a curto, médio e longo prazos, o movimento tem articulado a luta imediata pela terra à construção de um projeto político de transformação social.

A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) é outra entidade que mobiliza e articula trabalhadores camponeses no Maranhão. Esta entidade foi criada em 1979, com a perspectiva de ser um espaço político de denúncia contra o arbítrio e a violência. Neste sentido, seguiu com as linhas de ação relacionadas a assessoria jurídica e a formulação de denúncias e reivindicações oriundas das comunidades, junto aos governos.

Inicialmente, a atuação desta organização centralizou-se no âmbito urbano. Mas, a partir de 1986, também debruçou sua intervenção no meio rural, através da execução do Projeto de Assessoria Jurídica a Comunidades Rurais. Ao mesmo tempo, a entidade passou a intervir junto à população do Bairro do Anjo da Guarda, vitimada pelas desapropriações para a implantação do Projeto Grande Carajás.

Do final dos anos 1980 até a atualidade, a SMDH manteve, entre suas ações centrais, os projetos de apoio a luta e organização dos trabalhadores camponeses, que sofrem com os impactos da questão agrária no estado, acirrada a partir da implantação dos grandes projetos.

Entre as ações recentemente desenvolvidas por esta organização, destacam-se:

- ✓ O Programa Construindo Cidadania Ativa, constituído até o ano de 2001 por 03 projetos: o **Projeto de Assessoria Jurídica (PAJ)** existente desde 1985 com o objetivo de garantir o direito de posseiros (as) e o exercício da cidadania na luta pela conquista da terra, tanto através da assistência jurídica, como do fortalecimento das organizações dos (as) trabalhadores (as) e da formação de opinião; o **Projeto Vida de Negro (PVN -1998-2003)**, realizado em parceria com o **Centro de Cultura Negra (CCN)**,

com o objetivo de garantir a concretização da Lei⁶⁵ que reconhece o direito à terra para comunidades quilombolas. Esse projeto foi importante no que se refere ao enfrentamento da questão agrária no estado, sobretudo porque, apesar da existência da Lei, a prioridade do Estado pela implantação de grandes projetos, como é o caso do Centro de Lançamento de Alcântara e outros (soja, agropecuários, etc.), têm provocado vários impedimentos para à sua concretização; e o **Projeto Agroecológico** iniciado em 2001. Todos esses projetos foram realizados com parcerias da cooperação internacional e convênios com os governos estadual e federal;

- ✓ A partir de 2002, a atuação da entidade no âmbito da luta pela terra se intensificou na Região do Baixo Parnaíba Maranhense, onde a SMDH faz assessoria e acompanhamento a agricultores (as) familiares e suas organizações desde 1992, através da assessoria jurídica a áreas de conflitos, defesa de trabalhadores em processos judiciais, acompanhamento sócio-organizativo e fomento à articulações municipais de políticas públicas, envolvendo entidades da sociedade civil de 06 municípios da região. Neste processo, a SMDH contribui na articulação do Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba e participa da construção/efetivação do Código de Defesa do Baixo Parnaíba;

Em relação a sua articulação com outras entidades, a SMDH tem participado de redes temáticas de interesse técnico e institucional com demais organizações que defendem os direitos humanos e a natureza, tais como os Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, de Desenvolvimento Rural Sustentável e de Defesa dos Direitos Humanos. Além disso, integra a Associação Brasileira de ONGs – ABONG, e o Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH.

A SMDH tem como foco temático de sua atuação a promoção e defesa dos Direitos Humanos, especialmente no que concerne aos direitos à terra, alimentação e água; ao meio ambiente saudável; à segurança pública e a integridade física da pessoa humana, sendo perpassados pelos temas dignidade humana, gênero, etnia e geração. Neste sentido, esta organização atua junto aos trabalhadores camponeses, quilombolas, testemunhas e vítimas ameaçadas, beneficiários de penas alternativas, bem como junto à sociedade civil organizada, órgãos públicos, mídia e sociedade em geral.

⁶⁵ O referido preceito faz referência ao Artigo 68 ADCT da Constituição Federal, que garante as terras de quilombos a seus descendentes.

Outro movimento importante no contexto da luta dos trabalhadores camponeses no Maranhão é Movimento das Mulheres Quebradeiras de Coco, que pode ser observado a partir de duas organizações muito importantes que atuam no estado: a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB.

A ASSEMA é uma organização sem fins lucrativos, que foi criada em 1989, por iniciativa de lideranças sindicais que visavam investir na melhoria das condições de trabalho e de vida e na defesa dos babaçuais. Esta organização é dirigida por trabalhadores camponeses e quebradeiras de coco babaçu que fazem parte das 17 áreas de assentamentos acompanhadas pela ASSEMA, nos municípios de São Luiz Gonzaga do Maranhão, Lima Campos, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Esperantinópolis e Peritoró.

O principal objetivo desta organização é prestar assessoria técnica, jurídica, econômica e política às famílias quebradeiras de coco babaçu, em ações de melhoria econômica da agricultura familiar, estimulando a organização de sistemas cooperativistas e associativistas para a produção de alimentos orgânicos.

Desde seu surgimento, a ASSEMA tem contribuído para: o fortalecimento do direito à cidadania das famílias de trabalhadores camponeses e quebradeiras de coco babaçu; a criação de iniciativas econômicas sustentáveis e solidárias; a promoção da equidade nas relações de gênero, gerações e etnias; a sensibilização para a importância da agricultura ecológica orgânica; o combate ao êxodo rural com alternativas que ajudem as pessoas a permanecer na terra conquistada; a implementação de políticas públicas que primem pela preservação dos babaçuais e de leis municipais que garantam às quebradeiras de coco o livre acesso aos babaçuais.

O MIQCB, por sua vez, é um movimento que integra quatro estados brasileiros onde há ocorrência de palmeiras de babaçu, que são: Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí. Seu surgimento data dos anos 1990, quando se percebeu que a luta das quebradeiras de coco, apesar de bastante evidente nos estados citados, ainda era fragmentada. Assim, a criação em 1991 da Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, e em 1995, a mudança de nome para MIQCB, refletiu a necessidade das quebradeiras de coco babaçu articularem suas lutas de forma mais organizada.

Inicialmente o movimento surge com a necessidade de enfrentar tensões e conflitos específicos pelo acesso e uso comum das áreas de ocorrência de babaçu, que haviam sido cercadas por fazendeiros, pecuaristas e empresas agropecuárias. Na contemporaneidade, a luta contra esses processos continua, mas ganha novos elementos, mediante a entrada do

agronegócio (da soja, do eucalipto, da transformação do coco em carvão para abastecer siderúrgicas) nas áreas de ocorrência de babaçu. Assim, a luta dessas mulheres se amplia e uma das estratégias de enfrentamento é a mobilização de representantes de governos federal, estaduais e municipais para debater alternativas de vida às famílias de trabalhadoras rurais.

A partir dos anos 1990 no Maranhão, a resistência das mulheres quebradeiras de coco se configura contra a lógica e a hegemonia do mercado capitalista, das monoculturas (soja e eucalipto) e dos grandes projetos em seus espaços de produção. Segundo Lima (2008), estas lutas, apesar de locais, tem uma relação contra a lógica do capitalismo mundializado no campo.

Muitas vezes atomizada, porque circunscrita ao povoado ou à localidade onde vivem, abrange reivindicações singulares e autênticas em relação à lógica destrutiva do capital organizando-se e tentando mobilizar toda a sociedade contra a devastação dos babaçuais, as queimadas, derrubadas e envenenamento das palmeiras, indo além do movimento ecologista uma vez que se trata de lutas que, historicamente, já se incorporaram ao seu cotidiano. Deste modo, tornam-se claras para o conjunto das mulheres quebradeiras de coco as contradições entre os seus interesses e suas necessidades e aqueles defendidos pelos fazendeiros, empresários e os defendidos pelo Estado (LIMA, 2008:04-05)

O avanço do agronegócio na realidade maranhense se tornou uma ameaça voraz à extinção das palmeiras de babaçu, por isso, as mulheres mobilizadas no MIQCB procuram ocupar espaços de representação política, como sindicatos, cooperativas, associações e o parlamento, na perspectiva de fazer com que seus interesses sejam ouvidos.

Nesse sentido, alguns exemplos podem ser citados como conquistas do processo de enfrentamento e participação política desempenhado pelas quebradeiras de coco babaçu no Maranhão, que são as parcerias com órgãos governamentais e não governamentais para a realização de projetos produtivos, e a eleição de uma quebradeira de coco para o parlamento municipal de Lago do Junco (MA), através da qual o movimento como um todo conseguiu garantir a aprovação da Lei Municipal do Babaçu Livre, que foi enviado como projeto de Lei ao parlamento maranhense e chegou ao Congresso Nacional pela regulamentação da Lei do Babaçu Livre em todos os municípios e demais estados envolvidos (LIMA, 2008: 06).

Como isso, observamos que a ASSEMA e o MIQCB são importantes espaços de atuação e reivindicação dos trabalhadores camponeses do Maranhão, que procuram enfrentar o avanço do capitalismo no campo, expresso pelo agronegócio nas áreas de babaçuais, e também, sugerem e participam das políticas públicas, que, a partir do seu entendimento devem ser garantidas pelo Estado.

Outra organização que tem contribuído diretamente com a organização do trabalhadores camponeses no processo de enfrentamento da questão agrária no Maranhão é o

Fórum Carajás. Esta organização surgiu em 1992 como uma teia de entidades do Maranhão, Pará e Tocantins mobilizadas contra as implicações ambientais, sociais e econômicas geradas em consequência da implantação de grandes projetos na Região de Carajás, especialmente os relacionados à questão da mineração e à construção da Estrada de Ferro Carajás, que atingiram predominantemente as populações rurais. Atualmente, este Fórum de organizações sociais é representado juridicamente pelo Centro de Direitos das Populações da Região de Carajás, criado em 2001, com sede no Maranhão e com o objetivo de ser a entidade âncora para abrigar a secretaria executiva, captar e gerir os recursos do Fórum.

A estrutura organizativa desta rede é composta de uma coordenação executiva (presidente, tesoureiro e secretário geral) e por conselheiros interestaduais, os quais são representantes de organizações sociais. Neste caso, cabe ressaltar que na atualidade, são entidades do Pará e Maranhão que têm se vinculado de forma mais orgânica ao Fórum, pois, nos últimos anos, a principal temática que tem mobilizado as organizações que o compõem envolve o processo de implementação dos grandes projetos relacionados ao agronegócio, que vêm atingindo de modo voraz os estados citados acima.

Desde que foi criado aos dias atuais o Fórum Carajás tem seguido a crítica à implementação dos Grandes Projetos que prejudicam o meio ambiente e a população rural ou urbana. Neste sentido, têm como linhas de intervenção o acompanhamento do processo que envolve a implantação dos grandes projetos, a proposição de redirecionamentos que possam eliminar ou minimizar os impactos sociais e ambientais que eles podem trazer, e a sugestão de políticas públicas e/ou compensações que podem ser direcionadas às populações prejudicadas com a implantação de determinados projetos.

Dentro dessas linhas de intervenção, o Fórum Carajás procura informações a respeito da implantação dos grandes projetos e dos impactos que eles podem causar ou estão acarretando, com o propósito de repassá-las de forma mais acessível à população para que esta tenha subsídios à sua organização, à criação de denúncias ou mesmo para reivindicar políticas públicas que possam interferir na realidade ocasionada a partir dos grandes projetos.

Neste sentido o Fórum Carajás realiza suas atividades buscando encontrar soluções para os problemas sócio-ambientais gerados, elaborando propostas políticas e projetos, fomentando diálogos com setores interessandos com a participação da sociedade civil, buscando assegurar a continuidade do diálogo com a iniciativa privada e os órgãos públicos, consumidores e os trabalhadores, a fim de garantir o desenvolvimento sustentável e direitos das populações que vivem na região.

Dos últimos anos da década de 1990 à atualidade uma das principais áreas de atuação do Fórum Carajás tem se voltado à busca de informações e discussão, junto com a população e órgãos governamentais, sobre os impactos dos grandes projetos ocasionados pelo plantio de monoculturas, principalmente da soja. Desta forma, o Fórum tem atuado no sentido de buscar alternativas de combate ao agronegócio, pois compreende que a sua expansão tem infringido leis ambientais e fundiárias, e tem acarretado impactos sócio-ambientais gravíssimos, particularmente no campo.

No Maranhão, parte das atividades realizadas pelo Fórum no que se refere ao enfrentamento do agronegócio têm se dado na região do cerrado sul maranhense, porta de entrada daquele processo no estado. Alguns exemplos de atividades se referem ao levantamento de informações sobre os impactos do agronegócio e à articulação e sensibilização, junto à população de 18 municípios daquela região, na perspectiva formatarem alternativas de enfrentamento ao agronegócio. Em muitas discussões se verificou a necessidade de montar estratégias de combate ao trabalho escravo ou trabalho degradante nas áreas do agronegócio. Além disso, os dados coletados permitiram que a indignação da população ultrapassasse as reclamações diárias em relação aos efeitos nocivos do agronegócio na região, e se transformassem em denúncias junto aos órgãos governamentais, como, por exemplo, as denúncias encaminhadas ao INCRA e ITERMA afirmando a prática de grilagem na região para usufruto do agronegócio.

Outra via de ação do Fórum se dá a partir de articulação com entidades internacionais, com o objetivo de fazer com que os problemas locais sejam enfrentados a partir de ações conjuntas com organismos de outros países. Neste sentido, uma das ações realizadas contra o agronegócio no estado se deu em parceria com a FIAN⁶⁶, quando elaboraram uma campanha internacional contra os impactos do agronegócio na comunidade *Vão da Salina*, localizada no município de Balsas. A estratégia utilizada pela campanha foi o envio de cartas, de várias organizações governamentais e não governamentais de quase todos os países da Europa para órgãos do poder executivo e judiciário do Estado do Maranhão, relatando que a realidade da população do município de Balsas, e mais especificamente daquela comunidade, estava insustentável e infringia totalmente os acordos internacionais, de

⁶⁶ FIAN é uma abreviação de "FoodFirst Information & Action Network" (Rede de Ação e Informação "Alimentação primeiro"). Atualmente, FIAN é empregado no sentido de Rede de Ação e Informação pelo Direito a se Alimentar. A FIAN é uma Organização Internacional de Direitos Humanos que trabalha em nível mundial pelo Direito a se Alimentar, como ONG especializada com Status Consultivo das Nações Unidas. A FIAN foi fundada em 1986, tem hoje membros individuais em 60 países de todos os continentes, e têm seções e coordenações na Alemanha, Áustria, Bélgica, Brasil, Filipinas, Ghana, Honduras, Índia (Bengala Ocidental, Karnataka, Tamilnado e Uttar Pradesh), México, Noruega, Suécia e Suíça (Disponível em: <http://www.fianbrasil.org.br/sobre.php>).

direitos humanos e dos trabalhadores camponeses, já que a população rural de *Vão da Salina* estava perdendo suas lavouras e adquirindo doenças em consequência do desmatamento inconseqüente e do uso de agrotóxicos nas áreas de monoculturas.

A discussão de temas e encaminhamento de ações com a população atingida pelo agronegócio em eventos maiores também é uma das linhas de atuação do Fórum Carajás. Através de ações como essas a organização busca reunir organizações locais e internacionais para unirem forças contra o agravamento da questão agrária, da poluição ambiental, e dos impactos que estão gerando escassez dos recursos hídricos no Maranhão, por exemplo.

Uma dessas ações foi o Seminário Internacional que discutiu o Bioma Cerrado no Maranhão, realizado no município de Balsas em 2004. Este seminário foi articulado com organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o MST, a Associação Agroecológica Tijupá, a CARITÁS – MA etc., que junto com a população local discutiram pela primeira vez a situação do Cerrado no Brasil e no Maranhão. Neste seminário foi enfatizada a importância daquele bioma e a degradação que vem sofrendo com a expansão do agronegócio. Além disso, foi colocada a necessidade de pressionar o governo contra o incentivo que o mesmo tem dado à plantação de grãos no Cerrado, ao considerá-lo como uma alternativa ao desmatamento na Floresta Amazônica.

Esta ação colocou na agenda pública o debate sobre o papel do bioma Cerrado⁶⁷ no ecossistema brasileiro. Afinal, assim como a Floresta Amazônica, o Cerrado também é um bioma importante, onde existem pessoas que vivem do extrativismo, da flora e da fauna. Além disso, o bioma Cerrado pode ser considerado o colchão de água brasileiro, já que é nele que nascem praticamente todos rios do Brasil, por isso, tanto o meio ambiente quanto a população que vive nesse bioma precisam ser preservados.

Com isso, percebemos que a atuação do Fórum Carajás tem sido importante no que se refere ao enfrentamento da questão agrária no estado, já que ao reunir informações, possibilitar que elas sejam divulgadas de forma acessível, formatar denúncias, propor políticas públicas, realizar debates com organismos da sociedade civil, a entidade contribui diretamente

⁶⁷ O cerrado é o segundo maior bioma do País, superado apenas pela Floresta Amazônica. O bioma é caracterizado por tipos específicos de vegetação, como a caatinga, o cerrado entre outros. É cortado por três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul, com índices pluviométricos regulares que lhe propiciam biodiversidade. Ocupa uma área superior a 2 milhões de km², cerca de 23% do território brasileiro, abrangendo os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Piauí, o Distrito Federal, Tocantins e parte dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, São Paulo, Paraná e Rondônia. Ocorre também em outras áreas nos estados de Roraima. Ocorre também em outras áreas nos estados de Roraima, Pará, Amapá e Amazonas (Disponível em: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/natural/biomas/cerrado_-_localizacao.html).

com os segmentos impactados pelos grandes empreendimentos no campo, pois tudo isso tem estimulado a organização desses sujeitos a lutar por seus direitos.

Com o exposto, observamos que a gravidade da questão agrária no estado do Maranhão motivou a organização autônoma dos trabalhadores camponeses ou o surgimento de entidades de apoio às lutas desse segmento, na perspectiva de construir propostas alternativas de enfrentamento à questão agrária, amparadas num modelo de desenvolvimento rural que prime por uma efetiva reforma agrária e se contraponha ao modelo que tem sido privilegiado na sociedade brasileira, respaldado na concentração fundiária e na monocultura para exportação.

2 O debate da relação Serviço Social e Questão Agrária no contexto de afirmação do projeto ético-político da profissão no Brasil

Observando a atualidade da questão agrária no Brasil e no Maranhão, e analisando a responsabilidade do agronegócio nesse processo, consideramos a premência em discutir formas de contribuir no enfrentamento dessa situação, visto que, apesar de resistirem, os segmentos historicamente subalternizados da nossa sociedade continuam vivendo em condições desfavoráveis para o seu pleno desenvolvimento.

Considerando que os Assistentes Sociais, a partir dos seus estudos e intervenções podem contribuir com a formulação de estratégias que visem o enfrentamento da questão agrária junto aos interesses dos trabalhadores camponeses, realizamos o estudo sobre a relação do Serviço Social com a questão agrária na contemporaneidade, na perspectiva de identificar os processos dessa relação existentes na atualidade e o tipo de contribuição que a referida profissão tem dado (ou poderá dar) no enfrentamento da questão agrária, particularmente no Maranhão.

O estudo sobre a relação Serviço Social e questão agrária em âmbito nacional nos apontou que o avanço do capitalismo mundializado e das lutas sociais no campo, ocorreram quase que concomitante às grandes transformações vivenciadas pelo Serviço Social brasileiro. Considerando que a conjuntura social no período de transição da década de 1970 à de 1980 motivou a aproximação do Serviço Social aos interesses de emancipação das classes subalternas. Ou seja, nesse período, o Serviço Social desenvolveu uma contraposição à tendência conservadora amparada nos interesses das classes hegemônicas, que até então era preponderante no processo da formação e da prática profissional.

De acordo com Netto (2009), o referido contexto é um marco importante para o Serviço Social no Brasil, pois foi aí que a profissão desenvolveu um processo de enfrentamento, recusa e crítica ao conservadorismo profissional, contribuindo para formar as bases do que denominamos na contemporaneidade de *projeto ético-político* do Serviço Social.

Até então, apesar de ter sido tantas vezes *reciclado e metamorfoseado*, o conservadorismo imposto pelas classes dominantes ao Serviço Social, desde a sua criação no país, era o que direcionava a atuação dos profissionais nas seqüelas da questão social, a qual era vista como processo natural, resultante de um problema de ordem moral, de desvios de conduta ou produto da ignorância individual (BRANDÃO, 2007: 41). Com isso, o resultado

da atuação profissional não visava a emancipação das classes subalternas, mas o *controle social* baseado nos interesses do capitalismo.

Entretanto, a partir dos acontecimentos e das mudanças ocorridas no país, no contexto de desgaste do Regime Militar, instaurado em 1964, e do avanço das forças populares organizadas na luta pela redemocratização do país, desenvolve-se no Serviço Social uma tendência que se posiciona contra as práticas conservadoras de atuação profissional frente à questão social.

Contudo, é preciso destacar que este processo não surgiu de modo repentino, pois, desde a segunda metade dos 1960, quando o *Movimento de Reconceituação*⁶⁸ latino americano dava seus primeiros passos, o Serviço Social já vinha sendo objeto de crítica a partir das principais tendências que desencadearam aquele movimento e se fortaleceram nele.

Uma das tendências preconizava a tecnificação do Serviço Social na perspectiva de atender as demandas da modernização conservadora, por isso, não afirmava uma ruptura com o conservadorismo profissional, mas apenas a sua reatualização. A outra tendência se referenciava na busca de vinculação profissional com a perspectiva histórica de emancipação das classes subalternas, e foi motivada por segmentos da categoria profissional que viram nas condições objetivas e subjetivas dos movimentos progressistas e revolucionários “nas décadas de 50 e 70 (em que a revolução cubana, em 1959, é a principal expressão), no revigoreamento do debate marxista a partir desses processos, bem como nos avanços teóricos no campo das ciências sociais, direcionadas para a superação do colonialismo intelectual e, também, nos movimentos de resistência à contra-revolução, objetivada pelas ditaduras militares” (ABREU, 2002: 112), a necessidade de alavancar um processo de mudança no Serviço Social, que privilegiasse a vinculação profissional aos interesses das classes subalternas em luta pela construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo.

Porém, em nível nacional, a repressão imposta pela ditadura militar favoreceu para que num primeiro momento se fortalecesse a tendência profissional integrada ao processo de modernização conservadora, em detrimento daquela que buscava a vinculação com a perspectiva histórica das classes subalternas.

⁶⁸ O *Movimento de Reconceituação* do Serviço Social se originou em nível latino-americano e se caracterizou como um processo heterogêneo marcado por descontinuidades (ABREU, 2002: 112), já que, pode-se considerar que seu desencadeamento remonta a década de 60, mas a sua expansão e efetividade se dá nos anos 70, no Brasil e na América Latina. Segundo Abreu (2002: 112) *este movimento constitui uma mediação fundamental no redimensionamento do perfil pedagógico da prática do Assistente Social no continente, considerando os direcionamentos assumidos pelo mesmo, demarcando duas tendências profissionais: uma, integrada ao processo de modernização conservadora, e outra referenciada na busca de vinculação profissional com a perspectiva histórica das classes subalternas. Para maiores aprofundamentos sobre o tema consultar Lopes (1998) e Netto (1991).*

Com isso, pode-se considerar que no Brasil, apesar da crítica ao conservadorismo do Serviço Social ter sido desencadeada a partir de 1965, a sua maior efetividade só ocorre nos anos 1970, com o reflorescimento das lutas progressistas, que colocaram as condições objetivas para uma transformação na profissão, uma vez que, no corpo profissional, repercutiam as exigências políticas e sociais postas na ordem do dia pela ruptura do regime ditatorial (NETTO, 2009: 10).

Neste caso, a participação da classe trabalhadora na cena política de resistência à ditadura militar, particularmente na segunda metade dos anos 1970, com a mobilização dos operários do setor industrial de São Paulo, foi determinante para colocar questionamentos ao conservadorismo existente no interior do Serviço Social no país. O que só cresceu e ganhou rumos de consolidação na primeira metade dos anos 1980, quando emergiram no cenário brasileiro demandas democráticas e populares diferenciadas, que colocaram na agenda política a reivindicação de profundas transformações políticas e sociais no país. Entre as principais referências podemos citar

a mobilização dos trabalhadores urbanos, com o renascimento combativo da sua organização sindical; a tomada de consciência dos trabalhadores camponeses e a revitalização das suas entidades representativas; o ingresso, também na cena política, de movimentos de cunho popular (por exemplo, associações de moradores) e democrático (estudantes, mulheres, “minorias” etc.); a dinâmica da vida cultural, com a reativação do protagonismo de setores intelectuais; a reafirmação de uma opção democrática por segmentos da Igreja católica e a consolidação do papel progressista desempenhado por instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) (NETTO, 2009: 9-10)

A participação de uma vanguarda profissional neste processo de lutas sociais contribuiu para que uma parcela importante da categoria se mobilizasse ativamente na contestação política no interior da profissão, o que foi bastante evidente no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979), conhecido como “o Congresso da Virada”, a partir do qual se evidenciou na profissão o *pluralismo político*, que contribuiu para redimensionar a organização profissional, no âmbito de entidades como a ABESS (atual ABEPSS) e CFASS (atual CFESS), e também foi fundamental para inserir o Serviço Social no marco do movimento dos trabalhadores brasileiros (ABRAMIDES & CABRAL, 1995; NETTO, 2009: 10-11).

Neste sentido, Netto (2009: 11) considera que,

a luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. Pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos

daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes. É desnecessário dizer que esta repercussão não foi idílica: envolveu fortes polêmicas e diferenciações no corpo profissional – o que, por outra parte, é uma saudável implicação da luta de idéias.

A materialização do processo de negação do conservadorismo e de disputa entre projetos profissionais diferenciados, respaldou-se sobremaneira na perspectiva teórica, ideológica e prática de base marxista, afinal, a aproximação entre o Serviço Social e a teoria marxista ocorrida naquele momento, inicialmente em fontes secundárias, e, posteriormente, centrada nos clássicos, na essência do pensamento de Karl Marx, contribuiu para

- 1 – A ampliação do universo temático do debate profissional, com a introdução de discussões acerca da natureza do Estado, das classes e dos movimentos sociais, das políticas e dos serviços sociais, da assistência;
- 2 – O desvelamento crítico do lastro conservador (teórico e prático) do Serviço Social;
- 3 – O reconhecimento da necessidade de explicitar, com máxima clareza, as determinações sócio-políticas das práticas profissionais;
- 4 – A ênfase na análise histórico-crítica da evolução do Serviço Social no país (NETTO, 1991a: 90).

A partir de então, notou-se um deslocamento do objeto da ação interventiva do Assistente Social do âmbito meramente das disfunções individuais, para as questões de base estruturais da sociedade. Ou seja, passou-se a reconhecer a questão social como um processo determinado pela estrutura sócio-econômica, que carecia ser enfrentada a partir da luta de classes. Neste sentido, a participação do Serviço Social nesse processo tem sido orientada na perspectiva de contribuir com a classe trabalhadora, para a garantia de seus direitos e para a sua autonomia.

Como já dito, esta tendência de ruptura com o conservadorismo, ampliada nos anos 1980, consolidou-se no Serviço Social nos anos 1990 sob a denominação de *projeto ético político*. Na atualidade, este projeto profissional é hegemônico no Serviço Social brasileiro, e tem colocado a necessidade da profissão atender as demandas concretas que se formulam na realidade das classes subalternas.

Apesar dessa necessidade, constatamos que no domínio dos indicativos para a orientação de modalidades de práticas profissionais que estejam sintonizadas com as demandas da luta dos trabalhadores, o Serviço Social não tem abarcado algumas possibilidades prioritárias (NETTO, 2009), como, por exemplo, no âmbito da questão agrária, ou, mais especificamente, no enfrentamento da questão agrária junto aos trabalhadores camponeses.

Silva (2004) nos aponta que apesar de no período citado *o Serviço Social se renovar e esboçar um novo projeto profissional reordenando o curso de sua história, ele se aproxima dos movimentos sociais urbanos e não incorpora na mesma medida as lutas dos movimentos sociais de trabalhadores camponeses*, ou seja, não dá a merecida atenção ao debate da questão agrária, como forma de contribuir no enfrentamento de um dos fundamentos da questão social e como forma de construir gradativamente os interesses do projeto *ético-político* profissional, já que o progressivo envolvimento do Serviço Social com as lutas dos trabalhadores camponeses representaria uma parceria com um dos segmentos das classes subalternas que tem contestado a ordem estabelecida pelo capitalismo no país, sobretudo nos anos 1990.

Constatamos que alguns estudos (SILVA, 2004; SANT'ANA, 2004) sobre o Serviço Social na sua relação com a questão agrária na contemporaneidade são categóricos ao afirmar que apesar da centralidade e avanço dessa questão na nossa sociedade, conforme apontado anteriormente, a profissão tem secundarizado a sua importância, especialmente quando se compara à pesquisa e à atuação profissional nessa área, com as demais áreas de intervenção da profissão no país⁶⁹.

O entendimento dos processos que ocorrem no campo, e a necessidade de relacioná-los à questão urbana é colocado como ponto de destaque na discussão daqueles que estudam os desafios da profissão nos últimos anos, sobretudo quando se referem às demandas e respostas da categoria profissional aos projetos societários das classes subalternas.

Iamamoto (1999), por exemplo, destaca a questão agrária como um dos “*temas ocultos*” no debate profissional contemporâneo, pois, na sua visão, esse é um dos temas que *não vêm sendo prioritariamente privilegiado nas análises do Serviço Social*, apesar da gravidade que a configuração da questão agrária assume na atualidade (IAMAMOTO, 1999:151).

Neste sentido, a mesma autora destaca que um dos dilemas da profissão na contemporaneidade é ultrapassar a *tendência a considerar a sociedade brasileira numa óptica*

⁶⁹ No tocante à produção do Serviço Social o relatório da CAPES de 2001/2003 que avalia os Programas de Pós Graduação na área do Serviço Social, aponta que as pesquisas desencadeadas nos referidos Programas tem considerado principalmente as seguintes temáticas: a da criança, do adolescente e da família e sua inserção na sociedade, com **14,21%** do total das teses e dissertações defendidas no período 1998 a 2002; Serviço Social, trabalho e prática profissional com **13,68%**; Política Social – Saúde com **11,71%**; Questão urbana, movimentos sociais, meio ambiente com **10,26%**; Trabalho, reestruturação produtiva, condições de vida, pobreza com **9,60%**; política Social – Assistência Social com **8,02%**; Etnia, gênero, orientação sexual. Com **4,60%**; Cultura, identidade e práticas sociais representam **4,60%**; Serviço Social e formação profissional **4,60%**; PPNE - Terceira idade – processo de envelhecimento **4,60%**; e, Questão agrária, movimentos sociais, meio ambiente representam apenas **3,81%** das teses e dissertações defendidas no mesmo período citado (CAPES, 2003).

meramente urbana, pois, raramente observamos nos debates que envolvem a profissão uma articulação entre os processos sociais agrários com a questão urbana. Para essa ultrapassagem, Iamamoto (1999: 153) indica que o Serviço Social precisa

resguardar as faces da questão agrária e urbana da sociedade brasileira, procurando entender as ações do Estado e do capital tanto no processo de reprodução ampliada do capital, como na captura da propriedade da terra, subordinando-a aos seus fins e gerando a expulsão de trabalhadores, a luta pela terra, o redimensionamento das relações de trabalho, também no mundo rural (IAMAMOTO, 1999: 153)

Alguns pesquisadores (SILVA, 2004; CHAVES et al. 1995) atribuem o estranhamento do Serviço Social com o debate e intervenção na questão agrária ao processo de emergência da profissão, que está relacionado ao atendimento das necessidades sociais no meio urbano, conforme cita Iamamoto (1992: 174):

o Serviço Social se institucionaliza como um tipo de ação social, que, no âmbito das relações Estado/sociedade civil, tem como alvo a situação do proletariado urbano e do exército industrial de reserva, no sentido de atenuar as seqüelas materiais e morais derivadas do trabalho assalariado.

Além disso, Silva (2004) considera que a histórica secundarização das necessidades sociais situadas no campo por parte do Estado, também é um aspecto fundante da relação de distanciamento que a profissão tem estabelecido com a questão agrária. Isso pode ser justificado ao partimos do entendimento que foi justamente por conta *dos recursos mobilizados pelo Estado, pelo capital, com o apoio decisivo da Igreja, informado pela doutrina social para atuar perante a questão social* (IAMAMOTO, 1992:174), que o Serviço Social se institucionaliza como profissão na sociedade brasileira, conforme nos confirma Guerra (2000:20):

[...] o Serviço Social nasce como parte de uma estratégia de classe, dentro do projeto burguês de “reformas dentro da ordem”, articulado pelas forças sociais que representam o grande capital (no Brasil, pela articulação entre Estado, empresariado e Igreja católica), visando à integração da classe trabalhadora, dadas as possibilidades econômico-sociais postas pelo monopólio, no momento em que o Estado assume para si o tratamento da questão social. (grifo nosso).

Assim, a ausência de uma demanda efetiva por parte do Estado para o Serviço Social no âmbito da questão agrária, é considerada por alguns estudiosos (SILVA, 2004), como uma das justificativas que tem levado a profissão a priorizar, até os dias atuais, uma relação de proximidade com o enfrentamento da questão social no meio urbano.

Por conta dessa configuração, da relação Serviço Social e questão agrária no país, observamos através de alguns estudos que enfocam esse debate, sobretudo a partir de 1995, que há uma crescente preocupação em definir os temas relativos à questão agrária como um

ponto importante para o estudo e intervenção do Serviço Social, especialmente no que se refere à necessidade de contribuir de modo *crítico*, com os interesses dos trabalhadores camponeses.

Compreendemos que essa preocupação é ponto crucial para o desempenho do Serviço Social no âmbito dos processos de trabalho que se relacionam diretamente à questão agrária, pois é a partir da quantidade e qualidade dos estudos nessa área que os Assistentes Sociais podem construir uma intervenção crítica e eficaz, que contribua verdadeiramente para o enfrentamento dessa questão na nossa sociedade e, conseqüentemente, para ampliar as possibilidades de efetivação do projeto societário afirmado no *projeto ético-político* profissional.

Assim, a fim de evidenciarmos a preocupação de alguns estudiosos no que se refere à relação questão agrária e Serviço Social na contemporaneidade e de destacar exemplos significativos dessa relação já sistematizados no país; e a partir disso, apreender como os Assistentes Sociais que debatem essa questão visualizam a profissão frente à questão agrária, e quais avanços, limites e desafios eles assinalam para o Serviço Social nesta área; resolvemos apresentar alguns estudos relevantes sobre a temática em destaque, apresentados em forma de artigos, publicados nos principais encontros nacionais da categoria, em particular os CBAS e os ENPESS, realizados de 1995 à atualidade, já que nosso objetivo é verificar o debate da relação Serviço Social e questão agrária numa das fases de maior efervescência das lutas sociais no campo brasileiro.

Inicialmente, destacamos o artigo apresentado no VIII CBAS em 1995, sob o título *Tecnologias alternativas para o meio ambiente rural: ações pedagógicas e sócio-políticas do Serviço Social*, das autoras Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues Chaves, Graciete de Carvalho, Maria da Conceição Reis e Andréia Ferreira.

Esse trabalho sistematiza a experiência do projeto de extensão Pesquisa-ação com tecnologias apropriadas, desenvolvido junto a produtores familiares das comunidades do Projeto de Assentamento de Iporá, pelo *Grupo de Pesquisa Tecnologias Alternativas*, no qual professores e alunos do curso Serviço Social da Universidade do Amazonas estavam envolvidos.

O objetivo das autoras foi justamente elencar as atividades realizadas pelos sujeitos envolvidos nesse processo, na perspectiva de apontar que tipo de ação o Serviço Social pode desenvolver nas áreas de assentamento como esta que foi alvo do projeto de extensão. Além disso, as autoras indicam que a sistematização dessa experiência poderia contribuir para o debate do tema questão rural no processo de revisão curricular para os cursos

de Serviço Social que, no período da publicação deste artigo, estava em andamento sob a coordenação da ABESS (atual ABEPPSS).

As autoras partem de uma crítica às práticas de extensão no contexto rural, considerando que a atuação nessas áreas via extensão se apresenta de forma esvaziada, no sentido teórico-metodológico. Por isso, ao participarem do projeto de extensão citado, consideraram necessário realizar um processo de reflexão crítica da ação desempenhada para a partir da ação-reflexão-ação, construir continuamente a superação das limitações encontradas, ampliando e qualificando a formação profissional dos discentes envolvidos, bem como, contribuindo, através da sistematização dos instrumentos, na elaboração e consolidação de elementos que mediatizem a práxis profissional (CHAVES et al., 1995:402).

No que se relaciona especificamente ao Serviço Social no contexto rural, as autoras consideram que o pragmatismo inscrito na ação profissional nesta área, não se constitui de maneira aleatória, mas por conta do processo histórico que compõe a trajetória da profissão. Para elas, a instrumentalização teórico-metodológica para a atuação do Serviço Social neste contexto foi tradicionalmente relegada a último plano, embora considerem que a prática profissional no meio rural constitua uma parcela do mercado de trabalho que se amplia, tendo em vista o destaque que ocupam as problemáticas enfrentadas pelas populações amazônicas na atualidade (CHAVES et al., 1995:402).

A justificativa encontrada pelas autoras ao observarem essa relação do Serviço Social com o meio rural remeteu-as aos primórdios da profissão. Segundo elas, o fato do Serviço Social ter surgido no contexto da Revolução Industrial, para dá suporte ao desenvolvimento da sociedade capitalista, que por sua vez tem por espaço privilegiado o meio urbano (local no qual estão centralizados as decisões políticas e econômicas em que se efetuam as atividades produtivas industriais), fez com que tal profissão ficasse caracterizada como voltada para gerenciar os conflitos entre capital e trabalho no âmbito da produção da força de trabalho operária (CHAVES et al., 1995:403).

Essas constatações fizeram com que as autoras apontassem a experiência vivenciada no projeto de extensão, com a finalidade de contribuir para a instrumentalização da prática no meio rural sob um ponto de vista crítico.

Neste sentido, elas fazem inicialmente uma abordagem histórica sobre o assentamento onde o projeto de pesquisa-ação é desenvolvido e afirmam que num trabalho de pesquisa realizado em 1994, sobre as condições do assentamento, foi detectado que o desenvolvimento do mesmo estava incompatível com a proposta elaborada no plano agrícola de implantação, que tinha a perspectiva de ser executado em 4 anos depois que o

assentamento foi criado, em 1989. Assim, a proposta do projeto de extensão nesta área teve a perspectiva inicial de contribuir para o desenvolvimento desta comunidade através do fortalecimento da gestão e organização política a partir do desenvolvimento e planejamento energético, que deveria viabilizar a criação de condições efetivas para a implantação de fontes geradoras de energia de rendimentos eficiente com custo reduzido, principalmente evitando impactos negativos sobre o meio ambiente.

O pressuposto básico que orientou essa iniciativa partiu do entendimento posto no anteprojeto do Assentamento Iporá que enfatizou a pesquisa como uma das formas de garantir o sucesso do assentamento, além, é claro, da necessária garantia de recursos para investimentos e assistência técnica constante.

Para tornar exequível o projeto de extensão, os participantes buscaram através de uma vasta revisão bibliográfica delimitar de forma coerente e sistematizada os pressupostos que constituiriam os fundamentos teórico-metodológicos do trabalho. Isso possibilitou a adoção e adequação das categorias analíticas propostas por estudiosos da questão agrária no Brasil. E, além disso, possibilitou que se referenciassem na educação popular, como forma de mediar e intermediar a práxis. As atividades desenvolvidas no âmbito do projeto que, segundo as autoras, podem servir como exemplo para instrumentalizar a prática do Serviço Social no meio rural em casos semelhantes, foram:

- ✓ **Pesquisa bibliográfica:** através da qual organizaram um quadro de referência que se efetivou em todos os momentos do projeto;
- ✓ **Pesquisa de campo:** através de visitas domiciliares realizaram pré-teste para a seguir iniciar a coleta dos dados definidos por meio de aplicação de formulários a 67 famílias. A análise e interpretação dos dados foi realizada por todos, orientadores e bolsistas, desde a codificação, tabulação de gráficos e tabelas. Enfim, todo o processo contou com a participação das duas equipes (Serviço Social e Engenharia Elétrica);
- ✓ **Ações pedagógicas:** orientações, palestras e diversas atividade formativas. Treinamentos aos bolsistas com vistas a prepará-los para o desenvolvimento, das atividades no meio rural e, principalmente, norteá-los quanto ao relacionamento com os membros da comunidade. Foram realizadas orientações sistemáticas e seqüenciais no momento anterior à visita a campo, sobre as diferenças fundamentais entre o mundo rural e o mundo urbano.

Ao longo do trabalho foram elaborados: **FICHAMENTOS E RESUMOS** – os bolsistas procederam a leituras orientadas, elaborando resumos e fichamentos, apresentados

ao orientador de forma seqüenciada, sendo debatida em conjunto. **MATERIAL DIDÁTICO** – (transparências e textos) para apresentação em dois seminários. O primeiro sobre tecnologias alternativas e outro versando sobre a história da agricultura brasileira, os camponeses e a política no Brasil; O objetivo dos seminários foi socializar os conhecimentos entre as áreas envolvidas (Serviço Social e Engenharia), o que se revelou uma experiência extremamente criativa e enriquecedora sob o ponto de vista do aprendizado produzido. **RELATÓRIOS DE VIAGEM** – cada membro do projeto (bolsistas e orientadores) elaboraram relatórios a cada viagem realizada; **RELATÓRIOS DE ATIVIDADES** – um parcial e outro final; **INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS** – todas as discussões foram feitas de maneira coletiva de ambos os projetos, que de certa forma conformaram-se num único pelo diálogo estabelecido entre as equipes e do intercruzamento de propostas, interesses e conteúdos.

As considerações das autoras deixam claro que para se concretizar uma ação interventiva conseqüente em determinada realidade é necessário que, inicialmente, se busque desvendar as condições de vida em todos seus aspectos. Por isso elas realizaram uma pesquisa abordando questões sócio-econômicas e político-organizativas no Projeto de Assentamento Iporá, para posterior realização das atividades educativas.

Para elas, o desenvolvimento do referido projeto com a metodologia apresentada possibilitou a discussão de um conjunto de proposições, tais como: o acesso das comunidades rurais aos bens e serviços sociais; a articulação dos saberes tradicionais aos conhecimentos técnico-acadêmicos; a preservação do sistema tradicional de manejo dos recursos naturais; a capacitação e valorização das habilidades dos comunitários.

Com isso, a partir da exposição desse texto, evidenciamos que as autoras estabelecem a relação Serviço Social com a questão agrária via o processo de formação profissional na Universidade do Amazonas. Elas destacam a sistematização de uma experiência de extensão na perspectiva de que a abordagem colocada contribua para intervenção do Serviço Social na questão agrária. Neste sentido, revela-se uma preocupação em orientar a formação e a prática profissional em Serviço Social direcionada a essa questão, de modo que este processo se dê no sentido de favorecer os trabalhadores camponeses.

Do XI CBAS, realizado em 2004, destacamos inicialmente o texto: *O plano Nacional de reforma agrária e o Serviço Social*, de Valéria de Oliveira Albuquerque e Raquel Santos Sant'ana.

O artigo problematiza a relação do Serviço Social com a questão agrária quando as autoras apresentam a necessidade de maior aproximação da categoria dos Assistentes

Sociais com os problemas do campo, através do conhecimento das proposições contidas no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), lançado em novembro de 2003 como um dos programas centrais do Governo de Lula para o meio rural do país.

Segundo as autoras, a pouca participação do Serviço Social nos problemas relacionados à questão agrária, e, em particular, à reforma agrária, são evidentes na prática de profissionais que atuam em municípios de pequeno e médio portes da região de Ribeirão Preto (SP), onde as maiores demandas para a intervenção nas expressões da questão social são oriundas dos fatos relacionados ao desenvolvimento do agronegócio na região, ou seja, as expressões da questão social nesta região são tipicamente originadas pela questão agrária ali colocada.

As autoras explicitam que, na região citada, uma das características do trabalho na agricultura é a sazonalidade, ou seja, o trabalho temporário, precário, muito mal remunerado e o recrutamento da força de trabalho se dá, na maioria das vezes, em outros estados, como Minas Gerais e Bahia. Diante da constatação de tal realidade, elas problematizam: *O que fazem esses trabalhadores no período em que estão sem trabalho e longe da família? Qual o recurso dos que estão sem condições para voltar para casa, já que grande parte do dinheiro fica com o agenciador para pagar comida, alojamento e a passagem?*

Em resposta a tais questões, as autoras identificaram que freqüentemente esses trabalhadores são compelidos a tentar “alguma coisa” nos Plantões do Serviço Social da prefeitura mais próxima, por isso nos períodos de entressafra esses plantões ficam superlotados, principalmente em municípios de cultura da cana e da laranja, como acontece na região citada, que é considerada por alguns como a “capital do agronegócio”, onde a existência de usinas e grandes propriedades de cana se contrapõem à miséria dos pequenos proprietários e dos bóias-frias.

Ao verificar essa problemática e identificar que as situações de pobreza e desemprego dos trabalhadores camponeses que procuram o Serviço Social de muitas prefeituras da região estudada estão profundamente relacionadas à questão agrária, as autoras questionam: *Será que a categoria dos Assistentes Sociais está atuando nos determinantes da questão agrária que muitas vezes se manifestam no espaço urbano? Será que o nosso trabalho técnico contribui para desvendar esses fenômenos sociais? Em que medida o nosso saber-fazer-profissional denuncia essas mazelas e contribui para propostas de superação dessa realidade?*

Para as autoras, apesar de boa parte dos Assistentes Sociais que atuam em municípios de porte médio e pequeno se confrontarem cotidianamente com situações

resultantes da questão agrária, o trabalho profissional não reflete uma preocupação com essa questão. Elas identificam que uma das explicações para tal fato está vinculada à história da profissão, que tradicionalmente foi solicitada para intervir na questão social urbana, relacionada com o surgimento da classe operária no cenário político. Além disso, apontam que, em grande parte, a formação do Assistente Social é voltada para pensar os problemas da cidade e formular políticas para o espaço urbano, subordinando a discussão referente ao rural.

Neste sentido, observamos mais uma vez, os estudos sobre a relação Serviço Social e questão agrária apontando um dos prováveis motivos que tem levado à secundarização do debate da questão agrária no Serviço Social.

Ao identificar esse tipo de relação do Serviço Social com a questão agrária na região de Ribeirão Preto (SP) as autoras indicam que a conjuntura posta pelo lançamento do II PRNA deveria fazer com que o Serviço Social se voltasse com maior interesse para o tema, através do debate da Reforma Agrária.

As autoras observam a realização da Reforma Agrária como uma forma de enfrentamento da questão social, por isso sugerem que os Assistentes Sociais participem de forma mais ativa no processo dessa política pública, já que a apresentação oficial do Plano não garante a sua realização, pois além de depender da articulação interna entre órgãos representativos do Estado, depende também da participação dos movimentos sociais, das Universidades, das categorias profissionais, que são imprescindíveis para promover o debate sobre a proposta de desenvolvimento rural contida no Plano e somar-se ao esforço coletivo para pressionar o Estado a efetivar a Reforma Agrária.

Com isso, observamos no decorrer do texto que as autoras enfatizam a importância das Assistentes Sociais da Região de Ribeirão Preto, e da categoria como um todo, se apropriarem do debate da Reforma Agrária e o promoverem através do seu trabalho, na perspectiva de que os trabalhadores sejam orientados a lutarem pela reforma agrária, que é o mecanismo mais eficaz para a superação da miséria e das desigualdades sociais, na medida em que promove a geração de emprego e renda, garante segurança alimentar e impulsiona a economia local.

Outro artigo publicado no XI CBAS, que aborda a relação Serviço Social e questão agrária, tem o título: *Cooperativas de Prestação de Serviços e Assessoria as comunidade rurais reassentadas: nova demanda para o Serviço Social contemporâneo*, das autoras Luzia Amélia Ferreira, Doracy Dias Aguiar de Carvalho e Sandra Maria Ribeiro Leitão.

No artigo, as autoras partem do pressuposto de que as transformações societárias, ocasionadas pela reestruturação do processo produtivo nos anos 1970, promoveram fecundas alterações na vida social, política e econômica, que incidiram no mundo do trabalho e geraram novas demandas à atuação dos Assistentes Sociais.

Como evidência empírica, abordada no decorrer do texto, as autoras apontam que esse processo pode ser constatado pela inserção e pelo trabalho de Assistentes Sociais em cooperativas de prestação de serviços, como é o caso da Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural (COOPTER), que atua em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), no estado do Tocantins, realizando um trabalho com comunidades rurais reassentadas atingidas por um empreendimento hidrelétrico.

Como colocado, as mudanças no mundo do trabalho são constatadas pelas autoras quando tomam como exemplo a criação de cooperativas de prestação de serviços. Segundo elas, essas organizações surgem em decorrência dos graves problemas com relação a empregos, impulsionados no contexto de globalização, neoliberalismo e privatização.

Segundo as autoras, a política neoliberal promoveu o desmantelamento e a precarização das relações de trabalho, determinou “corte de postos de trabalho, fusão de postos, transferência de serviços às regiões e municipalidades na perspectiva de ‘serviços de proximidade’, mas pela subcontratação de serviços profissionais individuais, de empresas ou de cooperativas (FALEIROS, 1996: 27)”.

Esses cortes, acabaram por incentivar a prática liberal e/ou privada da profissão de Serviço Social, pois na visão das autoras é comum observarmos na atualidade vários Assistentes Sociais atuando como *terapeutas familiares, prestando serviços ao Estado, consultoria e gestão*; sempre com vínculo temporário.

Para elas esse contexto demarca a tendência à terceirização, ao trabalho liberal e autônomo, às exigências de novas competências para afirmação do espaço profissional. Entretanto, de acordo com as autoras, isso não implica que os profissionais não devam se preocupar em atender “*satisfatoriamente*” às necessidades sociais, contemplar prioridades e alternativas, elaborar respostas mais qualificadas e legitimadas, incorporar novas questões, definir papéis e atribuições com outras categorias profissionais.

Partindo desse entendimento, as autoras observam que

a atuação do Assistente Social em cooperativas de prestação de serviços torna-se um espaço importante a ser explorado, uma vez que o profissional trabalha no sentido de fortalecer a organização interna das comunidades rurais em um sentido amplo, ou seja, com relação à conquista e efetivação de direitos, cidadania e democracia, exigindo uma reformulação nas relações estabelecidas com a construção de políticas públicas e de um Estado democrático (FERREIRA et al., 2004)

Com isso, as autoras consideram que o Assistente Social deve conhecer melhor esses organismos para propor práticas sociais alternativas.

Sobre a atuação de Assistentes Sociais nesses espaços de trabalho, as autoras esclarecem que geralmente é realizado junto com uma equipe multidisciplinar, cabendo ao profissional de Serviço Social uma especialização técnica para atuar, “como por exemplo nas áreas de políticas públicas, educação, habitação, meio ambiente, segurança alimentar, criança e adolescente, relações de gênero e direitos reprodutivos, etc. (PAZ, 1999: 200)”. Além disso, pode contribuir no gerenciamento, desenvolvimento institucional e organizacional das instituições, bem como com movimentos sociais e populares.

No caso da COOPTER, que é a referência empírica do texto, as autoras esclarecem que os Assistentes Sociais atuam *de modo significativo na realização de pesquisas, planejamento participativo e em trabalhos de assessoria e esclarecimentos*.

Entre as atividades mais realizadas por esses profissionais na citada cooperativa as autoras destacaram: *reuniões, assembleias, cursos, treinamentos e capacitação de lideranças e agentes de desenvolvimento rural com vistas a melhorar o processo organizativo das comunidades; visitas, trabalho com grupos de jovens e mulheres, intermediação de processos de negociação entre empresas e associações de produtores familiares, mobilização das comunidades, assessoria na formação de comissões, elaboração de documentos, encaminhamento para o acesso a políticas públicas, dentre outras*.

Segundo as autoras, embora a inserção de Assistentes Sociais nesses espaços de atuação seja um processo recente, pois segundo elas há poucas experiências nesse sentido, a atuação do Serviço Social em cooperativas de prestação de serviços junto à comunidade rurais é interessante, estimulante e desafiadora.

Com isso, entendemos que apesar das contradições intrínsecas a esse espaço de trabalho, uma vez que desenvolve ações terceirizadas pelo Estado, a experiência vivenciada pelo Assistente Social na organização, aponta uma demanda atual no campo de intervenção relacionado à atuação junto aos trabalhadores camponeses. Neste sentido, observamos que na visão das autoras este profissional pode contribuir de forma crítica e competente em tais espaços, identificando as demandas, planejando, executando, avaliando e contribuindo com suas ações para a democratização das relações de poder nas equipes interdisciplinares de trabalho e nas comunidades de trabalhadores camponeses assistidas.

No IX ENPESS, realizado em 2004, destacamos como relevante o artigo de Eliana Andrade da Silva, que tem o título *SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA:*

elementos para reflexão acerca do ensino e da investigação na formação profissional do Assistente Social.

Nesse texto a autora discute o tema questão agrária na sua relação com o Serviço Social, enfatizando a pertinência dessa questão no âmbito da formação profissional, sobretudo no que se refere ao ensino e a investigação. Ela traz elementos que apontam o debate da questão agrária como tema periférico no Serviço Social e faz uma crítica ao afirmar que diante da magnitude dessa questão em nossa sociedade é preciso que a profissão assuma o seu debate de forma mais central.

Sobre os elementos que apontam o seu entendimento a respeito da questão agrária na nossa sociedade, Silva (2004) coloca que, apesar da questão agrária se manifestar de forma mais aparente na década de 1990 ela é uma questão estrutural na sociedade brasileira, que resulta da contradição *entre os que possuem a terra e os que dela realmente necessitam para viabilizar sua existência.*

Eliana da Silva observa a questão agrária como questão social, e aponta que analisar a dinâmica que envolve a primeira significa reportarmo-nos à compreensão das configurações assumidas pela segunda no nosso país. Neste sentido, ela aponta que é a configuração da Questão Agrária como Questão Social que particulariza a inserção do Serviço Social nos processos que envolvem a luta pela terra.

Esta autora observa que, o fato da luta social no campo ter avançado nos anos 90 possibilitou que a questão agrária se inserisse na agenda pública estatal, passando a ser alvo mais direto da ação governamental e possibilitando aos profissionais de Serviço Social atuarem nos processos que envolvem a Questão Agrária *através da destinação de recursos públicos por parte do Estado para implementação de programas e projetos tais como o Projeto Lumiar (o qual foi extinto em 2000), os Planos de Desenvolvimento de Assentamento (PDA's) e os Planos de Consolidação de Assentamentos (PCA's).*

Em seu estado, o Rio Grande do Norte, ela observa que vários Assistentes Sociais puderam atuar em equipes interdisciplinares junto aos trabalhadores camponeses e suas organizações, *prestando assessoria, intermediando negociações entre grupos de produtores e empresas; na orientação para criação de cooperativas e associações; na capacitação para gestão participativa destas organizações; no acompanhamento de grupos de mulheres e de jovens; na capacitação para gestão de conselhos; e ainda na elaboração de projetos de captação de recursos dentre outros.*

Porém, apesar desse campo aberto para a atuação do Serviço Social, ela identifica que esse campo de atuação, *tem sido pouco problematizado e obtido pouco relevo nas*

discussões que perpassam a categoria profissional seja nos debates políticos, seja no processo de formação profissional. Segundo ela, isso pode inclusive ser identificado nos encontros da categoria, onde a produção científica a respeito do tema fica aquém da sua relevância, e também dos próprios espaços de trabalho que os assistentes sociais tem assumido em relação a essa questão. Para ela isso pode ser evidenciado nos cadernos de teses dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) realizados na década de 1980. Ela evidencia que apesar desse período representar um momento de efervescência política no meio rural e de muita violência contra os trabalhadores camponeses o debate da Questão Agrária foi marginal ou periférico na profissão.

Outra relação que ela faz é que apesar de alguns trabalhos apontarem a abordagem da questão agrária, ainda sim, eles não representam a relação da profissão com o movimento histórico dessa questão naquele período, pois alguns trabalhos tratam de projetos de extensão que nem sempre estavam sintonizados com a luta dos movimentos sociais rurais do contexto citado.

Com isso, a autora conclui que *a Questão Agrária merece um olhar mais atento da categoria profissional de forma a identificar as possibilidades abertas à inserção do Serviço Social nesta problemática.*

Segundo ela, uma das iniciativas que representa um movimento tímido no sentido de debater a questão agrária de forma mais sistemática no Serviço Social foi o debate realizado no processo de formação das novas diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social do Brasil, que inseriu o tema *Questão Agrária* no “núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira”.

Além disso, a presença de membros do Movimento dos Sem Terra no X CBAS também pode expressar uma gradativa aproximação do Serviço Social com as questões relativas a Questão Agrária e a luta dos trabalhadores camponeses. Ela destaca ainda, que nesse encontro houve um aumento dos artigos relacionados ao debate da questão agrária. Apesar de ainda representar um índice pouco expressivo se comparado a outras temáticas abordadas pela categoria como saúde, previdência, criança e adolescente etc.

A autora pressupõe que a pouca produção teórica dos Assistentes Sociais no que se refere a questão agrária, e um *suposto estranhamento* desses profissionais, “no nível da aparência”, *entre o universo das relações no campo e a prática do Serviço Social* pode estar relacionada a constituição da profissão, que, na sua origem, voltou-se preponderantemente para as expressões urbanas da questão social. Além disso, a autora cita que o descaso do

Estado com a questão agrária também é um dos elementos determinantes para compreender esta relação.

Nesse artigo, observamos mais uma vez a preocupação com a necessária proximidade do Serviço Social com a questão agrária no país. A autora observa que uma demanda subjetiva e objetiva tem se formulado ao Serviço Social neste campo de atuação na contemporaneidade, e, por isso, a profissão precisa debater de modo mais sistemático a questão agrária no país, na perspectiva de encontrar e apontar formas de seu enfrentamento a partir da atuação profissional junto aos trabalhadores camponeses.

Do X ENPESS, realizado em 2006, destacamos o artigo: *Pesquisa-ação em Serviço Social: organização comunitária de populações ribeirinhas para o desenvolvimento rural sustentável na Amazônia*. As autoras desse artigo foram: Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, Susy Rodrigues Simonetti, Silvana Campton Barroso, Marly Santos Lima e Talita de Melo Lira.

O texto relata a experiência do projeto de pesquisa-ação intitulado: *Processo Sócio-Educativo de Organização Comunitária para Cidadania no Município de Maués (AM)*, desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-ambientais e de Desenvolvimento e Tecnologias Apropriadas na Amazônia – Grupo Inter-Ação, vinculado a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, nas comunidades ribeirinhas: Mucajá, Acaoera, Monte Sinai, Ebenezer e Vila Darcy.

A partir da leitura do texto ficou evidente que se trata de um trabalho de pesquisa-extensão que tem raízes em projeto desenvolvido desde os anos 1990, mas que no momento de elaboração do artigo já se encontrava reconfigurado. Isso foi percebido quando comparamos o presente artigo com o trabalho *Tecnologias alternativas para o meio ambiente rural: ações pedagógicas e sócio-políticas do Serviço Social*, analisado anteriormente.

Os dois artigos têm a autoria principal de Maria do Perpétuo Socorro R. Chaves, docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, que, até a publicação desse artigo, se manteve na linha de pesquisa-extensão com temas relacionados à questão ambiental, questão agrária, e, em particular, à questão amazônica.

Nossa visão é que o artigo em destaque apresenta a relação Serviço Social e Questão Agrária mediada por um trabalho de pesquisa-ação, o qual é relatado pelas autoras do texto como uma experiência inscrita no processo de formação profissional, que pode favorecer a intervenção de futuros profissionais no meio rural.

Ao delimitarem o projeto de pesquisa-ação à elaboração de propostas para o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais, as autoras afirmam que os integrantes do

projeto (entre os quais as próprias autoras), procuraram estabelecer inicialmente, de modo interdisciplinar, um estudo articulado sobre as comunidades rurais envolvidas no projeto, o qual abrangeu as questões sócio-ambientais, políticas, econômicas e de uso dos recursos naturais. Segundo elas, esse estudo inicial buscou inter-relacionar o saber tradicional ao técnico-científico, mediante a valorização e potencialização dos saberes e habilidades das populações rurais, com vistas a construção de uma proposta de desenvolvimento sustentável e melhoria das condições de vida das populações rurais Amazônicas.

No tocante ao envolvimento do Serviço Social nesse projeto, as autoras afirmam que tal profissão vem se destacando no contexto Amazônico nas últimas duas décadas, no desenvolvimento de estudos e pesquisas na área sócio-ambiental, particularmente no meio rural, conforme observamos no relato da experiência realizada. Desta forma, concluímos que, no contexto amazônico, o Serviço Social vêm contribuindo para mediar a relação Serviço Social e Questão Agrária através da investigação e proposição de políticas públicas para o meio rural. Porém, conforme as próprias autoras ressaltam, esta realidade é resultado de uma trajetória de luta, por uma valorização deste profissional na construção de novos espaços de discussão e atuação.

Segundo as autoras essa modalidade de trabalho foi desenvolvida a partir de 2001, período em que foi implantado o Centro de Apoio à Pesquisa e Extensão, Formação Profissional e Comunitária, e realizado o 1º levantamento sócio-econômico da realidade em 08 (oito) comunidades, localizadas as margens do rio Parauari, quais sejam: Santo André, Monte Sinai, Vila Nova, Santo Antônio de Mucajá, Ebenezer, Acaoera, Vila Darcy, Laranjal.

No relato que fazem sobre a experiência vivenciada, por docentes e discentes do Curso de Serviço Social da UFAM, e por outros profissionais-pesquisadores de Serviço Social e outras áreas, as autoras apresentam no artigo que o projeto já citado se desenvolveu em três fases, todas respaldadas na metodologia de pesquisa-ação interdisciplinar, Metodologia *Inter-Ação*.

Segundo as autoras o objetivo que norteia essa metodologia, e que se fez presente nas fases de efetivação do projeto, está voltado para conhecer as diferentes esferas do *lócus* de pesquisa (sócio-cultural, política, energética, ambiental e produtiva) para perceber as mediações políticas (externas) que interferem no plano local e, assim, implementar um processo sócio-educativo com ações de formação/instrumentalização para o manejo e o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis, bem como selecionar, implantar e avaliar a criação e/ou inserção de tecnologias apropriadas.

A partir de tal objetivo, a realização da experiência relatada no artigo, segundo suas autoras, se deu da seguinte forma:

- 1) Primeira fase – realizaram um Diagnóstico Local complexo, com o fim de obter informações sobre os fatores (necessidades e interesses) que intervêm no contexto local;
- 2) Segunda fase – ocorreu a elaboração do Plano de Ação, com base na análise realizada na etapa anterior, após um esforço coletivo o qual ordenou e delimitou, por ordem de prioridade, as ações a serem desenvolvidas junto às comunidades de abrangência do projeto;
- 3) Terceira fase – se constituiu na execução do Plano de Ação, acionando, simultaneamente, a articulação entre os atores sociais envolvidos, por meio da mobilização social da comunidade, em que se buscou desencadear a participação/engajamento dos comunitários, na implementação das atividades técnicas, a fim de promover um processo de formação de competências e fortalecimento das organizações comunitárias, bem como a ativação de mecanismos de monitoramento e de avaliação rigorosos.

Entre as técnicas de monitoramento das ações, as autoras relatam que o grupo elaborou Relatórios Técnicos das atividades desenvolvidas, sendo subdivididos em relatórios parciais e final. No caso deste projeto, foram elaborados dois relatórios técnicos, um parcial e um final, através dos quais foi possível identificar os resultados alcançados a partir do desenvolvimento da pesquisa-ação.

No que se refere aos resultados do projeto, as autoras enfatizaram que através da pesquisa-ação foi possível fazer a realização de ações sócio-educativas, artístico-culturais e de formação/instrumentalização na área sócio-comunitária, educacional e de Saúde. Segundo elas, essas atividades foram direcionadas principalmente às lideranças, entre os quais professores e grupos de produção. Através dessas atividades buscou-se o envolvimento e a articulação de diferentes dimensões da produção e socialização do conhecimento, criando condições essenciais para a realização de ações educativas que fomentam a articulação dos saberes (técnico-científicos e populares), possibilitando a abertura de canais para a participação e aprendizado mútuo.

Para as autoras, a experiência do projeto possibilitou a construção de um espaço privilegiado para a criação de estratégias coletivas voltadas para a constituição e/ou consolidação da cidadania, despertando nos comunitários, envolvidos no projeto, a reflexão crítica frente aos desafios e necessidades cotidianas, sobretudo no que se refere a precariedade

e/ou ausência de políticas públicas para a população. Assim, elas indicam que a experiência citada pode ser transformada em uma proposta viável de Desenvolvimento Sustentável e de Política Pública para região.

Em síntese, compreendemos que a experiência vivida, ao absorver a participação do Serviço Social, foi relevante para o avanço do saber científico e acadêmico profissional. Além disso, foi fundamental para que a profissão contribuisse na elaboração de subsídios para a formulação de políticas públicas que possam melhorar as condições de vida da população que reside no meio rural da Amazônia. Assim, verificamos uma das formas de atuação do Serviço Social no processo de enfrentamento da questão agrária na atualidade, a qual serve como referência para o Serviço Social nesta área.

Outro artigo relevante para nossa análise é intitulado: *SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA: um estudo do trabalho do Assistente Social em assentamentos do Estado de São Paulo*, de Priscila Santos de Almeida, apresentado no X ENPESS (2006). Neste trabalho, a autora expõe os elementos centrais do seu projeto de pesquisa monográfico, apresentado ao curso de Serviço Social da UNESP/Franca, o qual orientou a elaboração da sua monografia apresentada ainda em 2006.

Ao abordar os primeiros resultados da sua pesquisa sobre a atuação de Assistentes Sociais no Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), órgão responsável pela implementação da reforma agrária no estado de São Paulo, a autora evidencia no seu artigo a relação Serviço Social e Questão Agrária mediada pela prática profissional.

Ela aponta que a formulação da sua pesquisa tomou como foco de análise o trabalho do analista de desenvolvimento agrário – Assistente Social – no ITESP, e seu objetivo principal se voltou à apreender a contribuição da formação em Serviço Social no processo de efetivação da Reforma Agrária enquanto Política Pública.

Ao formular esse objeto de estudo, a autora partiu do entendimento de que apreender as ações do Serviço Social inscritas nesse âmbito significa a construção de conhecimento que subsidiará proposições e encaminhamentos que se colocam em pauta no contexto contemporâneo. Neste sentido, ela considerou que, apesar da problemática agrária se manifestar um desafio para a atuação dos Assistentes Sociais no contexto atual, ainda é tema pouco explorado no meio profissional. Assim, observamos novamente a preocupação em estudar essa temática e difundir esses estudos na perspectiva de contribuir com uma relação próxima e crítica entre Serviço Social e o enfrentamento da questão agrária.

No decorrer do artigo a autora apresentou seu entendimento a respeito da Questão Agrária, Reforma Agrária, políticas públicas sociais e sobre o papel do Estado e dos

movimentos sociais do campo no processo das políticas públicas, em especial a reforma agrária e as demais políticas para sua consolidação.

O seu entendimento a respeito da Questão Agrária é exposto logo de início, quando ela situa o cenário da sua pesquisa, que é o estado de São Paulo. Para ela a questão agrária emerge nas várias regiões desse estado a partir dos processos de grilagem, luta de posseiros, terras devolutas demarcadas por médios e grandes pecuaristas através de falsificação de documentos, assim como também se manifesta pela expansão dos movimentos sociais de luta pela terra. Na sua visão, a ocupação do território e a contradição política, que são evidências da Questão Agrária na região pesquisada, se expressam pela exaltação do agronegócio e explicitação da “Política de Assentamentos” com 165 assentamentos em diferentes fases de desenvolvimento.

Ao desenvolver o seu raciocínio, a autora aborda nesse texto elementos concretos do seu estudo, situando inicialmente que no contexto recente, quando Lula assumiu a presidência da república e lançou o II PNRA, a questão agrária assumiu papel de destaque. Entretanto, na visão da autora, as contradições que perpassam a atuação do Estado favoreceu para que o plano se deteriorasse ao longo do mandato desse presidente, apesar da pressão dos movimentos sociais, que conforme a autora foi expressiva, mas não garantiu para que o governo pautasse a questão agrária como tema central da agenda pública.

Sua visão é que no Brasil, a inserção peculiar do modo de produção e das relações sociais capitalistas no campo, restringiu as possibilidades de realização da Reforma Agrária na perspectiva clássica, ou seja, de formação do Estado nacional democrático e soberano. Isso porque, a agricultura brasileira historicamente se adequou às exigências do mercado internacional, caracterizando-se por uma economia dependente e subordinada.

Na atualidade, a autora enfatiza que, apesar do neoliberalismo promover o modelo agroexportador baseado na empresa capitalista, a necessidade e importância da Reforma Agrária são explicitadas e reatualizadas frente ao aprofundamento das desigualdades sociais, exclusão e pobreza, sobretudo no meio rural. Neste sentido, a autora concorda que a realização da Reforma Agrária perpassa necessariamente pela construção de um Projeto Popular para o Brasil, articulado às transformações de ordem econômica e sociopolítica mais amplas e profundas.

Ela considera que, apesar da reforma agrária constar na CF de 1988 como uma política pública a ser promovida pelo Estado, o que tem ocorrido é a sua não efetivação de forma ampla.

Ao considerar as políticas públicas sociais como interface da política econômica, ou seja, considerando que ambas constituem uma unidade indissociável que expressa as relações sociais que têm raízes na esfera da produção, a autora conclui que as ações de reforma agrária, incluindo o acompanhamento de assentamentos, que devem ser encaminhadas pelo INCRA, em nível nacional, não vêm sendo efetivadas nesse sentido, de articular as necessidades sociais e econômicas da população, mas têm visado fundamentalmente o consenso social, a manutenção e legitimação do *status quo*, a diminuição dos conflitos e a redução dos custos da força de trabalho através da socialização dos valores de sua reprodução.

Entretanto, considerando as contradições que perpassam o processo das políticas públicas, a autora entende que apesar das iniciativas do Estado ao elaborar e implementar políticas públicas se apresentarem enquanto medidas de controle para amenizar as desigualdades sociais, elas também representam conquistas forjadas pelas classes subalternas, as quais se influenciam mutuamente.

Ao argumentar isso, ela entende o Estado não como um bloco homogêneo e monolítico, mas repleto de fissuras e contradições, correlações de força, disputas por espaço, que expressam os diversos interesses de classe imbricados nesta esfera. Por isso, considera que é justamente a força dos movimentos sociais que tem levado à criação de assentamentos. Pois na sua visão os assentamentos resultam de situações de conflito, da disputa pela propriedade da terra, sobretudo das iniciativas dos trabalhadores e movimentos sociais que pressionam os órgãos públicos no processo de desapropriação de terras, especialmente através das ocupações, cujos acampamentos são expressões concretas.

No que se refere ao estado de São Paulo, a autora aponta que é o ITESP o órgão responsável pelo planejamento e execução de políticas agrária e fundiária. Segundo ela, esse órgão é vinculado à Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo e sua criação remonta o ano de 1991, ocasião em que foram unificados o Departamento de Assentamento Fundiário e de Regulação Fundiária, sínteses de toda uma seqüência de órgãos ligados à questão agrária e fundiária do estado, que tiveram início em 1961 com a extinta Assessoria de Revisão Agrária (ARA).

A autora relata que mediante entrevistas e acompanhamento no cotidiano de trabalho dos profissionais de Serviço Social do órgão acima citado, ela pode absorver as primeiras impressões a respeito do trabalho que eles realizam junto aos Assentamentos Rurais de responsabilidade do ITESP.

Segundo ela, o Serviço Social no ITESP insere-se na problemática agrária através das políticas públicas, elemento fundamental no cotidiano profissional, cuja elaboração, implementação, execução e avaliação constituem competências do Assistente Social.

Os dados parciais da pesquisa, apresentado no artigo, apontam que a autora obteve inicialmente alguns dados sobre o ITESP. Segundo ela, esse órgão dispõe de 12 cargos, correspondendo a 700 funcionários, entre os quais 183 são analistas de desenvolvimento agrário, cargo que prevê 11 perfis. Dentre eles, o perfil Serviço Social e desenvolvimento sustentável de comunidades rurais, comporta as seguintes áreas de formação: Serviço Social, Ciências Sociais, Pedagogia, Economia Doméstica e Psicologia Social.

A autora constatou que em todo estado existem 16 analistas de desenvolvimento agrário com esse perfil, sendo 9 Assistentes Sociais. Dentre estes 9 profissionais ela indica que foram selecionados 4 para a sua pesquisa. Tais profissionais atuam nos municípios de Bebedouro, Andradina, Presidente Venceslau e Presidente Epitácio.

Segundo a autora, as primeiras entrevistas realizadas, mediante um roteiro de perguntas previamente elaborado fez com que ela tivesse uma visão preliminar de que os analistas de desenvolvimento agrário desempenham o papel de articuladores de Políticas Públicas.

A autora destaca que esse processo de articulação se dá no sentido de viabilizar e efetivar políticas públicas nos assentamentos rurais. Para isso, os profissionais de Serviço Social procuram estabelecer parcerias com as prefeituras municipais e diversos órgãos públicos e/ou privados, pois o enxugamento do Estado frente às questões pertinentes à terra e a quase ausência de políticas públicas na área social de iniciativa do ITESP, impulsionam os profissionais a articularem outras possibilidades para promoverem ações nas áreas de assentamento onde atuam.

Neste sentido, observamos através dos primeiros resultados encontrados na pesquisa de Priscila Almeida que o trabalho de Assistentes Sociais no âmbito de órgãos do Estado que atuam na política de reforma agrária é bastante desafiador, já que os profissionais precisam encontrar diversos meios de garantir uma intervenção mais eficaz nos assentamentos rurais, já que na maioria das vezes o Estado é omissor na garantia de recursos que favoreçam o enfrentamento da questão agrária.

Outro artigo que trata da relação Serviço Social e Questão Agrária, apresentado no ENPESS realizado em 2008, intitula-se *Serviço Social e Movimentos Sociais Agrários: uma prática inovadora*, de autoria de Morena Gomes Marques Soares, Bruna Silveira Pitombo, Carolina Alves de Oliveira, Janaina Bilate e Maristela Dal Moro.

Este artigo se delimitou em apresentar algumas reflexões acerca da intervenção do Serviço Social junto aos movimentos sociais agrários, especificamente junto ao MST. Neste sentido, observamos que as autoras fazem a relação Serviço Social e questão agrária ao analisarem a inserção do Serviço Social em movimentos sociais agrários.

De acordo Soares et al. (2008), a realização deste trabalho só foi possível mediante os resultados obtidos com a inserção de alunos e professores do Curso de Serviço Social da UFRJ em uma experiência de estágio e extensão junto ao MST. Deste modo, percebemos que as impressões apresentadas são frutos da relação formação profissional e movimentos sociais do campo, os quais representam um dos itens do tema questão agrária no Serviço Social.

Para Soares et al. (2008), a referida experiência se deu através do projeto PRO-MST⁷⁰, iniciado em 2006 a partir de uma articulação entre a Escola de Serviço Social da UFRJ e o MST. Tal projeto surgiu com a proposta de aprimorar a formação dos alunos de Serviço Social, através de uma inserção mais qualificada por meio da prática da pesquisa. Além disso, o projeto se constituiu na perspectiva de contribuir para a ampliação do campo de intervenção profissional junto a movimentos sociais e a questão agrária e para uma maior compreensão dessa realidade.

No texto, as autoras expõem inicialmente elementos teóricos sobre a interferência do processo de constituição da sociedade brasileira na formatação do tipo de sociedade civil existente no país, na perspectiva de compreender a raiz das dificuldades encontradas pelos movimentos sociais em conseguirem pautar seus interesses no âmbito das políticas do Estado. Além disso, observamos que as autoras procuram identificar os determinantes que acarretam em limitações para a formação de intelectuais orgânicos comprometidos com as classes subalternas.

Pautando-se nas categorias teóricas de Antônio Gramsci, as autoras concluem que a sociedade civil existente no país é amorfa ou gelatinosa, típica da formação histórica,

⁷⁰ Segundo Soares et al. (2008) o referido projeto se realiza no Município de Campos dos Goytacazes, em três áreas distintas: “Assentamento Rural Paz na Terra”, composto por 80 famílias, que se encontra em processo transitório de acampamento a assentamento; “Assentamento Rural Dandara dos Palmares”, com 21 famílias, que já se constitui como assentamento; e “Acampamento Madre Cristina”, com 70 famílias. Elas destacam que na atual etapa do desenvolvimento do trabalho de pesquisa e extensão, foram implementados alguns projetos de intervenção profissional, referenciados nas demandas e interesses dos sujeitos envolvidos, registradas nas entrevistas e fichas sociais. Nos assentamentos “Paz na Terra” e “Dandara dos Palmares”, estão sendo trabalhados projetos na área de infância e juventude, e atividades ligadas à temática de gênero, além de desenvolver-se neste último um projeto voltado para o debate acerca da Seguridade Social, sobretudo direitos sociais dos trabalhadores camponeses e buscando a articulação com as instituições previdenciárias da região. No acampamento “Madre Cristina”, vem sendo desenvolvidos projetos ligados à área de esporte, lazer e cultura, além de atividades vinculadas à temática de gênero e saúde reprodutiva. A pesquisa realiza-se com o intuito de contribuir com o processo de conhecimento da realidade e garantir uma intervenção mais qualificada.

econômica e social à margem do capitalismo central, com traços de sociedade oriental, como foi o caso brasileiro. Segundo elas, esse tipo de sociedade civil se caracteriza pela rara (ou nenhuma) estratégia (ou poder político) de defesa de uma ideologia na contra-corrente da dominante.

Para as autoras, esse processo influenciou diretamente na formação de intelectuais, que, conforme ressaltam, têm sido historicamente cooptados para atender aos interesses das classes dominantes. Neste sentido, as autoras destacam que a debilidade da sociedade civil é responsável pela minimização de um dos papéis essenciais da cultura, precisamente o de expressar a consciência social das classes em choque e de organizar a hegemonia ideológica de uma classe ou de um bloco de classes sobre o conjunto dos seus aliados reais ou potencias.

Segundo as autoras, é nesse processo de constituição da sociedade brasileira, em que o poder das classes dominantes se sobrepôs na maioria das situações, e a participação daqueles que se situavam na contra-corrente do pensamento hegemônico foi renegada, que se constituiu a questão agrária no país. Elas destacam que, apesar disso, nesse mesmo movimento se inserem também os movimentos sociais, que têm dois grandes marcos: os anos 60 e os anos 80, onde a luta pela terra se insere nesse contexto.

Conforme as autoras, os anos 1930 marcam a industrialização no Brasil, e é nesse cenário que a questão agrária se desenvolve, em função da indústria. A possibilidade de reforma agrária se torna evidente, porém, a aliança com a oligarquia rural impossibilitou a sua implementação. Desde então, relegado a segundo plano, o debate da reforma ganha novo impulso somente a partir dos anos 1960, em função do processo de luta dos diversos protagonistas no campo e da necessidade de dinamizar a produção agrícola para abastecer o mercado interno e garantir a exportação. Entretanto, o problema da irracionalidade do monopólio da terra foi resolvido com a modernização da agricultura implementada pelo regime militar.

Seguindo o debate, as autoras afirmam que com o golpe militar, o setor industrial foi privilegiado. Neste sentido, apostou-se na modernização da agricultura sem que fosse preciso alterar a estrutura fundiária do país. O debate sobre a reforma agrária foi abafado, na medida em que os movimentos se viram destituídos de seus direitos à organização e reivindicação.

Ao constatar todo esse processo histórico de negação do direito à terra e ao trabalho promovido pelas classes dominantes às subalternas, as autoras destacam que somente do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 é que se percebe um revigorecimento da luta pela

terra. Segundo elas esse período demarca uma conjuntura em que os movimentos populares foram essenciais para o processo de abertura política, colocando que o surgimento do MST nesse processo, ao protagonizar a luta pela reforma agrária, contribuiu para que seu debate fosse novamente pautado na agenda política do país.

Ao exporem esse processo, observamos que Soares et al. (2008) chamam atenção para o momento histórico que estamos vivendo, em que a luta dos trabalhadores do campo ganha novo impulso e exige que os intelectuais que se proponham a se vincularem às classes subalternas se qualifiquem nesse debate e observem como podem contribuir para que os movimentos sociais do campo consigam sua hegemonia. Observamos que é nessa perspectiva que as autoras situam o envolvimento do Serviço Social nesse processo.

Nas suas considerações, as autoras apontam a visão sobre o envolvimento do Serviço Social com os movimentos sociais agrários, colocando que a partir da experiência com esta situação e do amadurecimento da intervenção profissional observaram que esta realidade possui vários elementos comuns às demais áreas de atuação do Serviço Social. Porém, como se trata de uma particularidade, que em termos de prática profissional e campo de atuação é demasiadamente recente para o Serviço Social, exige-se que os profissionais que atuam nessa área façam uma profunda reflexão sobre as suas características.

Conforme Soares et al. (2008), entre os elementos presentes nesta área de atuação estão aqueles que apontam as novas potencialidades que se abrem à intervenção profissional. Um exemplo concreto pode ser verificado na relação estabelecida com os protagonistas da luta pela terra, em que é possível ir além da prática institucional ultrapassando a concepção democrático-liberal de cidadania e direitos sociais. Além disso, as autoras destacam que na medida em que o profissional se insere no âmbito da organização, outros elementos surgem, tanto no que se refere a intervenção como no tocante ao conhecimento, que é fundamental para o amadurecimento da profissão.

Além de identificarem esses elementos, as autoras destacam também que alguns limites interferem diretamente na intervenção do Serviço Social no âmbito dos movimentos sociais agrários. Para elas, as dificuldades vivenciadas no interior do MST, por exemplo, principalmente pela deficiência de mobilização dos assentados e acampados e as relações díspares entre a base e a direção da organização política interferem diretamente na intervenção profissional.

Soares et al. (2008) esclarecem que o programa político do MST objetiva romper com a ideologia instituída na sociedade capitalista que, segundo Gramsci, fortalece e reatualiza tendências políticas e sócio-culturais corporativistas, individualistas e

despolitizantes. Neste sentido, é destacado que o movimento busca a apreensão da noção de cultura enquanto tomada de partido, posicionamento frente à história, em uma perspectiva de transformação social, porém, muitas vezes, o descolamento com a base que não ultrapassa o momento corporativo ao ético-político, que corresponde ao processo de emancipação humana, põe limite a esses objetivos.

As autoras assinalam que esses limites, muitas vezes, se expressam na forma com que trabalhadores camponeses e urbanos se inserem no movimento, motivados por demandas individuais e imediatas, esse trabalhadores reconhecem na conquista da terra a sobrevivência material, necessária a este modo de produção.

A partir da experiência vivenciada no interior de assentamentos e acampamentos que são organizados pelo MST, as autoras observaram que o movimento tem como proposta para superar essa perspectiva particularista, a formação de uma direção política, através de uma unidade intelectual e moral, mediante um plano não-corporativo. Segundo elas, esta direção é constituída por meio de cursos de formação política, capacitando militantes de várias regiões do país, imbuídos de fortalecer a construção de uma contra-hegemonia na base do movimento em acampamentos e assentamentos.

Apesar desse intenso processo de formação que o MST promove, Soares et al. destacam que, a busca em formar intelectuais orgânicos que surjam das massas e permaneçam em contato com as mesmas, encontra impasses na socialização dos conhecimentos adquiridos e no cotidiano dos acampamentos e assentamentos, configurando um expressivo afastamento entre a base e a direção do MST, e esse é um dos grandes limites a uma intervenção profissional mais crítica.

Com essas observações e análises, à guisa de conclusão das autoras, abstraída a partir da experiência vivenciada, é que com a conjuntura política de refluxo dos movimentos sociais e esvaziamento dos espaços políticos de intervenção da sociedade civil, há um reduzido quadro de militantes orgânicos vinculados ao MST dispostos a atuar enquanto intelectuais orgânicos nos acampamentos e assentamentos.

Essa situação é vista por Soares et al. (2008) como um dos determinantes que dificulta a mobilização e o envolvimento efetivo das comunidades acampadas e assentadas no processo de formação política continuada, que garanta o debate contra-hegemônico e a construção de uma nova ideologia. Além disso, é apontado que essas dificuldades, próprias da dinâmica dos assentados e acampados, tornam-se obstáculos ao envolvimento das famílias nas atividades desenvolvidas pelo Serviço Social, que tem como objetivo reforçar as iniciativas do MST no processo de organização política.

Com isso, observamos que Soares et al. (2008) destacam a necessidade de maior vinculação entre os interesses do Serviço Social e do trabalho realizado pelo MST nos assentamentos, pois essa articulação pode favorecer o surgimento de intelectuais orgânicos, tanto na base do MST quanto entre os estudantes de Serviço Social, que realizam uma experiência de formação profissional nos assentamentos desse movimento. Assim, verificamos que a experiência citada representa um esforço de aproximar o Serviço Social ao processo de organização dos trabalhadores camponeses junto ao MST do Rio de Janeiro.

O trabalho de Raquel Santos Sant'ana, professora do departamento de Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, apresentado no XI ENPESS (2008), com o título *A Questão Agrária como particularidade da questão social: um debate a partir da problemática do trabalhador rural assalariado*, é também um destaque para nosso trabalho.

Neste texto, Sant'ana (2008) discute o avanço da cultura cana de açúcar no país e os desdobramentos deste modelo de desenvolvimento agrário no cotidiano do Serviço Social ao apresentar os dados parciais da pesquisa que realiza na macro-região de Ribeirão Preto – SP, no âmbito do grupo de pesquisa “Terra e Raiz” e de sua pesquisa sobre os trabalhadores vinculados a cadeia produtiva do açúcar e do etanol na região de Ribeirão Preto.

A discussão feita por Sant'ana (2008) remete a uma problematização sobre a visão dos Assistentes Sociais, que atuam em municípios de pequeno porte, em relação à questão agrária presente nesses municípios. A autora estabelece a relação Serviço Social e questão agrária ao discutir o avanço da cultura cana de açúcar no país, seus impactos no setor fundiário e nos processos de trabalho dos assalariados rurais que atuam nesse setor, e os desdobramentos deste modelo de desenvolvimento agrário no cotidiano de trabalho de Assistentes Sociais que atuam na macro-região de Ribeirão Preto – SP.

Sant'ana observa que na região estudada os impactos da produção do agronegócio, especificamente no que se refere à produção de cana de açúcar para o setor de bicompostíveis, gera impactos perversos aos trabalhadores camponeses, que diversas vezes procuram o Serviço Social da região na perspectiva de encontrarem alternativas de sobrevivência.

O seu entendimento sobre a Questão Agrária no Brasil é visualizado quando afirma que essa questão resulta do embate na relação capital/ trabalho que ocorre no campo e na cidade, em decorrência do modelo de desenvolvimento agrário. Para a autora em destaque, essa questão é uma particularidade da questão social, objeto de intervenção do Serviço Social, cujas manifestações se expressam de diversas maneiras: nas condições de vida e trabalho dos assalariados rurais, na luta pela terra e na presença dos movimentos sociais rurais, no

adoecimento do trabalhador em decorrência do processo laborativo em meio rural, na migração, no desemprego etc.

No desenvolvimento da sua exposição Sant'ana enfatiza o incentivo governamental à produção de matéria prima para os agrocombustíveis (soja e mamona para o biodiesel, cana-de-açúcar para o etanol, eucalipto para o carvão vegetal) ao dizer que até 2010, o governo pretende destinar cerca de 17 bilhões em investimentos seja de infraestrutura ou custeios para produção nesse setor.

Dentro desse processo, um dos setores que mais tem ganhado destaque é a agroindústria canavieira, cuja opção é muito problemática. Para Sant'ana isso pode ser evidenciado quando se observa os trabalhadores vinculados à cadeia produtiva do açúcar e do etanol.

Baseada nos dados da Pastoral do Migrante, a autora indica que 21 trabalhadores camponeses morreram por exaustão no trabalho em São Paulo nos últimos 2 anos. Isso tem acontecido porque o ritmo de trabalho tem sido dado pelas metas de produtividade que as usinas exigem dos trabalhadores, por isso, eles se submetem a essa carga de trabalho para não serem demitidos caso não atinjam a produtividade desejada.

Essa realidade colocou para a autora a necessidade de ver como os Assistentes Sociais estabelecem a relação da problemática existente no município, de expansão da indústria canavieira e junto com isso a super exploração da força de trabalhadores camponeses, que em síntese evidencia a questão agrária na região, com o agravamento da questão social na região de Ribeirão Preto. O objetivo foi evidenciar se a demanda por serviços sociais colocada para o município é vista pelo Serviço Social enquanto conseqüência da Questão Agrária.

Segundo aponta a autora, a sua pesquisa se realizou em 8 regiões administrativas do nordeste do estado de São Paulo, incluídas no que se convencionou chamar de macro-região de Ribeirão Preto, e mostrou que a gravidade da situação evidencia o imbricamento da Questão Agrária com a questão social, presente no cotidiano dos profissionais de Serviço Social.

A sistematização e análise dos dados iniciais, sobre o trabalho profissional e a realidade dos municípios envolvidos nessa pesquisa, permitiu que Sant'ana apontasse que a realidade agrária se configura como uma particularidade que se materializa claramente no exercício profissional dos Assistentes Sociais que atuam em municípios de pequeno porte, cuja principal atividade econômica está vinculada a agricultura ou à agroindústria.

As 11 Assistentes Sociais que participaram da pesquisa afirmaram que o principal usuário da política de assistência social destes municípios é o trabalhador rural assalariado. Nesse processo, a autora ainda constatou que, duas situações são recorrentes: trabalhadores migrantes que vem para o município para trabalhar na colheita da cana que ocorre entre os meses de março a dezembro e, os trabalhadores residentes que ficam desempregados na entressafra e, mais recentemente, também no período da safra da cana-de-açúcar, pois, quando ele não é admitido nesta atividade, praticamente inexistem outras opções de trabalho nos municípios.

Para Sant'ana essa pesquisa mostrou que a vinda dos migrantes para municípios pesquisados, aumenta as demandas pelos serviços sociais, pois, os cortadores de cana recorrem à assistência ao ficarem sem emprego no período da entressafra. Apesar dessa configuração, alguns Assistentes Sociais que atuam nesses municípios de pequeno porte, não apreendem a relação entre capital e trabalho, e muitas vezes partindo de uma visão ideologizada da questão social acabam reproduzindo a perspectiva estigmatizada do migrante. Ou seja, segundo Sant'ana, ficou constatado através das entrevistas, que para alguns Assistentes Sociais, enquanto a Usina figura como fornecedora de emprego, os trabalhadores convocados e descartados por ela são vistos como aqueles que trazem a violência para o município e ainda consomem os recursos sociais já escassos. Assim, vários profissionais em vez de creditar esta problemática aos custos do agronegócio, responsabilizam os trabalhadores por tal situação.

Sant'ana salienta que as Assistentes Sociais entrevistadas tiveram dificuldade em apreender a questão agrária como uma particularidade de sua ação profissional cotidiana. Pois, ao se envolverem especificamente com as questões referentes à Assistência Social, acabam por não apreender as mediações entre capital e trabalho que se expressam cotidianamente no exercício profissional, como as refrações da questão social. Apesar dessa constatação a autora aponta que a maioria dos profissionais se posicionam a favor dos trabalhadores, embora lamentavelmente a minoria esteja empenhada em dar legitimidade as ações do agronegócio.

A partir desse artigo, percebemos que, apesar do avanço teórico-metodológico do Serviço Social a partir de um viés crítico, ainda é possível identificar na contemporaneidade a falta de percepção das questões estruturantes da nossa sociedade por parte de alguns profissionais, o que influencia de modo decisivo a pouca relação do Serviço Social com o processo de enfrentamento da Questão Agrária.

A partir dos artigos citados percebemos que apesar da gravidade da questão agrária e da sua centralidade na sociedade brasileira, ela ainda é pouco assimilada no interior do Serviço Social, embora tenhamos identificado que há uma preocupação de alguns profissionais envolvidos na docência, em grupos de pesquisa-extensão, ou mesmo no cotidiano da prática, com o estudo e aprimoramento da intervenção crítica do Serviço Social nos processos que envolvem o enfrentamento da questão agrária em nosso país.

Na realidade maranhense, a preocupação de Assistentes Sociais em contribuir com a garantia e manutenção dos direitos de trabalhadores camponeses, e conseqüentemente com o processo de enfrentamento da questão agrária nesse estado, foi constatada a partir do estudo sobre a inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA, o qual evidenciou alguns elementos que caracterizam a relação Serviço Social e Questão Agrária na contemporaneidade. Para tal estudo, foi fundamental a pesquisa sobre a relação histórica entre Serviço Social e Questão Agrária no Maranhão, na perspectiva de perceber e assinalar as transformações ocorridas no âmbito dessa relação a partir dos anos 1990.

3. Aproximações e distanciamentos na relação histórica entre Serviço Social e Questão Agrária no Maranhão⁷¹

No tocante à relação *Serviço Social e questão agrária no Maranhão*, é importante ressaltar que as particularidades sociais desse estado contribuíram para o estabelecimento de uma relação histórica, de aproximações e distanciamentos. Tais processos foram evidenciados através dos estudos sobre a história do Serviço Social no Maranhão (SILVA, 2004a; PEREIRA, 2004; RODRIGUES, 1991; LOPES, 2001; OLIVEIRA, 2004; SILVA, 1984), os quais apresentam as distintas mediações, interesses e concepções presentes na referida relação. Compreendemos que a mesma pode ser demarcada em quatro períodos, os quais correspondem às fases históricas da profissão no estado.

Em Silva (2004a: 18-29), essas fases históricas do Serviço Social no Maranhão podem ser visualizadas da seguinte forma:

➤ **PRIMEIRO PERÍODO (de 1953 até 1965):** demarcado por um movimento da formação profissional em Serviço Social no âmbito da Igreja Católica, que significou a implementação e consolidação do *projeto político ético-religioso* (LOPES, 2003). Esse projeto se materializou a partir da criação da Escola Maranhense de Serviço Social e subsidiou-se nas disciplinas de formação religiosa⁷² ministradas na escola e nos campos de estágio em instituições da Igreja. Percebe-se que foi um período em que a Igreja organizava sua Ação Social no estado, no combate ao avanço do comunismo no Brasil. Esse objetivo se expressou na Escola Maranhense de Serviço Social.

➤ **SEGUNDO PERÍODO (de 1966 até fins da década de 1970):** é marcado pela laicização do Serviço Social no Maranhão, respaldada pela perspectiva de modernização conservadora, consolidada na sociedade brasileira sob a égide da Ditadura Militar. Esse processo se desencadeou principalmente com a expansão do Serviço Social no estado, fortalecido com a entrada do curso de Serviço Social para a Universidade Federal do Maranhão, e com a expansão

⁷¹ Neste capítulo recuperamos alguns aspectos da relação *Serviço Social e questão agrária no Maranhão* que foram sistematizados na nossa monografia de conclusão de curso, intitulada: *Passos e descompassos na relação formação profissional e questão agrária nos 50 anos de Serviço Social no Maranhão* (SILVA, 2004a).

⁷² As disciplinas eram: Doutrina Social da Igreja, Ética Profissional, Moral, Cultura Religiosa e Seminário de Formação.

dos órgãos burocráticos do Estado para a implementação de políticas de bem estar social, visando conter os impactos da modernização no Maranhão;

➤ **TERCEIRO PERÍODO (inicia-se no final dos anos 1970 e vai até os anos 1980):** é configurado pela crise da modernização conservadora e pela inserção da perspectiva crítico-dialética como referencial teórico-metodológico do Serviço Social. Tem-se a participação de um significativo número de Assistentes Sociais do estado, especialmente professores da Universidade Federal, no movimento de construção de uma perspectiva de Serviço Social vinculado aos interesses da classe trabalhadora, articulando-se com outros movimentos pela redemocratização do país. Esse processo refletiu qualitativamente no âmbito da formação e da prática profissional em Serviço Social;

➤ **QUARTO PERÍODO (da década de 90 à atualidade):** é caracterizado pelos avanços e maturidade da perspectiva crítica no âmbito do Serviço Social brasileiro, resultados do acúmulo de discussões sobre seu direcionamento teórico, metodológico e político realizadas no decorrer da década de 80, evidenciados também no Serviço Social maranhense. Esse processo contribuiu para a formulação de diretrizes que respaldam um projeto profissional em construção, vinculado aos interesses da classe trabalhadora. Essas diretrizes estão materializadas no Código de Ética, na Lei de Regulamentação da profissão e nas novas diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social do Brasil. Porém, por outro lado, ocorrem nesse período grandes limites para a construção desse projeto, em decorrência das contradições na sociedade, fortalecidas com a implementação e consolidação do neoliberalismo e das reformas do Estado brasileiro, que repercutiram negativamente para o processo de formação e atuação profissional.

Tomando como referência esses períodos históricos do Serviço Social no Maranhão, observamos que a relação *Serviço Social e Questão Agrária* tem início logo na década de 50 do século XX, quando a profissão foi institucionalizada nesse estado com a criação da Escola Maranhense de Serviço Social pela Igreja Católica, com vistas à formação de profissionais que desenvolvessem uma prática vinculada aos interesses da Igreja e do

Estado, inclusive junto aos trabalhadores camponeses (SILVA, 2004a). Tal indicação fica evidente no decreto de criação da referida Escola:

Considerando o que ficou estabelecido no Secretariado Nacional de Ação Social quanto às Escolas de Serviço Social, para melhor desenvolvimento da Ação Social Católica no Brasil [...];

Considerando as necessidades das obras da Arquidiocese;

Considerando ainda quanto as demais circunscrições eclesiásticas da Província de São Luís do Maranhão poderão com isto lucrar, no sentido da formação de pessoal para tarefas de educação e assistência no Estado;

Considerando, sobretudo a necessidade das instituições rurais; dos futuros encargos do Serviço Social Rural, das prementes obrigações que o desenvolvimento da imigração colonizadora nos poderão impor, no país, no Estado e nos municípios; [...];

Resolvemos criar, como pelo presente decreto criado está, a “Escola Maranhense de Serviço Social” [...].

Instituição autônoma, será confiada às Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, de acôrdo com o contrato que com as mesmas celebrará a autoridade arquidiocesana; reger-se-á pelos estatutos de suas coirmãs brasileiras; terá cadeiras de especialização ruralista; interessar-se-á pelos problemas de imigração e emigração, sem prejuízo da sua natureza específica; [...] (GOVERNO DIOCESANO. Decreto Episcopal nº 05).

Nesse primeiro período, a relação Serviço Social e Questão Agrária se deu no âmbito do denominado projeto político ético-religioso⁷³, que, segundo Lopes (2003), foi idealizado e concretizado pela Igreja Católica no processo de formação profissional em Serviço Social no Maranhão.

No âmbito desse projeto de formação, a Igreja Católica colocou a abordagem da “Questão Agrária” como um dos eixos centrais, à medida que criou disciplinas⁷⁴ e campos de estágios que propiciaram aos alunos o conhecimento dessa temática e realidade. Com esse direcionamento, a Igreja pretendia formar profissionais habilitados para difundir a doutrina e a ética cristã na área rural, para tanto, criou várias instituições especificamente para o trabalho nesta área.

Além do interesse particular da Igreja em atuar no meio rural, destaca-se também, conforme aponta o Decreto, que o Estado foi um dos motivadores do direcionamento dado à formação profissional no que se refere ao debate sobre as particularidades do meio rural. Isso se deu fundamentalmente porque nesse período o Estado criou a Fundação Serviço Social Rural, que demandou a atuação de Assistentes Sociais para o campo.

⁷³ Termo utilizado por LOPES (2003) para demarcar o primeiro período da história do Serviço Social no Maranhão (1953-1969). O denominado projeto da Igreja incidiu na formação profissional em Serviço Social, fundamentalmente através do ensino das disciplinas: Cultura Religiosa, Seminário de Formação, Doutrina Social da Igreja, Moral e Iniciação filosófica. E, além disso, através dos estágios em movimentos articulados pela Igreja como a ASA e a MIRA.

⁷⁴ O currículo oficialmente adotado de 1953 a 1963 integrava o denominado “Ciclo Rural”, que era optativo para a formação. Esse ciclo englobava três disciplinas relacionadas a temática agrária: *Serviço Social Rural, Noções de Agricultura e Legislação da vida Rural* (SILVA, 2004a).

A preocupação da Igreja e do Estado em atuar no meio rural, estava nas conflituosas relações sociais entre trabalhadores camponeses e latifundiários, pois, temia-se que a organização autônoma dos camponeses fosse influenciada por ideologias estranhas, como o comunismo e o socialismo, que nesse período se faziam presentes nos objetivos de algumas lutas desencadeadas pela classe trabalhadora no mundo, no contexto da Guerra Fria. Assim, no Maranhão, a Igreja e o Estado somaram forças no combate a inserção dessas ideologias no âmbito da organização dos trabalhadores, com o objetivo de promover a harmonia social no campo.

Os estágios de estudantes e a atuação de profissionais de Serviço Social nesse período podem ser evidenciadas nas ações dos organismos vinculados a Igreja e ao Estado, como o Serviço Social Rural (SSR)⁷⁵, Semanas Ruralistas⁷⁶, e em iniciativas dos projetos de colonização, promovidos especificamente pela Igreja Católica, conforme foram publicados nos jornais da época:

Assistência do Serviço Social Rural no Vale do Mearim.

No dia 21 do corrente, às 8 horas, por via fluvial, partiram de Pedreiras duas expedições do SSR, uma irá até a cidade de Barra do Corda e a outra até a foz do Rio Grajaú, executando um plano de emergência no Vale do Mearim, para recuperação – na medida do possível neste fim de inverno – da lavoura perdida com as inundações verificadas.

Cada uma das expedições esta equipada com uma lancha, dois motores de pôpa, um médico, um agrônomo, *duas Assistentes Sociais*, um técnico de agricultura, um capataz, dois inspetores do DNERu, vinte e três guardas desse departamento, além do pessoal da tripulação (...) tem ainda sementes, ferramentas, inseticidas, medicamentos em quantidade suficiente para cobrir toda a região a ser trabalhada.

Para a execução dessa tarefa, o SSR esta recebendo a cooperação do Serviço do Acordo do Fomento vegetal da Defesa Sanitária Vegetal, da Escola de

⁷⁵ O Serviço Social Rural (SSR), foi uma Fundação instituída pelo Governo Federal, através da Lei nº 2613 de 23 de setembro de 1955, que atuou no Maranhão a partir de seus objetivos gerais que eram: “I. A prestação de serviços sociais no meio rural, visando a melhoria das condições de vida da sua população (...). II. Promover a aprendizagem e o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho adequadas ao meio rural; III. Fomentar no meio rural a economia das pequenas propriedades e as atividades domésticas; IV. Incentivar a criação de comunidades, cooperativas ou associações rurais; V. Realizar inquéritos e estudos para conhecimento e divulgação das necessidades sociais e econômicas do homem do campo; VI. Fornecer semestralmente ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho relações estatísticas sobre a remuneração paga aos trabalhadores do campo” (Disponível em: www.direitonet.com.br. Acesso em: 30 jun 2008).

⁷⁶ As denominadas Semanas Ruralistas no Maranhão, eram ações organizadas pelo Movimento Intermunicipal Rural Arquidiocesano (MIRA), em convênio com o Serviço de Informação Agrícola (S. I. A), do Ministério da Agricultura. Segundo Almeida (1981: 48), essas semanas representavam um esforço conjugado da hierarquia eclesiástica e de órgãos públicos para “sensibilizar” a população do interior sobre a gravidade da “questão agrária”. Sua realização constituía formas de mobilização muito amplas, envolvendo as autoridades municipais e estaduais, os fazendeiros e os comerciantes, os trabalhadores camponeses, os políticos e os profissionais liberais, as professoras primárias e os estudantes. Na verdade, as Semanas Ruralistas tornaram-se grandes festejos da municipalidade com grandes desfiles alegóricos, exposições de produtos regionais, churrascos e eloqüentes discursos exaltando as riquezas da região. Nesses eventos, ficava explícita a busca da “harmonia” entre latifundiários, políticos e trabalhadores camponeses, através do reforço da identidade conferida pelo regionalismo (ALMEIDA, 1981: 48).

Assistência Social⁷⁷, da Escola de Preparação Agrícola de Pedreiras e do Departamento Nacional de Endemias Rurais Circunscrição do Maranhão, formando assim uma ação articulada, objetivando maior rendimento do trabalho a ser realizado.

O Plano de Ação foi elaborado no intuito de atender aquelas populações rurais do Vale do Mearim, no âmbito da saúde, assistência agrícola e ao mesmo tempo fazer estudos de coletividade do domínio social, de modo a colher elementos para providências futuras (JORNAL O IMPARCIAL – 25 de maio de 1960) (Grifo nosso) .

Amplio Movimento de amparo do SSR

No setor social, os Assistentes Sociais estão procedendo ao levantamento das famílias rurais das áreas inundadas, obtendo dados acerca do seu nível de vida, composição familiar, bem como procurando realizar com essa população um trabalho de educação, objetivando despertar-lhes sentimentos associativistas e de solidariedade social para a solução dos seus problemas comuns (O IMPARCIAL – 08 de junho de 1960) (*Grifo nosso*).

Grandes Benefícios vêm propiciando o SSR às populações do Vale do Mearim.

Dados verdadeiramente impressionantes colhidos pela equipe do SSR, com a colaboração da Escola de Serviço Social do Maranhão. Conclusão dos trabalhos prevista para setembro (O IMPARCIAL – 17/07/1960) (*Grifo nosso*).

Arrojado plano de reforma agrária está sendo executado pelo vigário de Colinas

– Falando, ontem, a O Imparcial, o Pe. Jose Macedo Costa, vigário de Colinas declarou estar promovendo trabalho social junto ao homem rural daquele município, tratando-se de ‘arrojado plano de colonização em bases cooperativas que é a reforma agrária no duro’ conforme frizou o entrevistado. Prosseguindo disse: – Há muito tempo cozinava em minha cabeça a idéia que só agora se faz realidade. Foi a X semana ruralista do Maranhão, realizada no ano passado, em Colinas, que apressou seu amadurecimento. O estudo serio dos problemas do homem da roça, que já me queimava a carne a muitos anos me arrastou para o trabalho: fazer em Colinas um dos mais interessantes empreendimentos de recuperação do agricultor brasileiro. A paróquia de Colinas possui quase 2.000 hectares de terras de 5km da cidade, na margem esquerda dos rios Itapecuru e Alpercatas. Essas terras serão loteadas e vendidas aos agricultores, constituindo-se uma colônia. Recursos (...) não faltarão (...) cooperativa mista (...) ajuda dos poderes públicos. Pessoal também não nos faltará. Desde janeiro estamos com a colaboração espontânea e gratuita de concludentes da Faculdade de Serviço Social, que tomaram para si o trabalho de organização da comunidade e farão ali seus estágios de conclusão de curso (O IMPARCIAL – 09/04/1960).

Desta forma, observa-se que nesse período, de emergência e consolidação do Serviço Social no Maranhão, há uma relação de proximidade do Serviço Social com a Questão Agrária, mediada particularmente pela Igreja Católica, mas tendo em vista o atendimento de interesses conservadores do Estado e da Igreja, sobretudo no que se refere a assistência social aos pobres do campo, na perspectiva de harmonizar as relações sociais.

Apesar do empenho da Igreja Católica, a proximidade do Serviço Social com a Questão Agrária não continuou sendo a prioridade, pois o amontoado de problemas sociais no meio urbano passaram a figurar grande preocupação para ela e para o Estado. Isso ocorreu

⁷⁷ Cabe ressaltar que a referida escola trata-se da Escola Maranhense de Serviço Social, pois a escola que recebia a denominação de *Escola de Assistência Social* criada em 1952 sob a responsabilidade da LBA, já tinha sido, nesse período, agregada à Escola Maranhense de Serviço Social, dirigida pela Igreja.

sobretudo em decorrência do êxodo rural⁷⁸, provocado pela falta de enfiletamento da Questão Agrária, que se intensificou no Maranhão com a implementação da modernização conservadora, desencadeada com a política de José Sarney, eleito Governador em 1966, sob os auspícios da ditadura militar recém instaurada no país.

As políticas de modernização conservadora adotadas no Maranhão a partir desse Governo, trouxeram conseqüências negativas, principalmente, no meio rural, mas com profundos reflexos nas cidades. Sarney utilizou-se de leis que respaldaram a grilagem de terras, subsidiaram o crescimento da pecuária em detrimento da agricultura familiar e incentivaram a instalação de grandes projetos no Maranhão. Ocasionalmente, desde então, uma maior concentração fundiária, o acirramento dos conflitos e do êxodo rural no estado (ASSELIN, 1982; ALMEIDA, 1982).

Devido as demandas sociais que se estabeleceram a partir desse processo, o segundo período histórico do Serviço Social no Maranhão, que se inicia em 1966 e vai até fins da década de 1970, foi marcado por um intenso processo de expansão da formação e da prática em Serviço Social no estado. Essa expansão se deu mediada exclusivamente pelos interesses do Estado, em difundir a ideologia modernizadora e desenvolvimentista, bastante presente naquele momento no Brasil (a partir da instauração da ditadura militar em 1964), e no Maranhão (com a entrada de Sarney no Governo do estado). Por isso, observamos nesse período a progressiva laicização da formação profissional, na medida em que essas ideologias foram incorporadas ao processo de formação e intervenção do Serviço Social, na perspectiva de atender os interesses do Estado em modernizar o Maranhão.

Nesse período, o Serviço Social, no âmbito da formação e da prática foi, respectivamente, orientado e demandado *prioritariamente* para atenuar as seqüelas do projeto modernizador no meio urbano, através da política de bem-estar social dos órgãos burocráticos do Estado, que era desenvolvida junto à população pobre.

Mas, além disso, podemos observar que durante essa fase, especialmente num segundo momento, surgiram alguns espaços de mediação entre Serviço Social e questão agrária, os quais se constituíram com a mesma perspectiva, de difundir a ideologia

⁷⁸ O acelerado movimento do capital no campo maranhense, expropriador dos meios de produção camponeses, desencadeado sobretudo a partir de 1966, produziu seus efeitos: o crescimento do grau de urbanização que saltou de 17,68% para mais de 20% entre 1960 e 1970. Esse processo associa-se ao desaquecimento das atividades agrárias desenvolvidas pelos trabalhadores camponeses, demarcando um forte movimento migratório do campo para as sedes municipais. Esse contexto social exigiu dos governantes do Maranhão, que estiveram no poder a partir de 1965 (Sarney, 1966-1970; Pedro Neiva, 1971-1974; e Oswaldo da Costa, 1975-1978), medidas que atenuassem as conseqüências do modelo de desenvolvimento adotado. Com isso, o Serviço Social foi demandado para lidar com as seqüelas da questão agrária no meio urbano, através da efetivação dos programas de Bem Estar Social desenvolvidos pelo Estado nesse período (SILVA, 2004a).

modernizadora e desenvolvimentista no meio rural. Por isso, constatamos que, ao partir desse interesse, os espaços de mediação entre o Serviço Social e a questão agrária não se deram no sentido de contribuir para uma intervenção crítica nesta realidade.

No domínio da formação profissional, os casos da inserção de estudantes nos projetos de extensão: Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC⁷⁹ e Projeto Rondon⁸⁰; são os principais exemplos⁸¹. Estes projetos foram implementados pelos militares através das Universidades Federais no decorrer dos anos 1970, e visaram um trabalho junto às comunidades rurais para viabilizar o controle político dos movimentos sociais, com a meta de garantir a integração e segurança nacional.

No que se refere a prática profissional, a relação de proximidade entre Serviço Social e questão agrária nesse período pode ser evidenciada timidamente nos anos 1960 e com maior ênfase durante os anos 1970, especialmente em organismos do Estado, no contexto do processo de implementação e consolidação da *modernização conservadora no campo*⁸².

A implementação e consolidação desse processo, requereu que o Estado, além de facilitar o acesso de grupos empresariais à terra, criasse verdadeiros organismos para o

⁷⁹ O CRUTAC foi um projeto de extensão desenvolvido em cidades interioranas do território brasileiro, que propiciava o treinamento profissional de alunos dos cursos universitários de: medicina, odontologia, farmácia, engenharia, direito, Serviço Social, educação, economia, etc. Na Fundação Universidade do Maranhão, esse projeto se configurou em um dos mais significativos campos de estágio interprofissional no meio rural para cursos desta universidade, passando a ser um dos principais campos de estágio na área rural do curso de Serviço Social nos anos 1970. Suas atividades objetivaram levar as ações da universidade ao interior do estado, como apoio e assessoria a projetos de desenvolvimento. Para a implementação dessas atividades foram escolhidos dois municípios pólos: Pedreiras e Codó. As atividades que envolviam o Serviço Social nesse projeto se relacionavam à mobilização e dinamização de grupos sociais das comunidades e ao acompanhamento de casos sociais. Os instrumentais utilizados geralmente eram: entrevistas, visitas, reuniões e palestras. Apesar dessa dinâmica de interação com a população rural o estágio dos estudantes difundia o aprendizado recebido na formação profissional desse período, que era centrada no tratamento de problemas individuais, no desenvolvimento e no planejamento social, na perspectiva da classe dominante representada no Estado ditatorial, o que deixou descoberto uma ampla demanda dos trabalhadores camponeses situada no agravamento da questão agrária (SILVA, 2004a).

⁸⁰ Embora entenda-se que o Projeto Rondon tenha tido uma atuação na área rural, não se identificou registros de experiências de estágio e extensão no campo no Maranhão vinculadas a este projeto.

⁸¹ Esse é o principal exemplo porque não foram identificados outros campos de estágio nessa área. No que se refere as disciplinas, que são instrumentos da formação profissional, o dado disponível é que o currículo adotado de 1966 a 1976 não possuía disciplinas específicas – nem obrigatórias, nem optativas – voltadas à análise da realidade agrária no Brasil e/ou no Maranhão. Tal evidencia aponta que, diferentemente do currículo adotado dos anos 1950 até meados da década de 1960 – no qual se explicitava claramente a preocupação com os “problemas rurais” no estado do Maranhão, mesmo sob os interesses da Igreja Católica; o currículo adotado no período de expansão do Serviço Social no Maranhão não apontou indício de preocupação, a partir de disciplinas específicas, com a questão agrária no estado. Isto confirma o comprometimento do Serviço Social nesse período, na prática e na formação profissional, com os interesses das classes dominantes.

⁸² Segundo Bauer (1998: 144), no Brasil, o processo de modernização introduzido no setor rural, caracterizou-se por dois movimentos: *o primeiro* é demarcado pela utilização intensiva do solo através do emprego maciço de maquinários, adubação química, inseticidas e fungicidas, por práticas de cultivo altamente produtivas, mas pouco preservadoras do meio-ambiente; e, *o segundo*, é caracterizado pela enorme expansão das áreas agricultáveis, através da dilatação das fronteiras agrícolas, cujas áreas, desbravadas inicialmente por pequenos lavradores, seriam rapidamente absorvidas pelas grandes propriedades. Nesse sentido, consideramos que esse segundo movimento foi justamente o que caracterizou a particularidade da modernização conservadora no Maranhão.

trabalho de difusão da ideologia modernizante no campo, entre os quais o aprimoramento⁸³ da assistência técnica e extensão rural, o fomento à produção agropecuária em grande escala e incremento do crédito rural voltado sobretudo aos grandes produtores.

É a partir dessa perspectiva que os Assistentes Sociais foram demandados a atuar nesse período, no que se refere à prática relacionada à questão agrária. Um exemplo mais evidente foi a atuação nos órgãos de extensão rural criados com a iniciativa do Estado, para desenvolver a ideologia da modernização conservadora entre grandes proprietários e trabalhadores camponeses. O eixo central de atuação dos Assistentes Sociais nesses organismos se deu no sentido de contribuir para a disseminação do modelo de agricultura produtivista, entre os segmentos de trabalhadores camponeses, sobretudo os pequenos proprietários, através da prática de extensão rural.

No Maranhão, a atuação mais expressiva desses profissionais, pautada nessa perspectiva, se processou inicialmente na *Associação de Crédito e Assistência Rural do Maranhão* – ACAR-MA, criada em 1962, através da Lei Estadual nº 2.236. Esta empresa seguia os parâmetros organizacionais da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural⁸⁴ (ABCAR), a qual constituía o órgão executor do Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER), por isso, em nível estadual a empresa era coordenada por entidades⁸⁵ públicas e privadas, conforme as orientações da ABCAR.

Segundo consta na ata de fundação da ACAR-MA sua finalidade era executar um programa de assistência técnico-educativa com vistas ao aumento da produção agropecuária e à melhoria das condições sócio-econômicas da população rural do Estado [...].

Tais objetivos estão de acordo com os princípios filosóficos e operacionais que orientavam a ação extensionista do sistema ABCAR nesse período. Dessa forma, seus princípios se dirigiam às famílias rurais a partir de dois enfoques básicos quais sejam, a transferência de novas técnicas agropecuárias e o desenvolvimento de um sistema de crédito rural orientado (GRAÇA, 1978: 49).

Posteriormente, quando a ACAR-MA foi extinta, em consequência da formulação de uma nova política nacional que passou a orientar os trabalhos de Assistência Técnica e de Extensão Rural sob a coordenação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão

⁸³ Diz-se *aprimoramento* porque parte-se do princípio de que a assistência técnica já existia, mas não nos moldes que foi implementada nesse momento. Sobre essa tese consultar Dias (2007).

⁸⁴ Conforme Olinger (1996: 60 apud ALMEIDA, 2006a), “a ABCAR tinha como finalidade principal a coordenação da Extensão Rural no país, o que compreendia garantir normas, metodologia de ação e a avaliação dos resultados das filiações. Também era o órgão que obtinha e distribuía os recursos financeiros tanto federais como de outras fontes, bem como a promoção do intercâmbio de conhecimentos entre os técnicos das filiações (ACARes) e do exterior, e em relação à coordenação dos centros de treinamento para capacitação dos agentes de extensão, agricultores e donas-de-casa”.

⁸⁵ Entre estas entidades, destacam-se no Maranhão: a Secretaria da Agricultura do Maranhão (SAGRIMA), a Federação das Associações Rurais do Estado, a Federação do Comércio, a Associação dos Criadores, o Banco do Estado.

Rural⁸⁶ – EMBRATER, criada sob total controle do Estado, a ação dos Assistentes Sociais na ATER passou para a *Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Maranhão* – EMATER-MA, instituída pelo Decreto pelo decreto nº 5.802 de 31 de outubro de 1975, enquanto empresa pública, coordenada pela SAGRIMA em nível estadual e vinculada em nível nacional ao Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIMBRATER, coordenado pela EMBRATER.

As finalidades da EMATER-MA eram planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando a difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social para o aumento da produção e produtividade agropecuária e a melhoria das condições de vida no meio rural do estado do Maranhão, de acordo com as políticas de ação do Governo Estadual e do Governo Federal (EMATER-MA apud GRAÇA, 1978: 50).

Com isso, observa-se que, apesar da transformação de ABCAR para EMBRATER, e, conseqüentemente, de ACAR-MA para EMATER-MA, não houve mudanças substanciais nos objetivos da ATER, e, por conseguinte, nas demandas formuladas aos profissionais que atuavam nessas empresas, pois,

o modelo EMBRATER, ao compreender o processo de exclusão da maioria das famílias rurais do crescimento havido no período, propõe o trabalho com grandes e médios na base da difusão de tecnologia, agregando para os agricultores de “baixa renda” um *trabalho complementar de cunho social e assistencialista* [geralmente implementado pelos extensionistas com formação em Serviço Social] (CAPORAL & COSTABEBER, 1994: 73).

Além da atuação nestas empresas, cabe ressaltar ainda, conforme Pereira (2004), que existiram também outros órgãos⁸⁷ estatais "que representavam espaços de atuação do Serviço Social junto à questão agrária no Maranhão a partir dos anos 1960, entre os quais ela cita: COMARCO (Companhia Maranhense de Colonização), SAGRIMA (Secretaria de Agricultura do Maranhão), ITERMA (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão), CDI (Companhia de Desenvolvimento Industrial), CODEA (Companhia de Desenvolvimento Agroindustrial e Abastecimento); além dos órgãos federais – INDA (Instituto Nacional de

⁸⁶ A EMBRATER foi criada novembro de 1974 para substituir o papel desempenhado pela ABCAR. Está empresa foi criada enquanto órgão autônomo vinculado ao Ministério da Agricultura que passou a exercer a coordenação dos programas de Assistência Técnica e Extensão Rural no país. Por isso, as ACAR'es estaduais transformaram-se em Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER'es), vinculadas às respectivas Secretarias da Agricultura. Nesse momento, muda-se o eixo da esfera privada para a esfera pública, com a implantação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) (ALMEIDA, 2006a).

⁸⁷ PEREIRA (2004) ressalta que sua “pesquisa foi realizada no Conselho Regional de Serviço Social 2ª Região, a partir do registro dos Assistentes Sociais junto ao referido Conselho”. A autora alega ainda “que esses órgãos representavam espaços profissionais para os Assistentes Sociais, mas existiam outros, que apesar de não serem espaços de atuação do Assistente Social, eram espaços de implementação de política agrária no Estado, como a CODRAGO (Companhia de Defesa Agropecuária), a CIMEC (Companhia de Mecanização Agrícola)”.

Desenvolvimento Agrário), COLONE (Companhia de Colonização do Nordeste), SUDEMA (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), FUNRURAL (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural)”. Porém, apesar de Pereira (2004) ter identificado que houve a atuação profissional nesses órgãos estatais, cabe ressaltar que não há dados sistematizados sobre a atuação de Assistentes Sociais em tais instituições durante esse período. Entretanto, é relevante colocar em destaque que naquele momento, o fato de alguns desses órgãos terem sido criados com a perspectiva desenvolvimentista e/ou modernizadora, pode ter sido determinante para influenciar a atuação profissional de acordo com essa finalidade.

Essa dinâmica na relação Serviço Social e Questão Agrária, movida *hegemonicamente* pelos interesses conservadores do Estado, só começou a ser alterada nos últimos anos da década de 1970, sendo intensificada na década de 1980, período em que o Serviço Social maranhense entrou numa nova fase da sua história. Essa alteração se caracterizou pela aproximação entre Serviço Social e Questão Agrária sob um ponto de vista crítico-dialético, distinto dos demarcados anteriormente.

Este processo refletiu as mudanças na sociedade brasileira, intensamente marcada pelas lutas que objetivavam a redemocratização do país⁸⁸, o qual vinha sendo governado por uma ditadura militar desde 1964. Assim, é no âmbito das lutas sociais no Brasil, no final dos anos 1970, que se desenrola um movimento crítico da categoria profissional, o qual buscou teorias alternativas que respaldassem uma prática profissional comprometida com as classes populares. Com isso, a teoria marxista ganhou espaço no Serviço Social brasileiro, porque orientava para uma visão histórico-crítica da dinâmica social, conforme já ressaltamos no capítulo anterior.

Neste sentido, a relação Serviço Social e questão agrária no Maranhão, influenciada pelas transformações no Serviço Social brasileiro, foi marcada por uma visão

⁸⁸ As lutas pela redemocratização do país avançam no final dos anos 1970 e se caracterizam pelas greves dos metalúrgicos em São Paulo, que mobilizavam cerca de 18.000 operários, e pelas mais de 200 greves em todo o país das mais diversas categorias como produtos de uma ação sindical renovada e combativa. Com o impulso do movimento sindical, tem-se em 1983 a criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Além disso, essas lutas também se manifestaram em torno da superação das eleições através de colégios eleitorais. Neste sentido, foi realizada a campanha DIRETAS JÁ, que se constituiu por manifestações massivas lideradas pelo Partido dos Trabalhadores, criado em 1980 no âmbito do movimento sindical. Destaca-se ainda a atuação da oposição ao regime a partir de forças constituídas anteriormente a este momento, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem de Advogados do Brasil (OAB) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Elas ampliaram espaço político, enfrentando o Estado a partir de suas posições de autoridade na sociedade civil. Tem-se ainda a emergência de um movimento popular configurado na aliança entre as comunidades de base ligadas à Igreja Católica, os grupos associativos seculares e o novo movimento sindical, tanto no campo quanto nas áreas urbanas.

crítica, que indicou a necessidade de vinculação com os interesses dos trabalhadores camponeses.

No âmbito da formação profissional, a relação Serviço Social e questão agrária nesse período se deu inicialmente a partir da preocupação em desenvolver projetos de pesquisa-extensão relacionados à temática da questão agrária junto aos discentes do curso. Isso foi interessante porque, através dessa dinâmica, o curso de Serviço Social pôde acompanhar os processos da questão agrária no estado, que nesse período foi agravada com a implantação de grandes projetos no meio rural, especialmente os relacionados ao *Programa Grande Carajás (PGC)*⁸⁹.

Os principais projetos de pesquisa-extensão que desenvolveram um trabalho de investigação, especialmente no tocante à situação das populações atingidas pela questão agrária no meio rural do estado, foram:

- ✓ O Programa de Pesquisa “O Desenvolvimento Regional e o Projeto Carajás”, desenvolvido a partir de 1982, sob a coordenação da Prof^a. Josefa Batista Lopes do DESES;
- ✓ O Projeto de Pesquisa/Extensão “Mulher Rural e Luta pela Terra: sobrevivência e/ou recriação do papel feminino”, desenvolvido a partir de 1989, sob a coordenação da Prof^a. Ieda C. Batista do DESES;
- ✓ O Projeto de Pesquisa/Extensão “A Expansão Capitalista no Maranhão: transformações sócio-econômicas e ambientais”, desenvolvido a partir de 1989, sob a coordenação do Prof^o. Raimundo Feitosa do Departamento de Economia da UFMA, com a participação da Prof^a. Evila Brito Ribeiro do DESES.

Além disso, a relação Serviço Social e questão agrária no âmbito da formação profissional, foi marcada pela preocupação em inserir no currículo adotado disciplinas sobre a temática agrária. Inicialmente, a partir das primeiras discussões para a formulação de um nova proposta curricular, que tivesse uma orientação teórico-metodológica marxista, foi incorporada ao currículo adotado no final da década de 1970 uma disciplina específica na análise dos problemas sociais rurais e a prática do Serviço Social, denominada *Serviço Social*

⁸⁹ O *PGC* foi criado no final dos anos 1970 e vinculava-se à economia de exportação. Surgiu a partir das exigências por infra-estrutura que deveria ser montada para o *Projeto Ferro-Carajás* da Companhia Vale do Rio Doce. Este último significou um sistema para integrar a mineração na Serra dos Carajás (Pará), o transporte pela ferrovia (com 895 km de extensão, mais de 225 km destinados a desvios e terminais) e as instalações portuárias, administrativas, operacionais e de manutenção em São Luís do Maranhão (GISTELINCK, 1988: 75 apud SILVA, 1997: 57). Na sua dimensão agropecuária o PGC visava incentivo a empreendimentos de produção, em larga escala, de mandioca para ração animal, óleo de palma, arroz irrigado, feijão e soja, além da criação de gado de corte em fazendas de aproximadamente 10 mil hectares (GISTELINCK, 1988: 59 apud SILVA, 1997: 57).

Rural. Depois, quando a proposta curricular passou a ser implementada, no início dos anos 80, ela foi retirada do currículo e sua discussão foi incorporada à disciplina *Sociologia II – Estrutura Agrária e Urbanização*, que era obrigatória no ciclo profissional⁹⁰. E, além disso, foi criada uma disciplina eletiva, *Questões Rurais e Práticas do Serviço Social*, valorizando ainda mais o debate sobre a questão agrária no Serviço Social.

No que se refere à prática, a relação Serviço Social e questão agrária nesse período é marcada por um diferencial. Afinal, a visão de muitos profissionais começou a mudar mediante o movimento da sociedade, que contribuiu para que os mesmos começassem a observar de forma mais crítica a atuação que desenvolviam.

No caso da atuação profissional na EMATER, que representa a principal aproximação do Serviço Social com a questão agrária no Maranhão nesse período, a necessidade de mudar o direcionamento da prática se tornou evidente, quando os profissionais perceberam a contradição entre os objetivos da instituição e as demandas dos trabalhadores camponeses, e, junto com isso o trabalho que era demandado pela instituição aos Assistentes Sociais.

A percepção dos profissionais sobre essa contradição pode ser notada quando eles, em conjunto com os trabalhadores camponeses, vinculados aos movimentos de luta da sociedade, passaram a levantar várias questões sobre a atuação desta empresa estatal e começaram a exigir do Estado a reformulação do serviço de assistência técnica e extensão rural, demandando a sua articulação a cultura dos trabalhadores camponeses e o estabelecimento de parcerias com as suas organizações representativas, no sentido de que fossem construídas propostas adequadas à realidade dos sujeitos envolvidos (PEREIRA, 2004).

Nesse sentido, observa-se que a posição dos Assistentes Sociais que atuavam na EMATER foi a de refletir em conjunto com os trabalhadores camponeses o destino que deveria ter essa instituição. Deste modo, pode-se considerar que, no bojo do movimento da sociedade, os Assistentes Sociais atuantes na questão agrária do Maranhão passaram a questionar de forma evidente a demanda que o Estado exigia do Serviço Social.

Além disso, exigiam a qualificação de extensionistas com ponto de vista crítico, pois se sabia da importância desses na troca de conhecimento que favorecesse a melhoria da

⁹⁰ A estrutura de ensino era organizada em Ciclo Básico e Ciclo Profissional, os quais correspondiam, respectivamente, ao primeiro ano de formação – compondo disciplinas básicas como sociologia e filosofia – e aos outros três anos da formação – compondo disciplinas específicas relacionadas à profissão.

produção agrícola e a organização dos trabalhadores camponeses, mas não de modo a negar o conhecimento do camponês e sua cultura (PEREIRA, 2004).

Entretanto, no caso da EMATER, a experiência de aproximação do Serviço Social aos interesses dos trabalhadores camponeses não teve continuidade, pois com a extinção deste órgão público, nos anos 1990, este processo foi interrompido, mostrando o verdadeiro papel do Estado para com os interesses das classes subalternas.

Ao identificarmos esse processo de crítica que se desenvolveu no Serviço Social brasileiro e maranhense, encontramos as primeiras indicações para a investigação da relação Serviço Social e questão agrária na contemporaneidade, já que foi principalmente a partir desse período que se verifica a tendência dos Assistentes Sociais vincularem-se *hegemonicamente* aos interesses das classes subalternas, pois, até então, o viés conservador era predominante na formação e atuação profissional.

Durante a década de 1990 até os dias atuais, o Serviço Social maranhense passou a ser permeado pelos avanços obtidos com o debate crítico realizado no interior do Serviço Social brasileiro naquele momento. Neste sentido, a relação Serviço Social e Questão Agrária no Maranhão passa a evidenciar as características do novo período histórico que perpassa a profissão no estado.

No tocante a formação profissional neste período, há inicialmente, um movimento da relação Serviço Social e questão agrária, marcada pela crítica e proximidade, alcançadas como resultado dos projetos de pesquisa e extensão, estágios e disciplinas relacionados com essa temática, e principalmente, devido às intensas discussões realizadas pela categoria profissional sobre o referencial teórico-metodológico do Serviço Social durante os anos 1980.

Um demonstrativo dessa relação *próxima e crítica* do Serviço Social com o debate da questão agrária pode ser evidenciado ao verificarmos a *qualidade* do debate e o *quantitativo* de monografias relacionadas à temática agrária elaboradas nesse período, que apesar de não ter significado o ideal, representou um avanço em relação ao número de trabalhos monográficos elaborados nos períodos anteriores. No total identificamos em Silva (2004a) a produção de 16 monografias de 1990 a 1997, que representaram sínteses de estudos motivados pela participação das alunas nos projetos de pesquisa/extensão e campos de estágios, conforme percebemos na **Tabela 10**. A mesma assinala o título das monografias e os campos de estágios freqüentados pelas autoras de cada trabalho, o que nos possibilita fazer a relação entre campo de estágio/produção monográfica:

TABELA 10

Demonstrativo de monografias relacionadas com a temática Questão Agrária elaboradas no Curso de Serviço Social da UFMA durante os anos 1990

Ano/sem	Título da Monografia	Nome do Autor (a)	Campo de Estágio
1990	A participação das mulheres nas organizações dos trabalhadores camponeses em Terra Bela	Jaqueline Nazareth Santos	Pesq/extensão Projeto “mulher rural e luta pela terra”.
1990	A violência contra as mulheres em conflitos de terra: o caso da Terra Bela – Ma	Vânia Maria de Jesus Fonseca Araújo	Pesq/extensão Projeto “mulher rural e luta pela terra”.
1990	A mulher e o trabalho na produção rural da Fazenda “Terra Bela”	Cleonice Correia Araújo	Pesq/extensão Projeto “mulher rural e luta pela terra”.
1991	A participação das mulheres nas organizações dos trabalhadores camponeses da gleba Riachuelo – São José dos Mouras	Luciene Pinto Silva	Pesq/extensão Projeto “mulher rural e luta pela terra”.
1992	A inserção da mulher rural no trabalho produtivo na gleba Riachuelo – São José dos Mouras	Rosana Roriz Menezes	Pesq/extensão Projeto “mulher rural e luta pela terra”.
1992	A sociedade civil maranhense e a questão ambiental	Eliete Oliveira Furtado	Pesq/Ext. A expansão do capitalismo no Maranhão transformação sócio-econômica e ambiental”.
1994.1°	Desenvolvimento econômico e questão ambiental no Maranhão	Márcia Cristina Monteiro da Rocha Santos	Pesq/ext: “A expansão do capitalismo no Maranhão
1994.1°	Organização da sociedade nos municípios da área de influência direta da Estrada de Ferro Carajás no Maranhão: elementos para caracterização e crítica	Ligia Ribeiro Ramos Caldeira	Pesq/ext: “A expansão do capitalismo no Maranhão
1994.2° (defendida em 1995)	Movimento de mulheres quebradeiras de côco – Construindo sua cidadania	Nair Martins Barbosa	Estágio SMDDH
1994.2°	O processo organizativo dos pequenos produtores agroextrativistas em busca de estratégias de sobrevivência	Aurora Amélia B. de Miranda	Estágio SMDDH

Ano/sem	Título da Monografia	Nome do Autor (a)	Campo de Estágio
1995	Segurado rural e previdência social: dificuldades dos trabalhadores camponeses ao acesso aos direitos previdenciários	Maria do Socorro P. Telles	Estágio INSS
1995	Violência no campo, violência em casa: análise da alteração do papel feminino frente a questão da violência de gênero	Denise Gomes Privado	***
1996	Repensando o trabalho feminino no meio rural	Karenina Fonseca Silva	Pesq/ext: Mulher rural e luta pela terra
1997	Uma abordagem preliminar das relações de poder a partir do cotidiano das quebradeiras de coco babaçu de Viana – Ma	Maria Luciene Barbosa	***
1997	O trabalho da mulher na agricultura familiar: o caso específico da gleba Baixão - Lima Campos	Adriana Carla O. Silva	Estágio SMDDH
1997	A formação profissional como resposta às necessidades do trabalhador rural – esboço de uma prática no SENAR	Alione Pinheiro de M. Ferreira	Estágio SENAR

Fonte: DESES/UFMA (apud SILVA, 2004a)

Não obstante aos avanços destacados, observamos num segundo momento, especialmente a partir de 1997 até a atualidade, que, apesar da relação formação profissional e Questão Agrária não ter perdido o seu viés crítico, ela perdeu os principais espaços que a mediavam, devido às investidas da reforma neoliberal na universidade brasileira, que delimitou recursos para a pesquisa-extensão e provocou o encerramento dos projetos que vinham se desenvolvendo entre os anos 1980 e 1990, os quais eram favoráveis para aproximar a formação profissional do debate relacionado à Questão Agrária.

Com isso, ainda que o debate da Questão Agrária não tenha sido eliminado do processo de formação, pois ele está inserido em disciplinas e projetos de pesquisa de alguns grupos do Curso de Serviço Social da UFMA, ele não tem sido elevado a um status de centralidade, pois observamos que, após o encerramento dos projetos de pesquisa-extensão que demarcavam com mais força o debate da questão agrária na formação profissional, pouco foi feito no sentido de buscar novos espaços que fortaleçam esse debate, especialmente

quando levamos em consideração que a gravidade da questão agrária na sociedade brasileira, e em particular no Maranhão, e a resistência dos trabalhadores camponeses com vistas ao seu enfrentamento, deveria mobilizar os interesses da categoria em pesquisar e propor ações ao Estado e à sociedade civil, no sentido de qualificar o enfrentamento dessa questão.

No que se refere à prática profissional, os dados do Mapeamento dos Assistentes Sociais nas Instituições, realizado a partir do SISCAF⁹¹, no Conselho Regional de Serviço Social do Maranhão (CRESS/MA), para subsidiar a Pesquisa sobre o Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais⁹² nesse estado na contemporaneidade, bem como os dados iniciais desta pesquisa, apontam que os processos de trabalho relacionados diretamente à questão agrária ainda são escassos, se comparado com outras áreas de atuação do Serviço Social.

Porém, cabe ressaltar, que a conjuntura marcada pelo agravamento da Questão Agrária nesse período e pelo “avanço” das políticas públicas nesta área, em virtude da forte pressão que os trabalhadores camponeses têm estabelecido na sua relação com o Estado, serviram para “garantir” alguns espaços de atuação profissional nesta área, tanto na esfera estatal, quanto nos organismos da sociedade civil, conforme podemos verificar na tabela abaixo, que indica a quantidade de Assistentes Sociais atuantes nos organismos identificados como espaço de mediação entre Serviço Social e questão agrária no Maranhão em 2008.

⁹¹ Sistema de Controle Administrativo e Financeiro (CRESS – MA).

⁹² Esta pesquisa constitui-se em uma das etapas do projeto de pesquisa TENDÊNCIAS DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E SISTEMA DE CONTROLE SOCIAL: mercado de trabalho, formação profissional e projeto ético-político profissional no Maranhão, que está em andamento no âmbito do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social – GSERMS.

TABELA 11

Instituições do Estado e Organizações da Sociedade Civil atuantes na Questão Agrária no Maranhão com número de Assistentes Sociais envolvidos – 2008

INSTITUIÇÕES ESTATAIS	Nº DE AS. SOCIAIS	ORGANISMOS DA SOCIEDADE CIVIL	Nº DE AS. SOCIAIS
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAGRO)	02	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU	01
Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária do Maranhão – AGERP (SEAGRO)	10	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado – FETAEMA	04
Núcleo Estadual de Programas Especiais – NEPE (SEAGRO)	05	Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos – SMDH	04
Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA	01	Movimento dos Trabalhadores camponeses Sem Terra – MST	04
INCRA	align="center">04	Cooperativa de Serviços Técnicos – COOSERT	06
		Cooperativa de Serviços, Pesquisa e Assistência Técnica – COOSPAT	02
		RD Planejamento LTDA	02

Fonte: SISCAF (CRESS) e Pesquisa de Campo (2008)

Verificamos que, no âmbito do Estado, principal espaço de mediação entre Serviço Social e Questão Agrária na fase anterior, vários órgãos de atuação dos Assistentes Sociais nos processos de trabalho que envolviam a questão agrária no Maranhão, foram extintos ou reformulados neste período, em consequência da Reforma do Estado de caráter neoliberal, que contribuiu para que o envolvimento de Assistentes Sociais na implementação de ações junto aos trabalhadores camponeses, sobretudo no tocante aos processos das políticas agrárias e agrícolas, fosse eliminada, reformulada ou restringida.

Na esfera de Governo estadual do Maranhão, constatamos inicialmente que a extinção e/ou desmantelando dos principais organismos estatais que atuavam no trato da questão agrária, conforme verificamos no primeiro capítulo, contribuiu para o desmonte do trabalho dos Assistentes Sociais na política agrária. Conforme Pereira (2004),

no período anterior à Reforma existia um número significativo de Assistentes Sociais inseridos em processos de trabalho ligados à questão social rural e com a implementação da Reforma e o desmanche dos órgãos ligados a essa realidade, esses profissionais foram remanejados, desviados de suas funções e o trabalho desenvolvido por eles foi interrompido.

Neste caso, a extinção da EMATER, foi a ação mais representativa que evidenciou este processo⁹³, já que a referida empresa se constituía um dos espaços mais importantes da prática dos Assistentes Sociais na política agrária no estado do Maranhão, entre os anos 1970 e 1990 (PEREIRA, 2004). Pereira destaca que após a Reforma do Estado, nenhum dos Assistentes Sociais que pertenciam a EMATER, um total de 26 na época, foi absorvido pela Gerência que ficou responsável pela incorporação de algumas funções que eram da EMATER.

Em detrimento de ações mais sistemáticas junto aos trabalhadores camponeses, o Governo estadual, na figura de Roseana Sarney, valorizou ações pontuais no campo, sobretudo no sentido de amenizar o índice de pobreza no meio rural e na perspectiva de promover a inclusão social⁹⁴.

Seguindo essa lógica, foi formatada uma nova demanda para os Assistentes Sociais durante seu mandato, no que se refere à atuação junto aos trabalhadores camponeses, especialmente no âmbito de programas como o *Cédula da Terra*⁹⁵ e nos projetos financiados pelo Banco Mundial, que no Maranhão englobava o denominado Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR, ambos executados pela Sub-Gerência de Programas Especiais⁹⁶, criada com o fim de desenvolver ações de combate à pobreza no estado. Desde a criação do NEPE, durante o governo de Roseana Sarney, até os dias atuais, constatamos a inserção de Assistentes Sociais neste órgão, as quais executam ações diretas e indiretas, de mobilização e

⁹³ O trabalho de Giselly Rodrigues Pereira (2004) sob o título: *A Reforma do Estado do Maranhão e seus impactos sobre o Serviço Social: uma análise do caso da EMATER no âmbito do desmonte das instituições de política agrária*, analisa este processo.

⁹⁴ Esse viés de intervenção estatal tem sido usado pelos governos neoliberais e é uma ação profundamente articulada com os interesses do Banco Mundial nos países da América Latina, conforme foi destacado no primeiro capítulo deste trabalho.

⁹⁵ Tratava-se de uma das ações da política de “reforma agrária” do governo Fernando Henrique, conforme já assinalamos anteriormente.

⁹⁶ Esse órgão é atualmente denominado *Núcleo de Programas Especiais* (NEPE), e é uma autarquia, vinculada a SEAGRO. Durante o Governo Roseana Sarney era uma Sub-gerência vinculada a Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico para desenvolver ações de combate à pobreza na área da rural.

capacitação, junto aos trabalhadores camponeses, em função da necessidade de executar os programas acima referidos.

O envolvimento de um maior número de Assistentes Sociais no âmbito estatal da esfera estadual em trabalhos relacionados ao “enfrentamento” da questão agrária só ocorreu a partir do processo de reorganização das ações do próprio governo estadual neste setor, na gestão de José Reinaldo Tavares.

Durante esta administração, a criação das *Casas da Agricultura Familiar* (CAF's), vinculadas a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, em 18 regiões estratégicas do estado, contribuiu para o envolvimento de profissionais de Serviço Social, pois cada um desses órgãos absorveu um profissional de Serviço Social para atuar na equipe multidisciplinar, composta por agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas.

As CAF's foram criadas como unidades descentralizadas da SEAGRO, a partir da proposta de executar políticas agropecuárias articuladas com outras políticas setoriais públicas e privadas, com vistas a possibilitar à família trabalhadora rural o acesso a assistência técnica e a novas tecnologias, ao crédito fundiário, às sementes melhoradas, às capacitações, ao fortalecimento de suas organizações e do capital social, na perspectiva de aumentar a produção e a produtividade, e a melhoria na qualidade de vida no campo (SEAGRO/NAS, 2003).

Os Assistentes Sociais das CAF's integravam o Núcleo de Apoio Social (NAS), que atuava em nível de coordenação, vinculada diretamente à SEAGRO, e em nível de execução, vinculada às CAF's. Por isso, existiam Assistentes Sociais atuando tanto na SEAGRO como nas CAF's.

O NAS foi criado com a intenção de possibilitar às famílias trabalhadoras rurais, através das ações de mobilização e sensibilização, o acesso aos serviços de educação, saúde, previdência social, assistência social, cidadania, infra-estrutura, etc. Para isso os profissionais tentavam articular as diversas ações do sistema SEAGRO às parcerias que firmavam junto com prefeituras e outros órgãos estatais e privados. Um dos objetivos que norteava este trabalho estava centralizado na meta mobilizadora do Estado nesse momento, que era contribuir com a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH no Maranhão (SEAGRO/NAS, 2003).

Além desse espaço de trabalho nessa área, ocupado por Assistentes Sociais durante o governo José Reinaldo, cabe ressaltar que a atuação deste profissional foi mantida no NEPE, já que este órgão foi consolidado após a reestruturação do sistema de atuação do Estado na questão agrária, passando a ser vinculado à SEAGRO.

Na administração estadual posterior, direcionada por Jackson Lago, observamos que a manutenção da proposta de organização dos órgãos vinculados à atuação na questão agrária quase não alterou a vinculação de Assistentes Sociais no trabalho direcionado a essa questão. Afinal, foi mantida a atuação de Assistentes Sociais na SEAGRO, no NEPE e na Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP, que substituiu as CAF's a partir desse Governo.

Entretanto, é importante ressaltar que a metodologia de trabalho anterior, articuladora da atuação dos Assistentes Sociais da SEAGRO e das CAF's no âmbito do NAS, foi totalmente desestruturada com a extinção deste Núcleo. Os Assistentes Sociais que atuavam na estrutura de coordenação do NAS foram remanejados para as superintendências criadas a partir da reformulação sofrida pela SEAGRO.

Deste modo, no lugar de uma ação planejada e sistemática dos Assistentes Sociais envolvidos nos processos de trabalho no âmbito desses órgãos, constatamos que a extinção do NAS provocou uma atuação desvinculada de estratégias de médio e longo prazo, sendo que em muitos casos, os Assistentes Sociais passaram a ser chamados para executar demandas emergentes de determinados projetos desenvolvidos pela SEAGRO e pelas AGERP's.

Acreditamos que isso ocorreu porque, apesar da AGERP ter sido criada com o objetivo de reestruturar e até mesmo reorientar o trabalho de ATER no estado⁹⁷, já que se baseou nas orientações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural⁹⁸, ela supervalorizou o incentivo a produtividade agrícola, a partir da visão de que o desenvolvimento econômico promoveria por si só o desenvolvimento social, ambiental, político e cultural. Isso impactou de forma negativa os Assistentes Sociais, já que o trabalho dos mesmos passou a ser menos valorizado nas equipes de trabalho composta por profissionais das ciências agrárias, como agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas, etc.

No que se refere à relação Serviço Social e questão agrária mediada por órgãos federais responsáveis pela atuação estatal no campo na contemporaneidade, constatamos o

⁹⁷ A criação da AGERP se deu com o propósito de rearticular em definitivo o sistema estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural no Maranhão. Neste sentido, a missão desse órgão se orientou na perspectiva de *implantar a nova Política Estadual de Pesquisa e Desenvolvimento, Assistência Técnica e Extensão Rural, gerando mecanismos de transferência e difusão de conhecimento científico e tecnológico junto aos produtores, para melhorar a qualidade da produção, do processamento e da comercialização, valorizando os arranjos e cadeias produtivas tanto do setor agropecuário, como agroextrativista, agroflorestal e pesqueiro* (SEAGRO, 2007).

⁹⁸ A PNATER foi criada na primeira gestão do Governo Lula e preconizou uma atuação e um conteúdo diferenciado da lógica que orientou a atuação da EMATER, baseada na valorização do conhecimento e participação dos trabalhadores camponeses e em estratégias de produção amparadas na agroecologia.

INCRA/MA⁹⁹ como principal referência desse processo no estado. Esse órgão é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e tem a finalidade de implementar a Política de Reforma Agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, aumento da produção de alimentos, da renda e do emprego.

A maioria das Assistentes Sociais inseridas nesse órgão são vinculadas a ele desde a década de 1970, quando a instituição foi criada no país e selecionou profissionais com formação em áreas específicas. Na atualidade, o fato do INCRA ter sido reestruturado e criado cargos e funções que nem sempre consideram a formação profissional específica, contribuiu para a desvalorização de concurso público na área do Serviço Social, e, conseqüentemente, para eliminar novos cargos de Assistente Social nesse órgão. Na verdade, esse processo está diretamente vinculado à reestruturação do processo produtivo ocorrida no âmbito do Estado, cuja tendência é um re-ordenamento dos cargos e funções, em que as competências exigidas deixam de considerar os conhecimentos da formação profissional específica.

Com isso, restam poucos Assistentes Sociais neste órgão, que apesar das dificuldades desenvolvem um trabalho significativo no âmbito dos Programas e Projetos do INCRA, como no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, Programa de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR e Programa Terra Sol.

Além dessa relação entre Assistentes Sociais e INCRA, observamos ainda um tipo de relação indireta entre a atuação profissional e este órgão. Esta relação tem ocorrido via o processo de *refuncionalização das políticas públicas*, ou seja, quando há contratação de Assistentes Sociais por organizações que realizam convênios com o INCRA (Governo Federal) para a execução de programas e projetos nas áreas de assentamentos rurais. Com isso, a relação direta entre Serviço Social e questão agrária, neste caso específico, é mediada por organizações e movimentos sociais que firmaram esse tipo de parceria com o INCRA, e contratam Assistentes Sociais como profissional da área social para atuar em equipes multidisciplinares, apesar da não obrigatoriedade da contratação deste profissional. Alguns

⁹⁹ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criada pelo decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006, (com nova redação dada pelo Decreto nº 5.928, de 13 de outubro de 2006) (INCRA, 2010).

exemplos que demonstram esse processo se efetivaram no âmbito do Projeto Lumiar¹⁰⁰ e do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental¹⁰¹ (ATES).

¹⁰⁰ O Projeto LUMIAR (1997-2000), foi criado com o propósito de desenvolver serviços de ATER para assentados dos projetos de reforma agrária do INCRA. A sua elaboração e implementação foi uma das primeiras iniciativas do governo Fernando Henrique Cardoso que marcaram o processo de descentralização e terceirização das políticas públicas para o campo. Pois, no lugar de uma política sistemática, universal e prestada diretamente pelos organismos do Estado, sem ônus aos trabalhadores, o formato institucional do Projeto Lumiar foi concebido de forma que os serviços de ATER pudessem ser contratados pelas associações dos assentados, junto a organizações públicas ou privadas, com recursos disponibilizados pelo INCRA, por um período pré-determinado (INCRA, 1997). Para o governo esta estratégia diminuiria os gastos da máquina estatal e ao mesmo tempo garantiria maior participação do assentados na gestão do projeto. Entretanto, o verdadeiro objetivo era garantir a presença de empresas privadas na implementação do programa e fazer com que os trabalhadores rurais tornassem seus assentamentos auto-sustentáveis no menor prazo possível, ou seja, que não precisassem da tutela do Estado. Apesar dessa estratégia, a experiência do LUMIAR começou a ser bem sucedida, pois envolveu várias organizações vinculadas aos movimentos sociais do campo, preocupados em transformar as atividades técnicas propostas no LUMIAR, em ações políticas, que contribuíssem na formação de consciência e organização das famílias assentadas. Por conta dessa reversão ocorrida no processo de implementação do LUMIAR, em consequência da intenção dos movimentos sociais em qualificá-lo, a mídia passou a formatar um rol de denúncias contra a participação das instituições vinculadas aos movimentos sociais, principalmente ao MST. Estas denúncias alegavam que as cooperativas e associações ligadas ao MST, que executavam o LUMIAR, estavam desviando recursos do projeto para as ações deste movimento. Diante disso, o governo tomou uma série de medidas repressivas contra o MST e outros movimentos sociais, tais como o descredenciamento de suas cooperativas, o cancelamento do Projeto Lumiar, a demissão de técnicos, a abertura de uma sindicância no INCRA para apurar pretensos desvios de recursos; abertura de inquérito pela Polícia Federal e processo junto ao Ministério Público Federal para apuração das "denúncias"; além da perseguição a lideranças e trabalhadores/as. Por tudo isso, o Projeto Lumiar foi extinto em 2000.

¹⁰¹ O Programa de ATES foi formulado com vistas a efetivar as metas estabelecidas no II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, e fez parte de uma proposta maior, inserida na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), criada entre 2003 e 2004, no âmbito da gestão do Governo Lula, como resultado de um amplo debate que envolveu interesses colocados pelos movimentos e organizações sociais rurais do Brasil, e pelos organismos internacionais, preocupados em articular, através da ATER, a manutenção dos índices de produtividade agrícola com a preservação ambiental. Com o envolvimento dos movimentos sociais algumas novidades foram inseridas na proposta do Programa de ATES, como: *a matriz tecnológica* orientadora do trabalho de assessoria deveria se basear na agroecologia, com vistas ao desenvolvimento sustentável, à busca de segurança alimentar e ao uso sustentável dos recursos naturais; e, *a metodologia de trabalho*, que se propunha ir além da preocupação com os aspectos produtivos, englobando também os aspectos sociais e ambientais, e além disso, o incentivo à participação, à democracia, e à valorização do saber dos trabalhadores rurais (BRASIL, 2004). Apesar dessa proposta conter importantes indicações para o bom desenvolvimento do programa, a lógica de gestão encaminhada pelo governo não possibilitou os avanços esperados. Pois, a implementação do Programa de ATES continuou conectada à essência das políticas neoliberais para o campo, baseadas no controle do orçamento estatal para o desenvolvimento social e na terceirização das políticas públicas. Nesse caso específico, apesar da administração do Programa de ATES ter sido vinculada as coordenações nacional e regional, respectivamente, a cargo da Superintendência Nacional de Desenvolvimento Agrário – SD e das Superintendências Regionais do INCRA, a sua execução deveria se dá via prestação de serviços, contratados a partir de convênios estabelecidos entre INCRA e entidades de personalidade jurídica de direito privado, entidades civis sem fins lucrativos, integrantes dos movimentos sociais ou das organizações representativas dos trabalhadores rurais, governos dos estados e prefeituras municipais (MDA/INCRA, 2004). Outro dado importante sobre a implementação do Programa é que o governo restringiu os recursos para financiar a equipe técnica (quadro de pessoal), sem garantir as condições administrativas para o trabalho e menos ainda à ação resultante da ATES. Para a ação administrativa se propôs que as entidades fizessem esse processo, tendo em vista a contra-partida da parceria firmada. Já para a ação resultante da ATES, permanecia a incerteza da destinação de recursos que efetivassem os Planos de Desenvolvimento ou Recuperação dos Assentamentos (PDA e PRA), que deveriam ser elaborados pelas equipes de ATES. Além disso, o prazo dos convênios, que deveriam ser preferencialmente de forma plurianual, não garantiam uma atuação sistemática e qualitativa por parte dos profissionais contratados, já que os mesmos não tinham estabilidade no emprego.

No Maranhão, o Projeto LUMIAR (1997-2000) foi executado com o envolvimento de universidades (UFMA e UEMA) e instituições representativas dos trabalhadores camponeses, como o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU e a Associação Estadual de Cooperação Agrícola – AESCA, vinculada ao MST-MA. Estas duas instituições mediarão a atuação de Assistentes Sociais no Lumiar, conforme mostra a tabela abaixo:

TABELA 12

Demonstrativo de Assistentes Sociais atuantes no Projeto LUMIAR (1997-2000)

Organizações executoras do Projeto LUMIAR	Assistentes Sociais
AESCA/ COOPERA- MST-MA	Zaira Zabry Azar
	Marizangela Ribeiro Taveira
	Ana Cristina Sousa dos Santos
CENTRU	Rossandra Farias

Fonte: Pesquisa de campo (2008)

O Programa de ATES, por sua vez, começou a ser implementado no Maranhão em 2005, através dos convênios firmados entre INCRA e 6 organizações sociais: a AESCA, vinculada ao MST-MA; a FETAEMA; a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA; a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH; o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU; e a Associação Agroecológica TIJUPÁ; as quais eram responsáveis pela execução dos serviços de ATES junto às famílias assentadas nas áreas de assentamento do INCRA através dos Núcleos Operacionais (NO's).

Além disso, a execução do Programa também contou com o convênio entre INCRA e o Instituto de Capacitação Comunitária (ICC), responsável pelo trabalho da *Equipe de Articulação*, que tinha a função de subsidiar, através de apoio técnico e metodológico, o trabalho dos NO's.

A inserção de Assistentes Sociais nesse Programa se deu tanto no âmbito dos NO's, compostos por profissionais das ciências agrárias, sociais e ambientais, contratados diretamente pelas organizações responsáveis pela execução direta da ATES nas áreas de assentamento, quanto na Equipe de Articulação, composta por profissionais de nível superior das áreas citadas, e contratados pela organização responsável pelo trabalho de articulação. O

quantitativo de Assistentes Sociais inseridos nesse trabalho durante os principais convênios realizados entre INCRA e as entidades citadas pode ser visualizado na Tabela a seguir:

TABELA 13

Demonstrativo de Assistentes Sociais atuantes no Programa de ATEs (2004-2008)

Organizações executoras do Programa de ATEs		Assistentes Sociais	Período de atuação
AESCA/ COOPERA-MST-MA		Márcia Maria Silva de Lima	2004
		Regiane Amaral	jan. de 2005 à jul. de 2006
		Indiacy Monteiro de Sousa	jan. de 2005 à ago. de 2006
		Laurinete Silva	jan. 2005 à abril de 2006
		Aline Mendes	jul. de 2008 à jan. de 2009
FETAEMA	COOSERT	Mayumy Márcia Mendes	out. de 2005 à ago. de 2006
		Antonia Maria Ferreira de Menezes	out. de 2005 à ago. de 2006
		Rita de Cássia Rabelo Santos	out. de 2005 à ago. de 2006
		Suany Clise Cutrim Froz	jan. de 2007 à ago. de 2008
		Claudia Regina Sousa	out. de 2005 à ago. de 2006
		Neide Viana Laurindo	out. de 2005 à ago. de 2006
		Claudia Cascais	2005 a 2008
	COOSPAT	*	*
	PLANEJA	Clara Nunes	2005 a 2006
FETAEMA	Rossandra Farias	2007-2008	
ASSEMA	**	**	
SMDH	Graziela M. Nunes	2005	
	Nair Martins Barbosa	2005-2006	
CENTRU	Saleth Birino	fev. de 2005 a abril de 2008	
TIJUPÁ	**	**	
ICC	Rossandra Farias	2005-2006	
	Marizangela Ribeiro	2005-2006	
	Izabel	2005-2006	

*Dados indisponíveis

** Não houveram Assistentes Sociais atuando na ATEs através dessas instituições.

Fonte: Pesquisa de campo (2008)

O quadro apresenta o total de profissionais que passaram por esses serviços durante o período de 2004 a 2008. Mas cabe ressaltar que, nem todos os profissionais permaneceram durante todo o convênio firmado entre cada entidade e INCRA. Na verdade, a forma de contratação, o atraso no repasse dos recursos pelo INCRA, a instabilidade a respeito da continuidade do programa, a falta de renovação dos convênios etc., provocavam desistências nesse trabalho.

A vinculação permanente de alguns Assistentes Sociais às organizações que os contrataram para atuar no Projeto Lumiar e no Programa de ATES só aconteceu mediante o interesse da organização pela atuação daquele profissional em outras frentes de ação. Neste caso, os profissionais passaram a compor o quadro de assessores ou militantes da organização ou movimento social, o que demonstrou o estabelecimento de uma nova relação entre Assistentes Sociais e organizações sociais atuantes na questão agrária.

Assim, uma das formas da relação entre Serviço Social e questão agrária, mediada pelas organizações e movimentos sociais atuantes no campo, tem se dado inicialmente a partir da atuação de Assistentes Sociais na execução de programas governamentais implementados por esse tipo de entidade, e, posteriormente pela vinculação ativa de alguns desses profissionais com a organização social, para o desempenho de ações irrestritas à execução de programas governamentais. Esse tipo de experiência foi constatada entre assessores e militantes com formação em Serviço Social que atuam no MST e na FETAEMA, conforme verificaremos na segunda parte desta Dissertação, que trata da inserção e da prática de Assistentes Sociais nestas duas organizações de trabalhadores camponeses do Maranhão.

Além disso, verificamos que a relação entre Serviço Social e questão agrária, mediada pelas organizações e movimentos sociais atuantes no campo, também tem se dado a partir de outros vínculos e circunstâncias, no âmbito do MST, da FETAEMA e da SMDH, em particular. Neste caso, as Assistentes Sociais que atuam junto a população rural na atualidade, a partir das organizações citadas, tem sido demandadas para atender ações que estão diretamente relacionadas aos objetivos de mobilizar os trabalhadores camponeses para a busca de seus direitos.

SEGUNDA PARTE: INSERÇÃO E PRÁTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS NO MST E NA FETAEMA – ELEMENTOS DA RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA NO MARANHÃO CONTEMPORÂNEO

Ao constatarmos a situação marginal que o debate da questão agrária ocupa no âmbito do Serviço Social em nível nacional na contemporaneidade, e, ao mesmo tempo, percebermos que há um movimento sendo provocado no sentido de aproximar a categoria a essa questão, estudamos e analisamos experiências profissionais existentes na referida área, na expectativa de contribuir para o debate da questão agrária no Serviço Social, e, conseqüentemente, para fornecer instrumentos que possibilitem uma atuação crítica junto aos trabalhadores camponeses, no processo de enfrentamento da questão agrária.

No contexto maranhense, notamos a relação histórica de aproximações e distanciamentos do Serviço Social com a Questão Agrária, por isso, consideramos esta realidade bastante peculiar em relação aos demais processos de emergência e consolidação da profissão no país. Mas, esta peculiaridade, não se baseou numa desarticulação do Serviço Social maranhense com os interesses das classes dominantes, representadas pelas ações nacionais e internacionais da Igreja e do Estado no processo de criação do Serviço Social maranhense. Na verdade, a relação inicial entre Serviço Social e Questão Agrária no Maranhão foi determinada pelos interesses conservadores dessas instituições e das classes dominantes que a integram. Por isso, é importante resgatar características da relação Serviço Social e Questão Agrária no Maranhão na contemporaneidade, já que há situações que expressam uma reversão daquele processo.

Esta nova relação está intrinsecamente relacionada às transformações do Serviço Social nas últimas décadas, porém, está mais alinhada às demandas colocadas pelos sujeitos sociais do campo que se dedicam ao enfrentamento da questão agrária.

A partir desse quadro, adentramos na pesquisa sobre a inserção e a prática de Assistentes Sociais no âmbito de organizações dos trabalhadores camponeses, com vistas a investigar um viés da relação entre Serviço Social e questão agrária no Maranhão que esteja relacionado à aproximação do Serviço Social com os interesses concretos das classes subalternas do campo.

A configuração desse processo foi iniciada com o levantamento a respeito do quantitativo de organizações e movimentos sociais de trabalhadores camponeses que atuam diretamente nos processos de enfrentamento da Questão Agrária no Maranhão, especialmente

os que reivindicam políticas agrárias e agrícolas para esses trabalhadores. Após este mapeamento, identificamos a participação de Assistentes Sociais nas ações dos organismos sociais verificados.

Com isso, constatamos que as experiências mais duradouras e significativas se encontravam em duas organizações de trabalhadores camponeses mais expressivas no estado do Maranhão, que são o MST e a FETAEMA. Em seguida, fizemos o levantamento de dados para configurar a atuação dessas organizações sociais no Maranhão e a inserção e prática de Assistentes Sociais neste processo.

Conforme já ressaltamos, a obtenção desses dados se deu a partir de aplicação de questionários, entrevistas semi-estruturadas e observação passiva. A atuação das organizações citadas foi configurada através da aplicação do instrumental “*Cadastro Censitário das Instituições Empregadoras de Assistentes Sociais no Maranhão*” (Anexo I). Esse instrumental foi construído por pesquisadores do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS) para a pesquisa sobre as “*Tendências da inserção dos Assistentes Sociais no mercado de trabalho e a questão da identidade profissional no Maranhão: determinações e formas de expressão nos marcos do neoliberalismo - 1990/2008*”. Por isso, consideramos que os resultados de pesquisa expostos neste trabalho são parte do processo de pesquisa engendrado pelo GSERMS.

Doutro lado, a investigação sobre o processo de inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA se deu por meio de entrevistas semi-estruturadas (Apêndice 1) e observação passiva junto às Assistentes Sociais que desenvolveram atividades nessas organizações durante os anos de 2008-2009. Os objetivos específicos que nortearam a elaboração do roteiro de perguntas para a realização das entrevistas se pautaram na perspectiva de evidenciar o processo de aproximação e inserção das Assistentes Sociais com estas organizações; o papel ou função que desenvolvem naqueles espaços; a visão dessas profissionais a respeito da questão agrária na contemporaneidade; o tipo de contribuição que estas profissionais têm dado à organização dos trabalhadores camponeses; e, por fim, a contribuição que a formação em Serviço Social favoreceu para a atuação nessa área.

No decorrer desse processo investigativo identificamos que em 2008 o MST-MA contava com participação de quatro Assistentes Sociais, cuja inserção na organização se deu em diferentes momentos e a partir de distintos interesses ou objetivos. Da mesma forma, a FETAEMA dispunha de quatro Assistentes Sociais em 2008, que também ingressaram na organização em momentos diversos, na perspectiva de atender demandas variadas.

Com esse dado inicial constatamos que o processo de inserção e prática de cada uma das Assistentes Sociais existentes nas duas organizações guardava algumas características díspares e outras semelhantes, que precisavam ser configuradas e analisadas de modo que pudéssemos compreender o máximo da relação entre Serviço Social e a questão agrária, mediada pelas organizações sociais citadas. Deste modo, optamos em abarcar três Assistentes Sociais de cada organização no processo de investigação, considerando que as suas experiências contemplariam os nossos objetivos.

Antes, é preciso considerar que nossa investigação não visou uma análise comparativa entre os Assistentes Sociais atuantes no MST e na FETAEMA. Na verdade, nossa pesquisa teve o propósito de constatar as particularidades que comportam o processo de inserção e prática desses profissionais nas organizações sociais citadas, haja vista o interesse em configurar de modo mais completo a relação do Serviço Social com a Questão Agrária a partir da mediação favorecida pelas ações daqueles organismos.

Deste modo, partimos para a configuração e análise dos processos citados, considerando categorias que foram construídas *a posteriori*, tendo como referência as falas dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

1. Motivações e formas de inserção de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA

As seis Assistentes Sociais que fizeram parte da pesquisa empírica para esta Dissertação, inseriram-se nos espaços de trabalho do MST e da FETAEMA a partir de distintas motivações. Por isso, antes de configurar de modo específico o processo de inserção destas profissionais nas organizações citadas, achamos apropriado fazer uma abordagem sobre as distintas motivações que influenciaram para a efetivação daquele processo, considerando que a pesquisa com essas profissionais nos remeteu ao entendimento de que os seus processos de inserção nas organizações citadas tiveram como ponto de partida os fatores que iremos ressaltar.

A constatação das motivações determinantes para a inserção de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA nos levou à apreensão de um dado bastante delineador do processo de aproximação do Serviço Social com o enfrentamento da questão agrária no âmbito de organizações de luta dos trabalhadores camponeses. Por um lado, observamos que de fato um dos aspectos subjetivos que motivaram a inserção de Assistentes Sociais no

trabalho em organizações de trabalhadores camponeses está relacionado às conseqüências do processo de maturação crítica do Serviço Social brasileiro em relação à necessidade de vincular-se aos interesses das classes subalternas no enfrentamento da questão social. Além disso, verificamos que a aproximação dessas Assistentes Sociais com as lutas sociais, independentemente de uma influência direta do Serviço Social, sobretudo da formação profissional, também é um dos aspectos motivadores para a inserção de Assistentes Sociais no MST-MA ou na FETAEMA.

Em síntese, percebemos que, entre os fatores que motivaram a entrada desses profissionais nas organizações citadas, destacam-se: a influência da formação em Serviço Social, que embasada pela perspectiva crítica assumida pela profissão no Brasil passou a dar ênfase à processos de pesquisa e extensão que motivassem o interesse de graduandos em Serviço Social pela luta dos trabalhadores camponeses; a participação *político-militante* em frentes de luta, dentro ou fora da universidade, que despertou a necessidade de uma vinculação maior com a luta dos trabalhadores camponeses; e, a prática profissional anterior em organismos atuantes no campo, que serviu para consagrar a importância de atuar no enfrentamento da Questão Agrária junto aos trabalhadores camponeses.

A partir da narração abaixo, percebemos, por exemplo, que a participação anterior de uma das Assistentes Sociais que atualmente está inserida no MST-MA, em grupos de pesquisa e extensão durante o seu processo de formação profissional favoreceu a sua vinculação com aquela organização. Para nós, isso denota que o processo de maturação do Serviço Social em relação à perspectiva crítica de vinculação com os interesses das classes subalternas favoreceu para que, no âmbito da formação profissional, se estabelecessem espaços que motivassem diretamente a participação de estudantes e, conseqüentemente, de profissionais, nos espaços de trabalho relacionados ao enfrentamento da questão agrária junto aos trabalhadores camponeses:

(...) desde o período da faculdade a minha intenção era trabalhar com movimentos sociais por conta deste trabalho que eu participei do grupo de extensão Terra e Raiz na UNESP de Franca (...)

Definitivamente foi esse trabalho que eu (...) participei durante a graduação no grupo de extensão Terra e Raiz. Definitivamente foi ele que me influenciou, com certeza.

O grupo foi criado já em 1999, não acho que em 1998 ele começou como um grupo de estudo, de discussão sobre a questão agrária (...) com alunos do curso de direito, história e Serviço Social, que na época eram os cursos que tinham lá na UNESP de Franca, depois foram buscar professores para orientar o trabalho e acabou fazendo um projeto de formação, de organização política com um assentamento específico lá da região, depois de ter esse caráter só de estudo, fez um contato primeiro com o MST e passou a funcionar tipo assim como um grupo de apoio ao MST na região ali de São Paulo, essa região de Franca e de Ribeirão Preto. Depois, [com] a coordenação de professores, elaboramos um projeto, discutindo com o pessoal do assentamento. Se constituiu um assentamento na região, então a partir do momento

em que começou a ter o assentamento, ai começou a ter propostas para trabalhar com a comunidade do assentamento, ai se tornou grupo de extensão, o período que eu participei foi um período muito inicial do grupo (...). (...) eu entrei na faculdade em 1999, no mesmo ano eu entrei no grupo de extensão, e fiquei até o último ano da faculdade, então eu acompanhei todo esse processo de contato inicial com o MST e de construção inicial do grupo e também estudei muito questão agrária.

Então, ai nesse período, nos conseguimos desenvolver três atividades concretas no assentamento lá da região que o núcleo trabalhava, foram atividades com o grupo de mulheres, atividades com grupo de jovens e nos montamos um projeto de alfabetização de jovens e adultos a partir do método de educação popular. Quando eu me formei as atividades estavam iniciando, eles estavam correndo atrás de financiamento da pró-reitoria da UNESP para poder conseguir garantir as atividades, então assim, foi um experiência muito boa. E o estudo sobre a questão agrária ele foi continuo nesses quatro anos, nós fazíamos semana sobre o debate sobre questão agrária, sobre a questão dos conflitos, nós com o MST, participávamos constantemente de atividades do MST que nós éramos convidadas a participar. Então assim, a partir desse trabalho de extensão com o núcleo agrário eu conheci a questão agrária do ponto de vista de estudo, me aproximei, e fui cada vez mais me dedicando a isso. E também conheci o MST, conheci o espaço dos movimentos sociais, isso tudo através do grupo de extensão da faculdade (...).

E ai quando eu terminei a graduação, eu já tinha a intenção de atuar nessa área, e de continuar estudando essa área, mas isso vai se despertar em mim na graduação (ASSISTENTE SOCIAL 05, 2009).

O núcleo de pesquisa/extensão denominado *Terra e Raiz*, ao qual a Assistente Social faz referência na descrição acima, é vinculado à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Campus de Franca. Ele se cunhou a partir de 1997 com a proposta de apoiar a luta pela reforma agrária, e, logo no inicio, passou a atuar na região de Ribeirão Preto, *estruturando uma ponte permanente entre a Universidade pública e movimentos sociais de luta pela terra* (SANT'ANA et al, 2008). A participação de alguns professores e alunos do curso de Serviço Social daquela Universidade neste núcleo, que é interdisciplinar, tem garantido um espaço importante de aproximação da profissão com o debate da questão agrária e com a luta dos trabalhadores do campo.

Noutro caso, observamos que a inserção de uma outra Assistente Social no MST foi motivada a partir de sua participação em grupos de debates do Movimento Estudantil vinculados à Universidade. Isso aponta que a sua integração em grupos e frentes de luta no decorrer da sua formação no âmbito da Universidade, colaborou para elevar sua curiosidade em relação à atuação nos processos relacionados ao enfrentamento da questão agrária e para uma primeira aproximação com o MST:

Antes de colocar a minha inserção em si, que isso é fruto de um processo eu acho interessante colocar até porque do interesse por essa área, em relação à questão agrária. Então, na verdade o interesse ele surge na Universidade, logo que eu entrei eu fui fazer parte de um grupo que tinha na época na universidade, que era o NUARA (Núcleo Universitário de Apoio à Reforma Agrária), que era um grupo que já discutia essa questão e que também tinha uma relação com o movimento, que participava de algumas atividades em conjunto com o movimento, trazendo essa discussão para dentro da universidade. Então assim, eu comecei por ai. Era um grupo do movimento estudantil, não estava relacionado a grupos de extensão ou

pesquisa da universidade. Através do grupo eu participei da primeira marcha à Brasília, e aquilo ali...se eu já me sentia atraída por essa questão, a marcha em si ela foi o stopim. E também até para conhecer realmente o MST, um pouco do MST (ASSISTENTE SOCIAL 01, 2009).

Noutro caso, agora envolvendo uma das Assistentes Sociais que atua na FETAEMA, constatamos que a sua militância no Movimento Estudantil, que é uma frente de luta social localizada na Universidade, contribuiu para a sua identificação com frentes de trabalho ligadas aos movimentos sociais. Apesar de não identificarmos aí nenhum elemento que aponta diretamente a motivação dessa profissional pela temática da questão agrária, é visível que a mesma relaciona a sua decisão em trabalhar na FETAEMA ao fato de identificar-se com frentes de atuação relacionadas às lutas sociais:

Como eu estava em Teresina só pra estudar, e queria vir para cá, eu consegui me formar nos quatro anos e meio, e durante esse período eu tive uma experiência de militância, já nos dois últimos anos, no movimento estudantil. Antes não, eu era alheia, aí por conta de um pessoal que estudava comigo e estava formando chapa para o Centro Acadêmico, eu militei não em cunho partidário, mas nas causas mesmo do curso, na época da reforma da grade curricular, da reformulação do curso em si, mas isso, enfim, (...) foi onde ascendeu a minha vontade de inclusive continuar o trabalho da militância, num trabalho que eu pudesse ter vínculo com a área de fato social, ou seja, não ir para Serviço Social de empresa, nem cheguei a procurar.

Daí quando eu vim pra cá, em 1995, eu trabalhei de 1998 a 2000 como Assistente Social da FUNAC e aí apareceu uma oportunidade aqui na Federação, (...) me indicaram eu vim aqui e fiquei. E estou até hoje, de 2000 a 2009 (ASSISTENTE SOCIAL 04, 2009).

Além das Assistentes Sociais citadas, que se sentiram motivadas a se inserir em organizações de luta dos trabalhadores camponeses a partir da participação em frentes de luta da sociedade, observamos ainda que, o vínculo de trabalho, ainda que na área administrativa, de outra profissional que atualmente compõe o MST, com uma organização sindical que passou a apoiar a luta desse Movimento assim que ele foi criado e se consolidou no Maranhão, é outro elemento com aquela característica que motivou a aproximação dessa Assistente Social específica com as lutas dos trabalhadores camponeses:

eu fui pra um sindicato, eu administrei um sindicato, um dos maiores sindicatos do estado do Maranhão. E nesse sindicato a gente tinha uma relação, e eu também era na área administrativa, e a gente tinha uma relação com movimentos sociais, nessa relação, eis que surge o movimento Sem Terra, como uma organização que tinha uma proximidade com o sindicato, então a gente apoiava o MST em várias oportunidades, com infra-estrutura, essas coisas todas.

Em 1987, eu tive um relação direta com movimento Sem Terra. Aí nesse época, eu acabei, eles estavam vindo, o MST estava vindo em marcha de Imperatriz para São Luis, eu trabalhava no sindicato, o sindicato estava apoiando a marcha, aí então eu passei a nível pessoal – eu dava apoio enquanto sindicato na questão administrativa e tudo, liberando apoio de infra-estrutura e tal – e passei a fazer trabalho voluntário pessoais para o MST. Então no meu tempo livre, tinha os intervalos do meu trabalho, nos meus dias, no intervalo do meio dia, na noite, nos finais de semana, eu comecei a trabalhar pra lá (ASSISTENTE SOCIAL 03, 2009)

A prática profissional desenvolvida em espaços de trabalho relacionados à atuação na questão agrária ou junto com os trabalhadores camponeses foi um outro aspecto que motivou uma das Assistentes Sociais que hoje integra a FETAEMA a continuar priorizando a sua atuação nos processos de enfrentamento da problemática agrária. Essa prática profissional se deu a partir das ações do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU no Programa LUMIAR. Assim, através do envolvimento com as ações desse programa diretamente coordenadas pelo CENTRU, essa Assistente Social aproximou-se da questão agrária, já que suas experiências anteriores tinham se dado no contexto da política de assistência social em municípios predominantemente urbanos. A motivação dessa profissional para atuar nos processos da questão agrária é esclarecida na narrativa abaixo:

(...) a minha primeira experiência, que eu acho que contribui bastante para continuar nessa área e não me ver em outra área. (...).

Foi a minha primeira experiência (...) no CENTRU. Então como a gente tinha um coordenador, que tinha uma história assim maravilhosa, eu consegui entender, me sensibilizar, de realmente me ver naquela história, que foi a oportunidade de poder trabalhar com Manuel da Conceição. Então assim, quem é a colega, ou o colega, independente da sua formação que trabalha nessa área que não conhece o Manuel da Conceição, então minha primeira experiência foi essa. Eu sempre brinco com ele, tu que foste o culpado de eu está nessa história bem aqui, porque naquele primeiro momento, por mais atropelo que eu tenha tido enquanto profissional, com essa coisa de programa começa hoje termina amanhã, eu ainda continuo me identificando nessa área, como eu falei, eu não sei se eu dou conta de trabalhar numa outra área. Eu acho que foi essa minha experiência, foi que ajudou bastante para continuar.

Porque quando a gente trabalha na agricultura, é uma área assim que parece que tem mais dificuldades que as outras sabe. Eu não quero dizer que saúde não tenha seus problemas, todas elas têm, mas agricultura parece assim, até quando se trata da história do próprio orçamento é menor, tu vai na secretaria de agricultura dos municípios tem colegas que querem até contribuir, mas que não tem condição nenhuma, e a gente vê que o pessoal que mais leva tombo é a questão da agricultura, e a gente fica se envolvendo e tal, não que tem pena, que não é questão de ter pena, que agricultor não precisa que ninguém tenha pena dele, ele não é coitadinho coisa nenhuma. Mas é uma classe que precisa de mais apoio, eu acho que é um dos que mais precisa de contribuição de quem puder, quanto mais profissionais se envolverem para fortalecer a categoria melhor ainda (ASSISTENTE SOCIAL 02, 2009).

Além das motivações já ressaltadas, que tiveram influência direta das questões relacionadas as lutas sociais e em alguns casos à luta específica dos trabalhadores camponeses, é importante ressaltar que outras motivações que contribuíram para o processo de inserção de Assistentes Sociais no MST e/ou na FETAEMA tiveram maior relação com a própria questão empregatícia, a qual não deixou de estar presente nos outros processos, mas que entretanto, não foi observada como central. Nestes casos, o interesse dos profissionais pelo tema específico do projeto ou programa para o qual seria demandado, apresenta-se como um dos aspectos motivadores para a inserção naquelas organizações. No caso da FETAEMA, duas profissionais, das quais apenas uma fez parte dessa pesquisa, foram motivadas a entrar

no trabalho desta organização por conta do projeto específico na área de saúde, área que a profissional entrevistada já tinham alguma experiência, entretanto, nenhuma dessas experiências estavam relacionadas à atuação junto com trabalhadores camponeses e menos ainda com organizações sociais.

Com isso, evidenciamos que tanto os aspectos relacionados diretamente ao processo de formação profissional quanto a participação de Assistentes Sociais em lutas sociais, dentro e fora da universidade, foram as *motivações* mais determinantes que contribuíram para a inserção de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA na contemporaneidade. Todavia, a inserção e prática desses profissionais nas referidas organizações não se concretizou simplesmente por meio dessas motivações, pois foram as *demandas “institucionais”*¹⁰² que materializaram esses processos.

De acordo com a pesquisa realizada, observamos que essas demandas resultaram do *(res)surgimento e vitalidade* das lutas sociais dos trabalhadores camponeses nos anos 1990, afinal, foram elas que formataram a necessidade de maior contribuição técnica e política no processo organizativo da luta de classes e que conseguiram garantir a efetivação de algumas políticas públicas destinadas à população rural a partir daquele período, o que possibilitou a criação de alguns espaços de atuação para os Assistentes Sociais, conforme veremos mais adiante.

As *demandas “institucionais”* configuradas a partir das lutas sociais no campo foram cruciais para estabelecerem o *vinculo inicial* e o *vinculo atual* de Assistentes Sociais com o MST e a FETAEMA. Considerando que, entre alguns profissionais, a demanda inicial que determinou a inserção e atuação não continuou sendo igual à constatada nos anos de 2008-2009, nos quais centralizamos nossa pesquisa.

Assim, constatamos que os *meios objetivos* que contribuíram para a inserção e atuação de Assistentes Sociais em organizações dos trabalhadores camponeses estão relacionados às ações de cada organização na perspectiva de organizar e atender as reivindicações desses trabalhadores.

A partir dessa constatação, notamos que as *demandas “institucionais”* centrais, que determinaram a inserção de Assistentes Sociais nos organismos citados, estavam relacionadas à necessidade de: formar *equipes de trabalho* para atuarem no processo de implementação de políticas públicas junto aos trabalhadores (as) rurais; e, *ter assessores* ou *militantes* que cumprissem papéis de orientação, coordenação, formação, articulação,

¹⁰² Cabe lembrar que o uso da palavra *institucionais* está entre aspas porque consideramos que essas demandas também são sociais.

sistematização, etc., em secretarias e setores específicos, da FETAEMA e do MST, respectivamente.

No caso da primeira *demand*a “institucional” assinalada, identificamos que a sua formação está inteiramente relacionada à necessidade de executar projetos ou programas sob a coordenação direta do MST e/ou da FETAEMA a partir de convênios ou em parceria com órgãos do Estado.

A execução do Programa LUMIAR por uma cooperativa do MST, que estabeleceu convênio com o INCRA no ano de 1997, é um dos exemplos entre os programas sociais que geraram esse tipo de demanda no âmbito daquele movimento. Isso ficou bastante claro no relato de uma das nossas entrevistadas, quando afirma que a sua inserção no MST se deu a partir da oportunidade de atuar em áreas de assentamento organizadas por esse movimento através do Programa LUMIAR:

(...) eu acabei então tendo a oportunidade de vir compor a equipe de profissionais do Projeto Lumiar, que era um projeto de assistência técnica do governo Fernando Henrique Cardoso, (...) vim como Assistente Social para trabalhar com comunidades, (...) fiquei na Vila Diamante trabalhando com a comunidade, acho que uns dois anos talvez, não mais do que isso, foi o tempo que eu fiquei em campo (...) (ASSISTENTE SOCIAL 03, 2009).

Outra Assistente Social que se vinculou ao MST a partir da demanda que estamos discutindo foi uma profissional que atuou no Programa de ATES, o qual começou a ser executado como um programa piloto no ano de 2004. No âmbito do MST, esse programa também foi executado a partir de convênio entre o INCRA e uma cooperativa vinculada ao movimento. No fragmento abaixo fica claro que a gestão desse Programa pelo MST foi o que garantiu a inserção de uma das Assistentes Sociais no movimento:

(...) surge a oportunidade da questão da ATES, que é assistência técnica nos assentamentos e via assistência técnica foi que eu entrei no MST. E nesse período foram seis meses, foi o primeiro convênio em 2004. Foram seis meses. E assim, acabei de me formar, me formei e vim direto para o MST. Então foi assim, um baita desafio (...) (ASSISTENTE SOCIAL 01, 2009).

Além disso, a gestão do Programa de ATES por parte da FETAEMA, também foi favorável à inserção de Assistentes Sociais nesta organização. No caso específico de uma das Assistentes Sociais da FETAEMA, contatamos que a sua inserção nessa organização se deu para atuar na *Equipe de Coordenação*, responsável em acompanhar as ações referentes ao Programa de ATES nas áreas de assentamento vinculadas à FETAEMA, conforme aponta o fragmento abaixo:

[Em 2006] apresento o currículo na Federação. Agora assim, como é que funciona a questão da entrada dos profissionais aqui? Eles fazem, lógico, análise de currículo, eles fazem sem dúvida, mas assim eles não avaliam só o lado técnico do currículo, e

sim as relações que você tem com o próprio movimento, com a classe dos trabalhadores camponeses. Como você se identifica, por onde você passou (...), ai já liga naquelas entidades que você trabalhou. E assim eu entro aqui na Federação, mas entro na condição de coordenação de ATES, fazendo parte da Equipe da Coordenação de ATES, que também era multidisciplinar, nós tínhamos o agrônomo, tínhamos a colega que era administradora, um contador, um advogado, então assim, até mesmo como contra partida da Federação, que ela tinha que ter esses profissionais pra trabalhar o Programa, então eu entro nessa equipe de coordenação aqui, como Assistente Social (ASSISTENTE SOCIAL 02, 2009).

Nesta fala, percebemos que esta profissional adentrou numa *Equipe de Coordenação*, contratada diretamente pela FETAEMA, para suprir a contrapartida do convênio de ATES, firmado entre INCRA e FETAEMA. Essa equipe era responsável em acompanhar as atividades das instituições que foram contratadas pela FETAEMA para prestar os serviços que compunham a ATES.

Neste caso, faz-se necessário esclarecer que, apesar de ter sido a FETAEMA a organização conveniada com o INCRA, não foi a mesma que contratou as equipes técnicas e organizou a sua atuação nos assentamentos, pois a mesma preferiu fazer um contrato com quatro instituições para executarem essas ações. Por isso, a atuação daquela Assistente Social se deu diretamente junto à FETAEMA, com o objetivo de acompanhar a realização das atividades do Programa junto às instituições contratadas por essa organização, considerando que no âmbito do INCRA as atividades da ATES eram cobradas diretamente à FETAEMA, e cabia a mesma um acompanhamento constante junto às suas contratadas. Esse processo fica evidente no relato abaixo:

Então eu entro na FETAEMA como Assistente Social realmente. Para trabalhar no acompanhamento desse programa pelas instituições que estavam executando o programa, porque digamos que aqui foi terceirizado, a gente não executava direto. Então a gente trabalhava na questão do planejamento, avaliação e o próprio monitoramento (ASSISTENTE SOCIAL 02, 2009).

Essa demanda inicial para atuar na Equipe de Coordenação da FETAEMA foi fundamental para garantir o vínculo inicial daquela Assistente Social com essa organização. Mas, é importante demarcar que, depois de algum tempo, a saída de uma das instituições contratadas do Programa e o fato da FETAEMA ter assumido os serviços de ATES que a mesma executava, fez com que a direção da FETAEMA deslocasse a Assistente Social que atuava no acompanhamento do trabalho realizado pelas instituições para a coordenação dos Núcleos Operacionais que passaram a ser geridos diretamente pela FETAEMA. Isso fica claro no relato abaixo:

(...) uma dessas empresas ela sai do programa, e entrega para a FETAEMA. A FETAEMA então assume o trabalho de execução, ai eu vou para a coordenação direta das nossas equipes, nas áreas diretas da FETAEMA. Então eu também fiz esse

trabalho, você sugere, você acompanha, você avalia, e foi isso (ASSISTENTE SOCIAL 02, 2009).

Com isso, observamos que, apesar da demanda central que contribuiu para a inserção daquela profissional na FETAEMA ter continuado a mesma após a sua mudança de função, ou seja, a necessidade de ter profissionais para atuar no Programa de ATEs, é importante perceber que houve uma pequena alteração no que se refere às demandas específicas que determinaram o seu vínculo inicial.

Outro projeto que possibilitou a inserção de Assistentes Sociais na FETAEMA para atender o mesmo tipo de demanda que estamos aludindo chama-se *Projeto de Formação de Multiplicadores(as) em Gênero, Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos*. Esse Projeto, nomeado popularmente pelas equipes estaduais de *Projeto Saúde e Gênero no Campo*, resultou de uma reivindicação apresentada na Marcha das Margaridas, que ao se efetivar a partir de 2005, através de um convênio entre CONTAG e o Ministério da Saúde, demandou a participação direta das Federações Estaduais no processo de execução em 18 Estados e no Distrito Federal. No Maranhão, a FETAEMA, filiada à CONTAG, representante do Movimento Sindical em nível nacional, se prontificou em coordenar e gerir a execução desse projeto em alguns municípios. O processo de inserção de uma das Assistentes Sociais na FETAEMA em virtude da necessidade de profissionais para executarem esse projeto fica claro no relato abaixo:

comecei a distribuir currículo nas instituições. Deixei aqui na FETAEMA (...). E como eu tinha essa experiência na área da saúde, com meu estágio que eu fiz, a minha monografia, que consta isso no currículo, aí teve um processo de seleção pra (...) um projeto do Ministério da Saúde com a CONTAG, que é a nossa instituição a nível nacional (...). E quando foi em março, eu já tinha deixado desde dezembro o currículo aqui, me chamaram pra esse processo de seleção, que precisavam de duas pessoas, de preferência que fossem Assistentes Sociais, de preferência que tivesse algum trabalho na área da saúde, disponibilidade integral para viajar e tudo mais, eu me interessei (...). Eu, entre outras, nós éramos 11 pessoas. E aí eu fui uma das selecionadas, eu e a outra menina, para trabalhar nesse projeto, do Ministério da Saúde com a CONTAG, a Federação junto com os sindicatos. E aí dessa forma que me inseri aqui nessa instituição (ASSISTENTE SOCIAL 06, 2009).

A partir dessa configuração a respeito do processo de inserção de algumas Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA, percebemos que, a *demand*a “institucional” relacionada à necessidade de formar *equipes de trabalho* para atuarem em projetos ou programas sociais geridos diretamente pelo MST e/ou FETAEMA a partir de convênios ou em parceria com órgãos do Estado, serviu, em grande medida, para demarcar o *vínculo inicial* de Assistentes Sociais com aquelas organizações. Veremos que, na maioria dos casos, a finalização dos projetos e/ou programas executados pelo MST e/ou FETAEMA a partir de

convênios e/ou parcerias com órgãos do Estado, acabou por demarcar um outro *vínculo* das Assistentes Sociais com as organizações sociais em destaque, tendo em vista os interesses intrínsecos e únicos das mesmas. Neste caso, entra em cena o que chamamos de segunda *demanda “institucional”*, ou seja, a necessidade de *ter assessores* ou *militantes* que cumprissem papéis de orientação, coordenação, formação, articulação, sistematização etc., em secretarias ou setores específicos de cada organização.

Inicialmente, essa mudança de *vínculo* pode ser evidenciada na fala de uma das Assistentes Sociais que se inseriu nos espaços de trabalho do MST através da atuação inicial nas ações do Programa Lumiar geridas por esse movimento:

Na verdade terminou o LUMIAR e ai eu decidi que ficaria no MST, atuando no MST, e continuei (...). Vi prá cá, ficar no Setor de Projetos. (...) fiquei aqui na secretaria na área de projetos, e então estou até hoje (ASSISTENTE SOCIAL 03, 2009).

Neste caso, percebemos que a Assistente Social que atuava nas áreas de assentamento através do LUMIAR passou a desenvolver seu trabalho na denominada Secretaria do MST, que em termos organizacionais pode ser considerada a sede administrativa desse movimento social. Sua atuação específica se direcionou à área de projetos, ou seja, ficou indicado que as demandas relacionadas ao *Setor de Projetos*, o qual faz parte da organicidade do movimento, foi o que configurou a vinculação prioritária, atual e efetiva daquela Assistente Social com o MST. Com isso, essa profissional começou a atuar num setor muito importante para o funcionamento do movimento, considerando que é através do processo de elaboração e acompanhamento de projetos sociais atinentes a esse Setor, que o MST mantém um das suas estratégias para captar recursos e assim, realizar algumas de suas ações.

Outro exemplo que nos remete ao processo em análise diz respeito ao deslocamento da Assistente Social que atuava no Programa de ATEs pelo MST para o mesmo *Setor de Projetos*. A narração abaixo esclarece como isso ocorreu:

Termina em 2004 o convênio e a coordenação me convida para contribuir no **Setor de Projetos** (...) para contribuir especificamente na captação de recursos. Então eu vim para trabalhar (...) lembrando que (...) aí há essa questão, não é ser Assistente Social, mas a minha formação ela me dava elementos que me faziam poder está contribuindo dentro desse processo da questão da captação de recursos (ASSISTENTE SOCIAL 01, 2009).

Nesta fala evidenciamos que a Assistente Social que passou do Programa de ATEs para atuar no Setor de Projetos do MST chama atenção para um dado importante em relação ao *vínculo* que estabeleceu com o Movimento a partir da sua inserção naquele *Setor*.

Isto é, em sua fala subentende-se uma característica intrínseca ao MST, que concebe o pessoal envolvido nas suas instâncias orgânicas como *militantes* da organização. Neste caso específico, o fato da Assistente Social do discurso acima ter assinalado que a sua inserção no Setor de Projetos a desprende do *ser Assistente Social*, indica, na nossa visão, que seu vínculo com essa organização deixou de efetivar-se por um *contrato*. Considerando que a sua atuação enquanto *militante* não escamoteia o exercício do Serviço Social, já que a sua afirmação acima remete à importância do conhecimento adquirido durante a formação profissional em Serviço Social para a sua atuação naquele *Setor*.

Na nossa visão, isso significa que, tanto a Assistente Social da fala acima, quanto aquela que passou do Programa LUMIAR para atuar no *Setor de Projetos*, a qual também não mantém nenhum contrato de Assistente Social com o MST e, do mesmo modo que a primeira é vinculada à militância da organização, representam casos específicos sobre o processo de inserção de Assistentes Sociais em organizações dos trabalhadores camponeses. Considerando que o fato daquelas Assistentes Sociais não se inserirem nas instâncias orgânicas do MST a partir de um contrato que as identifique como sendo esse tipo de profissional, não implica necessariamente que as mesmas não desenvolvam atividades relacionadas com o papel de uma Assistente Social nesse tipo de organização.

Nossa pesquisa nos apontou que, em grande medida, os principais fatores que convergem para explicar que a atuação dessas *militantes* está perfeitamente articulada com o papel que o Assistente Social pode desenvolver nas organizações dos trabalhadores camponeses, como o MST, por exemplo, estão relacionados à importância da formação profissional para a atuação naquela organização e ao fato de assumirem tarefas prioritárias que condizem com demandas da profissão.

Observamos que a visão sobre o processo de formação profissional da maioria das Assistentes Sociais que estão inseridas no MST consideram que foi aquela formação que lhes propiciou o embasamento básico para as ações que realizam. Além disso, verificamos que, apesar dessas *militantes* não serem identificadas como *Assistentes Sociais* do MST, todas elas foram inseridas em espaços de trabalho no MST que estão relacionados às demandas para o Serviço Social e até mesmo, exercem funções que podem ser atribuídas a esse tipo de profissional, como, por exemplo, a sistematização de dados sociais e a elaboração de projetos que visem a melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora. Deste modo, atribuímos que esse processo caracteriza-se enquanto uma particularidade da relação entre o Serviço Social e a questão agrária na contemporaneidade.

No tocante à FETAEMA, temos como exemplo, a experiência da Assistente Social que se inseriu através do convênio de ATES, firmado entre INCRA e aquela organização. Com o termino desse convênio, essa profissional foi convidada para permanecer atuando na FETAEMA, mas, para contribuir numa secretaria específica, responsável em articular as questões relacionadas à política agrícola direcionada aos trabalhadores camponeses. A fala em destaque aponta esse processo:

(...) acaba a ATES, chega ao termino do programa, realmente ele não foi atropelado, terminou no tempo, não vou dizer que foi no tempo certo porque como atrasaram várias parcelas terminou a gente tendo que prorrogar alguns meses, mas assim, chegamos ao final do programa.

Então na época, pronto, acaba-se a ATES e conseqüentemente a coordenação de ATES, e agora? Ai muda-se a direção da FETAEMA, foi logo após o Congresso, e surge o convite para a minha permanência, mas na questão da assessoria.

Ai hoje eu faço parte da equipe de assessoria da Secretaria de Política Agrícola, eu enquanto Assistente Social. Tem um colega sociólogo e tem uma colega agrônoma. Então assim, a gente divide aqui as atividades, porque política agrícola é muito extensa, são várias coisas que a gente está trabalhando e a gente divide (ASSISTENTE SOCIAL 02, 2009).

Com isso, percebemos a firmação dessa Assistente Social na FETAEMA, a partir dos interesses relacionados à segunda *demanda “institucional”* citada, conforme nos esclarece a seguinte fala:

[Nesse] momento eu passo para a comissão de assessoria, porque ai o programa acaba e a gente assume a assessoria e mais assim direcionado com a política do Movimento, são as políticas agrícolas, mas com um pensamento no contexto do Movimento Sindical. Então ai todo tempo está se tendo programas, todo tempo a gente está assinando convênio, acompanhando projetos, e o próprio movimento tem o seu Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, então a gente acompanha isso ai (ASSISTENTE SOCIAL 02, 2009).

Neste caso, a Assistente Social faz alusão à relação que as demandas colocadas à sua atuação no âmbito da Secretaria de Política Agrícola têm com o *Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário* (PADRS) do Movimento Sindical; representado pela CONTAG, em nível nacional; pela FETAEMA, em nível estadual; e pelos Sindicatos de Trabalhadores camponeses, em nível municipal. Conforme já ressaltamos, o PADRS se constitui na década de 1990 como uma proposta do movimento sindical ao enfrentamento do neoliberalismo no campo, o que é suficiente para nos afirmar que o deslocamento dessa Assistente Social da gestão do Programa de ATES para a assessoria da Secretaria de Política Agrícola, representa exatamente a necessidade de atender demandas inerentes e únicas dos trabalhadores camponeses reunidos na FETAEMA.

Para além dessas Assistentes Sociais, que se vincularam inicialmente ao MST e/ou a FETAEMA através da primeira *demanda “institucional”* e num momento de firmação

foram chamadas para suprir a segunda *demanda “institucional”* que destacamos anteriormente, há outras profissionais que se vincularam desde o princípio àquelas organizações para atender a segunda *demanda “institucional”* apontada.

Na FETAEMA, uma das Assistentes Sociais que se inseriram em decorrência da segunda *demanda “institucional”* foi requisitada para atender as necessidades referentes aos direitos ligados à previdência rural, que é uma das frentes de luta do Movimento Sindical. Contudo, no decorrer do seu processo de atuação ela foi cobrada para ampliar sua área de ação, até mesmo com a finalidade de atender a proposta da Secretaria de Políticas Sociais, na qual se inseriu inicialmente e atua até os dias atuais. Abaixo segue um fragmento que apreende como se deu esse processo de inserção na FETAEMA, as demandas iniciais e as demandas atuais para o trabalho desta profissional:

eu trabalhei de 1998 a 2000 como Assistente Social da FUNAC e ai apareceu uma oportunidade aqui na Federação (...). Quando apareceu a oportunidade o diretor da época (...) tinha uma atuação muito forte com a questão de Previdência para a área rural, segurado especial, que são os mesmos benefícios urbanos, mas com uma legislação específica para a área rural, ele tinha uma Assistente Social que tinha sido funcionária do INSS, portanto conhecia a funda causa, ai ela (...) saiu da instituição, mudou, e ele ficou assim, nessa lógica de que como é uma demanda ainda hoje muito grande do movimento, a questão da previdência rural, encaminhamentos de benefícios, garantia e ampliação desses direitos, ele queria uma Assistente Social, e ai na época tinha uma pessoa que trabalhava aqui, me falou da vaga, pediu para ele fazer uma entrevista comigo, ele era uma pessoa sem muita burocracia, (...) como eu ia ser uma assessora, um cargo de confiança, ele tinha autonomia pra dizer eu quero essa ou não quero sem fazer um processo de seleção maior.

(...)

Nesse contexto (...) acaba que eu entrei como a Assistente Social da Secretaria de Políticas Sociais, num primeiro momento muito chamada para trabalhar com a questão da previdência rural.(...)

(...)

(...) e no começo eu fiquei muito assim, mas depois quando eu fui me inserindo, adquirindo experiência, claro eu fui estudar, correr atrás de legislação coisa que não é nem na minha área, mas que eu precisava conhecer, da legislação previdenciária principalmente, a casa começou a me demandar outras atividades, e ai depois de alguns anos eu tive que corresponder e ampliar esse raio da atuação, inclusive da secretaria, porque eu fui alocada na Secretaria de Políticas Sociais, é previdência, educação, programas e projetos para a erradicação do trabalho infantil, basicamente é o trabalho da secretaria. Mas na época eu desenvolvia só previdência, depois eu comecei a ser cobrada como assessora pra poder fazer esse outro elo, ampliar os programas na área da educação, participar dos fóruns de erradicação do trabalho infantil, na época eu participava de todo fórum que envolvia o PETI (ASSISTENTE SOCIAL 04, 2009).

No âmbito do MST, notamos que o processo de *inserção* de uma Assistente Social no *Setor de Produção*, com o propósito de atender desde o primeiro momento a segunda *demanda “institucional”* apontada, é marcado por características peculiares, as quais se relacionam à forma de vinculação com a estrutura orgânica desse movimento, conforme já

mencionamos anteriormente. Essas características podem ser apreendidas a partir do fragmento abaixo, que aponta como se deu aquele processo de inserção no MST:

A minha inserção no MST, eu já comecei em São Paulo, eu já participava de atividades internas do MST, porque você sabe que o MST tem organização estadual, nacional e regional, eu e mais duas outras companheiras que também são Assistentes Sociais e que também eram do núcleo agrário e que hoje são militantes do MST, nós três quando terminamos a faculdade nós éramos consideradas já militantes do MST, porque nós extrapolávamos as atividades do grupo de extensão, nós participávamos de outras atividades com o MST. Trabalho de base, ali em Franca, para organizar ocupação, nos encontros regionais para se discutir as linhas políticas de enfrentamento do MST em relação ao agronegócio ali na região de Ribeirão Preto, e aí depois que eu me formei eu fui convidada a trabalhar num curso latino americano que o MST faz em nível nacional que acontece em parceria com a UFJF, em Juiz de Fora. Nesse curso eu conheci alguns dirigentes do Maranhão, e aí logo depois eles me convidaram para ir para o Maranhão. Foi assim.

(...)

[No MST do Maranhão] O vínculo predominante foi de militância, o contato foi para contribuir politicamente, não foi nenhum contato no sentido de trabalhar como Assistente Social, mas de trabalhar como militante do MST no Maranhão. O contato foi feito nesse sentido. O contato, as atividades delegadas a mim pela organização foi nesse sentido, a forma de manutenção de contratação minha não foi nada de acordo com leis trabalhistas não, foi de acordo com as políticas internas de manutenção da militância do MST, através de ajuda de custo.

Então eu fui assim para trabalhar no que o MST chama de secretaria executiva, de um setor específico do MST, Setor de Produção, então eu iniciei nessa secretaria executiva (...)(ASSISTENTE SOCIAL 05, 2009).

A partir desta narração, percebemos que a característica que cerca a vinculação dessa Assistente Social com o MST a partir da segunda *demand* “*institucional*” traduz-se no fato de que esta profissional não se inseriu no MST enquanto Assistente Social contratada, mas adentrou na organização com o vínculo de *militante*. Entretanto, na descrição da mesma *Assistente Social* destacada abaixo, fica implícito que o desenvolvimento das suas atividades no âmbito desta organização só foi possível mediante a formação profissional que adquiriu no curso de Serviço Social:

É interessante porque é assim, a organização ela não fez o contato comigo enquanto Assistente Social, mas o trabalho que eu fui fazendo na organização, eu só tive condições de fazer porque eu era Assistente Social (ASSISTENTE SOCIAL 05, 2009).

Neste sentido, evidenciamos novamente os aspectos que já havíamos ressaltado em relação à vinculação de Assistentes Sociais com o MST a partir dos interesses intrínsecos e únicos dessa organização. Ou seja, apesar da política interna do movimento acabar “ocasionado” uma dispensa¹⁰³ do *Ser Assistente Social*, é perceptível que a formação

¹⁰³ Acredito que essa dispensa só ocorre no plano subjetivo, devido a ausência de um contrato, pois a própria estratégia de funcionamento do movimento, de não ter registro jurídico, não permite esse tipo de vinculação com o movimento. Mas, no plano objetivo percebemos que todas as demandas prioritárias delegadas àqueles militantes que têm uma formação em Serviço Social só foram atribuídas às mesmas mediante a visão à priori dos

profissional em Serviço Social foi o ponto de partida para configurar o processo de atuação militante que desenvolvem no MST, o que nos indica a presença do *Assistente Social* no militante do MST que tem essa formação.

Isso posto, verificamos que o vínculo inicial de Assistentes Sociais com o MST-MA e a FETAEMA se efetivou em grande medida pela necessidade de contratar profissionais que atuassem em programas e projetos implementados por essas organizações a partir de convênios estabelecidos com órgãos do Estado. Observamos ainda, que com a finalização desses convênios, a maior parte das Assistentes Sociais que haviam sido contratadas foram convidadas a permanecerem atuando na organização, mas, para atender uma outra demanda, que estava alinhada de modo direto ao atendimento de objetivos intrínsecos e únicos daqueles organismos. Deste modo, percebemos que esta demanda serviu para *consolidar* a atuação de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA, mas não só, afinal ela também foi identificada como determinante que demarcou o *vínculo inicial* de alguns Assistentes Sociais com as organizações mencionadas.

O fato é que, essas distintas demandas, que determinaram a admissão e, posteriormente, a firmação de Assistentes Sociais naqueles organismos, foram essenciais para definir e caracterizar a atuação destes profissionais no MST e na FETAEMA, e conseqüentemente, para construir um tipo de relação entre Serviço Social e questão agrária no Maranhão. Isso posto, é válido configurar alguns elementos da prática dos Assistentes Sociais dessas organizações, a partir das distintas demandas colocadas, haja vista a necessidade de perceber as peculiaridades desses processos, e, por conseguinte, as características que compõem a relação *Serviço Social e questão agrária* no Maranhão na contemporaneidade.

2. A prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA: contribuição na organização dos trabalhadores camponeses e no enfrentamento da questão agrária no Maranhão

No MST e na FETAEMA, a prática dos Assistentes Sociais pode ser visualizada à medida que se identifica a atuação desses profissionais nos distintos processos demandados por essas organizações, conforme identificamos no item anterior.

Nesse sentido, veremos inicialmente a prática daqueles profissionais que foram demandados para implementar os programas e/ou projetos estatais executados pelas organizações citadas, denominados: *LUMIAR*, *ATES*, e *Projeto Formação de Multiplicadoras/es em gênero, saúde, direitos sexuais e reprodutivos no campo*.

Em seguida veremos as ações daquelas profissionais que, ao se desvincularem das atividades ligadas à implementação de políticas e programas estatais executadas pelo MST e pela FETAEMA, assumiram demandas diretas dessas organizações, à medida que passaram a realizar atividades do Setor de Projetos do MST e da Secretaria de Política Agrícola da FETAEMA. Além disso, destacaremos a prática das profissionais que se inseriram desde o início no MST e na FETAEMA a partir de demandas relacionadas diretamente aos objetivos desses organismos.

A partir daí esperamos identificar as particularidades da prática de Assistentes Sociais que atuam no MST e na FETAEMA, e com isso, perceber a relação que se estabelece entre Serviço Social e questão agrária através da prática mediada por organizações de trabalhadores camponeses.

No âmbito do MST, observamos que a inserção inicial de uma das Assistentes Sociais se processou com o objetivo de atuar no *Projeto Lumiar*. Nesse projeto, sua atuação se deu em conjunto com uma equipe interdisciplinar, formada por agrônomo e técnico agrícola, em áreas de assentamentos organizadas pelos MST.

Segundo essa profissional, apesar do LUMIAR constituir uma proposta do Estado para tentar estabelecer o *controle social* nos assentamentos do MST, foi possível ter o controle político das ações que eram realizadas, daí percebemos que a prática da *Assistente Social* se dava alinhada à proposta de desenvolvimento rural defendida pelo movimento. Isso pode ser evidenciado no discurso abaixo, em que essa Assistente Social explica como se dava o processo de trabalho que desenvolvia em conjunto com a sua equipe nos assentamentos:

A equipe interdisciplinar, a equipe de profissionais, ela fica ligada ao Setor de Produção e o Setor de Produção tem um planejamento de atividades, então a gente faz um acompanhamento na área, [fazendo] a discussão da produção em si. Aí, vem a questão dos créditos, da vocação da área, das condições efetivas da área para aquele tipo de produção ou não, da gestão desses recursos que seriam vindos pelos créditos, até o processo organizativo. Como é que a comunidade, de forma a garantir uma **emancipação e uma autonomia** daquele grupo em relação aos processo políticos, (...) como é que esses grupos vão se organizar, discutir com eles isso. **Então a gente trabalhava com a comunidade desde de discussão de gestação na adolescência, a prevenção de DST/AIDS, ao conjunto dessas questões que perpassam a organização da comunidade, então o que quê é educação, por que a educação, como é que se entende educação, como é que se quer a educação, o que significa o assentamento, como está o assentamento, como se quer o assentamento, o que quê eu estou fazendo por aquele assentamento, e associando isso, obviamente ao aspecto específico da produção, como é que a produção vai garantir que eu tenha um assentamento do jeito que eu penso que deve ser meu assentamento, pra que quê eu quero aquele assentamento. Então a dinâmica era mais ou menos isso, a gente fazia um planejamento com o setor,** ia para a área, passava (...) 15 dias lá e ficava, acho que 5 dias aqui e voltava de novo, ficava nessa, a dinâmica era vim para cá e ir pra lá. Eu ficava numa região muito pequena, muito específica que era a região da Baixada...(ASSISTENTE SOCIAL 03, 2009).

A proposta presente no programa LUMIAR era justamente motivar a organização autônoma do assentamento, na perspectiva de que o público assentado se desvinculasse dos laços estabelecidos com os movimentos sociais. Entretanto, ao contrário dessa expectativa, observamos que a problematização da realidade social junto aos assentados, motivada pelos técnicos do programa LUMIAR, a partir de um planejamento das atividades realizado com o *Setor de Produção* do MST, incitava a necessidade de manter o vínculo da luta particular com a geral, empreendida através dos trabalhadores camponeses organizados no MST.

No caso da prática mais específica da Assistente Social, observamos que, apesar de sempre atuar de forma articulada com a equipe, o seu papel tinha uma delimitação importante, que era atuar no processo organizativo dos grupos sociais, seja daqueles que se organizavam a partir de motivações relacionadas exclusivamente à produção agrícola, seja dos que se formavam para garantir a produção da vida social em geral. Na narrativa abaixo a Assistente Social expõe exemplos desse processo, destacando alguns elementos da sua prática:

na época se organizou um grupo de mulheres, no sentido de pensar a produção e a ação das mulheres, a atuação, participação das mulheres na organização da comunidade. E nós organizamos o grupo de jovens, quando eu digo organizamos, não foi o profissional que foi lá e organizou, **quando eu digo organizamos é: compomos o processo organizativo.** E aí na época a **Vila Diamante estava estruturando a rádio comunitária, então nós contribuimos com a organização dos programas, com a organização do grupo que iria gestar, administrar a rádio,** então dando orientações para a diretoria, tinha uma diretoria. Então, desde a diretoria até mesmo organizar os programas, contribuir com o processo de capacitação da rádio, a gente ajudou. Lá eles têm três grupos produtivos organizados, já tinha na época, uma cooperativa, uma associação e um grupo coletivo, então **a gente contribuía diretamente com a gestão do grupos, ajudava**

ao grupo que tinha dificuldades na questão de prestação de contas, de organizar o arquivamento dos documentos, essas coisas assim. Então como fazer funcionar uma cooperativa, a parte administrativa dela e tal (ASSISTENTE SOCIAL 3, 2009).

A intervenção do Assistente Social em conjunto com a equipe interdisciplinar visava atingir objetivos de curto, médio e longo prazos, que estavam relacionados à vida do assentamento e, conseqüentemente, à existência do MST nesse processo. Isso pode ser verificado quando observamos que a proposta de organicidade do MST nos assentamentos era um dos elementos que também fazia parte do trabalho realizado pela Assistente Social. Deste modo, evidenciamos que a prática da Assistente Social através do LUMIAR tinha uma articulação com à organização do MST nos assentamentos:

a proposta na época de organização era dos núcleos de família. Então era exatamente o momento de discussão de núcleos de família. E qual era a proposta? A proposta era que há cada dez (...) famílias formaria-se um núcleo de família. Então, olha que proposta interessante, a cada dez famílias, um núcleo. Esse núcleo, ele iria compor, e aí esses núcleos eles não tinham uma rigidez na sua formação, podia ser as pessoas que tinham mais afinidades, formavam espontaneamente, podia ser um núcleo que tivesse relações de parentesco, de proximidade da vizinhança, certo, não tinha uma rigidez dos critérios de participação do grupo. Então eles mesmos se auto formavam e aí esse núcleo ele tinha que ser coordenado por um homem e por uma mulher. **E aí também nosso trabalho, no processo de discussão dessa dinâmica, contribuir no processo de coordenação das reuniões.** Então, para que homens, mulheres, coordenadores montassem uma pauta de reunião, organizasse, coordenasse, registrassem. Então esses núcleos eles iriam estudar, eles iriam discutir os problemas, eles iriam pensar as festas, as comemorações, tudo enfim. Nesse grupo a gente ia ter alguém, um “especialista”, que ia se responsabilizar para compor uma discussão sobre educação, sobre a produção, sobre a formação, sobre a saúde, e etc. Então, desses grupos todos, se iria tirar a coordenação do assentamento, então a representação do assentamento ela teria indicação da própria base, que é a lógica, a dinâmica organizativa do MST. Então concretamente era isso que acontecia na (...) época. Era essa a discussão. (...). É dessa época os vários núcleos de famílias que têm. (ASSISTENTE SOCIAL 3, 2009) (grifo nosso).

Ainda enfocando a prática de Assistentes Sociais que se inseriram, tanto no MST quanto na FETAEMA através das demandas formuladas pelos programas estatais implementados em convênio com essas organizações, temos também aquelas Assistentes Sociais que atuaram no Programa de ATES.

Mas, antes de considerar a prática dessas Assistentes Sociais, cabe ressaltar que, apesar de bastante parecido com o Programa Lumiar, o Programa de ATES era mais burocratizado e movido por resultados quantitativos, por isso, as exigências colocadas pelo INCRA engessavam em grande medida a atuação dos profissionais, inclusive das Assistentes Sociais que eram desse programa, tanto pelo MST como pela FETAEMA. Isso fica exposto na fala abaixo, em que uma das profissionais coloca algumas diferenças entre esses dois programas:

Há uma burocracia muito maior agora, nos programas de agora. Há uma burocracia, que isso engessa em muitos aspectos, engessa a atuação do próprio profissional. (...) com o Lumiar nós tínhamos o interesse de [promover] um desenvolvimento sócio-econômico do assentamento, mas nós tínhamos muito mais fluência e autonomia em relação ao programa Lumiar. Uma atuação agora [na ATES], ela é muito mais engessada. Por que? Primeiro porque realmente, burocraticamente falando, tem um nível de exigência muito maior. Segundo, há uma fragilidade horrível sob o ponto de vista da liberação do recursos. (...) os profissionais, eles vão para a área, mas eles não sabem, é um programa muito pontual, definido, você só tem meses, então (...), a gente não consegue com isso um comprometimento político de muitos profissionais. Com o Lumiar, todos os profissionais do Lumiar, eram profissionais envolvidos com a questão, obviamente que, uns com mais compromisso, mas em regra nós tínhamos uma equipe muito mais preocupada com o ponto de vista do desenvolvimento rural do que esse tipo de programa que tem hoje, esse programa de hoje é muito mais (...) extensionista, (...) do que um trabalho de desenvolvimento (...) dos aspectos político-organizativos da comunidade. O Lumiar ele tinha esse caráter mais (...) político-organizativo. Então nos tínhamos equipes que tinham uma inserção muito grande nas áreas (...) (ASSISTENTE SOCIAL 3, 2009).

Os elementos destacados acima subentendem algumas características presentes na implementação do Programa de ATES, pois quando a Assistente Social aborda que os níveis de exigências e de burocratização desse programa comprometiam a qualidade do trabalho, é justamente porque o mesmo se dava por etapas, ou seja, era preciso que uma etapa fosse concluída para que os recursos, que garantiam o pagamento de salários e as ações que deveriam ser desenvolvidas, fossem liberados pelos INCRA. Apesar de objetivamente correto, é incontestável que esse critério emperrava um trabalho qualitativo, já que não se considerava a forma particular de funcionamento de um assentamento e sobretudo da vida do trabalhador camponês. Em muitos casos a pressa em realizar uma ação, mesmo diante das adversidades do cotidiano da vida rural, acabava fazendo com que os profissionais não se preocupassem com os princípios políticos que moviam os interesses do MST, pois a preocupação principal se voltava para garantir a meta exigida pelo INCRA. Assim, era interesse dos profissionais garantir as atividades em tempo hábil, afinal, sem o cumprimento das metas, os salários e os recursos necessários para as próximas atividades atrasavam para serem liberados. Esses elementos são destacados na fala abaixo, em que uma das Assistentes Sociais atuantes no MST faz novamente uma comparação entre o LUMIAR e o Programa de ATES:

nós no Lumiar, nós tínhamos uma responsabilidade de organizar, por exemplo, eu na área social, eu tinha responsabilidade de fazer a discussão sobre o processo organizativo da comunidade, eu não tinha a obrigação de ter: dois grupos de mulheres formados, duas associações, quatro grupos de jovens, não é isso, mas era suscitar esse processo, mas um processo que é da própria comunidade, e ela mesma vai dá a resposta, inclusive pra si. Tinha o interesse de organizar a comunidade. Hoje, [na ATES] nós temos que ter “trocentos” cursos, é curso pra cá e curso pra lá, tem todo esse resultado numérico que (...) os profissionais tem que trazer, (...) [o que] não garante efetivamente a qualidade de atuação do profissional. O fato dele ter feito o relatório, inclusive de ter feito a atividade, e isso constar em relatório, isso não garante a qualidade e o compromisso, o aspecto político daquela atividade, e o que nos importava no Programa Lumiar era a atuação política. É claro, econômica,

produtiva. Então, nós trabalhávamos muito a questão de gestão das cooperativas, trabalhamos muito a questão de organizar a cooperativa, de organizar a associação, que significava isso, mas isso tudo sob o ponto de vista, de como que a cooperativa ela vai ter uma estrutura de direção coletiva, não era uma cooperativa simplesmente cooperativa pra ser cooperativa, mas qual é o sentido da cooperativa, qual o significado dela pra comunidade, como a estrutura deve se dá pra não se reproduzir a estrutura social que nós temos, como permitir que as decisões fossem não do presidente mas do grupo como um todo, e que todos tenham as mesmas oportunidades, o mesmo poder de voz, o mesmo poder de decisão, de deliberar as coisas e tal, e que todos se responsabilizem pelo processo e não fiquem esperando pelo presidente da associação ou da cooperativa, mas como é que a gente vai se organizar de forma coletiva lá dentro (ASSISTENTE SOCIAL 3, 2009).

Ao percebermos claramente a distinção que se operava no processo de implementação do Lumiar e da ATES observamos, por exemplo, que o programa de ATES demandava uma prática profissional que se prendesse prioritariamente aos aspectos quantitativos. Entretanto, é válido ressaltar que havia constantemente processos de formação política e técnica promovidos pelo MST aos técnicos que atuavam nas suas áreas de assentamento, o que num longo prazo ajudava os distintos profissionais a ter um maior compromisso político com a causa da Reforma Agrária. Porém, vários aspectos contribuíam para que isso não se efetivasse, entre eles podemos destacar a durabilidade do Programa, o atraso no repasse dos salários e as precárias condições de trabalho, que provocavam uma grande mobilidade de profissionais nas equipes interdisciplinares.

É a partir da configuração desse programa que duas Assistentes Sociais foram chamadas para atuar inicialmente, uma pelo MST e a outra pela FETAEMA.

No caso da Assistente Social que atuou em áreas de assentamento do MST, percebemos que a mesma esteve vinculada à ATES durante seis meses, que foi o período contratado pelo INCRA. Nesse curto prazo, a sua participação numa equipe de trabalho interdisciplinar foi repleta de descobertas, que exigiram uma análise mais apurada a respeito do seu papel na ATES. Segundo sua fala, foi fundamental uma intervenção inicial que desmistificasse junto à equipe de trabalho, e até mesmo nos assentamentos, o papel de uma Assistente Social nesse programa, além disso, foi preciso que ela conhecesse melhor a própria realidade onde iria atuar, tendo em vista uma ação mais capacitada. Na narrativa abaixo podemos evidenciar os processos da prática dessa profissional:

quando eu entrei, na ATES (...) a minha prática (...) ela foi uma coisa bem construída. (...) porque assim, no programa, o técnico agrícola, o agrônomo, parece assim, que estavam ali é isso aqui a minha ação, mas para o Assistente Social isso não estava muito claro. Então eu entrei completamente perdida,...) (...) quando eu me deparei com o campo foi outro susto. Primeiramente porque eu estava numa equipe, que era uma equipe interdisciplinar, mas eu era a única mulher da equipe, e Assistente Social. Então assim, quando tu chega lá nas áreas, nos assentamentos, a principio o foco da questão é a produção, até mesmo para o próprio assentado. (...) ele parece que não visualiza o Assistente Social, meio que não compreende. “Ah por

que esse profissional está aqui?”. E eu me deparei várias vezes com esses questionamentos. E me sentia também até um pouco excluída. Não só enquanto Assistente Social, mas também enquanto mulher, (...) até mesmo por conta de uma questão cultural, é uma área onde o machismo ele é muito presente, é muito forte, e a equipe me via assim meio como a menina que vai cuidar da questão do INSS. Então primeiro, (...) desmistificar com a equipe que eu não estava ali para ser a secretária do grupo, a gente tinha uma equipe interdisciplinar e que ali todos tinham um papel específico dentro da assistência técnica e que o trabalho era conjunto.
(...)

E também a questão de compreender o próprio espaço onde eu estava inserida, apesar de já ter conhecido um pouco o assentamento, mas aquilo ali era muito novo, eu me deparei também com outras questões em relação ao próprio movimento dentro desse espaço, que você quando vai tem uma visão muito romântica do movimento, que ele é um consenso, e ali você se depara com questões, tipo assim, o MST ele não é homogêneo, existem diferenciações e isso eu fui percebendo, no decorrer desse processo (ASSISTENTE SOCIAL 1, 2009).

Na perspectiva de apresentar qual seria seu papel junto à equipe técnica nos assentamentos, um dos elementos da prática dessa profissional esteve relacionado à intervenção na metodologia de funcionamento do trabalho a ser realizado. Observamos que a sua “direção metodológica” na equipe, incitou uma atuação mais organizada dos outros profissionais, no sentido de que era necessário pensar os passos a serem dados. Isso demonstra a preocupação dessa profissional em pensar política e tecnicamente as ações, dando menos destaque aos aspectos quantitativos exigidos no programa, como podemos perceber na fala abaixo:

eu tive algum embates com a equipe muito pela questão metodológica. A gente que passa pela academia, a gente tem método para tudo, para o que parece uma simples reunião você tem que ter uma metodologia para isso. Então assim, o grupo achava que: “ah porque a gente vai reunir para planejar uma reunião?”. Eles não entediam muito, (...) era meio complicado. Como (...) de nível de terceiro grau tinha eu e o agrônomo, eu ainda tive meio que o suporte dele também, era a gente sentar, a gente discutia o porque que era importante, porque se a gente tem método a gente vai saber porque que está fazendo e a possibilidade da gente alcançar nosso objetivo era maior que a gente fazer de qualquer jeito. Uma mobilização, você tem que saber como você vai fazer essa mobilização, não dá pra achar que dá pra fazer a coisa de qualquer jeito. Então, essas discussões, mesmo assim, do ponto de vista operacional foi muito importante. Sentar com a equipe. Então isso já foi um espaço, um meio, pra eu poder (...) mostrar porque que eu estava ali...(ASSISTENTE SOCIAL 1, 2009)

No seu processo de inserção na equipe de trabalho citada, a Assistente Social tratada acima identificou qual deveria ser o foco de sua prática nos assentamentos que compõem o MST. Verificamos que, igualmente à Assistente Social que atuou no LUMIAR, a profissional a que nos referimos atuou prioritariamente no processo de sensibilização e organização da comunidade assentada para a garantia de procedimentos relacionados à reprodução agrícola e social dos trabalhadores camponeses assentados:

em termos de atuação, acho que esse meu olhar, eu tinha um olhar diferenciado em relação à equipe, e a questão na medida do possível eu estava sempre com eles.

Ainda que fosse um coisa bem específica da prática deles, mas eu tentava, na medida do possível acompanhar. Primeiro não pra eu me interar, me aprofundar naquilo ali, mas eu tinha que conhecer um pouco como funciona essa dinâmica, pra ver onde é que posso estar contribuindo. Por exemplo, a questão de **elaboração de projetos de arranjos produtivos** que é uma coisa bem específica, mas pra isso **se tem todo um processo, uma elaboração, e incluindo esse processo: mobilização, reunir com a comunidade, discutir com a comunidade, então eu buscava, na medida do possível ver onde é que eu enquanto profissional, eu poderia está dentro desses espaços, contribuindo nesses espaços.** Então me apropriar de algumas discussões, até mesmo para eu me comunicar com a comunidade, porque se eu vou pra lá e eu não sei o que é um arranjo produtivo, eu não sei o que é uma roça de toco. Então eu tenho que me apropriar disso, pra eu poder realmente me comunicar e conversar com a comunidade, até para que a comunidade perceba que eu não sou a menina que está ali para cuidar do INSS, mas que eu tenho um papel dentro dessa equipe (ASSISTENTE SOCIAL 1, 2009)

Quanto a Assistente Social que se inseriu na FETAEMA por conta das demandas do programa de ATES, observamos no item anterior que a mesma assumiu uma função diferenciada em relação à Assistente Social que integrou à equipe de ATES contratada pela cooperativa vinculada ao MST, com isso, verificamos que inicialmente sua prática profissional visou atender demandas técnicas desse programa.

Esta profissional foi demandada para *coordenar* uma equipe interdisciplinar que era responsável em *monitorar as atividades realizadas* por entidades contratadas pela FETAEMA. Aí, verificamos que a formação dessa equipe teve como um de seus objetivos a garantia de um aspecto primordial ao funcionamento do programa de ATES, isto é, *sua atuação deveria fazer com que o quantitativo de atividades planejadas no projeto aprovado pelo INCRA fossem cumpridas*, tendo em vista que a não efetivação do planejamento no período determinado comprometeria a liberação dos recursos para pagamento de pessoal e para a realização de futuras ações. É nesse sentido que a Assistente Social a que estamos nos referindo atuou na FETAEMA, conforme fica subentendido no relato abaixo:

O trabalho, as atividades realmente que a “gente” desenvolvia, nesse primeiro momento era mais trabalhar a questão geral. Como que seria essa questão geral? Por exemplo: um ponto, uma atividade para ser feita eram os **Planos de Desenvolvimento (PDA)**. Então a “gente” **acompanhava como estava sendo elaborado por essas entidades**, vinha pra cá a “gente” corrigia e tal, fazia os ajustes que deveriam ser feitos. Na época do planejamento a “gente” acompanhava pra ver se realmente era daquela forma. No mês seguinte a gente ia pra saber se realmente foi feito, como foi feito, o por que de não ter sido feito (ASSISTENTE SOCIAL 2, 2009).

Com isso percebemos que a prática dessa profissional se deu nos processos de **coordenação** de uma equipe interdisciplinar; **monitoramento** de atividades realizadas por entidades contratadas pela FETAEMA; e, **planejamento** das atividades na perspectiva de

atingir o quantitativo demandado pelo INCRA. Ou seja, a prática se baseou em elementos mais técnicos que políticos.

Noutro momento, apesar de ter continuado na FETAEMA para atender as demandas da ATES, essa mesma profissional foi direcionada para atuar na coordenação dos núcleos de trabalho que ficaram sob a responsabilidade da FETAEMA, após a saída de uma das entidades que lhe prestava serviços, conforme já mencionamos no item anterior. A partir de então, o processo de atuação dessa Assistente Social se voltou para assessorar o planejamento e as ações dos núcleos de ATES, contratados diretamente pela FETAEMA. Isso possibilitou maior autonomia da FETAEMA, e conseqüentemente dos profissionais dessa equipe de coordenação, no que se refere à organização do trabalho que deveria ser realizado nos assentamentos. Foi possível articular com maior facilidade os interesses políticos relacionados à organização dos trabalhadores pela FETAEMA, com os interesses técnicos do trabalho de ATES. Isso fica apontado na fala abaixo:

no segundo momento já foi diretamente com essas áreas que a FETAEMA contratou os técnicos, então, saindo essa entidade, a FETAEMA vai executar, ela sai daquela coisa de está acompanhando, e ela vai para a execução. Não de 100% do convênio, mas sim de uma grande parte. Continuaram três entidades, eram quatro de início, sai uma e a gente assume essa que saiu. **Ai já fica assim, eu já tenho um trabalho mais intensivo porque ai eu tenho que está em todas as áreas da gente, em todos os núcleos, nós tínhamos muitos e a gente tinha que está acompanhando. Por exemplo, se a gente fosse em Santa Luzia, lá nós tínhamos 33 técnicos que estavam lá em três municípios, então a gente juntava aquele núcleo, e tinha que acompanhar.** Então a FETAEMA, ela tinha no convênio todo 181 técnicos, na Federação nós tínhamos 33 de nível superior e 22 de nível médio. Então **a gente tinha que está acompanhando direto, cada núcleo a gente ia pra o planejamento, então no início de mês era coisa de planejamento. Então a gente ia, ajudava, acompanhava, e fazia aquela mesma coisa que a gente fazia junto à entidade, só que com as entidades, a gente fazia direcionada às entidades, e com a FETAEMA não, era diretamente no núcleo. Então a gente percebeu nas falas, nas reuniões, que nós tínhamos os comitês gestores em cada núcleo desse, que com a execução da Federação foi bem melhor, que a gente conseguiu acompanhar in loco.** Porque com as entidades, **a gente participava assim num dia de campo, fazia uma visita, trabalhava a questão dos relatórios, que eles tinham que está enviando pra gente.** Mas sai dessa condição, e fica muito mais próximo, mas perto deles o todo tempo nesses núcleos, e ai a gente visitava as próprias área e tal. Então, era um coisa mais direcionada, antes a gente fazia uma coisa mais geral, e com a execução da FETAEMA era todo tempo com os colegas (ASSISTENTE SOCIAL 2, 2009).

Outra Assistente Social que adentrou na FETAEMA para atuar na implementação de programas e/ou projetos estatais executados por essa organização, foi a profissional que trabalha na execução do *Projeto Formação de Multiplicadoras/es em gênero, saúde, direitos sexuais e reprodutivos no campo*, conforme já ressaltamos no sub-capítulo anterior.

Este projeto, nomeado popularmente pelas equipes estaduais que atuaram na sua execução de *Projeto Saúde e Gênero no Campo*, resultou de uma parceria entre a CONTAG e

o Ministério da Saúde, com os pressupostos de construir referenciais para uma Política Nacional de Saúde para as Populações do Campo; e de fortalecer a política de controle social por parte do Ministério da Saúde junto aos movimentos sociais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

De acordo com os dados do convênio, o objetivo central desse Projeto visava potencializar o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) no exercício do direito à saúde e sua atuação na formulação da Política de Saúde para a População do Campo, com a perspectiva da territorialidade e da igualdade de gênero, articulada com as dimensões de geração, raça e etnia. Nesta perspectiva, os objetivos específicos do projeto eram: fortalecer a capacidade de intervenção do MSTTR, em Conselhos de Saúde e na gestão do SUS, por exemplo, por meio da formação de multiplicadores capacitados nessa área; e, sistematizar e incorporar metodologias que transversalizassem os temas do projeto nas Políticas do MSTTR e na Política de Saúde para a População do Campo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

Esse projeto tinha uma abrangência nacional, e estrategicamente, as FETAG's sub-conveniadas deveriam escolher um Território (composto por vários municípios), onde as atividades do projeto se desenvolveriam. A Coordenação/Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais integrantes de cada FETAG's foram indicadas para assumirem a coordenação executiva em cada estado, considerando que a articulação com as demais secretarias ou comissões que compunham as Federações também deveria ocorrer.

Seguindo esses objetivos e critérios, a execução desse projeto no estado do Maranhão se efetiva sob a responsabilidade da Coordenação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAEMA, a partir do sub-convênio com a CONTAG realizado desde 2005. Ao todo foram indicados (as) 90 multiplicadores (as), entre trabalhadores (as) camponeses, lideranças sindicais e comunitárias, para participarem das atividades e ações educativas do projeto. Os multiplicadores indicados fazem parte do Território selecionado pela FETAEMA para a implementação do projeto, o qual abarca a Região da Baixada Ocidental, que é composta por 14 municípios, entre os quais: Axixá, Bacabeira, Barreirinhas, Cachoeira Grande, Icatú, Humberto de Campos, Presidente Juscelino, Morros, Primeira Cruz, Rosário, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Santo Amaro e São Luís (FETAEMA, 2008).

A atuação da Assistente Social que consideramos se deu no âmbito da Equipe Técnica Executiva do *Projeto Saúde e Gênero no Campo*, coordenada por outra Assistente Social que não integra mais a equipe. As ações dessas profissionais seguiram os objetivos

gerais e específicos mencionados acima, e enquadraram-se nos eixos Operativos do Projeto (EOP).

Nesse sentido, uma das atividades desenvolvidas se direcionou para o processo de *Sensibilização e Planejamento das Atividades Iniciais do Projeto*, que demandou a participação daquelas profissionais em *Seminários de Planejamento das Atividades no âmbito nacional* e requereu que elas encaminhassem esse mesmo tipo de ação em nível territorial; e a realização de diagnósticos rápidos e participativos com o público do território selecionado para identificar: perfil do público, problemas de saúde, percepção do público sobre os temas do projeto, dados epidemiológicos. O desenvolvimento desses processos pedagógicos por parte das Assistentes Sociais que compunham esse projeto fica evidente na fala abaixo:

... nós vamos para Brasília onde nós recebemos uma capacitação dada pelo Comitê Nacional do Projeto, aí a gente vem prá cá para o estado e chama essas pessoas. (...). (...) lá em Brasília, é **um seminário**, nesse seminário nos vamos **falar o que é o movimento sindical, quais são as bandeiras de luta do movimento sindical**, volta aqui para o estado, faz esse seminário com essas pessoas, e tudo mais, para que elas possam desenvolver isso no seu município (...). (...) num primeiro momento, a gente **fez um diagnóstico**, onde nós fomos entrevistar (...) o Secretário Estadual da Saúde, um funcionário da secretaria, o gestor, um funcionário, e uma pessoa da comunidade, a gente usava o gravador, e fizemos um diagnóstico (...). (...) na primeira capacitação, a gente fez um diagnóstico rápido participativo, onde as pessoas que foram, nós realizamos seminários municipais, o sindicato convidou os seus parceiros lá para levar essa pessoas para a gente apresentar o projeto, e quem se sentisse sensibilizado vir a ser um multiplicador. Então primeiro a gente fez esse processo, de escolha dessas pessoas num evento municipal, e aí depois que a gente escolheu essas pessoas, formou os 90,(...) nós fizemos esse seminário para fazer um diagnóstico, e figura focal, nós trabalhamos com figuras focais, pra tentar detectar quais são os problemas ali naquele município, com aquele recorte que nos tínhamos, aquela delimitação, (...), se é violência sexual, se é a questão dos agrotóxicos...(ASSISTENTE SOCIAL 6, 2009).

Além disso, a atuação destas profissionais se direcionou para os processos de *formação e capacitação, produção de material didático-pedagógico, e para a realização de atividades Educativas e de Controle Social das Políticas Públicas de Saúde (multiplicação) junto às populações rurais do território selecionado* (nos STTR, nas comunidades, nas escolas, nos assentamentos, nas igrejas, com os grupos de mulheres, jovens e 3ª idade, etc.). As atividades Educativas se davam inicialmente em nível nacional, junto as equipes executivas, e posteriormente tais equipes organizavam o mesmo tipo de capacitação em cada estado, conforme explica a Assistente Social da FETAEMA, ao destacar as oficinas que já realizaram e os temas que discutiram junto com público do projeto no Maranhão:

(...) a segunda vez [da capacitação] a gente trabalhou, sobre a questão do aborto, sobre a violência contra a mulher. Voltamos para cá, chamamos novamente essas pessoas... (...) a última agora, foi para que essas pessoas pudessem, diante do que elas já aprenderam ir conhecer os meio de comunicação, foi uma oficina de rádio, aí a gente

chamou o Conselho de Segurança Alimentar para dá palestra, Dr. Silvia que trabalhou a questão de DST-AIDS, o Gil Maranhão, que é Assessor de Comunicação daqui, para trabalhar a questão da comunicação, como fazer um programa de rádio. Para que essas pessoas possam se sentir parte e lá no seu município ir procurar esses meios (ASSISTENTE SOCIAL 6, 2009).

Afora isso, estas profissionais realizaram ações de *Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Projeto*:

(...) a gente faz visitas também, só que as visitas já foi do ano passado para cá. Visitas assim mensais, a gente vai lá, conversa de novo com essas pessoas, leva o material, vê o que essas pessoas já estão, diante do que aprenderam, o que elas já estão multiplicando, porque a idéia é essa, multiplicar isso para essas pessoas para que elas se sintam sujeitos e possam lá também tá buscando novos sujeitos para trazer as bandeiras de luta do movimento sindical lá na base...(ASSISTENTE SOCIAL 06, 2009).

Os resultados iniciais da atuação dessas profissionais nesse projeto apontam a melhoria no processo de articulação da FETAEMA com outros organismos que podem favorecer a melhoria dos serviços de saúde prestados à população do campo, conforme fica subentendido na fala abaixo:

Através desse projeto nós conseguimos articulação com coordenação estadual de DST-AIDS, nós conseguíamos inserção nos conselhos, que até então não tinha, teve a subida do conselho estadual da mulher para os municípios estarem formando nos municípios os conselhos municipais, tá capacitando para posteriormente formar os conselhos municipais, e a gente pode está mobilizando, tá falando para o sindicato da importância (ASSISTENTE SOCIAL 06, 2009)

Com isso, observamos que a prática das Assistentes Sociais executoras do *Projeto Saúde e Gênero no Campo* se voltaram à promoção dos processos de **articulação e formação**. Isto é, procurou-se promover a articulação da FETAEMA e seus sindicatos com os órgãos públicos, estaduais e municipais, ligados à implementação da Política de Saúde nas áreas rurais, na perspectiva de formar parcerias que pudessem garantir a melhoria dos serviços prestados à população do campo. Por outro lado, a atuação dessas profissionais se deu no sentido de capacitar os trabalhadores camponeses para uma intervenção crítica e qualificada nos espaços de controle social da Política de Saúde. *Esses processos se deram através de oficinas e seminários*, os quais contaram tanto com palestras e discussões proferidas pelas Assistentes Sociais do projeto, quanto com convidados.

Consideramos que a atuação dessas profissionais, a partir do Projeto citado, junto aos trabalhadores camponeses, tem contribuído para o enfrentamento da questão agrária na medida em que a busca pela melhoria dos serviços de saúde no campo é ponto fundamental para a qualidade de vida das famílias trabalhadora rurais.

É válido ressaltar ainda que, a contribuição destas profissionais junto à luta dos trabalhadores camponeses no âmbito da FETAEMA, não se restringe à atuação vinculada às atividades do *Projeto Saúde e Gênero no Campo*, considerando que a vinculação de todos os profissionais nessa organização ultrapassa uma atuação meramente técnica, já que exige um compromisso político com a luta dos trabalhadores, e conseqüentemente a disponibilidade em contribuir em outros processos de trabalho. Nesse caso, essas profissionais também desenvolviam outras ações, no sentido de qualificar a intervenção da FETAEMA, e particularmente da Coordenação de Mulheres Trabalhadora Rurais junto aos trabalhadores(as) rurais sindicalizados. Isso fica claro num fragmento retirado do relatório de trabalho daquela Coordenação relativo ao ano de 2007:

Outro aspecto importante é o trabalho do Serviço Social, composto por 2 (duas) Assistentes Sociais, que eventualmente ministram palestras sobre a Lei Maria da Penha, Programas Sociais, O papel da Mulher no Movimento Sindical, entre outros temas de interesse do MSTTR. Também realizam atendimentos de encaminhamentos a consultas médicas, psicológicas, cirúrgicas, exames de alta complexidade, aquisição de cadeiras de rodas, enxoval de bebê, cestas básicas, distribuição de preservativos (camisinhas), folders, cartilhas, cartazes; orientação e encaminhamentos para programas sociais, tais como: Bolsa Família, propiciando ao usuário (a) desta entidade o acesso adequado às políticas públicas ao qual tem direito (FETAEMA, 2007: 37).

Quanto à prática de Assistentes Sociais que assumiram demandas intrínsecas e únicas, tanto do MST como da FETAEMA, temos como referência inicial aquelas profissionais que se desvincularam de um trabalho relacionado à implementação de convênios relativos à programas e projetos governamentais e passaram para uma atuação ligada às demandas citadas. Nesse caso, conforme já destacamos no item anterior, temos as Assistentes Sociais que assumiram funções no Setor de Projetos do MST e outra vinculada à Secretaria de Política Agrícola da FETAEMA.

No Setor de Projetos do MST a prática de duas Assistentes Sociais se dirige ao processo de **elaboração, sistematização e acompanhamento** de projetos sociais e à articulação com entidades/órgãos nacionais ou internacionais, estatais ou não, que possam favorecer a implementação dos projetos elaborados. O detalhamento, com destaque para os processos que envolvem a prática destas profissionais no Setor especificado, fica claro no relato abaixo:

nós fazemos (...) projetos técnicos, [os] produtivos(...), (...) eu não elaboro, quem elabora é um outro tipo de profissional, por exemplo, o próprio projeto da ATES, eu não elaboro, quem elabora são pessoas do Setor de Produção. (...) nós do Setor de Projetos, nós elaboramos projetos, sistematizamos as informações, fazemos um pouco o monitoramento desses projetos, fazemos os relatórios desses projetos, e somos nós que mantemos a relação com as organizações parceiras, que conversamos, que discutimos com elas, que fazemos articulações de captação de

recursos, é nesse sentido. Então, a gente trabalha, por exemplo, com um projeto na área da educação, a gente trabalha com o pessoal do Setor de Educação, a gente senta, até porque o MST tem uma dinâmica, como tem uma estrutura, onde os grupos de base, os grupos de assentamento, a gente tem essas instâncias deliberativas, elas têm relações próximas, então o Setor de Educação que não é composto,(...) por pessoas assessoras, ele é composto por pessoas dos próprios assentamentos, que fazem a discussão da educação, dos processos educativos e tal. Então a gente senta com esse Setor, e a gente discute a demanda do setor, o que precisa, o que esta sendo planejado, o que se está pensando efetivamente para o Setor de Educação, a partir disso a gente sistematiza, vai procurar editais e vai tentar fazer articulação com entidades parceiras, e vai fazer uma divulgação das idéias do setor. A partir disso elabora-se os projetos dentro das estruturas que existem e vai se negociar projeto. Então quem monitora efetivamente, porque é quem planeja o projeto é o Setor de Educação, quem elabora o projeto somos nós, mas quem planeja a execução do projeto diretamente é o próprio Setor. Mas ai qual é a dinâmica que nós temos, nos acompanhamos os setores, se não na sua dinâmica cotidiana, porque nós não fazemos o trabalho no Setor de Educação, porque temos as atividades cotidianas aqui, mas a gente acompanha a discussão dos setores. Então o Setor faz um planejamento da realização das atividades, e a gente vai meio que monitorando isso, como está, como não está, as vezes a gente participa de atividades, não dá para participar de todas, e depois a gente senta de novo e recolhe todo o material, que foi sistematizado pelo setor e tal, e se constrói o relatório (ASSISTENTE SOCIAL 03, 2009).

Conforme observamos na fala acima, a dinâmica organizativa do MST permite que o processo de elaboração dos projetos se dê de forma articulada com os anseios da base, com as demandas que surgem diretamente dos assentamentos. Ou seja, o processo de elaboração dos projetos não tem a única perspectiva de captar recursos, mas visa prioritariamente fazer com que haja um desenvolvimento político e técnico dos assentados. Nesse sentido, a prática dessas Assistentes Sociais, que são vinculadas à militância do movimento, conforme já mencionamos, se dá no sentido de articular com os assentados essas demandas e a partir de então sistematizá-las, na perspectiva de elaborar os projetos sociais necessários à conquista dos objetivos do MST.

Nessa perspectiva, a contribuição da prática dessas Assistentes Sociais para a organização dos trabalhadores camponeses no processo de enfrentamento à questão agrária na contemporaneidade se efetiva desde o momento em que, vinculadas ao MST, essas profissionais se dedicam a conseguir a aprovação de bons projetos que possam render um desenvolvimento técnico-político e sócio-econômico aos trabalhadores camponeses, que objetivam a sua emancipação social. Isso fica claro na narrativa abaixo:

o nosso papel ele é muito importante, porque nós vamos estar fazendo uma articulação político-financeira para a organização. Por que contribuir com determinada ação? Por que contribuir com determinada atividade? A importância dessa atividade para a organização e emancipação daquele grupo político lá daquele assentamento, daquela região. Então o nosso papel, o papel do setor é super importante. Até porque, as nossas articulações elas são no sentido da própria autonomia, nós não temos uma relação de dependência, pelo fato de uma entidade, por exemplo, nos apoiar financeiramente, nós não estamos submetidos à ideologia daquela entidade, inclusive somos criteriosos em relação à apoio, em principio nós

não vamos negociar apoio com determinadas organizações ou empresas, por exemplo, porque a gente entende que é contraditório a gente receber apoio de certos grupos, por exemplo (ASSISTENTE SOCIAL 03, 2009)

Doutro lado, a prática dessas Assistentes Sociais no MST, e conseqüentemente as suas contribuições no processo de enfrentamento da questão agrária, não se restringe à ação desempenhada no Setor de Projetos, apesar das demandas presentes nesse espaço abarcarem grande parte do trabalho que as mesmas exercem na organização. Na verdade, o fato delas terem adotado a causa política defendida pelo movimento e de se identificarem como militantes da organização permitem com que as mesmas sejam demandadas para outras frentes de trabalho, as quais são primordiais para que o MST alcance os seus objetivos, que são: Reforma Agrária, terra e transformação social. Isso fica exposto quando uma delas explica como se dá a sua contribuição em outros espaços da organização ao mesmo tempo em que esclarece alguns processos pedagógicos que os profissionais de Serviço Social podem desenvolver nesse tipo de organização:

Na verdade é o seguinte, no MST, ninguém é de ninguém, ninguém é de um setor, um setor não tem a exclusividade de um profissional, de nenhum profissional. (...) O que vai acontecer? Qualquer ação, qualquer setor do MST tem o privilegio de ser composto por uma diversidade de profissionais. E todos transitam por todos os setores. (...). Então vai ter uma formação, vai ter um curso político, certo? Não é só o pedagogo que dá, mas eu vou pra lá, eu vou fazer uma discussão, eu vou ministrar uma disciplina. O agrônomo vai fazer um outro debate, ministrar uma outra disciplina. Ai vamos ter um curso formal, por exemplo, nós terminamos dois cursos agora, o Curso de Agropecuária e o Curso de Saúde Comunitária, o Assistente Social vai lá, por exemplo, eu dei aula de metodologia de pesquisa, nos demos aula, nós Assistentes Sociais, demos aula de sociologia. Então **nós vamos compor as várias práticas do conjunto de ações do MST**. Nós não vamos dá um diagnóstico agrônômico claro, que isso compete só ao agrônomo, nós não vamos dá um diagnóstico médico, que só o médico vai fazer isso. Mas **nós vamos estar nas equipes que vão discutir, por exemplo, por que aquele problema e o que nós podemos enquanto coletivo fazer para resolver aquele problema**, agora é claro que tem aí suas particularidades, as duas coisas, cada profissional tendo a sua, mas essa ação ela vem responder, ela vem como base nessa discussão maior. Então não se fica só aqui fazendo projetos. Por exemplo, semana que vem eu vou está numa comunidade fazendo uma discussão de dois dias sobre (...) a participação, o que é participação, pra que participar, porque participar, como nós participamos, discutir a ação política do sujeito.

Por outro lado, (...) eu também dirijo, eu também cozinho, eu também faço qualquer outro trabalho que qualquer outra pessoa faria. Então nós vamos ter uma mobilização, e eu vou compor a equipe de negociação com o Governador, então eu vou sentar com a equipe que vai pensar a pauta, que vai fazer uma proposta de pauta, que vai recolher as demandas e que vai elaborar a pauta. Mas na outra mobilização eu vou estar na equipe que vai organizar a infra-estrutura pra receber os assentados e assentadas que virão para a mobilização. Na outra mobilização eu vou compor a equipe que vai discutir a comunicação dessa mobilização, que vai fazer articulação com os meios de comunicação, que vai explicar o que esta acontecendo, que vai pensar profissionais pra fazer uma divulgação mais adequada, vai divulgar isso a nível nacional e etc. Vai dá entrevista e tal. Aí, na outra mobilização eu vou dirigir, eu vou fazer o percurso da marcha e vou analisar quantos quilômetros vai ser possível caminhar por dia, onde nós vamos parar pra comer, onde nós vamos parar para dormir, onde tem água pra banhar, fazer a articulação em cada espaço desse, se

é possível receber os sem terra, por que nós estamos marchando, então, fazer essa articulação de logística. Então, a cada mobilização, a cada ação, constitui-se equipes de trabalho, e você vai compor uma. (...). Tem um encontro estadual, você vai para a equipe que vai sistematizar o encontro, mas no outro encontro, você vai participar da infra-estrutura e daí em diante, ou seja, nós não temos os que pensam e os que executam, nós temos o que pensam e executam (ASSISTENTE SOCIAL 03, 2009).

Quanto à Assistente Social que é assessora da Secretaria de Política Agrícola e Meio Ambiente da FETAEMA, percebemos que a sua atuação nessa secretaria é direcionada ao fortalecimento técnico e político das articulações que a FETAEMA faz com órgãos governamentais ou outras entidades parceiras na perspectiva de efetivar ações relacionadas às temáticas agrícola e meio ambiente que possam beneficiar os trabalhadores camponeses vinculados aos sindicatos que a integram. Na atualidade, a prática desta profissional se dá no sentido de encaminhar e proporcionar o bom desenvolvimento de programas e projetos direcionados aos trabalhadores camponeses, tais como os ligados ao PRONAF, às temáticas dos Territórios Rurais, da Habitação Rural e da Alimentação Escolar. No que se refere ao PRONAF, o relato abaixo explica sucintamente como se dá a sua atuação:

nessa questão do PRONAF, [eu fico nessa] de estar acompanhando a legislação, de estar divulgando. Hoje nós temos assim, para a implantação, pra se ter acesso ao PRONAF você tem a questão da **DAP**, que é a **Declaração de Aptidão**, um documento realmente que identifica o agricultor. Mas aí a Federação junto à CONTAG e o Ministério [MDA] já está trabalhando de forma eletrônica. Então a gente trabalha a questão da divulgação, da legislação também em cima desse assunto. Sempre está saindo portaria para emissão de DAP, a gente vai acompanhando e a gente está trabalhando realmente na implementação da DAP emitida de forma eletrônica. A questão das renegociações, tudo em relação ao PRONAF eu acompanho aqui mais diretamente.(...).

(...). PRONAF no contexto geral, não diretamente no processo de elaboração de um projeto, até porque nós não temos conhecimento técnico para isso e nem estou interessada em aprender. Mas assim, é mais um acompanhamento, é mais o PRONAF como proposta realmente de um projeto de vida, não um projeto de dizer assim, começa aqui, tu vai pagar as parcelas e ele acaba. Não é assim. É essa coisa do programa, do programa de implantação da emissão de DAP eletrônica, a gente que está fazendo oficinas, nos trabalhamos por pólo, todas as oficinas a gente fica responsável e depois fica acompanhando isso aí (ASSISTENTE SOCIAL 02, 2009)

Conforme percebemos no relato acima, essa Assistente Social atua no sentido de esclarecer os direitos dos trabalhadores camponeses no que se refere ao acesso do PRONAF, bem como elabora ações que possam garantir esse direito, como é o caso da prática que desenvolve no sentido de garantir a emissão das DAPs, que são imprescindíveis para que o trabalhador camponês tenha acesso aos tipos de créditos constantes no PRONAF.

Quanto à participação desta Assistente Social nos Programas de Alimentação Escolar e da Habitação Rural, observamos que suas ações ainda estão no plano de apropriação

da proposta de trabalho e da articulação para a implementação dos mesmos junto aos trabalhadores camponeses, conforme aponta a narrativa abaixo:

A questão da alimentação escolar e da habitação rural são programas recentes, novos. A gente já participou de oficinas, a nível de região nordeste, aí nos estamos naquela fase de contato, por exemplo, com a CAIXA, na questão da habitação. Com a CAIXA estamos vendo como vai ser a questão da implementação do programa aqui, fase de levantamento de demandas, fase de contratação de técnicos. Então assim, esse dois programas eles são muito novos, então a gente está se organizando para começar a trabalhar (ASSISTENTE SOCIAL 02, 2009).

Além dessa prática, no processo de articulação e implementação dos projetos e programas citados acima, essa profissional também atua no sentido de qualificar a participação da FETAEMA nos fóruns de discussões, governamentais ou não, que se propõem à construir e encaminhar ações que favoreçam a agricultura familiar. Isso fica explícito no fragmento abaixo:

hoje a CONTAG participa dessa questão da REAF, que é a Reunião Especializada da Agricultura Familiar, nós temos representação em nível de MERCOSUL, nas discussões mais direcionadas para a questão dos jovens. E a gente tem participado na questão da organização das feiras, para a divulgação de empreendimentos que hoje o Estado tem (...).

(...). [Além disso,] a gente participa também das câmaras técnicas a nível de discussão. As Câmaras Técnicas Territorial, eu participo, eu que sou membro e a questão da Câmara Técnica de ATER eu participo enquanto Federação. Então a gente participa tanto nessa coisa de está executando, nessa coisa mais operacional e também temos a oportunidade de está trabalhando em fóruns de discussões, como é o caso dessas duas câmaras técnicas. A gente enquanto assessoria trabalha nas câmaras técnicas, enquanto que os diretores representam a Federação a nível de conselho. (ASSISTENTE SOCIAL 02, 2009).

Outras ações desenvolvidas pela profissional que estamos considerando e que são comuns às demais Assistentes Sociais que atuam na FETAEMA, ultrapassam o âmbito dos processos que estão relacionados diretamente à articulação dessa organização com o Estado ou outro tipo de entidade parceira. Ou seja, há uma atuação direcionada aos elementos que compõem de forma mais direta o processo de organização sindical, conforme indica o texto a seguir:

[Atuamos nas] próprias políticas do movimento, por exemplo, nós iremos ter agora o Festival da Juventude, então toda a assessoria ela participa. Por exemplo, o que a secretaria hoje está fazendo e que a gente pode ir lá trabalhar nessas oficinas com o jovens. Então todos nós iremos está lá nas oficinas. (...) nós iremos ter o Grito da Terra a nível estadual, a exemplo do Grito da Terra em nível nacional, a gente faz o regional. Então assim, toda a assessoria participa. E os cursos de formação do próprio movimento, toda a assessoria participa. Então assim, é além dessas políticas do próprio governo, de estar implementando. A gente também tem a do movimento que a gente acompanha na questão da formação (...). A exemplo da escola de formação que a gente participa. Tanto a gente tem a oportunidade de ser capacitada e depois pra fazer capacitação, formação. (...).

(...). Nesses eventos de formação a gente dá muito da questão agrária, como está a situação agrária, como é que está sendo implementado as políticas que o movimento

conquistou, e a análise mesmo sobre a questão da sucessão rural. São várias oficinas nesses eventos de formação e são várias as temáticas discutidas. A questão do jovem, como é que se insere, como é que esta vendo. Então, depende da temática. Se for a questão das mulheres, como é a questão do acesso para todas essas políticas, a condição dela enquanto família, enquanto mulher, então são várias temáticas (ASSISTENTE SOCIAL 02, 2009).

Em síntese, podemos considerar que a prática dessa profissional na assessoria da Secretaria de Política Agrícola e de Meio Ambiente da FETAEMA não desassocia a intervenção técnica da intervenção política, ou seja, para essa profissional fica evidente que não se pode desvincular esses dois interesses no trabalho que realiza. Afinal, o fato de estar atuando num movimento sindical que visa a conquista e garantia de direitos aos trabalhadores camponeses, bem como a emancipação política e social da classe trabalhadora, deixa claro a necessidade de defender essa causa.

Além das experiências profissionais citadas acima, devemos destacar ainda a atuação das profissionais de Serviço Social que se inseriram desde o início no MST e na FETAEMA a partir de demandas relacionadas diretamente aos objetivos desses organismos no seu processo de luta e organização dos trabalhadores camponeses. Nesse caso temos a profissional que adentrou no MST como militante do *Setor de Produção* e outra que entrou na FETAEMA, enquanto assessora da *Secretaria de Políticas Sociais*.

No tocante à militante com formação em Serviço Social que esteve¹⁰⁴ vinculada ao Setor de Produção do MST-MA observamos que sua prática se deu no âmbito da denominada *secretaria executiva* desse setor. Nesse caso, suas ações se direcionaram aos processos de *relatoria, sistematização, articulação entre a militância do setor, articulação geral também dentro do movimento*, articulações e negociações diretamente relacionadas a esse Setor de Produção com órgãos governamentais ou com outras instituições que são parceiras do MST. Além disso, a partir de sua maior inserção no Movimento, e particularmente no Setor de Produção, essa profissional passou a *contribuir para a questão do planejamento do setor, para a questão de elaboração da estratégia de atuação, que está relacionada à questão do planejamento, elaboração de projetos, negociações, coordenação de projetos*. Na narrativa abaixo essa profissional nos explica detalhadamente os elementos que compõem sua prática nesse setor específico do MST:

O MST além de suas instâncias políticas é organizado por frentes de trabalho, que são responsáveis por implementar as linhas políticas e construir o planejamento e executar o planejamento do MST, ai eu fazia parte de um desses setores, que é o

¹⁰⁴ É importante ressaltar que no momento dessa entrevista específica esta profissional encontrava-se afastada temporariamente das atividades do MST-MA, por isso os verbos que a mesma utilizou no decorrer das suas colocações foram usados no passado.

Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, responsável por pensar a organização, planejamento e ações voltadas para a produção agrícola e pecuária dos assentamentos que são base orgânica do MST. Então, esse setor, ele vai reunir várias atividades ligadas à cooperação, ligadas a questões de meio ambiente, de matriz tecnológica, da agroecologia, assistência técnica e formação mais direcionadas a essa temática, de produção, ambiental, enfim. Então essas são as ações gerais desse setor, dentro dessas ações gerais na verdade eu me situava de forma geral em todas elas (...). (...) as ações eram:

Articulação e negociação: O que era? Fazendo parte de um coletivo levar demandas e negociar essas demandas, negociar e cobrar em relação ao Estado, ou em relação a outras instituições. Em relação ao Estado, quem que eram essas instituições, que a gente sempre trabalhava com reuniões para negociação? INCRA, ITERMA, Escolas e Universidades, praticamente essas. E algumas Secretarias Estaduais, Secretaria de Agricultura, Secretaria Ambiental. Então sempre fazendo essa intermediação entre o movimento e o Estado. O MST é um movimento que trabalha com essa intermediação, através de mobilização, através das lutas, através de negociações, então eu fazia parte disso, as questões ligadas ao Setor de Produção que envolvia isso, então eu participava disso, então essa era uma ação.

Uma outra ação concreta, (...) era **relatoria e sistematização**. Relatório dessas reuniões de negociação, relatório de reuniões internas, relatório das reuniões de planejamento, relatório dessas reuniões de debate, e um trabalho que eu estava diretamente envolvida, que ai que é um trabalho mas que eu desenvolvi por iniciativa minha, que foi essa tentativa de organizar alguns dados sobre as demandas do MST. Por quê? O que acontecia? Era visível que quando se ia para as negociações não se tinha dados concretos e reais suficientes pra poder de argumentação nessas negociações, então eu tentei trabalhar um pouco nisso, a gente tentou organizar um banco de dados, algumas vezes a gente fez algumas reuniões com a Fundação do Banco do Brasil a gente apresentou, o MST, alguns dados na área da educação, na produção, enfim. Então esse trabalho de relatoria e sistematização na segunda ação. Sistematização e relatoria, tudo relacionado à questões diretas do setor, como eu coloquei anteriormente.

A terceira ação foi **elaboração de projetos**. Foram dois projetos específicos que eu participei do processo de elaboração, projeto de construção do Curso de Ensino Médio em Técnico Agrícola com Habilitação em Agropecuária feito em parceria com a [Escola] Agrotécnica de São Luís, e participei também do processo de elaboração do Projeto de Assistência Técnica [ATES] desde 2003, e depois que estes projetos foram aprovados eu acompanhei mais diretamente o projeto de assistência técnica. O Curso de Agropecuária, embora eu tenha participado da negociação e da elaboração do projeto, a execução dele foi com outras pessoas. Agora a execução do projeto de assistência técnica eu acompanhei desde o início até o período que eu fiquei ai.

E a outra, a quarta ação, (...) era no campo da **formação**. Formação política principalmente, com as famílias assentadas e acampadas, temas ligados também a questões relacionadas com o setor que eu fazia parte, que eu faço, que eu quero continuar fazendo parte dele. Temas ligados à organização política, cooperação agrícola, questão agrária, reforma agrária. Então eram objetivamente essas quatro ações específicas que eu estava, que eu participava, que eu desenvolvia, que eu estava fazendo parte no Setor de Produção no MST do Maranhão (ASSISTENTE SOCIAL 05, 2009)

Em relação à Assistente Social que se inseriu na FETAEMA a partir das demandas que estamos considerando, verificamos que a mesma está vinculada à Secretaria de Políticas Sociais, na qual atua basicamente no processo de articulação e implementação de ações relacionadas à Previdência Rural, à Educação no Campo (PRONERA), à proteção infanto-juvenil e ainda desenvolve uma atuação muito tímida na questão da saúde para o

campo. No relato abaixo essa profissional nos esclarece como se desenvolve sua prática na área da Previdência e Assistência Social direcionada aos trabalhadores do campo:

Na **previdência e assistência social**, qual é o meu trabalho? **Um é administrativo**. O sindicato chega aqui, com dois, três cópias de processos, que negaram, eu analiso e solicito às instâncias superiores do INSS que re-analisem, que chamem o processo da agência pra cá, porque na agência estão negando e a gente analisou e verificou que aquele segurado teria direito àquela aposentadoria ou a qualquer outro benefício. É o trabalho que eu chamo de varejo, ele chega aqui, (...) e diz: “doutora negaram meu benefício, me ajude, o sindicato não está me aposentando”. Ele acha que o sindicato que aposenta, mas o sindicato não aposenta, ele só encaminha, ele só organiza, mas o segurado confunde. Então isso é um trabalho de varejo, do dia-a-dia, administrativo. Então a gente pega e tenta resolver caso a caso, o que me chega, do seu João, da dona Maria, do Paulo, do José...Então a gente ataca e resolve de acordo com a demanda pequena que chega.

Isso gera uma pressão pra que tu resolva não só no varejo, mas no atacado todo, se todo dia me chega sindicato dizendo que o INSS tá prejudicando o trabalhador, por isso e por aquilo outro, aí eu já tenho que pensar politicamente. “O que está acontecendo da parceria ou relação INSS - movimento, que a gente está começando a entrar em conflito, e que o sindicato tem que pular as instâncias do município e vir pra cá e eu ficar todo tempo, minha chefe ou o presidente, negociando, cobrando e reunindo com gerência do INSS?”. Ai tu vai pensar quais são os entraves políticos ou de Lei. “Ah mais se a declaração do sindicato fosse prova plena?”. “É uma mudança de Lei? Ai CONTAG, jurídico, vão tentar mexer isso lá em cima, ai é um processo de médio e longo prazo, mas quem começa a apresentar essa demanda é a gente, eu que estou aqui na ponta, no dia-a-dia, a gente aqui da secretaria. “Olha está aparecendo muito isso”. Ai você gera uma pauta política. **Então esse é um trabalho, atender o caso específico, que me gera um montante pra tu começar politicamente e gerar uma pauta de negociação, é um processo a médio e longo prazo**, porque muita coisa tu não resolve nem invadindo duas, três vezes, ou nem reunindo cem vezes com o INSS. Mas uma hora a gente caminha um pouco (...).

(...) um [outro] trabalho também [é] **de formar** nossos dirigentes, nossa base, de quais são nossos direitos e quais são os nossos deveres, para também quando eu pego um processo que eles acham que têm razão e não têm, as vezes com um erro de preenchimento, um erro de argumentação, de tu ter instruído errado o trabalhador na hora dele sentar no balcão e dar a entrevista, a gente faz esse trabalho muito na linha da capacitação. Diz o que está atual na previdência, o que mudou, como é a Lei.

[Esse tipo de formação ocorre em] eventos ou por Pólo, tu reúne dez sindicatos e faz uma capacitação com o diretor da pasta ou funcionário que mexe com isso, os coordenadores da região, ou aqui, as vezes com a participação do INSS, as vezes não, então **a gente faz muito isso, reuniões, atendimento individual e muita formação nesse sentido de legislação previdenciária**. [Na verdade], a gente está com dois ou três anos que não dá porque isso tem um custo muito alto, mas agora a gente vai retomar, com a nova diretora. Teve uma mudança de diretoria e isso dá um impacto no trabalho, a gente está sentindo. Mas a gente vai voltar e capacitar o pessoal. Então previdência é basicamente isso. Mas isso é muito, estou te falando aqui, mas isso tem uma demanda imensa, são duzentos e quatorze sindicatos, e a única Federação e a única assessora com duzentos sindicatos e quatorze disso sou eu. O resto são pessoas, funcionários que estão lá no sindicato tentando resolver. E os advogados das regionais, eles acabam não conseguindo responder à questão previdenciária, eles acabam trabalhando muito com o conflito de terra, a questão agrária, a questão fundiária, então acaba sobrando muito aqui para a sede. Por isso que a gente faz muito isso, e o pessoal diz: “a o movimento hoje só faz previdência”, mas quem está aqui dentro sabe, é uma demanda muito grande, e quando tu deixa de bater nisso, o INSS começa a negar, negar, negar, e o trabalhador fica sem conseguir os benefícios (ASSISTENTE SOCIAL 04, 2009).

Além de atuar nessa temática, identificamos na narrativa a seguir a explicação da mesma profissional sobre a prática que desenvolve na articulação e implementação do PRONERA, que é um programa voltado à educação no campo, que a FETAEMA, em conjunto com INCRA, escolas e universidades, desenvolvem com jovens e adultos assentados da reforma agrária pelo INCRA:

Na educação do campo, basicamente a gente trabalha com os PRONERA's: educação de jovens e adultos (EJA) e programa em nível médio. Os EJA's alfabetizam. Pega[mos] nos assentamento do INCRA, porque ele é específico para assentamento do INCRA, as pessoas que não sabem ler e nem escrever e junto com a universidade a gente monta um programa de EJA. Ou, monta outro de até 1º e 2º e 3º e 4ª, então faz o ensino fundamental, até 8ª. Você conclui por etapa da alfabetização até a 8ª série. Que hoje é 9ª série que chamam. Isso através de programas com começo, meio e fim. Espera dinheiro. O dinheiro foi contingenciado, para o programa, com todas as mazelas é esperar pelo dinheiro público. Ai de alguns anos pra cá a gente viu que tem muito EJA, do Governo Federal, do município, ai a gente re-ampliou pra nível médio, por exemplo, a gente tem um projeto de assentamento que são 540 alunos em 09 pólos, que a gente trocou municípios por pólo, sendo formado em técnico em agropecuária, técnico agrícola. Eles estão sendo formados em nível médio, com a parceria do CEFET. É um programa, com começo, meio e fim, dois anos. É com o CEFET, era mais adequado com a Escola Agrotécnica, mas é porque o CEFET que propôs, porque já teve agronomia, não foi pra frente, mas ele tem habilitação para certificar, são 540 alunos.

Concluimos um com 35 alunos com a UEMA e formamos os meninos médio e magistério, magistério nível médio. Estamos renovando o de técnico agropecuária, porque é a maior demanda do movimento, a questão agrícola, então está sendo renovado o projeto. Estamos negociando com a Escola Agrotécnica para fazer outro, mas tudo em nível médio. E estamos negociando com a UEMA para fazer o primeiro de Licenciatura em Educação, nível superior. Tudo isso financiado pelo PRONERA.

Então são programas que a Universidade certifica, a gente mobiliza, monitora, cada um tem seu papel, o INCRA financia. Qual é o bom do PRONERA? Você consegue dá o contexto social e político dos movimentos, você negocia as cargas-horárias, as disciplinas, o conteúdo, há espaço pra gente está lá, vê um perfil de professor mais adequado. Algumas universidades tem mais abertura, outras não, mas o PRONERA tem essa característica, não é um escola tradicional, que a pessoa vai ensinar o que desvaloriza muitas vezes o nosso campo. Então de educação nossa maior demanda é PRONERA hoje.

[A gente] Mobiliza, negocia. Mobiliza pra ver onde vão ser as turmas, quais os assentamentos, quanto alunos, levanta documentação, tudo isso a secretaria liga, vai no município, começa fazendo reunião para explicar o que é. Então tem todo um processo de construção que nós fazemos. Esse é o papel do movimento, essa parte de mobilizar, de trazer a demanda para a universidade. A universidade monta o projeto e a gente lê o projeto e vê o que faz de alteração de conteúdo, pra não sair um projeto que não nos corresponda ou que não nos atenda, porque escola tem muito, se a gente tem um projeto que faz o que a escola tradicional faz [não adianta], tem alguma coisa que precisa ser diferente. É ai que eu sinto falta da pedagoga, porque quando eu pego o projeto pra ler eu não tenho o olhar pedagógico, ai ela [a pedagoga] mudou de secretaria. Mudou de secretaria mas ela está fazendo essa ponte conosco.

O INCRA financia e fiscaliza o projeto que esta sendo aplicado, e a universidade monta. Algumas a gente consegue negociar melhor, outras são duras. Fazem o projeto e acham que é aquilo, que a gente só tem que mobilizar, e tudo isso requer reuniões, reuniões e reuniões. Reunião com Reitor de universidade, reunião com professor-coordenador, reunião com dirigentes, reunião com a comunidade (...) (ASSISTENTE SOCIAL 04, 2009).

Ainda no tocante à prática dessa Assistente Social no âmbito da temática *educação no campo*, verificamos que o fato da FETAEMA compor alguns espaços que incentivam o controle social no processo das políticas sociais, faz com que esta profissional também atue, enquanto assessora da Secretaria de Políticas Sociais, nas reuniões e discussões dos espaços apontados. Isso fica evidente no fragmento abaixo:

Na educação também (...) a gente participa dos fórum estaduais. Existe o Comitê Estadual de Educação no Campo, onde estão entidades governamentais e não governamentais, a gente está lá, tem assento. A gente não está no Conselho de Educação, mas (...) a gente vai tentar pleitear a vaga no Conselho Estadual de Educação e do Idoso, que é outra demanda para a secretaria, políticas para os idosos (ASSISTENTE SOCIAL 04, 2009).

No que se refere à prática dessa profissional na área das políticas de saúde, para o idoso e infanto-juvenil, que também são consideradas demandas da Secretaria de Políticas Sociais da FETAEMA, a mesma considera que ainda não existem programas e projetos específicos sobre esses temas desenvolvidos sob a responsabilidade da Secretaria de Políticas Sociais, para que a sua atuação seja mais efetiva. Assim, sua prática nessa área se dá mais no nível da intervenção, enquanto FETAEMA, nos conselhos relacionados à essas áreas, conforme verificamos abaixo:

Na saúde a única atuação que a gente tem tido é a participação no Conselho Estadual, que é [responsabilidade] dessa secretaria, (...). Mas assim, (...) a atuação é capenga nos programas de saúde,(...). (...) acaba que a gente atua no que é mais urgente, no que nos cobram mais. Os sindicatos cobram previdência e educação, é a nossa atuação mais forte, eles são mais frágeis pra questão infanto-juvenil, política para o idoso, e saúde, a gente atua de forma menos efetiva.

[Na] Proteção infanto-juvenil a gente também participa muito em nível de conselho, mas assim, há uma deliberação e um a pressão nacional para gente poder realmente começar a desenvolver ações efetivas na proteção infanto-juvenil, trabalho infantil, monitorar mais de perto o PETI, esses programas, bolsa família, voltado para essa categoria, criança, adolescente [do campo] (ASSISTENTE SOCIAL 04, 2009)

Com isso percebemos que a prática dessa Assistente Social no âmbito da Secretaria de Políticas Sociais da FETAEMA se dirige à elaboração e execução de projetos, à participação nos fóruns estaduais que discutem as questões ligadas às áreas: *infanto-juvenil, idoso, educação, saúde e previdência*. Ou seja, sua função, é qualificar as ações dos trabalhadores camponeses reunidos na FETAEMA, sobretudo no que se refere à implementação de ações relacionadas às temáticas citadas e também à participação nas instâncias estatais de controle social, consultivas e deliberativas, sobre o processo das políticas públicas. Outro espaço importante de atuação dessa profissional diz respeito aos processos de formação política, que desenvolve junto aos trabalhadores camponeses vinculados aos sindicatos filiados à FETAEMA. Nesse âmbito, é importante ressaltar que

tanto a profissional favorece a qualificação política dos trabalhadores, quando é favorecida pela formação política que adquire nas ações da FETAEMA.

A partir do exposto, apreendemos que a prática das Assistentes Sociais que ocupam espaços de militância e assessoria no âmbito das instâncias organizativas do MST e da FETAEMA é composta majoritariamente por *processos interventivos de cunho técnico e político* que visam contribuir com a luta dos trabalhadores pela garantia dos seus direitos, nesse sentido a atuação dos Assistentes Sociais tem como foco o fortalecimento da organização dos trabalhadores camponeses no processo de enfrentamento da questão agrária.

Neste sentido, ressaltamos que essas profissionais contribuem para a emancipação da classe trabalhadora, considerando que os espaços onde atuam incitam esse processo, conforme aponta uma das Assistentes Sociais atuantes no MST:

a nossa atuação é num movimento social que tem como perspectiva o quê, tem como objetivos o quê? Reforma agrária, terra e transformação social. Então, se você atua e milita num movimento como este todas as suas ações e mente estão voltados para isso. Do ponto de vista mais específico do Serviço Social eu vejo que a nossa capacidade de sistematizar, de organizar dados, nossa capacidade de intervir, de colocar propostas, eu estou falando com base naqueles lugares onde eu (...) atuava: **nas negociações, nas reuniões, nas elaborações de projetos**. Então nesses espaços, é que é visível a contribuição, do Assistente Social, da pessoa que teve uma formação em Serviço Social. Como ela podia contribuir? [A partir da] capacidade de elaboração, de organização de dados, de coordenação de equipes, de trabalho interdisciplinar, de trabalhar em coletivo, de planejamento. Então tudo isso foram contribuições, que eu como Assistente Social tive condições de dar por conta da minha formação, e no espaço o qual eu estava também, e de formação também. (...). Então se você contribui nesse sentido, para o MST, para potencializar a estratégia dele, então você está ali contribuindo para um movimento que nas relações políticas e sociais que estão colocadas visa, (...) enfrentar (...) a questão social (ASSISTENTE SOCIAL 05, 2009).

Embora consideremos que as lutas sociais empreendidas pelo MST e pela FETAEMA, não visem unicamente à garantia de políticas sociais que levem à fundação do *Estado de Bem Estar* no Brasil, evidenciamos que essa tendência circunscreve-se em muitos momentos nas lutas dos trabalhadores camponeses reunidos nessas organizações. E isso recai na forma em que atuam os profissionais que estão a elas vinculados. Isso fica explícito, quando observamos que alguns profissionais foram acionados para atender demandas quantitativas de programas e projetos estatais executados pelas organizações citadas, sem possibilidades de articular esses processos aos objetivos de emancipação da classe trabalhadora.

Ou seja, ai reside a explicação de Abreu (2002) sobre as *novas questões* que surgem ao Assistente Social em decorrência das distintas tendências que, a partir dos anos 1990, passam a polarizar as lutas sociais das classes subalternas:

(...) uma tendência que se limita aos compromissos com as lutas das classes subalternas pela defesa dos direitos civis, sociais e políticos, da democracia e justiça social, portanto, no horizonte das conquistas que consubstanciaram a experiência do chamado Estado de Bem-Estar, muitas vezes tidas como o fim último da intervenção profissional (...).

(...) outra tendência que se coloca considerando o compromisso profissional com as lutas das classes subalternas no sentido da superação da ordem burguesa e construção de uma nova sociedade – a socialista, a qual supõe a ultrapassagem das lutas no campo dos direitos, nos limites da chamada democracia burguesa (ABREU, 2002: 154).

A constatação dessas tendências nos ajudam a evidenciar que, embora a cultura do *Estado de Bem Estar* não seja a principal tendência que influencia a prática de Assistentes Sociais presentes nos espaços de trabalho citados, todos os profissionais visualizam a importância de trabalharem pela concretização dos direitos sociais voltados aos trabalhadores camponeses.

Percebemos que para muitos dirigentes dessas organizações, assim como para os Assistentes Sociais que nelas atuam, é bastante claro que a demanda por direitos sociais faz parte de uma questão urgente, que precisa ser pautada em consequência da destituição de direitos que tem sido provocada pelo Estado e pelo agronegócio no campo. Nesse sentido, a luta pela garantia de direitos é fundamental, até mesmo porque, nesse caso, a efetivação destes contribui para alargar os horizontes da luta pela transformação social, considerando que há uma incompatibilidade entre os interesses dos trabalhadores camponeses e os interesses do capital no campo, o que nos indica que a efetivação de direitos, por si só, não garante os anseios dos trabalhadores no processo de enfrentamento da questão agrária.

Um apontamento que, de algum modo, salienta essa visão pode ser constatado quando uma das Assistentes Sociais que fizeram parte da pesquisa discute a *pseudo* centralidade da luta sindical pelo direito à política previdenciária. Ela nos coloca que a luta por esse direito é um dos elementos que movem os trabalhadores camponeses, porém, a luta central está pautada no enfrentamento da questão agrária. Isso nos indica que os trabalhadores camponeses reunidos em organismos sindicais lutam por um projeto social diferente daquele que é hegemônico no campo brasileiro, pois, conforme já ressaltamos, a superação da Questão Agrária está atrelada à eliminação dos ditames do capitalismo no meio rural. Assim, conforme essa profissional:

a política previdenciária não tem como não trabalhar, até porque é uma política social e a gente está aí para trabalhar direcionado ao nosso público. Mas isso é uma só, isso é só mais um eixo que o movimento sindical trabalha, ele não é o exclusivo, ele não é o que puxa os demais, a questão do movimento sindical é a questão agrária, são as políticas agrícolas, que é uma política social. Mas a questão previdenciária ela é uma questão discutida, evidentemente ela tem que ser discutida, agora ela não é a prioritária, ela não é a mãe da demais, então entre todas elas, ela

tem o mesmo nível de importância, porque a gente não pode trabalhar, por exemplo, a questão agrícola primeiro, você primeiro trabalha a questão agrária, que é a macro, aí você vem com as políticas agrícolas, você não tem como trabalhar a questão do jovem e da mulher, se não inseri-los na questão da política agrícola. Então assim, a previdência é mais uma ação do movimento sindical. A gente trabalha, é lógico que a gente tem que correr atrás, é um direito, e a gente briga por ele, mas ele não é o que puxa os demais, o maior responsável pela existência do movimento sindical é a questão agrária (ASSISTENTE SOCIAL 02, 2009).

Com o exposto, e considerando os apontamentos mais gerais sobre a relação Serviço Social e questão agrária que já foram destacados, constatamos que, apesar de em nível nacional se evidenciar que o Serviço Social ainda não abarcou modalidades de práticas profissionais que estejam sintonizadas com as demandas da luta dos trabalhadores camponeses *de modo sistemático*, entre as quais a pesquisa científica e a intervenção social nessa área, é visível que no Maranhão, a inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA, aponta uma das tendências da relação entre o Serviço Social e a Questão Agrária na contemporaneidade, a qual se caracteriza por possibilidades que demarcam a participação de Assistentes Sociais nos processos de enfrentamento da questão agrária junto aos interesses daqueles trabalhadores.

Isso significa que, apesar de ainda ténue frente às expressões da questão agrária no nosso país, sobretudo em meio à necessidade de fortalecer a luta e os direitos dos trabalhadores camponeses, a atuação de Assistentes Sociais no enfrentamento da questão agrária tem assimilado a *perspectiva crítica* de contribuir com os interesses de emancipação das classes subalternas, a qual tem sido explicitamente colocada no *projeto ético-político* profissional dos Assistentes Sociais nos últimos anos. Nesse sentido, podemos considerar que os Assistentes Sociais que atuam no MST e na FETAEMA têm favorecido a efetivação dos princípios apontados naquele projeto. Até mesmo em função da articulação que têm os projetos políticos dessas organizações com as dimensões assinaladas no projeto *ético-político profissional*, conforme aponta a fala de uma das Assistentes Sociais do MST:

dentro do movimento, eu percebo que essa questão do projeto ético político da profissão, é como se dentro do movimento, dentro desse espaço, isso fosse bem mais palpável, mais concreto, porque o projeto ético político da profissão ele casa com a proposta político pedagógica do próprio movimento. Que é essa questão pela emancipação do homem, então casa muito bem, então assim, é, você consegue me movimentar melhor. Eu não estou querendo dizer que aqui é um espaço único, que só aqui dentro é possível você trabalhar dessa forma. Eu penso que em outros espaços, lógico com menor ou maior dificuldade, mas que em outros espaços isso também é possível, mesmo dentro dos seus limites, mas aqui, eu acho que é mais confortável, (...) da gente se movimentar (ASSISTENTE SOCIAL 01, 2009)

Não obstante, é importante ressaltar que, embora abarquem uma prática que favorece a efetivação dos princípios assinalados naquele projeto profissional, parte

significativa das Assistentes Sociais que atuam no MST e na FETAEMA (e no caso desse exemplo, destacamos também os profissionais que atuam nos demais espaços que de algum modo têm mediado a relação Serviço Social e questão agrária no Maranhão, conforme já ressaltamos) se mantêm distantes dos processos político-organizativos e dos fóruns de debates e formação teórico-metodológica específicos da categoria, o que enfraquece diretamente as possibilidades de uma relação próxima e sistemática do Serviço Social com o debate da Questão Agrária, na medida em que não são conhecidos e socializados o processo de intervenção profissional que estas Assistentes Sociais desenvolvem nessas organizações.

Tal processo não permite que outros profissionais e estudantes de Serviço Social conheçam concretamente os processos de trabalho que são possíveis junto aos trabalhadores camponeses e no enfrentamento da Questão Agrária, o que não favorece a ampliação da relação crítica entre Serviço Social e Questão Agrária, no Brasil e no Maranhão e, conseqüentemente, diminui as oportunidades de concretizar e ampliar a construção do projeto ético-político profissional no seio da categoria, considerando que a luta travada na contemporaneidade pelos trabalhadores camponeses é central para a construção de um novo projeto societário, conforme é defendido por aquele projeto profissional, e, por isso, é essencial que uma camada mais ampla de profissionais passe a aderir-la, mesmo que não tenham suas intervenções circunscritas às políticas agrária e/ou agrícola ou junto às organizações dos trabalhadores camponeses.

No decorrer da nossa pesquisa, identificamos que alguns profissionais atuantes no MST, apesar de se empenharem nos estudos referentes à Questão Agrária como um todo não relacionam esse processo à atuação que desenvolvem nesses espaços, o que, conforme já indicamos, poderia contribuir para aprimorar a relação Serviço Social e Questão Agrária, diante da necessidade de fazer com que a profissão assimile com mais centralidade a importância de atuar no enfrentamento da questão agrária. Com isso, evidenciamos um desafio que está posto ao Serviço Social na contemporaneidade.

Enfim, observamos que a inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA aponta para uma relação do Serviço Social com a questão agrária que evidencia os esforços de construção do projeto ético-político profissional. Entretanto, é visível a necessidade de articulação desses profissionais com a categoria profissional, nos mais diversos espaços que representam a articulação do Serviço Social, como nos processos da produção intelectual, de formação profissional, e da prática e organização político-profissional, haja vista a necessidade de acumular forças para construir, juntamente com um dos segmentos da classe trabalhadora que mais têm empreendido o combate ao sistema

capitalista em sua fase atual, um projeto societário diferenciado, que valorize a *vida* em detrimento do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo nos permite assinalar que, embora a *relação Serviço Social e questão agrária no Maranhão contemporâneo* seja tênue diante das demandas e dos desafios da questão agrária neste estado, ela é permeada pela *perspectiva crítica de vinculação de compromisso* desta profissão com os interesses da classe trabalhadora, em especial àqueles expressos através das lutas por terra e trabalho empreendidas por trabalhadores camponeses dos anos 1980 à atualidade.

A *perspectiva* citada foi desencadeada no Brasil a partir dos anos 1960 no âmbito de um significativo movimento por reforma e revolucionário desenvolvido na América Latina que teve incidência nas ciências sociais e práticas profissionais no continente; mas sua força hegemônica só se expressa no final dos anos 1970, quando as transformações sociais no país sucedidas com o reflorescimento das lutas progressistas, a crise do “milagre econômico” e a decadência do Regime Militar colocam as condições objetivas para uma mudança no Serviço Social no país. As exigências políticas e sociais desse contexto reafirmaram a necessidade de os Assistentes Sociais desenvolverem um movimento de enfrentamento, crítica e recusa ao *conservadorismo* ancorado na profissão, que, amparado nos interesses das classes dominantes, respaldava, até então de modo hegemônico, o processo da formação e da prática profissional em Serviço Social.

Apesar de se manifestar desde os anos 1960 no país, é nos anos 1980 que a *perspectiva* assinalada ganha expressão na relação Serviço Social e questão agrária no Maranhão, quando percebemos um movimento de aproximação dos Assistentes Sociais, através dos processos de formação e da prática, com as lutas e as organizações de trabalhadores camponeses em torno da questão agrária. Destacam-se neste sentido, no âmbito da formação profissional o desenvolvimento de três projetos de pesquisa-extensão denominados: O Desenvolvimento Regional e o Projeto Carajás; Mulher Rural e Luta pela Terra: sobrevivência e/ou recriação do papel feminino; e A Expansão Capitalista no Maranhão: transformações sócio-econômicas e ambientais. Através desses projetos, professores e estudantes do curso de Serviço Social da UFMA acompanharam de modo sistemático o debate da questão agrária no estado e contribuíram diretamente no processo de enfrentamento dessa questão no trabalho junto à população atingida pelos grandes projetos no meio rural do estado.

Além disso, as disciplinas *Serviço Social Rural*, *Sociologia II – Estrutura Agrária e Urbanização*, *Questões Rurais e Práticas do Serviço Social*, que fizeram parte dos currículos do Curso de Serviço Social da UFMA entre final da década de 1970 à década de 1980, indicam o avanço dos estudos e do debate sobre a questão agrária no âmbito da formação. Este avanço se deu com base em uma perspectiva crítica que baliza a análise da questão social no campo e a orientação da prática interventiva dos profissionais.

Partimos, no entanto, do entendimento de que, na dimensão da prática interventiva profissional, a aproximação dos Assistentes Sociais das lutas e organizações de trabalhadores camponeses se desenvolveu, sobretudo, em função das conquistas obtidas por esses trabalhadores no processo de avanços e recuos das lutas sociais no campo durante os anos 1990 à atualidade. Neste sentido, percebemos que, embora o agronegócio tenha avançado e se consolidado no campo brasileiro nos anos 1990, como parte do movimento de mundialização do capital, no âmbito da estratégia de enfrentamento da crise capitalista dos anos 1970 com a mediação do Estado, os trabalhadores camponeses, através de suas organizações e movimentos sociais conseguiram firmar iniciativas que garantiram a inserção profissional de Assistentes Sociais nesses espaços contribuindo no processo de qualificação das lutas por terra e trabalho.

É importante destacar que a conquista desses espaços de atuação pelas organizações e movimentos sociais do campo foi marcada por contradições, considerando-se o fato de que as políticas públicas, conquistadas pelos trabalhadores camponeses nos seus processos de luta, foram *refuncionalizadas* de acordo com a reforma do Estado no contexto neoliberal. Ou seja, no caso da inserção e atuação de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA, percebemos que uma das vias foi construída, inicialmente, por meio de convênios firmados entre as referidas organizações e alguns órgãos estatais para que as mesmas executassem projetos e programas sociais junto aos trabalhadores camponeses.

Embora a inserção de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA tenha se originado do processo contraditório de conciliar interesses do Estado e dos movimentos sociais em relação à execução de políticas públicas estatais voltadas para o campo e os camponeses, foi possível identificar outra via de vinculação do Serviço Social com a questão agrária. Ela se constituiu no âmbito das possibilidades de processos autônomos *de formação e organização*, orientados direta e fundamentalmente por interesses dos trabalhadores camponeses representados pelo MST e pela FETAEMA. Encontra-se aí, importantes elementos para o fortalecimento da *perspectiva crítico-dialética* adquirida no processo de formação profissional em Serviço Social. Tais elementos são orientadores da análise e da

prática dos Assistentes Sociais nas referidas organizações, e têm potencial para contribuir no processo de qualificação da luta autônoma desse segmento social por terra, trabalho e condições qualitativas de vida no campo.

Assim, consideramos que a relação Serviço Social e questão agrária no Maranhão, mediada pela inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA, representa uma referência de exercício profissional em instituições de organizações autônomas dos trabalhadores; neste particular, de trabalhadores camponeses que demandam uma atuação técnica e política desses profissionais no esforço de qualificarem suas lutas no enfrentamento da questão agrária.

Com este entendimento, consideramos que os Assistentes Sociais que atuam no MST e na FETAEMA no estado do Maranhão têm contribuído com os esforços da categoria profissional para consolidar o *projeto ético-político* profissional. Entretanto, é possível observar que esses profissionais têm grandes dificuldades de articulação com os processos político-organizativos e fóruns de debates e formação teórico-metodológica específicos da categoria; e, portanto, as possibilidades de contribuir para uma vinculação mais crítica e sistemática dos profissionais de Serviço Social com a questão agrária nesses espaços sócio-ocupacionais são frágeis. Pela relevância da atuação e dos espaços sócio-ocupacionais é preciso socializar e difundir essas experiências profissionais e com ela contribuir para a formação de estudantes e outros profissionais.

É preciso entender a inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA como um exemplo fundamental para a categoria profissional, sobretudo no que se refere à necessidade de apreender o movimento de enfrentamento da questão social, em particular a questão agrária, a partir da luta dos trabalhadores.

Consideramos que a articulação dos Assistentes Sociais nesse campo de atuação é um desafio que se impõe à categoria profissional na sua pretensão de materializar o *projeto ético-político* do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. **O novo sindicalismo e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a Organização da Cultura** - perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do Século XXI. **AGRÁRIA**, nº 1, 2004. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/1/alentejano.pdf>. Acesso em 12 set 2009.

_____. As Relações Campo-cidade no Brasil do século XXII. **Revista de Políticas Públicas** - Conferência da I Jornada Internacional de Políticas Públicas. V. 7, n. 2 julho/dezembro, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, UFMA, 2003.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. In.: MARQUES, Marta Inez M. e OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.). **O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

_____. Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão. **Coleção Transformações econômicas e sociais no campo maranhense**, v.5. São Luís: CPT, 1981.

_____. Conflitos de terra no Maranhão. **Coleção Transformações econômicas e sociais no campo maranhense**, v.6. São Luís: CPT. 1982.

_____. **Carajás. A Guerra dos Mapas**. Belém, Falangola Editora, 1994.

_____. E agora como Re-Inventar o Maranhão? In.: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SILVA, Miguel Henrique Pereira. **O Maranhão em Rota de Colisão: experiências camponesas versus políticas governamentais**. São Luís: CPT, 1998.

ALMEIDA, Desni Lopes. **O campo e a política: a participação do campesinato na política maranhense**. Monografia (Graduação) Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2008.

ALMEIDA, Priscila Santos de. Serviço Social e Questão Agrária: um estudo do trabalho do Assistente Social em assentamentos do Estado de São Paulo. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, nº 10, 2006, Recife/PE. **Anais do X ENPESS: Crise Contemporânea, Emancipação Política e Emancipação Humana: Questões e Desafios do Serviço Social no Brasil**, Recife: ABEPSS, 2006.

_____. **Serviço Social e Questão Agrária: Um estudo acerca do trabalho do Assistente Social em Projetos de Assentamento do estado de São Paulo**. 168 f., Monografia (Bacharel em Serviço Social), Curso de Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Franca/SP, 2006a.

ALTIERI, Miguel Angel. Agricultura Sustentável. **Revista Agricultura Sustentável**, Jaguariúna: EMBRAPA-CNPMA, nº1, v.1, 1995.

_____. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo**. In.: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs). Pós-neoliberalismo - As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1995.

ANDRIOLI, Antonio Inácio. **A Reforma Agrária e o Governo Lula: entre a expectativa e a possibilidade**. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/031/31andrioli.htm>. Acesso em 09 abr 2008.

ARAÚJO, Severina Garcia de. Terra e poder na virada do século. **Revista Inscrita**, nº V, 1999.

ARCANGELI, Alberto. **O Mito da Terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense**. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

ARROJADO plano de reforma agrária esta sendo executado pelo vigário de Colinas. **O Imparcial**, São Luís/MA, 09 abr. 1960.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e Violência em terras do Carajás**. Petrópolis: Vozes, 1982.

ASSIMP. **Fapema firma parceria com Inagro para fortalecer o agronegócio do Maranhão**. 05 de abril de 2006. Disponível em: www.seagro.ma.gov.br/2006/5/11/Pagina89.htm. Acesso em: 20 jun 2008

_____. **Governador visita obras de construção da fábrica de processamento de soja em Porto Franco**. 30 de abril de 2006. Disponível em: www.seagro.ma.gov.br/2006/5/10/Pagina74.htm. Acesso em: 20 jun 2008.

ASSISTÊNCIA do Serviço Social Rural no Vale do Mearim. **O Imparcial**, São Luís/MA, 25 maio 1960.

ASSISTENTE Social 1. **Inserção e prática de Assistentes Sociais no MST: Entrevista** [10 de maio, 2009 e 25 de maio, 2009]. Entrevistadora: Laurinete R. da S. Delgado. São Luís, 2009. Entrevista concedida para fins de Dissertação.

ASSISTENTE Social 2. **Inserção e prática de Assistentes Sociais na FETAEMA: Entrevista** [30 de junho, 2009 e 15 de agosto, 2009]. Entrevistadora: Laurinete R. da S. Delgado. São Luís, 2009. Entrevista concedida para fins de Dissertação.

ASSISTENTE Social 3. **Inserção e prática de Assistentes Sociais no MST: Entrevista** [12 de julho, 2009]. Entrevistadora: Laurinete R. da S. Delgado. São Luís, 2009. Entrevista concedida para fins de Dissertação.

ASSISTENTE Social 4. **Inserção e prática de Assistentes Sociais na FETAEMA: Entrevista** [03 de junho, 2009]. Entrevistadora: Laurinete R. da S. Delgado. São Luís, 2009. Entrevista concedida para fins de Dissertação.

ASSISTENTE Social 5. **Inserção e prática de Assistentes Sociais no MST**: Entrevista [1º de junho, 2009]. Entrevistadora: Laurinete R. da S. Delgado. São Luís, 2009. Entrevista concedida para fins de Dissertação.

ASSISTENTE Social 6. **Inserção e prática de Assistentes Sociais na FETAEMA**: Entrevista [29 de maio, 2009]. Entrevistadora: Laurinete R. da S. Delgado. São Luís, 2009. Entrevista concedida para fins de Dissertação.

AZAR, Zaira Sabry. **A organização da produção da Vila Diamante na luta pela terra no Maranhão**. São Luís: UFMA, 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, 2005.

BARATA, Bruno. **Agrobalsas discute importância da agricultura familiar para o agronegócio**. 29 de maio de 2008. Disponível em: www.seagro.ma.gov.br/2008/5/29/Pagina709.htm. Acesso em: 14 jun de 2008.

BARBOSA, Zulene Muniz. As “temporalidades” da Política no Maranhão. **Lutas Sociais**. São Paulo: NELIS – PUC, n. 9/10, 2003.

BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. O Estado Brasileiro e a Reforma Agrária: 1964-2002. **Políticas Públicas e Sociedade**, ano 3, n. 6, jul/dez, 2003, Fortaleza: UFCE, 2003.

BATISTA, Alfredo. Reforma do Estado: uma prática histórica de controle social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano XX, nº 61, nov. 1999.

BATISTA, Ieda Cutrim. **Projeto de Pesquisa Mulher Rural e Luta pela Terra**: sobrevivência e/ou recriação do papel feminino. Departamento de Serviço Social, UFMA. São Luís, nov.1988.

_____. **Relatório Preliminar do Projeto Mulher Rural e Luta pela Terra**: sobrevivência e/ou recriação do papel feminino. Departamento de Serviço Social, UFMA. São Luís, 1989.

BAUER, Guilherme G. Têlles Sobre as origens da questão agrária brasileira. **Revista de História Regional**, nº 1, 1998. Disponível em: www.uepg.br/hrv3n1bauer.htm. Acesso em: 30 jun. 2008.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BRANDÃO, S. M. S. de O. **Serviço Social e questão social no Maranhão**: resgate histórico do “trabalho junto ao pescador artesanal da Ilha de São Luís” no processo de formação profissional do curso de Serviço Social - UFMA. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas / Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária. **Manual da Política Agrícola para a Reforma Agrária**. Brasília: Gráfica do INCRA, janeiro/2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: IICA, maio/2004.

CADERNO Temático do Programa de Governo. **Vida Digna no Campo**. 2002. Disponível em: http://www.agr.feis.unesp.br/plano_agricola_lula.pdf. Acesso em: 25 ago 2009.

CAMPELO, Renato Pinto. **O complexo soja e suas atividades no Maranhão**. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas), Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

CAMPOS, Christiane Senhorita Soares. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. **Lutas e Resistências**, v.1 (set. 2006) – Londrina: Midiograf, 2006.

CANTANHEDE SILVA, José Domingos. Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) e o Grito da Terra no Brasil e no Maranhão. **Revista Tipiti: O Maranhão além das Máscaras**, v.1, jul. 2002. São Luís/MA. 2002.

CAPES. **Avaliação da Pós-Graduação 2001/2003**: Documento da Área Serviço Social/Economia Doméstica. 2003. Disponível em http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/2003_032_doc_area.pdf. acesso em 15 jan 2010.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. C. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Extensão Rural Santa Maria**, v. 2, n. 2, jan./dez. 1994. Santa Maria, RS, 1994.

CARDOSO, F. & LOPES, J. B. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Série trabalho profissional nas políticas sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CARNEIRO, M. S.; ANDRADE, M. de P.; MESQUITA, B. A. de. A reforma da miséria e a miséria da reforma: notas sobre assentamentos e ações chamadas de reforma agrária no Maranhão. In.: ALMEIDA, A. W. Berno da; SILVA, M. H. Pereira (Org.). **O Maranhão em rota de colisão: experiências camponesas versus políticas governamentais**. Cadernos Tempos Novos. São Luís: CPT, 1998.

CARNEIRO, M. Sampaio. A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In.: SCHLESINGER, Sergio; NUNES, S. Presotto; CARNEIRO, M. Sampaio (Org.). **A Agricultura Familiar da Soja na Região Sul e o Monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo da soja no Brasil**. Rio de Janeiro: FASE, 2008.

_____. **Agricultura Familiar e Grandes Projetos no Maranhão na década de 90: resultados e perspectivas**. Fórum Carajás, São Luís, Maranhão, 1999.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio & RAMALHO, José Ricardo. **A crise econômica mundial e seu impacto sobre o setor siderúrgico maranhense: relações entre o desempenho recente das empresas guseiras e o desemprego no município de Açailândia** Disponível em http://www.riosvivos.org.br/arquivos/site_noticias_2108454320.pdf. Acesso em: 30 jan 2010.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A questão social no Brasil: crítica do discurso político.** Civilização Brasileira. 1982.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Tecnologias alternativas para o meio ambiente rural: ações pedagógicas e sócio-políticas do Serviço Social. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, nº 08, 1995, Salvador/BA. **Anais do VIII CBAS: O Serviço Social frente ao projeto neoliberal em defesa das políticas e da democracia,** Salvador: CFESS, 1995.

_____ et. al. Pesquisa-ação em Serviço Social: organização comunitária de populações ribeirinhas para o desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. In.: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, nº 10, 2006, Recife/PE. **Anais do X ENPESS: Crise Contemporânea, Emancipação Política e Emancipação Humana: Questões e Desafios do Serviço Social no Brasil,** Recife: ABEPSS, 2006.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina.** 1ª Ed., Buenos Aires: Nueva Visión. 1974.

CL-A COMUNICAÇÕES. **Edição 2009 do Relatório de Sustentabilidade da Bunge alinha expectativas dos stakeholders com a visão estratégica da companhia.** Publicado em 25/07/2009. Disponível em: <http://www.portaldogronegocio.com.br/conteudo.php?id=31058>. Acesso em: 30 dez 2009.

CLIPPING: Maranhão lidera trabalho escravo no país. **O Estado do Maranhão.** São Luís, 21 nov. 2006. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br/clipping.php?id=184>. Acesso em 20 jun 2009.

CORRÊA, V. P., ORTEGA, A. C. PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: qual o seu real objetivo e público-alvo?. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, nº 40, Passo Fundo. **Anais do XL Congresso da SOBER.** Passo Fundo/RS: SOBER, 2002.

COSTA, Wagner Cabral da. Novo Tempo/Maranhão Novo: quais os tempos da oligarquia?. In.: SOUSA, Moisés Matias Ferreira de. **Os segredos do Maranhão.** São Luís: Ed. Estação Gráfica, 2002.

CPT . **Conflitos no Campo 1997.** Publicado em 1997. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 10 jul 2008.

_____. **Conflitos no Campo 1998.** Publicado em 1998. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 10 jul 2008.

_____. **Conflitos no Campo 1999.** Publicado em 1999. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 10 jul 2008.

_____. **Conflitos no Campo 2000.** Publicado em 2000. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 10 jul 2008.

_____. **Conflitos no Campo 2001.** Publicado em 2001. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 10 jul 2008.

_____. **Conflitos no Campo 2002**. Publicado em 2002. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 10 jul 2008.

_____. **Conflitos no Campo 2003**. Publicado em 2003. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 10 jul 2008.

_____. **Conflitos no Campo 2004**. Publicado em 2004. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 10 jul 2008.

_____. **Conflitos no Campo 2005**. Publicado em 2005. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 10 jul 2008.

_____. **Conflitos no Campo 2007**. Publicado em 2007. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 10 jul 2008.

_____. **Conflitos no Campo 2008**. Publicado em 2008. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 10 jul 2008.

_____. **Comparação dos conflitos no campo: 1998-2007**. Publicado em 15/03/2008. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 10 jul 2008.

_____. **Conflitos no campo: multiformes e intensos**. *Revista Tipiti: O Maranhão além das Máscaras*. São Luís. v.1, p.11-12. jul. 2002.

_____. **Secretaria reavalia impactos de carvoarias de siderúrgica da Vale**. 2008. Disponível em: <http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=print&sid=1160>. Acesso em: 10 mai 2009.

DAL MORO, Maristela et al. Serviço Social e Movimentos Sociais Agrários: uma prática inovadora. In.: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, nº 11, 2008, São Luís/MA. **Anais do XI ENPESS: Trabalho, Políticas Sociais e Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social: resistência e desafios**, São Luís/MA: ABEPSS, 2008.

DIAS, Marcelo Miná. Extensão rural para agricultores familiares assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “serviço de ATES”. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, nº 3, set./dez. 2004.

DIAS. José Peregrino Araújo. **Resgate Histórico da Ação e dos Resultados da Extensão Rural Oficial do Maranhão (ACAR/EMATER-MA)**. Dissertação (Mestrado em Agroecologia). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2007.

DREIFFUS, Renner. **O jogo da direita**. Petrópolis: Ed Vozes, 1990.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ELIAS, Michelly F. Monteiro; AZAR, Zaira Sabry. A Organização Política do MST e sua atuação no Maranhão. In.: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, nº 11, 2008, São Luís, MA. **Anais do XI ENPESS: Trabalho, Políticas Sociais e Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social: resistências e desafios**. São Luís: ABEPSS, 2008.

ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro. **A Cooperação Agrícola na Organização Política do MST: um estudo sobre as experiências desenvolvidas no Maranhão.** São Luís: UFMA, 2008. 194f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís, MA, 2008.

FABRINI, João Edmilson. **A escala da luta e resistência camponesa.** Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/A_ESCALA_DA_LUTA_E_RESISTENCIA_CAMPONESA.pdf. Acesso em: 10 fev 2010.

_____. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia. 2008.

FAO; INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico.** Brasília, DF, 1996.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes; RIBEIRO, Evila Brito. **Projeto de Pesquisa A expansão capitalista no Maranhão: transformações sócio-econômicas e ambientais.** Departamento de Economia e Departamento de Serviço Social, UFMA. São Luís/MA. Jul.1989.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária, pesquisa e MST. **Coleção Questões da nossa época**, v. 92. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Delimitação conceitual de campesinato.** 2004. Disponível em: www.mst.org.br/informativos. Acesso em: 08 jul. 2006.

_____. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **Análises.** ano IV, nº 11, maio-agosto, 2003.

_____. **Que Reforma Agrária?.** In.: Encontro Nacional de Geografia Agrária, n. 14, 1998, Presidente Prudente/SP. 1998. Disponível em: www.cpp.inf.br (seção desenvolvimento rural/banco de dados). Acesso em: 20 nov. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STÉDILE, João Pedro. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

FERREIRA, L. A.; CARVALHO, D. D. A. de; LEITÃO, S. M. Ribeiro. Cooperativas de Prestação de Serviços e Assessoria as comunidade rurais reassentadas: nova demanda para o Serviço Social contemporâneo. In.: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, nº 11, 2004, Fortaleza/CE. **Anais do XI CBAS - O Serviço Social e a esfera pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos,** Fortaleza: CFESS, 2004.

FETRAF-SUL. **Mutirão da Agricultura Familiar.** Chapecó: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul/CUT. 2003.

FÓRUM CARAJÁS. Soja e Carvão ameaçam o cerrado. **Revista Tipiti: O Maranhão além das Máscaras.** São Luís. v.1, p.35. jul. 2002.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade.** Tradução de Luciana Carli. São Paulo: Editora Artenova, 1977.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. São Luís: UFMA/DESES, 2005.

FURTADO, Celso. **A pré Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1ª edição, 1962.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A Reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís, EDUFMA, 2000.

GONÇALVES, Vanusia e HASHIZUME, Maurício. **Secretaria reavalia impactos de carvoarias de siderúrgica da Vale**. Disponível em: <http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=1160>. Acesso em: 20 fev 2009.

GOVERNO DIOCESANO. Decreto Episcopal nº 05, de 10 de fevereiro de 1953. **Dispõe sobre a criação a Escola Maranhense de Serviço Social**. In: Jornal Diário Popular de 08 Mar. 1953. São Luís/MA. 1953.

GRAÇA, Irlene Meneses. **A extensão rural e o pequeno produtor no Estado do Maranhão**. 1978. 152f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Escola Superior de Agricultura “Luís Queiroz”, Piracicaba, SP, 1978.

GRANDES Benefícios vêm propiciando o SSR às populações do Vale do Mearim. **O Imparcial**, São Luis/MA, 17 de julho de 1960.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade** n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

GUIDOTTI, Humberto. **A monocultura da soja no sul do Maranhão**: a "sojeira" da soja. 2004. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=13014>. Acesso em: 09 jun 2008.

GUIMARÃES, Ribamar. **Colheita de cana deverá superar 3 Mt no Maranhão**. 2008. Disponível em http://www.barradocorda.com/snt/show_noticia.php?id=3446. Acesso em: 20 mai 2009.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Tradução de Anna Maria Capovilla. 5ªed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1999.

IBGE, **Censos Agropecuários, 1985/2006**. Disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/errata_Tabela10_0902.pdf. Acesso em: 20 jan 2010.

_____. **Censo Agropecuário 1995-1996**. 1996. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm. Acesso em: 10 jan 2010.

_____. **Censo Agropecuário 2006: IBGE revela retrato do Brasil agrário.** 2006. Disponível em www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1464&id_pagina=1. Acesso em: 25 jan 2010.

_____. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002.** Diretoria de Geociências, Rio de Janeiro, 2002.

INCRA. **Assentamentos de Trabalhadores Rurais – Números oficiais – RBs Homologadas 1995-2006 (Números da Reforma Agrária).** 2006. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em: 30 jul 2008.

_____. **Histórico do INCRA.** 2010. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=36&Itemid=56. Acesso em: 20 fev 2010.

_____. **Projeto LUMIAR – Assistência Técnica nos Assentamento.** 1997.

_____. **Projetos Implantados 1994-2007 (Números da Reforma Agrária).** 2007. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em: 30 jul 2008.

_____. **Relação dos Projetos de Assentamentos.** Superintendência Regional do Estado do Maranhão. Divisão de Suporte Operacional. 2003.

IPEA. **Políticas Sociais: Acompanhamento e análise.** Boletim nº 16, nov. 2008. IPEA. Brasília, 2008. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 10 jan 2010.

_____. **Políticas Sociais: Acompanhamento e análise.** Vinte Anos da Constituição Federal. Boletim nº 17, vol. 02, 2009. IPEA. Brasília, 2009. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 10 jan 2010.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LAZZARETTI PICOLOTTO, Everton. A emergência dos “agricultores familiares” como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo Agrário**, vol. 9, nº 18, 2009. Disponível em: <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/numeros/no-18-1er-sem-2009/a-emergencia-dos-201agricultores-familiares201d-como-sujeitos-de-direitos-na-trajetoria-do-sindicalismo-rural-brasileiro>. Acesso em: 20 jan 2010.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, Josemar Sousa. As Políticas Públicas e a agricultura familiar no Maranhão. In.: ALMEIDA, A. W. Berno da; SILVA, M. H. Pereira (Org.). **O Maranhão em rota de colisão: experiências camponesas versus políticas governamentais.** Cadernos Tempos Novos. São Luís: CPT, 1998.

LIMA, Terezinha Moreira. Trabalhadoras Rurais na Luta contra a devastação dos babaçuais no Maranhão. In.: Conferência Mundial de Serviço Social, nº 19, 2008, Salvador/BA. **CD-Rom da 19ª Conferência Mundial de Serviço Social: O desafio de concretizar direitos nunca sociedade globalizada e desigual,** Salvador/BA: CRESS/IFSW, 2008.

LOPES, Josefa Batista et al. **Transformações Contemporâneas e Sistema de Controle Social nas Relações Campo e Cidade: trabalho, luta social e prática do Serviço Social no Maranhão. Projeto de Pesquisa** do Departamento de Serviço Social/UFMA, São Luís/MA, abril/2006.

LOPES, Josefa Batista. **50 Anos de História do Serviço Social no Maranhão: a inserção profissional nas lutas sociais.** Projeto de Pesquisa do Departamento de Serviço Social/UFMA. São Luís/MA, julho/2001.

_____. **La Cuestión Social y la Política Social.** respuestas del Estado e de la sociedad civil. In.: Conferência proferida em el Congreso Internacional “Políticas Sociales para um Nuevo Siglo”. Chile, Universidad del bio-Bio, 2000.

_____. **O Serviço Social na América Latina: nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade.** 1998. 162 f., Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

_____. **Proposta de Programa de Pesquisa O Desenvolvimento Regional e o Projeto Carajás.** Núcleo de Pesquisa do Departamento de Serviço Social, UFMA. São Luís/MA, 1982.

_____. **Relatório de Pesquisa “50 anos de Serviço Social no Maranhão: a inserção profissional nas lutas sociais”.** Grupo de Estudos, Pesquisas e Debates em Serviço Social e Movimentos Sociais. Departamento de Serviço Social – UFMA, 2003.

MAGALHÃES, Beatriz Judice. **Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil: um pouco sobre o debate político e acadêmico atual.** 2006. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A109.pdf. Acesso em: 20 mai 2008.

MAPA. **Agronegócio Brasileiro: Uma Oportunidade de Investimentos.** 2003. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/>. Acesso em 04 abr 2008.

MARCOS, Valeria de. Agricultura e Mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano. In.: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia. 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e Campesinato no Mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In.: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia. 2008.

_____. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO.** Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

MARX, Karl. Introdução à Crítica da Economia Política. In: Karl Marx 1818-1883. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos.** 4. ed. São Paulo Coleção Os Pensadores. Nova Cultura, 1987.

MATTEI, Lauro et al., Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. In.: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, nº XLV, 2007. Londrina/PR. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/558.pdf>. Acesso em: 23 jan 2010.

MDA; INCRA. **Diretrizes e Manual Operacional para a Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária**. Brasília, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. "O promissor Brasil dos assentamentos rurais". **Revista Proposta**, n. 77, jul.-ago./ 1998.

_____. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

MENDONÇA, Maria Luisa. **Os Impactos da Produção de Cana no Cerrado e na Amazônia**. CPT e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (Org.). São Paulo, 2008.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **As transformações da pecuária maranhense sob a ação governamental e as forças de mercado: ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970 a 2000**. Tese (Doutorado) Cotuttele UFMA PPGPP/PARIS 3 Sorbonne Nouvelle. São Luís/MA, 2006.

MESQUITA, Benjamin Alvino de; PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **A dinâmica recente, impacto social e perspectivas da economia do Estado do Maranhão – 1970/2008**. Fórum do Banco do Nordeste. 2008. Disponível em www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/a_dinamica_recente.pdf. Acesso em: 12 fev 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Nota Técnica Convênio MS/CONTAG Nº 3725/2004**. Disponível em: www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/documento_sobre_politica_saude_populacao_campo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Quadro das operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo - SIT/SRTE, 2009**. Disponível em http://www.mte.gov.br/fisca_trab/est_resultado_quadro_divulgacao2009.pdf. Acesso em 03 jan 2010.

_____. **Quadro geral das operações de fiscalização para Erradicação do trabalho escravo - SIT/SRTE 1995 a 2010**. 2010. Disponível em www.mte.gov.br/fisca_trab/quadro_resumo_1995_2010.pdf. Acesso em 30 maio 2010.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito. **O processo de luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no Estado do Maranhão: o caso do MST**. 2003. 166 f., Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2003.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4.ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

NETO, Manuel Domingos. O “Novo Mundo Rural”. In.: **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África, Ásia.** (orgs.). MARTINS, Mônica Dias. São Paulo: Viramundo, 2004.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.** Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>. Acesso em: 25 maio 2009.

_____. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo, Cortez, 1991.

_____. **Notas sobre o Marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino.** CADERNOS ABESS nº 04. São Paulo: Cortez, 1991a.

NORDER, Luis Antonio Cabello. Questão agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial. **Lutas e Resistências**, v.1 (set. 2006) – Londrina: Midiograf, 2006.

NORONHA, Silvia; ORTIZ, Lucia (Coord.); SCHLESINGER, Sérgio. **Agronegócio e Biocombustíveis:** uma mistura explosiva – Impactos da expansão das monoculturas para a produção de bioenergia. Rio de Janeiro: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2006.

NUNES, Sidemar Presotto. Censo Agropecuário demonstra aumento das escalas de produção e redução das ocupações agrícolas. **Boletim Eletrônico – Conjuntura Agrícola**, nº 164. DESER, 2008. Disponível em: <http://www.deser.org.br/boletins/AnaliseCensoAgro.pdf>. Acesso em 25 fev 2010.

OEB. **O cerrado e o Maranhão.** Disponível em: <http://www.oeb.org.br/Publicacoes/Publicacoes.asp?idPublicacao=63>. Acesso em 3 jan 2010.

OLINGER, Glauco. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil.** Florianópolis: EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.), 1996.

OLIVEIRA, Jucileia Almada de. **A Relação Serviço Social e igreja católica:** das origens ao período ético religioso. 91 f., Monografia (Bacharel em Serviço Social), Curso de Serviço Social, UFMA, São Luis, 2004.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura. In.: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia. 2008.

PEDROSA, Luis Antônio Câmara. O Maranhão dos Grandes Projetos de exclusão. **Revista Tipiti**, nº07, julho de 2004. Disponível em www.revistatipiti.com.br.

PEREIRA, Giselly Rodrigues. **A Reforma do Estado do Maranhão e seus impactos sobre o Serviço Social:** uma análise do caso da EMATER no âmbito do desmonte das instituições de política agrária. 82 f., Monografia (Bacharel em Serviço Social), Curso de Serviço Social, UFMA, São Luis, 2004.

PEREIRA, Giselly Rodrigues. **A Reforma do Estado do Maranhão e seus impactos sobre o Serviço Social:** uma análise do caso da EMATER no âmbito do desmonte das instituições

de política agrária. 82 f., Monografia (Bacharel em Serviço Social), Curso de Serviço Social, UFMA, São Luis, 2004.

PERES, João. **Para pesquisador, censo do IBGE mostra falta de política de soberania alimentar.** Publicado em 30/09/2009. Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidadania/para-pesquisador-censo-do-ibge-mostra-falta-de-politica-de-soberania-alimentar/?searchterm=None>. Acesso em 20 fev 2010.

PETRAS, James F. As esquerdas e as novas lutas sociais na América Latina. **Revista Lutas Sociais** nº 02, 1997.

_____. **Os fundamentos do neoliberalismo.** No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997a.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento. *In:* PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em geografia. 2008.

PIRIN, Lizandra; TSUKAMOTO, Ruth Youko. **FETRAF-Sul/CUT: o novo sindicalismo rural sulista.** *In:* Simpósio Nacional de Geografia Agrária, nº 3, 2005; & Simpósio Internacional de Geografia Agrária, nº 2, 2005, Presidente Prudente/SP, 2005. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Lizandra%20Pirin.pdf>. Acesso em: 20 jan 2010.

PORRO, R.; MESQUITA, B. A.; PASTOR, I. **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia.** Brasília: Editora da UNB, 2004.

PRADO Jr., Caio. **A Questão Agrária no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

REDE SOCIAL DE JUSTICA E DIREITOS HUMANOS (org). **A Armadilha do crédito fundiário do Banco Mundial** (Cartilha). São Paulo. 2006.

REZENDE, Marcelo. **O Plano Nacional de Reforma Agrária e as Políticas do Banco Mundial no Governo Lula.** 25 de Julho, 2005. Disponível em <http://www.acaoterra.org/display.php?article=285>. Acesso em: 02 de novembro de 2008.

RODRIGUES, Maria de Lourdes Borges. **A inserção do Serviço Social na realidade maranhense.** Revista de Ciências Sociais v.1, n.2, jul./dez. 1991: EDUFMA, São Luís, 1991.

SANCHES, Luiz Elias. **Agitação estéril ou programa político?** A contribuição de Caio Prado Júnior para a formulação de um projeto de Brasil. CPDA/UFRRJ. Disponível em: <http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano2n1/Texto%20de%20Luiz%20Elias%20Sanche.s.pdf>. Acesso em: 20 jan 2009.

SANT'ANA, R. S.; ALBUQUERQUE, V. de O. O plano Nacional de reforma agrária e o Serviço Social. *In:* Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, nº 11, 2004, Fortaleza/CE. **Anais do XI CBAS - O Serviço Social e a esfera pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos,** Fortaleza: CFESS, 2004.

SANT'ANA, Raquel Santos de. A questão agrária como particularidade da questão social: um debate a partir da problemática do trabalhador rural assalariado. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, nº 11, 2008, São Luís/MA. **Anais do XI ENPESS: Trabalho, Políticas Sociais e Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social: resistência e desafios**, São Luís/MA: ABEPSS, 2008.

SANTOS, G. Pereira; PEREIRA, G. Rodrigues; SILVA, L. Rodrigues da. As Determinações da Política Oligárquica nas Expressões da Questão Social no Maranhão: um estudo das transformações sociais no campo e na cidade nos últimos 50 anos. In: I Jornada de Políticas Públicas, 2003, São Luís/MA. **CD-Rom da I Jornada de Políticas Públicas**, São Luís/MA: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA, 2003.

SEAGRO. **Produção Rural Sustentável** – desenvolvimento e qualidade de vida (Folder de Divulgação). Governo do Estado do Maranhão, São Luís, 2007.

SEAGRO/NAS. **Plano de Articulação e Gestão do Núcleo de Apoio Social (NAS)**. Governo do Estado do Maranhão. São Luis, 2003.

SILVA, Eliana Andrade da. O ajuste estrutural e a condução da Questão Agrária brasileira nos anos 90. **Par'a'iwa** (Revista dos Pós-graduandos de sociologia da UFPB), nº 2, junho de 2002. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/paraiwa/02-silva.html>. Acesso em: 19 jun 2008.

_____. Serviço Social e Questão Agrária: elementos para reflexão acerca do ensino e da investigação na formação profissional do Assistente Social. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, nº 09, 2004, Porto Alegre/RS. **Anais do IX ENPESS: Os desafios da pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social**. Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

SILVA, José de Ribamar Sá. **Terra Bela**: mais um assentamento de trabalhadores rurais no Maranhão. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1997.

SILVA, Laurinete Rodrigues da. **Passos e descompassos na relação formação profissional e questão agrária nos 50 anos de Serviço Social no Maranhão**. 149 f., Monografia (Bacharel em Serviço Social), Curso de Serviço Social, UFMA, São Luis, 2004a.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MARTINS, Rodrigo Constante. Trabalho e meio ambiente: o avesso da moda do agronegócio. **Lutas e Resistências**, v.1 (set. 2006) – Londrina: Midiograf, 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação Profissional do Assistente Social**: A inserção na realidade social e dinâmica da profissão. 1.ed. São Paulo, Cortez, 1984.

SILVA. José Graziano da. O que é Questão Agrária. **Coleção Primeiros Passos**. 2ª Edição. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1993.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A longa caminhada**: (re) construção do território camponês em Promissão. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOBRE a cargill no Brasil. Disponível em <http://www.cargill.com/worldwide/brazil/pt/index.jsp>. Acesso 20 jun 2009. Acesso em: 20 jun 2009.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In.: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. 2008.

VIGNA, Edécio. **De grão em grão, multinacionais enchem o papo**. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/de-grao-em-grao-multinacionais-enchem-o-papo/> . Acesso em: 23 março 2009.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM ASSISTENTES
SOCIAIS DO MST E DA FETAEMA**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ASSISTENTES SOCIAIS DO MST E DA
FETAMEA – MARANHÃO**

Tema: Inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA

DATA:

LOCAL:

1. Nome Completo:
2. Idade:
3. Em que ano concluiu a Graduação em Serviço Social?
4. Onde cursou?
5. Possui outra formação acadêmica ou pós-graduação?
6. Qual cargo que ocupa?
7. Qual o tempo de trabalho e/ou ano que ingressou na organização?
8. Estuda atualmente? o quê?
9. Quais foram suas experiências acadêmicas e profissionais antes de atuar nesta organização?
10. Como e quando se deu a sua inserção nesta organização social? Fale sobre qual foi seu vínculo inicial?
11. Qual o seu vínculo atual com a organização? Por quê?
12. Qual o papel (função, trabalho, atribuição) que você desempenha na organização?
13. Qual o seu entendimento a respeito da questão agrária, especialmente no Maranhão? porque?
14. Você considera que sua atuação contribui para a organização dos trabalhadores rurais e para o enfrentamento da questão agrária? Em que aspectos?
15. A sua formação profissional contribuiu para o trabalho que você desenvolve nesta área e nesta organização? Se sim ou não, por quê? Se sim, em que aspectos?

ANEXOS

ANEXO A – MODELO DE QUESTIONÁRIO “CADASTRO CENSITÁRIO DAS INSTITUIÇÕES EMPREGADORAS DE ASSISTENTES SOCIAIS NO MARANHÃO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
GRUPO DE ESTUDOS, PESQUISA E DEBATES EM SERVIÇO SOCIAL
MOVIMENTO SOCIAL - GSERMS
CENSO DOS ASSISTENTES SOCIAIS E DAS INSTITUIÇÕES EMPREGADORAS
NO MARANHÃO
CADASTRO CENSITÁRIO DAS INSTITUIÇÕES EMPREGADORAS DE
ASSISTENTES SOCIAIS NO MARANHÃO**

1– IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

a) Nome:

Nome(s)informante(s):

Cargo(s):

b) Endereço (postal com CEP e telefone; endereço eletrônico)

c) ano da criação nos termos atuais:

Observação: destacar quando necessário antecedentes da criação nos termos atuais

d) Natureza Jurídica / Tipo:

Instituição estatal (esfera administrativa) : Federal () Estadual () Municipal ()

() Autarquia () Fundação

Empresa capitalista: Capital 100% privado () Economia Mista () Cooperativas ()

() Entidade Sindical: (categoria de trabalhadores)

() ONG (natureza)

() Outra:

Observação:

e) Finalidade:

f) Objetivos: (no máximo cinco)

g) Campo de atuação (políticas sociais específicas)

h) Abrangência territorial da atuação:

Internacional () Nacional () Estadual () Municipal ()

Observação:

2. Principais Programas e Projetos (no máximo cinco)

Programa (citar o setor que está vinculado)	Projeto	Serviços/Benefícios	Nº de Assistentes Sociais

3. Equipes profissionais

Profissional	Cargo/Função	Jornada trab. (semanal)	Admissão		Vínculo		Faixa salarial
			Tipo	Quant.	Tipo	Quant.	

Legenda:

Admissão: 1 – Concurso; 2 – Processo seletivo ; 3 – Nomeação; 4 – Cargo comissionado

Vínculo : 1 – Estatutário ; 2 - Temporário; 3 – Terceirizado; 4 – Seletista (Cart. Assinada); 5 –

Vinculado a outra instituição (informar qual)

Faixa Salarial: 1 – 1 a 3 sm; 2 – 4 a 6 sm ; 3 – 7 a 9 sm ; 4 – 10 ou mais

Jornada de trabalho: 1- 44 horas; 2 – 40 horas; 3 – 30 horas; 4 – 20 horas; 5 – 16 horas

Observações:

3.1. Assistentes Sociais

Nome	Cargo/Função	Jornada trab. (semanal)	Admissão		Vínculo		Faixa salarial
			Tipo	Quant.	Tipo	Quant.	

Legenda:

Admissão: 1 – Concurso; 2 – Processo seletivo ; 3 – Nomeação; 4 – Cargo comissionado

Vínculo : 1 – Estatutário ; 2 - Temporário; 3 – Terceirizado; 4 – Seletista (Cart. Assinada); 5 – Vinculado a outra instituição (informar qual)

Faixa Salarial: 1 – 1 a 3 sm; 2 – 4 a 6 sm ; 3 – 7 a 9 sm ; 4 – 10 ou mais

Jornada de trabalho: 1- 44 horas; 2 – 40 horas; 3 – 30 horas; 4 – 20 horas; 5 – 16 horas

Observações:

4. Fontes de recursos

Público federal ()

Público estadual ()

Público municipal ()

Iniciativa privada ()

Economia Mista ()

Observações:

5. Inserção do Serviço Social na Instituição

a) ano:

b) Nº de Assistentes Sociais no ano de inserção e em 2008:

Observações:

c) funções/atribuições do Assistente Social na instituição (no máximo 5)

Observações adicionais sobre as funções/atribuições:

6 . Observações gerais:

Data do preenchimento:

Assinatura do pesquisador responsável pelo preenchimento: